



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JIVAGO CORREIA BARBOSA

POLÍTICA E ASSISTENCIALISMO NA PARAÍBA:

O Governo de José Américo de Almeida (1951-1956)

JOÃO PESSOA – PB
JUNHO DE 2012

JIVAGO CORREIA BARBOSA

Política e Assistencialismo na Paraíba:
o Governo de José Américo de Almeida (1951-1956)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Profa. Dra. Monique Guimarães Cittadino

JOÃO PESSOA – PB
JUNHO DE 2012

B238p Barbosa, Jivago Correia.

Política e assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956) / Jivago Correia Barbosa. -- João Pessoa: [s.n.], 2011.

317f. il.

Orientadora: Monique Guimarães Cittadino.

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.

1. Almeida, José Américo. 2. Vargas, Getúlio. 3. História. 4. Indústria das secas. 5. Ministério da Viação e Obras Públicas. 6 .Assistencialismo.

UFPB/BC

CDU: 94(043)

JIVAGO CORREIA BARBOSA

Política e Assistencialismo na Paraíba:
o Governo de José Américo de Almeida (1951-1956)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Dissertação de Mestrado avaliada em 25/05/2011 com conceito **APROVADA**.

Examinadores

Profa. Dra. Monique Guimarães Cittadino (PPGH/UFPB)
Orientadora

Prof. Dr. José Jonas Duarte da Costa (PPGH/UFPB)
Examinador Interno

Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha (PPGH/UFRN)
Examinador Externo

Aos meus pais, Washington e Lenilce, por terem proporcionado todo o amor que precisávamos para nos tornarmos pessoas cada vez mais humanas e responsáveis por um mundo mais justo.

A Francisca Gomes da Silveira, minha amada Vovó Chiquinha, mulher de fibra, pessoa de coração generoso, amor e carinho imensos.

A Maria Anunciada dos Santos Carvalho (Dona Anunciada), também chamada por nós de Vó Anunciada, mulher que me adotou como neto e que me apoiou fortemente em diversos momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Prof. Washington Barbosa, amigo, companheiro de muitas lutas, que me ensinou a amar a História e a Educação, pois seguindo os seus passos vou tentando desempenhar com o mesmo amor, dedicação e respeito essa profissão ainda tão desvalorizada em nosso país! Comungamos dos mesmos ideais e acreditamos que um dia essa triste e dura realidade – a que o povo do nosso país está submetido, tão carente das necessidades básicas – será modificada. A minha mãe, Lenilce Correia, sempre acolhedora, amável, carinhosa, mulher de fibra, que sempre me incentivou a alçar vãos mais longínquos, alimentando e ajudando a realizar os meus sonhos. Sempre levarei comigo as suas melhores influências: garra, coragem e perseverança. Ao meu irmão Shalon e minha irmã Cheyenne, pelo amor, amizade, carinho, confidências mútuas e alegrias compartilhadas ao longo de todos esses anos. Sem vocês a minha vida não seria tão feliz! A minha noiva e futura esposa, Sabrina Grisi, por tudo aquilo de mais maravilhoso que ocorreu nesses 6 anos de namoro e cumplicidade, pois você é a pessoa que mais me ajudou nesses dois anos de dedicação – quase exclusiva – a essa pós-graduação. Com muita paciência, sempre escutou as minhas idéias; acertou nas sugestões; ajudou-me a digitar partes do texto escrito; buscou aliviar as minhas angústias; viajou de moto comigo durante as entrevistas; e sempre esteve ao meu lado em todas as difíceis etapas para a composição dessa dissertação, por isso posso dizer que sem você ao meu lado, provavelmente eu não teria conseguido superar mais essa importante etapa da minha vida. Eu te amo!

Um agradecimento, todo especial, a minha orientadora, Profa. Dra. Monique Guimarães Cittadino, pessoa que me concedeu a oportunidade de ingressar como bolsista de iniciação científica (PIBIC/UFPB) no projeto intitulado “Estado Novo na Paraíba: a Interventoria de Ruy Carneiro (1951-1956)”, durante os anos de 2002 a 2004, experiência ímpar que me proporcionou o primeiro contato com a pesquisa histórica. A sua vasta experiência, o seu apoio incondicional, a autonomia concedida para a composição desse trabalho e o sentimento de amizade, respeito e carinho sempre estiveram presentes nas inúmeras reuniões de orientação e acompanhamento. As influências da senhora para a minha evolução – na condição de pesquisador – em mais de 8 anos de convivência, marcou-me profundamente e será repassado para os meus alunos e futuros orientandos ao longo da minha vida profissional.

Ao professor e amigo José Jonas Duarte, que não se restringe ao fato de ter aceitado o convite para compor a banca de defesa, mas por toda a influência socialista e humanista repassadas a todos os alunos e alunas de graduação e pós-graduação que tiveram o prazer de escutá-lo durante as suas aulas e palestras. Realizei o meu estágio docência em sua companhia (Formação do Capitalismo Contemporâneo), período esse de extrema importância e que serviu para alimentar ainda mais a idéia de um mundo mais justo, livre do capitalismo e de todas as mazelas inerentes a esse sistema que se encontra no início de sua tão esperada decadência! Ao professor Damião de Lima, amigo que conheci durante a disciplina de T.E. em História Social (Reflexões sobre o Séc. XX) e que teve um papel preponderante não apenas durante os dois anos do mestrado, mas na efetivação de um sonho: coordenar um projeto de extensão do Campus I da UFPB, o Intensivo Pré-Vestibular UFPB, projeto de inclusão social e educacional de grande alcance e impacto dentro e fora dos muros da academia! Ao professor Luiz de Sousa Jr., idealizador e coordenador geral do Intensivo UFPB, pessoa de grande sensibilidade, percebeu a necessidade de ampliar o diálogo entre a UFPB e as diversas comunidades da cidade de João Pessoa (13 bairros), criando condições mais equitativas para o ingresso dos alunos da rede pública de ensino na UFPB.

Agradeço também as professoras Rosa Maria Godoy Silveira, Regina Célia Gonçalves, Maria Regina Rodrigues Behar, e aos professores Élio Chaves, Raimundo Barroso e Paulo Giovanni Nunes pelo vasto conhecimento transmitido ao longo desses anos de graduação e pós-graduação. Além de professores/as, posso dizer que se tornaram meus amigos e minhas amigas, pessoas que me ajudaram efetivamente ao longo dessa jornada intelectual e histórica. Ao professor Raimundo Nonato Araújo da Rocha (PPGH/UFRN) pela valiosa contribuição durante a composição dessa dissertação e por ter aceitado o convite para compor a banca durante a minha qualificação e defesa.

Aos docentes do programa de pós-graduação e de graduação em História, na pessoa dos professores Ângelo Emílio, Solange Rocha, Cláudia Cury, Antônio Carlos, Telma Virgínio, Lúcio Flávio, Serioja Mariano, Carlos André, Mozart Vergeti, João Azevedo que participaram da minha formação acadêmica desde a minha graduação. A Virgínia Kyotoku, secretária do PPGH/UFPB, por sua dedicação e atenção.

A professora e amiga Emília Maria da Trindade Prestes (CE/UFPB), pelo incentivo e apoio irrestrito durante essa jornada e também por ter me concedido a oportunidade de participar, na condição de pesquisador do Núcleo de Referência de Educação de Jovens e Adultos da Paraíba – História e Memória (NUEJA-PB).

Aos meus amigos Walber Nery e Keise, responsáveis por despertar a curiosidade que me levou a estudar a figura de José Américo de Almeida, durante as rodadas de diálogos (regadas a boas cervejas) na casa do Sr. Walter e Dona Nena. Daniel Jr. e Maria Onilma Fernandes que também estiveram ao meu lado durante essa longa jornada. Incluo aqui os meus primos, Bento Correia e Cristiano Maia que também foram influenciados pelo Prof. Washington a ingressarem na graduação em História/UFPB. Aos companheiros de graduação Antônio Félix, Robervânio Alves, Oswaldo Porto, Paulo Henrique, Avani, Ricardo, Jorge Flávio, Fabrício, Maírtton e todos os outros que a memória não recorda, mas que também dividiram angústias e alegrias durante esse importante período de minha vida.

Aos amigos de mestrado da turma 2009, em especial, Alessandro Moura, Bernardo Castro e Paulo André, pelas rodadas de café na Praça da Alegria e por compartilharem o andamento de suas pesquisas. Incluo também aqui as companheiras Vânia, Isabela, Maria Raquel, Keliene, Simone, Amanda, Ane Luise e os companheiros André, Clécio, Wescley, Waldemar e Azemar pelos meses de convivência.

Aos Srs. Mário Araújo, irmão de Félix Araújo, Severino Amaro Guimarães (mais conhecido por Biró), Maria de Lourdes L. Luna, secretária pessoal de José Américo, por terem aberto as portas de suas residências e concedido às entrevistas necessárias para a realização desse trabalho.

Aos amigos que conquistei nesses 4 anos em que estive à frente da coordenação pedagógica do Intensivo UFPB (2009-2012), vários alunos e alunas de graduação e pós-graduação que abraçaram, verdadeiramente, um projeto em prol da educação dos estudantes do ensino público da nossa capital. Lembro aqui das figuras de Afrânio Jácome, Francisco das Chagas, Dustimar, Victor Gadelha, Manoel Fernandes, Euzivan e todos que contibuíram para a efetivação desse projeto. Aqueles que dividiram o espaço da Biblioteca Vanildo de Brito (setorial do CCHLA) durante 24 meses quase ininterruptos, em especial, Juliana Barros, Artur Barbosa Lima Maia e Manoel Carlos.

Um carinho especial a Sra. Vera Lúcia Nascimento de Oliveira (“Tia Vera”), por tudo o que proporcionou aos alunos da biblioteca setorial do CCHLA. A Sra. Miriam Bezerra da Silva (LAFE) pelos cafés, pela boa prosa nos intervalos entre as diversas leituras realizadas ao longo dos meses.

Agradeço a DEUS – ou mais precisamente a MÃE NATUREZA – por ter me concedido a alegria de viver, ser feliz, acreditar no AMOR e nas energias positivas que conspiram a favor daqueles que lutam por dias melhores para todos/as!

RESUMO

Através desta pesquisa, em desenvolvimento junto ao Programa de Pós Graduação em História/UFPB, abordo o governo de José Américo de Almeida (1951-1956), eleito através do voto direto depois de acirrada campanha política na Paraíba. Estabeleci este tema, por se tratar de um assunto pouco explorado pela historiografia paraibana. As questões primordiais que norteiam o presente trabalho são a conjuntura política na qual José Américo ascende ao poder em 1950, a violenta eleição, considerada uma das campanhas mais radicais e cruentas já disputadas na Paraíba, onde dentre os diversos embates entre os partidários e militantes do PSD e da UDN, daremos ênfase ao episódio fatídico da Praça da Bandeira, em Campina Grande, por se tratar de um acontecimento que ganhou espaço em diversos meios de comunicação em âmbito regional e nacional, analisando os motivos que ocasionaram o conflito; o fenômeno da seca de 1951-52 e seus efeitos para os estados nordestinos e, em especial, para a Paraíba; o re-establishment da indústria das secas no estado paraibano a partir de políticas de combate a seca – principalmente as soluções hidráulicas, de construção e pavimentação de estradas – instituídas por José Américo ao longo desse período, medidas essas que evitariam, segundo o governador, as migrações populacionais que já vinham ocorrendo em larga medida desde o ano de 1950. Ao longo de nosso trabalho buscamos mostrar que a homilia do “grande ministro de 1932” nos parece contraditória e dúbia ao mesmo tempo, pois se a construção dos açudes, a pavimentação e construção das estradas estavam inseridas em um projeto político “de amparo às populações flageladas”, porque não beneficiar todas as localidades atingidas pelos efeitos da seca, ao invés de favorecer alguns municípios e distritos – aliados politicamente ao “americismo” – em detrimento de outros? Como pano de fundo para essa discussão, analisaremos o papel do jornal A União – órgão de imprensa oficial de maior circulação em todo o estado – que passou a difundir a visão de que os açudes tornar-se-iam a melhor solução para a problemática da seca. Para a realização deste trabalho, além da utilização de bibliografia secundária, foram analisadas e fichadas algumas das principais notícias referentes ao Governo, encontradas no jornal A União. Também pesquisamos o arquivo Público do Estado que se encontra no Espaço Cultural, a Fundação Casa José Américo de Almeida e a biblioteca particular do senhor Maurílio de Almeida.

Palavras-chave: José Américo de Almeida; Assistencialismo; Indústria das Secas; Ministério da Viação e Obras Públicas; Getúlio Vargas.

ABSTRACT

Through this research, in development with the Pos-Graduate Program in History/UFPB, I approach the government of José Américo de Almeida (1951-1956), elected by direct vote after a fierce political campaign in Paraíba. I settled this issue, because it is a subject little explored by the historiography of Paraíba. The fundamental questions that guide this work are the political circumstances in which José Américo ascends to power in 1950, the violent election, considered one of the most radical and bloody campaigns have disputed in Paraíba, where among the many clashes between supporters and militants of PSD and UDN, we will emphasize the fateful episode of Bandeira Square (Praça da Bandeira), in Campina Grande, because it was an event that gained space in various media at the regional and national level, analyzing the reasons that caused the conflict, the phenomenon of drought of 1951-52 drought and its effects for the northeastern states and, in particular, in Paraíba, the re-establishment of drought industry in the state of Paraíba through policies to combat the drought - especially hydraulic solutions, construction and paving of roads - introduced by Jose Américo over this period, such measures to avoid, according to the governor, the population movements that had already occurred largely since the year 1950. Throughout our work we show that the homily of the "great minister in 1932" seems contradictory and dubious at the same time as the construction of dams, paving and construction of roads were inserted into a political project "of support for flagellate populations, "why not benefit from all the cities affected by the effects of drought, instead of favoring some cities and districts - politically allied to the" americanismo "- at the expense of others? As background for this discussion, we will analyze the role of the newspaper A União - official press organ of the largest circulation throughout the state - which has spread the view that the dams would become the best solution to the problem of dry. For this work, besides the use of secondary literature, were analyzed and observed some major news regarding the Government, found in the newspaper A União. We also searched the Public File of the State which is in the Espaço Cultural (Cultural Center), the Casa Jose Américo de Almeida Foundation and the private library of Mr. Maurilio de Almeida.

Keywords: José Américo de Almeida; Assistencialism; Drought Industry, Ministry of Transportation and Public Works; Getúlio Vargas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - Barragens públicas construídas pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) durante a gestão do ministro José Américo de Almeida (1930-1934)	P.72
QUADRO 2 - Açudes construídos na Paraíba entre 1930-1931	P.73
QUADRO 3 - Barragens construídas em cooperação com a IFOCS durante a gestão do ministro José Américo de Almeida (1930-1934)	P.76
QUADRO 4 - Despesas do Ministério da Viação e Obras Públicas (1933-1934).....	P.78
QUADRO 5 - Diferença sobre o orçamento de 1930	P.78
QUADRO 6 - Verbas destinadas a IFOCS	P.79
QUADRO 7 - Verbas do Ministério da Viação e Obras Públicas destinadas a Inspetoria de Iluminação	P.79
QUADRO 8 - Comparativo das verbas orçamentárias de 1930 a 1934 – Ministério da Viação e Obras Públicas	P.270
QUADRO 9 - Resultados das eleições para os cargos de senador e deputado federal em 1945	P.283
QUADRO 10 - Resultados das eleições de 1947 para os cargos de governador, senador e deputado estadual	P.284
QUADRO 11 - Resultados das eleições de 1947 para o cargo de prefeito por município	P.285
QUADRO 12 - Resultados das eleições para o cargo de Presidente da República em 1950	P.288
QUADRO 13 - Resultados das eleições de 1950 para os cargos de governador, vice-governador e senador	P.292
QUADRO 14 - Resultados das eleições de 1950 para governador do estado nos 41 municípios paraibanos	P.295
QUADRO 15 - Municípios que registraram a maior diferença eleitoral entre José Américo (Coligação Democrática Paraibana) e Argemiro de Figueiredo (Aliança Republicana)	P.306
QUADRO 16 - Dívidas “herdadas” ao assumir o Governo da Paraíba	P.179

QUADRO 17 - Orçamento previsto para o ano de 1950 (OBS: prevista a partir da prorrogação do ano de 1949)	P.181
QUADRO 18 - Orçamento “real” composto a partir dos dados levantados pelo Governo de José Américo após a posse	P.181
QUADRO 19 - Quantidade de matérias publicadas sobre os efeitos da seca no início de 1951	P.187
QUADRO 20 - Contendo as solicitações encaminhadas por José Américo a Presidência da República	P.196
QUADRO 21 - Valores gastos na construção da barragem de Marés (1947-1952)	P.203
QUADRO 22 - Barragens construídas exclusivamente pelo DNOCS	P.312
QUADRO 23 - Barragens públicas construídas em municípios e localidades que eram politicamente ligadas a José Américo e a Argemiro de Figueiredo	P.313
QUADRO 24 - Municípios e localidades onde foram construídas as barragens e açudes particulares em parceria com o DNOCS	P.314
QUADRO 25 - Barragens construídas numa parceria entre o governo José Américo e o DNOCS	P.315
QUADRO 26 - Despesas da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas no ano de 1951	Pp.220, 221
QUADRO 27 - Despesas da Comissão de Obras de Emergência e Socorros Públicos (C.O.E.S.P.) com construção e pavimentação em 1951	Pp.223, 224
QUADRO 28 - Despesas da COESP com construção de açudes, tanques e cacimbas em 1951	P.225
QUADRO 29 - Projetos e construções desenvolvidas pela COESP em 1951	P.316
QUADRO 30 - Municípios beneficiados pela verba do Fundo Rodoviário Nacional em 1951	P.317

LISTA DE IMAGENS

- IMAGEM 1 - Grupo de retirantes trabalhando na ampliação da estrada João Pessoa (PB) Goiano (PE), em uma das frentes criadas pelo ministro José Américo em 1932 P.87
- IMAGEM 2 - Descaso das autoridades em relação aos retirantes do “Núcleo Agrícola Davi Caldas”, Estado do Piauí P.88
- IMAGEM 3 - Multidão durante o comício da UDN, no dia 9 de julho, em Campina Grande P.162
- IMAGEM 4 - Cadáveres de duas, das três vítimas fatais: o mecânico pernambucano Oscar Coutinho, acusado de ser um dos supostos “agitadores comunistas”; e o operário campinense José Ferreira dos Santos Pp.169, 170
- IMAGEM 5 - Vista aérea da construção, ainda em andamento, da barragem de Marés P.178
- IMAGEM 6 - Sr. Guimarães usando chapéu ao lado dos companheiros construtores de Boqueirão P.212
- IMAGEM 7 - Flagrante da “Reunião dos Governadores do Nordeste” em reunião realizada no dia 31 de março de 1951 P.216
- IMAGEM 8 - Mapa do Polígono das Secas P.235
- IMAGEM 9 - Desembarque dos socorros federais de um dos aviões da F.A.B. no município de Sousa P.238
- IMAGEM 10 - Notícia estampada em letras garrafais no jornal A Imprensa P.243
- IMAGEM 11 - Biografia de Félix de Sousa Araújo, escrita por seu irmão Mario Araújo P.287
- IMAGEM 12 - José Américo ao lado de Osvaldo Pessoa (Prefeito de João Pessoa) e Josmar Toscano (Oficial de Gabinete) inspecionando os açougues do Mercado Central – “Política de combate a carestia” P.289
- IMAGEM 13 - Flagrante do momento em que José Américo discursava na Praça Bela Vista, ao lado de seu Oficial de Gabinete, Josmar Toscano Dantas P.289
- IMAGEM 14 - Telegrama do secretário Presidente Getúlio Vargas, Lourival Fontes, endereçado ao Sr. Guimarães P.310
- IMAGEM 15 - Carta do secretário do presidente da República, Lourival Fontes, endereçada ao Sr. Guimarães P.311

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
AL	Aliança Liberal
ANL	Aliança Nacional Libertadora
AR	Aliança Republicana
CDC	Coligação Democrática Campinense
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COEPS	Comissão de Obras de Emergência e Socorros Públicos
DEER	Departamentos Estaduais de Estradas e Rodagens
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNER	Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas
FAB	Força Aérea Brasileira
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
PCB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Sindicalista
PR	Partido Republicano
PRP	Partido da Representação Popular
PRP	Partido Republicano da Paraíba
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SANBRA	Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TCU	Tribunal de Contas da União
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	P.14
1.1 A Política na História: do surgimento do termo as mudanças de paradigmas	P.15
1.2 Novas abordagens sobre a “Era Vargas”	P.26
1.3 José Américo de Almeida: diferentes fases da vida pessoal, da carreira pública e política	P.28
<u>CAPÍTULO II</u> – José Américo de Almeida: o menino de engenho que se tornou candidato a presidente da República em 1937	P.37
2.1 Primeiros passos da vida e da carreira pública de José Américo de Almeida	P.38
2.2 O “espalha-brasas” na “Revolução” de 1930: a consolidação da carreira política de José Américo à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas	P.55
2.3 O “abandono” da liderança política na Paraíba e a campanha para Presidente da República em 1937	P.94
<u>CAPÍTULO III</u> - Disputas de vidas e mortes: a vitória do americanismo	P.111
3.1 Composições partidárias e os resultados das eleições de 1945 na Paraíba: as primeiras vitórias da base americanista dentro da UDN	P.111
3.2 Argemiro conquista a UDN, mas perde a Paraíba	P.118
3.3 “De pé ó pobres, vítimas da sorte”... Zé Américo é governador – as eleições de 1950	P.130
3.3.1 Análise das músicas das campanhas eleitorais de José Américo (CDP) e Argemiro de Figueirêdo (AR)	P.151
<u>CAPÍTULO IV</u> - Obras, assistencialismo e a imprensa no Governo José Américo	P.177
4.1 “Herança maldita”, austeridade e assistencialismo – marcas do novo governo	P.177
4.2 No rastro da Indústria das Secas: obras e discursos do “beneficiador do Nordeste”	P.182
4.3 O papel da imprensa na imagem de José Américo	P.229
V. CONCLUSÃO	P.245
REFERÊNCIAS	P.248

I. INTRODUÇÃO

Filho de um professor de História, sobrinho e primo de outros docentes dessa mesma área, recebi durante todo meu período de graduação as melhores influências para ingressar em um campo do conhecimento humano que sempre tive afinidade, mas nunca havia me dado conta. Em 2003 graduei-me na Universidade Federal da Paraíba no curso de Licenciatura em História. Nos dois últimos anos do curso tive o prazer de participar, enquanto bolsista, de um projeto de pesquisa de iniciação científica (PIBIC) encabeçado pela Prof^a Dra. Monique Guimarães Cittadino, intitulado “Estado Novo na Paraíba: a Interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945)”, vinculada ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e ao Departamento de História (DH). Este projeto integrava, ainda, a linha de pesquisa: “Política, Cultura e Representações no Nordeste brasileiro”, da qual fizeram parte os projetos: “Representações Cômicas do Nordeste no Humor Pasquiniano” orientado pelo professor Dr^o Elio Chaves Flores, e o projeto “O Ano que Acabou: 1968 na Imprensa Paraibana” orientado pela professora Dr^a Regina Maria Rodrigues Behar.

Durante dois anos procurei me esforçar ao máximo, buscando informações em diversas fontes históricas (jornais, fotografias da época, livros, textos, revistas, dentre outros) que trouxessem respostas para as perguntas que surgiram ao longo da pesquisa. Nunca havia trabalhado em uma pesquisa histórica e nem muito menos consultado jornais antigos e arquivos empoeirados, dessa forma toda aquela rica experiência aumentou ainda mais a minha paixão por essa ciência.

Entretanto, durante o último ano da pesquisa, algo me chamou a atenção: por que não estudar o segundo momento do governo de Getúlio Vargas, enquanto presidente eleito? Outra questão mais específica surgiu ao pesquisar um pouco mais sobre o assunto: é justamente nesse momento que José Américo de Almeida é eleito governador da Paraíba através do voto direto depois de acirrada campanha política nesse Estado. Se, por definição, uma pesquisa se torna viável quando não se dispõe de informações em quantidade suficiente para responder determinadas questões (GIL, 2008, p.18), porque não estudar justamente o período que José Américo esteve à frente do executivo paraibano? Por essa razão estabeleci esse tema para o meu projeto de mestrado, por se tratar de um assunto ainda pouco explorado pela historiografia

paraibana. As informações sobre o período são escassas e o nosso trabalho insere-se na perspectiva de contribuir para o tema.

Dessa forma, para alcançar as respostas necessárias lançamos mão de leituras sobre o estudo da Política, do surgimento do termo, as mudanças de paradigmas; a Cultura Política e a “Escola da Cultura Política”; e o surgimento da “Nova” História Política e as suas influências sobre os estudos da cultura política. No segundo momento, faremos referência aos estudos empreendidos a partir do final da década 70 e início dos anos 80, que trouxeram um novo olhar para o período denominado de “Era Vargas”. Em seguida, buscaremos compreender como se forja a personalidade política do menino de engenho, nascido na cidade de Areia, Paraíba, que se tornou um dos líderes da “Revolução” de 1930 na região Nordeste e, posteriormente, candidato a presidência da República em 1937; analisaremos o período de redemocratização do país, após o fim do estado Novo – a partir da bombástica entrevista concedida por José Américo ao jornalista Carlos Lacerda, em 1945 – e as sucessivas eleições na Paraíba, durante os anos de 1945 a 1950; finalizando os nossos estudos, buscaremos compreender como José Américo re-estabelece as bases da Indústria das Secas, a partir da política de combate a seca de 1951-1952, estruturada sob dois pilares de sustentação: as soluções hidráulicas – a partir das construções em propriedades públicas e privadas – e a pavimentação das estradas, beneficiando, em grande parte, os municípios onde havia ganho as eleições durante a acirrada campanha de 1950.

1.1 A Política na História: do surgimento do termo as mudanças de paradigmas.

Os estudos historiográficos vêm proporcionando uma espécie de renovação do conhecimento histórico ao longo dos muitos séculos de sua existência, através dos estudos empíricos e das críticas ao que fora produzido sobre a história, por historiadores e não-historiadores, no passado e no presente. A “preocupação historiográfica” não é algo novo, tem a sua origem na historiografia Greco-romana e se estende até o século XXI. Essas análises possibilitaram novas visões sobre os estudos históricos, trazendo à tona visões e verdades parciais sobre a história, reelaboradas a todo instante. Nesses estudos historiográficos fica ainda mais evidente a não-neutralidade do historiador, ou seja, a sua interferência pessoal relativa ao seu posicionamento político, econômico, social, existencial, dentre outros. Isso acontece segundo o historiador francês Jacques Le Goff (2008), porque a própria ação de escolher um determinado

assunto, recorte temporal, e até mesmo o ato de escrever a história já é, por essência, um ato objetivo e subjetivo ao mesmo tempo:

Se a imparcialidade só exige do historiador honestidade, a objetividade supõe mais. Se a memória faz parte do jogo do poder, se autoriza manipulações conscientes ou inconscientes, se obedece aos interesses individuais e coletivos, a história, como todas as ciências, tem como norma a verdade. Os abusos da história são apenas um fato do historiador, quando este se torna um partidário, um político ou um laico do poder (Schieder, 1978; Faber, 1978). (...) A objetividade histórica – objetivo ambicioso – constrói-se pouco a pouco através de revisões incessantes do trabalho histórico, laboriosas verificações sucessivas e acumulações de verdades parciais (LE GOFF, 2008, p.32).

O responsável pela objetividade específica é o historiador, a partir do momento que ele reflete sobre a sua profissão. Também é seu mister quem determina a boa ou má subjetividade. É o historiador quem reconstitui um determinado acontecimento, ou vários acontecimentos, com base em suas fontes, por isso essa é uma objetividade de tipo próprio. O papel do historiador não é o de fazer reviver o passado, e sim, de recompor, constituir um encadeamento retrospectivo, e só existe história porque certos fenômenos humanos continuam ao longo do tempo. Segundo o filósofo francês Paul Ricoeur o problema do historiador está na incompletude da própria objetividade histórica, algo que não é vivenciado nas demais ciências sociais. Dessa forma, Ricoeur descreve os traços dessa objetividade do historiador: 1. Um julgamento de importância, que pela eliminação, cria uma continuidade que carece de critérios; 2. O esforço na hierarquização das causalidades será sempre precário, pois a história utiliza, simultaneamente, vários esquemas de explicação sem refletir sobre eles; 3. O fenômeno da “distância histórica”; a aptidão do historiador a expatriar-se, a transportar-se como que por hipótese para um outro presente; uma espécie de imaginação que é um dom raro; 4. A história deseja explicar e compreender os homens, pois o passado “distante” é o passado humano (RICOEUR, 1968, p.31). Para ele, refletir sobre a subjetividade do historiador é refletir também sobre a subjetividade de sua profissão, pois a constituição da objetividade histórica está relacionada a essa subjetividade historiadora, definida por ele sob dois aspectos: 1. O momento em que aflora a subjetividade do historiador é quando a história faz surgir os valores da vida dos homens de outrora. Isso só será possível se o historiador se interessa verdadeiramente por seu objeto de estudo; 2. Isso acontece também porque a história é uma das formas dos homens se reafirmarem enquanto seres humanos, seja no passado ou no presente (RICOEUR, 1968, p.36).

Além da história elaborada pelos historiadores, compreendemos que existem inúmeras outras contribuições para a História advindas também dos não-historiadores, ou seja, uma multiplicidade de olhares sobre o passado humano que parte de jornalistas, cronistas, poetas, dramaturgos, teatrólogos, literatos, repentistas, cineastas, dentre outros. Essa é a concepção da chamada Cultura Histórica¹, entretanto, para defini-la com propriedade, lançaremos mão do conceito elaborado pelo Prof. Dr. Élio Chaves Flores (UFPB), em seu artigo intitulado “Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica”:

Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais (FLORES, 2007, p.13).

Uma Cultura Histórica para além da Cultura Historiográfica, dos livros e disciplinas, entendendo que os historiadores de ofício “(...) não detêm o monopólio do processo de constituição e propagação de uma cultura histórica, atuando interativamente com outros agentes que não são homens de seu *métier*” (GOMES, 2007, p.48). Contudo é preciso que a narrativa realizada por esses homens e mulheres que não são historiadores/as tenha uma acepção histórica: “(...) formalmente, a estrutura de uma história; materialmente, a experiência do passado;

¹ Existem outras concepções sobre a chamada Cultura Histórica, a exemplo da definição elaborada pelo historiador francês Jacques Le Goff. Segundo ele o que acentua essa relação sobre o que é, ou o que não é contribuição de valor histórico será a leitura e a valorização do “passado” realizada pelos homens de uma determinada sociedade. Reportando-se as palavras de Bernad Guinée para reforçar o seu pensamento, Le Goff afirma que é “(...) o modo como os homens constroem e reconstróem o seu passado. É, em geral, o lugar que o passado ocupa nas sociedades (...) a relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado. (GUINÉE, *apud* LE GOFF, 2008. pp.47, 48). Poderíamos tecer duas críticas em relação a esse conceito elaborado por Le Goff: 1. Constantemente o historiador vincula a idéia de cultura histórica a noção de mentalidade histórica; 2. Ainda segundo ele, “(...) os melhores postos de observação para o estudo da mentalidade histórica são os compêndios escolares” (LE GOFF, 2008, p.48), ou seja, a cultura histórica seria difundida apenas pelos historiadores. Esse equívoco é acentuado, de forma clara, no artigo do Prof. Élio Flores: “(...) Le Goff juntou, num equívoco categórico, penso ser prudente sustentar que se realmente existe uma mentalidade histórica, ela prescinde de qualquer sinal de letramento, sendo atributo incontestado também das sociedades ágrafas e pré-capitalistas. Entretanto, uma cultura histórica se evidencia quando as categorias de clérigos, profissionais e leigos tomam para si a cruzada da vulgarização e divulgação do que foi feito no passado, dando-lhe um sentido histórico. (...) cultura histórica não pode ser uma exclusividade da narrativa dos historiadores, a historiografia” (FLORES, 2007, pp.13, 14).

funcionalmente, a orientação da vida humana prática mediante representações do passar do tempo” (RÜSEN, *apud* FLORES, 2007, p.14).

Como veremos, a partir de agora, essas mudanças de paradigmas também ocorreram com a ciência política, desde a sua concepção até os dias atuais. O termo política surgiu na Antiguidade Clássica, mais precisamente na Grécia Antiga e se propagou a partir da obra de Aristóteles, intitulado *Política*. Esse termo surge como um apêndice de outro termo mais abrangente, a *pólis*, que se referia a tudo aquilo que envolvia a cidade, o meio urbano, a vida pública. Essa importante obra de Aristóteles é considerada o primeiro tratado sobre as diversas funções e características do Estado e as diferentes formas de governar, “(...) de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas” (BOBBIO, 1997, p.954).

Ao longo dos séculos ocorreu uma ampliação do conceito e uma transposição de idéias em relação ao seu significado. Das idéias ligadas ao Estado, suas formas de ação e interação entre os diversos setores de composição deste – daí o adjetivo político (*politikós*) –, para ações sistemáticas que levaram a elaboração de um saber relacionado a esse conjunto de coisas. *Política*, a partir de então, passou a ser definido como o estudo sobre esse aspecto da atividade humana “(...) que se refere de algum modo as coisas do Estado”. (BOBBIO, 1997, p.954) Na Idade Moderna, as influências dos humanistas “florentinos”² e do movimento ilustrado³ fizeram

² Foram os “humanistas florentinos” – termo usado pelo historiador catalão Josep Fontana, na obra intitulada “História: análise do passado e projeto social” (1982) – que se debruçaram sobre os fatos da antiguidade com o intuito de atribuir-lhes um valor político, rompendo com as análises que estabeleciam relações entre esses fatos e as profecias bíblicas. Aos poucos surge uma concepção não teológica do mundo e da história, a razão assume o lugar da explicação divina. Se hoje sabemos (ou pelo menos devemos saber enquanto historiadores) que nenhum documento é inocente e que todo ele deve ser minuciosamente analisado pelo historiador, a primazia dessa prática se deve às contribuições dos humanistas, os primeiros a compararem as diversas versões das obras literárias clássicas na tentativa de estabelecer um valor correto das palavras e das frases. (FONTANA, 1998, p.43) Por seu conteúdo laico e pelo seu caráter republicano, foram condenados pela Igreja, no período da Contra Reforma, e pelas monarquias absolutistas: “A história nova que os grandes humanistas do século XVI, princípio do XVII, quiseram promover foi asperamente combatida na primeira metade do século XVII e alinhada entre manifestações de libertinagem - a consequência deste fato foi a crescente separação entre erudição e história (no sentido de historiografia)” (LE GOFF, 2008, p.120).

³ No século XVIII surge o Iluminismo, uma corrente histórica que procurou explicar a história a partir de um desenvolvimento ininterrupto e, ao mesmo tempo, linear progressivo da razão humana. Se antes observamos o domínio dos teólogos sobre essa explicação, agora veremos os filósofos assumirem esse papel. Para os filósofos que compõem essa corrente de pensamento a humanidade estaria num processo de dominação ampla da natureza, os homens iluminados, levados pela fé e pela razão, trabalhariam efetivamente para o seu próprio progresso. Acreditavam que estariam prestes a desencadear um movimento que levaria a História ao seu auge, uma espécie de pensamento teleológico sobre o processo histórico. Nesse período os ideais político-econômicos e sociais instituídos na sociedade feudal se encontravam em plena decadência. Os diversos acontecimentos que marcaram os séculos XVIII e XIX – a Revolução Inglesa (1642-1649), que impulsionou a Inglaterra para o primeiro lugar entre os países

com que o termo fosse perdendo paulatinamente o seu significado inicial, sendo substituído por expressões do tipo “ciência do Estado”, “ciência política”, “filosofia política”, que passaram a indicar as atividades atreladas ao Estado.

Durante muito tempo a História esteve diretamente vinculada à Política, mais especificamente a narrativas que davam ênfase aos grandes acontecimentos da história, às ações praticadas pelos “grandes homens”, “grandes reis” e as “grandes batalhas”, uma historiografia considerada como “(...) uma arte literária. Mais especificamente, era tida como um ramo da retórica, com sua natureza ‘fictícia’ geralmente reconhecida” (WHITE, 2001, p.139). Uma história política de cunho apologético que enfatizava a história gloriosa das nações européias, legitimadora de uma determinada ordem, onde indivíduos isolados teriam um lugar de destaque. Desde suas origens mais remotas – da Grécia Antiga com Tucídides narrando a Guerra do Peloponeso –, passando pela Idade Média, através da história universal cristã e pela Idade Moderna, com o romantismo⁴ de Fustel de Colanges, com a história das nações⁵, e pelo

europeus; o capitalismo, que surge nesse país como uma das soluções para a crise do feudalismo, esfacelando a sociedade camponesa, que, embora tenha emancipado o servo em relação ao senhor feudal, trouxe o empobrecimento de boa parte dos camponeses, alguns perdendo as suas terras, tendo que vender a força de seu próprio trabalho, fato esse que levará posteriormente a criação do trabalho assalariado – foram percebidos pelos ilustrados, entretanto estes se propuseram a reformar a sociedade conjugando os interesses de alguns soberanos, os chamados “reis filósofos”, e de alguns setores reformistas, acreditando numa possível transformação social efetiva. Ao contrário do que os homens ilustrados almejavam, esses “reis filósofos” pretendiam reforçar ainda mais o poder já absoluto dos seus estados. Mais informações sobre as importantes contribuições do movimento ilustrado, seus principais representantes e suas influências para as diversas ciências, vide FONTANA, Josep. Cap. 3: A Ilustração. In: **História: análise do passado e projeto social**. Bauru, SP: EDUSC, 1998, pp.59-78; LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2008, pp.122-124; 246-265.

⁴ Essa corrente historiográfica surgiu na França, buscando romper com os pensamentos revolucionários e com a influência do movimento ilustrado. O romantismo terá como seu representante maior Jules Michelet, “(...) que soube reunir a vontade de ruptura com o pensamento ilustrado a algumas propostas políticas de um certo populismo progressista, que haviam de ajudar a conduzir as forças sociais mobilizadas pela revolução pelo caminho de um nacionalismo burguês” (FONTANA, 1998, p.123). A intenção maior desse grupo de intelectuais estaria no fato de que as classes populares deveriam ser desviadas de todo o pensamento revolucionário que estivesse ligado a objetivos sociais ou classistas.

⁵ No século XIX, a afirmação dos nacionalismos europeus nos Estados (França e Inglaterra) estimulou o interesse pelo estudo da história nacional, entendendo-se a idéia de nação como um grupo de pessoas que compartilham da mesma história e cultura, utilizando como simbologia uma bandeira, um hino nacional e o poder nas mãos de um representante que poderia ser um monarca constitucional ou um presidente da república. (FONTANA, 1998, p.117). Para a composição dessa história nacionalista, os intelectuais da época irão constituir uma narrativa mais aproximada a ficção, um passado idílico composto por mitos e lendas. Para a difusão entre as classes populares desses ideais nacionalistas, os governantes passam a utilizar-se da educação popular como uma espécie de controle social. Embora os nacionalismos fossem distintos, algumas características em comum os aproximavam do romantismo, do historicismo e do “positivismo”, que levavam a um mesmo objetivo: a preservação da ordem burguesa.

“positivismo” e historicismo alemão de Leopold Von Ranke⁶ até os dias atuais, ainda é possível identificar a permanência desse tipo de narrativa histórica.

As primeiras críticas a esse tipo de composição histórica surgiram no século XIX, a partir do nascimento do materialismo histórico⁷, quando a história política – legitimadora de uma determinada ordem – passou a ser contestada. Entretanto, o quase completo descrédito verificar-

⁶ É na Alemanha que surge a preocupação de transformar a história em uma ciência exata, segura, que estabelecesse leis e verdades de alcance universal. Diferentemente da Inglaterra e da França, no século XIX, não havia na Alemanha um Estado unificado, compunha-se de diversos Estados com características político-econômica diversas, divididas entre regiões Oeste e Leste. A Alemanha desejava criar “(...) um nacionalismo que promovesse a coesão social, mas sem dar em troca o mínimo de reformas que as classes dominantes prussianas pudessem tolerar.” (FONTANA, 1998, p.127) A solução para essa questão foi “dada” pelo historicismo prussiano, pois nesse período a Prússia era considerada o grande centro, o modelo da história erudita. “O historicismo erudito alemão iria degenerar, na Alemanha e na Europa, em duas tendências opostas: uma filosofia da história idealista, um ideal erudito positivista que fugia das idéias e bania da história a investigação das causas” (LE GOFF, 2008, p.126).

⁷ A soma de diversos acontecimentos históricos – que não cabe aqui discutirmos de forma mais efetiva, pois esse não é o cerne da nossa pesquisa – levaram as grandes revoluções européias e a publicação em 1848 do Manifesto Comunista, escrito por Karl Marx e Frederich Engels, trazendo como mensagem inicial, em um dos seus estudos, “(...) a suspensão da escravidão do homem pela difusão da teoria da comunidade e, quando for possível, pela sua introdução na prática” (MARX & ENGELS, *apud* FONTANA, 1998, p. 140). Anterior à publicação do manifesto, havia sido fundada na Alemanha uma corrente intelectual batizada de “Socialismo Verdadeiro” e, simultaneamente, em Paris, alguns alemães exilados, dentre eles Karl Marx e Engels, fundaram a “Liga dos Justos”. É durante esse período que surge uma nova concepção filosófica de mundo: o materialismo histórico. Essa nova concepção trouxe transformações profundas as ciências sociais, mais especificamente à história. Entre as principais motivações que levaram ao surgimento do materialismo histórico podemos destacar: a continuação do movimento progressista da revolução francesa; as influências da filosofia de Hegel sobre o pensamento ilustrado; e as críticas ao sistema do capital no tocante às formas de exploração da mão-de-obra intensificada pela industrialização. Esses estudos buscam analisar a raiz do problema que se encontrava fecundo nesse novo sistema, ou seja, a sua economia política. Aqui entenderemos que o materialismo histórico busca mostrar como os homens, para sobreviverem dentro do sistema do capital, precisam transformar a natureza e o mundo em uma ação coletiva e não isolada; além de expor os métodos para se alcançar essa proposta: “Não são as idéias que vão provocar as transformações, mas as condições materiais e as relações entre os homens” (BORGES, 1993, p.37). As contradições internas desse “novo” sistema levariam às transformações constantes da realidade, por isso, a partir do materialismo histórico, podemos afirmar que a realidade não é estática e sim dialética. Importante ressaltar que não se pode isolar a obra de Marx e Engels em partes separadas, a História, a economia e a política como peças de um gigantesco quebra-cabeça. A análise do passado, as propostas para as contradições do presente e as idéias para o futuro, são partes indissociáveis, pois toda e qualquer separação nos traz um profundo empobrecimento dessa inigualável obra. Para Marx e Engels existia uma incompatibilidade entre a filosofia do direito, a economia política e a realidade social vigente. Finalizando a nossa assertiva, podemos afirmar que o materialismo histórico não é um método mecanicista de análise histórica, de tipo hegeliano, pois para ter a eficiência proposta por Marx e Engels, esta deve ser aplicada aos fatos históricos, mas nunca como uma fórmula que traga exatidão. No materialismo histórico, a idéia de evolução humana – através de algumas etapas de progresso – se dará pela relação entre os homens dentro do processo produtivo e não pelo grau de desenvolvimento desse processo. Não se pode atribuir as diversas mudanças sociais apenas a um crescimento econômico que levaria a superar a etapa do capitalismo para o socialismo, a superação dessa etapa se daria através de uma revolução proletária. A destruição e, conseqüentemente, a superação desta etapa capitalista proporcionaria um crescimento econômico jamais alcançado. O desenvolvimento da tecnologia estaria a serviço para o bem de toda a humanidade. Mais informações a esse respeito vide BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história?** Coleção: Primeiros Passos. Editora Brasiliense, 1993; FONTANA, Josep. Cap. 7: O Materialismo Histórico e a Crítica do Capitalismo. In: **História: análise do passado e projeto social**. Bauru, SP: EDUSC, 1998, 137-154; HOBBSAWM, Eric. Cap. 10: O que os historiadores devem a Karl Marx; Cap. 11: Marx e a história. In: **Sobre história**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.155-184.

se-á com as críticas elaboradas pelo Movimento⁸ dos *Annales* – ou Escola dos *Annales* – na França, a partir do início da década de 1920⁹, quando Marc Bloch e Lucien Febvre passaram a identificar a história política, difundida em âmbito acadêmico pelos “positivistas”, como uma História historicizante, utilizando um narrativa factual, idealista, subjetivista, privilegiadora “dos indivíduos átomos”¹⁰ e do Estado-Nação, enquanto instituição soberana. Uma história que reunia “(...) todos os defeitos do gênero da história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência” (REMOND, 1996, p.18). Reforçando essa “aversão” do Movimento dos *Annales*, em relação a história política factual, Peter Burke afirma que:

A insatisfação que os jovens Marc Bloch e Lucien Febvre demonstravam, nas décadas de 10 e 20, em relação a história política, sem dúvida está vinculada à relativa pobreza de suas análises, em que situações históricas complexas se viam reduzidas a um simples jogo de poder entre grandes – homens ou países – ignorando que, a quem e além dele, se situavam

⁸ Aqui corroboramos com a idéia de um “Movimento”, ao invés do termo “Escola”, pois compreendemos que não existe uma fronteira rígida entre as sucessivas gerações *annalistes* – ao todo quatro momentos, assim divididos: 1ª Geração: 1929-1946; 2ª Geração: 1946-1968; 3ª Geração: 1968-1988 (?); e a 4ª Geração: 1988-(?) – embora cada uma delas fosse encabeçada por historiadores que possuíam efetivamente as suas idiossincrasias e recebiam as mais diversas influências dos contextos políticos e sócio-econômicos vivenciados nesses diferentes momentos do século XX. Mais informações a esse respeito vide BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. Tradução Nilo Odália. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997; REIS, José Carlos. **A Escola dos Annales** – a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000; REIS, José Carlos. **A Escola dos Annales** – a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A 3ª Geração dos Annales: cultura histórica e memória. In: **Cultura Histórica e Historiografia**: legados e contribuições do século 20. Cláudia Engler Cury; Elio Chaves Flores; Raimundo Barroso Jr. (Organizadores). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010, pp.37-68.

⁹ Entendemos que o ano de 1929 marca o lançamento da revista *Annales d'Histoire Économique Et Sociale* e não o início do movimento. Sobre o período inicial do movimento, existem alguns esclarecimentos que devem ser observados: “Aplicando um referencial do próprio movimento (...) a demarcação do seu início em 1920 utiliza como critério o primeiro movimento de institucionalização do movimento, a entrada de Bloch na Universidade de Estrasburgo, abrindo uma fase cujo ponto alto é a criação da revista *Annales*, que acaba por denominar o movimento” (SILVEIRA, 2010, p.1).

¹⁰ O conceito de “indivíduos átomos”, lançado por Marc Bloch e Lucien Febvre através do Movimento dos *Annales*, buscou romper com a noção de que a história é construída a partir de indivíduos isolados, das “grandes” personagens históricas (militares, reis, príncipes, estadistas, dentre outros), pois se a história é a “(...) ciência dos homens no tempo”, segundo Bloch, então todos os homens e mulheres – ricos/as ou pobres, famosos/as ou anônimos/as – merecem o seu espaço na história. Um exemplo de crítica em relação aos indivíduos átomos é a obra de March Bloch intitulada “Os Reis Taumaturgos”, publicada pela primeira vez em 1924. Segundo o historiador, uma crença existente na França e na Inglaterra, durante a Idade Média, afirmava que os reis possuíam a capacidade de curar as pessoas que sofriam de uma doença chamada de escrófula – mais conhecida como o “mal dos reis”, atinge o gânglio linfático localizado na região abaixo da mandíbula, freqüente em portadores de tuberculose – tocando apenas no enfermo. Atrelado ao toque, existia ainda todo um ritual de cura, sagrado. Dessa forma, dezenas de pessoas acometidas por esse mal se deslocavam de várias partes do continente europeu na tentativa de alcançar essa cura milagrosa. Segundo Bloch: “(...) todas as classes estavam representadas na multidão sofredora que acorria ao rei” (BLOCH, 1999, p.101). Uma obra que, segundo o José Carlos Reis, trouxe uma “(...) contribuição à história política da Europa no sentido mais amplo e verdadeiro do termo ‘político’, pois nele analisa a idéia de monarquia” (REIS, 1997, p.29). Mais informações a esse respeito vide BLOCH, Marc. **Reis Taumaturgos** - o caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra. Tradução: Júlia Mainard. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

campos de forças estruturais, coletivas e individuais que lhe conferiam densidade e profundidade incompatíveis com o que parecia ser a frivolidade dos eventos (BURKE, 1997, p.7).

Essa “rotulação” interligando a história política da narrativa factual excluiu esse campo historiográfico da renovação conceitual-metodológica que outros ramos desse saber conheceram a partir da década de 1930, embora não houvesse uma “(...) razão lógica ou epistemológica, de afirmar que o conhecimento histórico dos fenômenos econômicos ou sociais apresentem em si um caráter mais científico do que o conhecimento dos regimes políticos, das guerras ou das revoluções” (ARON, *apud* JULLIARD, 1976, p.182).

Após a Segunda Guerra Mundial, uma crise de proporções internacionais atinge o paradigma liberal clássico, fazendo emergir novas metodologias em relação às pesquisas no campo das Ciências Sociais e da História. É nesse momento, de completa indefinição em relação à economia e à política mundial, que surge nos Estados Unidos, na década de 1960, o conceito de Cultura Política atribuída a Gabriel Almond e Sidney Verba. Ainda que Tocqueville seja considerado um precursor nessa área, Almond e Verba tornaram-se referência contemporânea obrigatória sobre o assunto. Estes elaboraram os seus estudos sobre os fenômenos políticos com base em diversas áreas das Ciências Humanas, utilizando a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, a Filosofia e a História. Definiram por cultura política “(...) a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações da sua população”. (ALMOND & VERBA *apud* KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999, pp.227, 228). Ou seja, a soma de valores, atitudes e crenças (subjetividades) dariam ordem e significado a um determinado sistema político.

O objetivo central desses autores era discutir o papel da cultura política no funcionamento de regimes democráticos, girando em torno do processo de socialização em espaços como a família, a escola e o trabalho. Ao contrário da “escolha racional”, largamente difundida na Ciência Política até o presente momento, as respostas viriam das orientações mediadas pela avaliação subjetiva dos autores dessas situações sociais – um estudo das dimensões subjetivas da política –, daí a importância da contribuição das outras áreas (um estudo multidisciplinar). Para a elaboração desse novo conceito, Almond e Verba receberam uma clara influência do grupo de antropólogos estadunidense da chamada “Escola de Cultura e Personalidade”.

Ao criarem esse modelo de análise, estes tinham como objetivo principal deduzir o conteúdo da cultura democrática “(...) a partir das atitudes individuais observadas empiricamente

em diferentes sistemas políticos democráticos” (KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999, p.231). Na Ciência Política, esse modelo culturalista tinha o “(...) objetivo de estabelecer as inter-relações entre cultura e estrutura política” (KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999, p.231) levando em consideração outros modelos de análise que procuravam explicar as características funcionais, organizacionais e constitucionais a partir de variáveis sócio-culturais, análises que ainda eram uma minoria nesse período.

Esse modelo conceitual elaborado por Almond e Verba passou a ser questionado ainda na década de 60 por diversas áreas do conhecimento humano. Para os marxistas não haveria como dissociar a política e a cultura da sociedade, tornando as primeiras dimensões independentes: “Ou seja, que as esferas do político e do cultural não constituíam e não deviam ser tratadas como campos autônomos e privilegiados para investigações consistentes e profícuas sobre o tema da mudança social” (GOMES, 2005, p.28). Além da participação política – dimensão privilegiada pelos dois – existiria outras características essenciais à cultura política: a tolerância política; a falta de clareza na definição das relações entre cultura política e as instituições públicas, não havendo assim a superação das relações deterministas entre essas; e a mais importante: embora a cultura política afete diretamente a estrutura e a performance governamental, ela por si só não as determina, ou seja, a adesão dos indivíduos a valores democráticos não determina o seu futuro político.

A adoção de um modelo normativo de cidadania liberal-democrática, construindo um tipo ideal de cidadão – informado, ativo e envolvido com a política, embora propenso à obediência e ao não-questionamento das regras institucionais -, é um dos alvos mais visados na crítica à chamada “escola da cultura política” (GOMES, 2005, p.28).

Posterior a Almond e Verba, veremos surgir outra geração de estudiosos que empreenderam a cultura política uma renovação teórico-metodológica. Um desses responsáveis por essa viragem teórica foi Putnam, que passou a avaliar o desempenho das instituições democráticas não apenas pelas dimensões subjetivas, mas utilizando também indicadores objetivos do desempenho institucional. Ou seja, a utilização de múltiplos dados para se chegar aos vários fatores que interferiam diretamente na performance política do sistema democrático.

Embora o campo da história política tenha recebido diversas contribuições ao longo da segunda metade do século XX, a idéia de uma história “precária” e factual atribuída à história política permaneceu viva até a década de 1970, quando veremos o “renascer” desse ramo do

saber histórico. Entretanto, durante esse período de “ostracismo”, a história política não desapareceu por completo.

Sob a forma narrativa, biográfica, psicológica, ela continua representar, quantitativamente, uma fração importante, possivelmente dominante da produção livresca consagrada ao passado. Ela continua a constituir a base do sistema mais aceito de estabelecimento de períodos: ‘o reino de Luís XIV’; ‘a república Weimar’; ‘a URSS depois de Stálin’ etc. (...) Há muito tempo, no entanto, ela deixou de produzir uma problemática, e de inspirar trabalhos inovadores. Uma revista como os *Annales* pode permitir-se, sem muita injustiça, ignorar largamente a sua produção (JULLIARD, 1976, p.181).

Interessante ressaltar que o próprio Fernand Braudel tenha afirmado – depois de assumir o “leme” da revista *Annales*, tornando-se o principal representante da 2ª geração dos *anallistes* – que “(...) a história política não é forçosamente factual, nem condenada a sê-lo” (*apud* JULLIARD, 1976, p.182). No final da década de 1960, outro grupo assumiu a revista dos *Annales*, formando uma Terceira Geração que levou “(...) mais adiante o projeto de Febvre, estendendo as fronteiras da história de forma a permitir a incorporação da infância, do sonho, do corpo e, mesmo, do odor” (BURKE, 1997, p.79). Mais uma vez a história política ficaria relegada a um segundo plano!

A “ressurreição” da história política aconteceu anos mais tarde, mais precisamente na década de 1970, quando uma grande quantidade de publicações sobre o assunto é verificada em âmbito acadêmico (REMOND, 1996, p.26). A partir de então, acontece uma verdadeira viragem nos estudos sobre o assunto, afirmando René Remond que “(...) sua transformação é um bom exemplo da maneira como uma disciplina se renova sob a pressão externa e em função de uma reflexão crítica”. (REMOND, 1996, p.26). Uma das razões preponderantes para essa retomada, segundo a historiadora Angela de Castro Gomes, “(...) é justamente o fato de o conceito de cultura política permitir explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades” (GOMES, 2005, p.30). O exercício historiográfico utilizando o conceito de cultura política ampliou ainda mais os estudos sobre o universo da política. O Estado, a partir do olhar dessa “nova” história política, não seria mais o centro das atenções, a única e exclusiva formuladora e mantenedora das ações políticas, com as suas leis e seus governantes.

Ao se afastar das idéias que vinculavam a cultura histórica à “escola da cultura política” estadunidense, outras possibilidades surgiram e um horizonte de expectativas tornou a ampliar os olhares dos historiadores, antropólogos e sociólogos sobre o assunto. Os estudos sobre cultura política...

“(...) passaram, sobretudo, a levar em conta conceitos como o de paixão e o de desejo e a refletir como estas paixões e estes desejos terminam por serem determinantes dos comportamentos e condutas dos indivíduos ou dos grupos diante da sociedade e da política” (CITTADINO, 2007, p.53).

Por esse conjunto de fatores, o conceito passou a integrar, em seus estudos, fenômenos políticos de média e longa duração. Entretanto, assim como podemos pensar em mais de uma Cultura Histórica em relação a um determinado passado, os historiadores que se debruçam sobre o conceito afirmam que pode haver uma diversidade de culturas políticas existentes em um determinado tempo histórico, em qualquer sociedade.

Competindo entre si, complementando-se, entrando em rota de colisão, a multiplicidade de culturas políticas não impediria, contudo, a possibilidade de emergência de uma cultura política dominante, em certo lugar, em certas conjunturas. (GOMES, 2005, p.31)

Em relação a “Nova” História Política, não poderíamos deixar de citar as contribuições deixadas por Roger Chartier para a ampliação do conceito de cultura política. O estudo empreendido por Chartier sobre as representações em suas diversas nuances (idéias, imagens e formas simbólicas) tornou-se ferramenta obrigatória para uma análise da cultura política no campo da História. Definido por Ângela de Castro Gomes numa tripla dimensão:

‘(...) primeiro as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem; em seguida, as formas de exibição do ser social ou do poder político tais como as revelam signos e *performances* simbólicas através da imagem, do rito ou daquilo que Weber chamava de ‘estilização da vida’; finalmente, a ‘presentificação’ em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade e estabilidade’. (CHARTIER, *apud* GOMES, 2005, p.32)

1.2 Novas abordagens sobre a “Era Vargas”.

Ao longo de todo o trabalho se fez necessário a leitura de alguns autores – em sua maioria historiadores – que se debruçaram sobre a conjuntura política nacional no pós-“Revolução” de 1930, perpassando os anos do Governo Provisório encabeçado por Getúlio Dornelles Vargas, um dos chefes da propalada “Revolução”, e o golpe de Estado que culminou com a implantação do chamado Estado Novo (1937-1945). Além desse percurso, continuamos a nossa caminhada analisando os acontecimentos que culminaram com a deposição do ditador Getúlio Vargas, levando a um período de redemocratização do país. A partir de então, se iniciam novas disputas para os cargos eletivos nas eleições realizadas nos anos subseqüentes – 1945, 1947 e 1950 – levando Vargas novamente ao poder, através de eleições diretas em 1950. Embora o cerne de nossas análises não esteja ligado diretamente aos aspectos da política nacional, foi imprescindível realizarmos esse percurso, pois além da ampliação do embasamento teórico sobre o referido assunto, entendemos que os acontecimentos, descritos acima, reverberaram efetivamente sobre a conjuntura política do Estado da Paraíba durante as três primeiras décadas após o fim da chamada República Velha.

Esses estudos nos mostram que a chamada “Era Vargas” passou a ser alvo de análises inovadoras, que buscaram compreender esse período a partir de novas concepções históricas, desenvolvidas no final da década de 1970 e início dos anos 80. Os debates surgem em torno das práticas políticas empreendidas por Vargas, sob as bases de um modelo nacionalista/desenvolvimentista e populista. Os conceitos que são atribuídos a esse longo período – autoritarismo, totalitarismo, populismo, fascismo, entre outros – passaram a ser alvo de críticas, pois quando comparamos os estudos realizados sobre outros regimes, contemporâneos ao Estado Novo, e que possuíam essas mesmas características (GERTZ, 1990, p.112), percebe-se que existe um número limitado de estudos sobre o período estadonovista.

Na esteira desses estudos – que buscaram uma nova forma de pensar, e repensar os períodos de 1930-45/1950-1954 – estão as análises dos historiadores que se voltam para o estudo do movimento operário, antes feito pelos sociólogos e cientistas políticos. Estes recusam as antigas teses predominantes até os anos 60 e 70, que insistam na fragilidade, e na manipulação de Vargas sobre os movimentos sindicais e sobre os trabalhadores brasileiros. Os teóricos que trabalham com a categoria “populista”, afirmam que não houveram interlocuções entre o Estado e

o proletariado, ao contrário, é enfatizada a passividade dos trabalhadores que foram cooptados e iludidos pelas leis trabalhistas. Na tentativa de explicar esta passividade da classe trabalhadora, alguns historiadores, a exemplo de Francisco Weffort, em “O populismo na política brasileira” (1978), e Octávio Ianni, na obra intitulada “A Formação do Estado Populista na América Latina” (1989), recorrem a “teoria da modernização”, elaborada pelo sociólogo argentino Gino Germani, nos anos 50. Amplamente difundida por toda a América Latina, esta teoria afirmava que na perspectiva sociológica “(...) o populismo era caracterizado como um momento de transição de uma sociedade tradicional para a moderna (implicando um deslocamento do campo para a cidade, do agrário para o industrial” (CAPELATO, 1998, p.186). Dentro da perspectiva política, “(...) o populismo foi entendido como uma etapa de desenvolvimento de sociedades latino-americanas que não conseguiram consolidar uma organização e ideologia autônomas” (CAPELATO, 1998, p.186).

Em contraposição a estes pensadores, surgiu a renomada tese da autora Angela de Castro Gomes sobre “A Invenção do Trabalhismo” (1988), que explica a adesão dos trabalhadores a política varguista a partir de uma dupla troca de conveniências entre o Estado e o proletariado. O cerne desta tese “(...) era investigar a história da constituição da classe trabalhadora no Brasil, atribuindo-lhe, durante todos os ‘tempos’, um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades” (GOMES, 2001, p.46). Neste trabalho, a autora se recusa a atribuir aos trabalhadores uma posição política passiva, entendendo que os trabalhadores possuíram um papel ativo nos constantes diálogos com o Estado: “(...) reconhecer um diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados mas igualmente capazes não só de se apropriar das propostas político-ideológicas um do outro, como de relê-las” (GOMES, 2001, p.46).

Este trabalho de Angela de Castro influenciou diretamente outros historiadores, e um deles foi Jorge Ferreira. Teórico importante, publicou diversos livros a respeito do assunto, e também defende a idéia de “trabalhismo” no lugar do “populismo”. No seu texto, “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira” (2001), o autor procura reconstruir a história do populismo no Brasil, abordando a relação dos trabalhadores com o Estado no período de 1930-1945. Para ele, os trabalhadores não seriam meros objetos da manipulação política de Vargas, ao contrário, teriam participação importante nas interlocuções com o Estado, possuindo uma certa autonomia para realizar escolhas. Jorge Ferreira afirma que não compreende:

(...) a expressão (populismo) como um fenômeno que tenha regido as relações entre Estado e sociedade durante o período de 1930 a 1964 ou como uma característica peculiar da política brasileira naquela temporalidade, pois sequer creio que o período tenha sido ‘populista’, mas sim, como uma categoria que, ao longo do tempo, foi imaginada, e portanto construída para explicar essa mesma política (FERREIRA, 2001, p.64).

Para estes autores, o antigo conceito de “populismo”, excluía a relação de troca. A idéia de cooptador e cooptado daria um poder ao Estado Vargasista que jamais possuía durante todo o primeiro período em que Vargas esteve a frente do Executivo, e ainda, excluía qualquer participação dos trabalhadores durante todos esses anos. O papel secundário, dado aos trabalhadores no Brasil, ainda é defendido e utilizado por muitos teóricos, mas igualmente “(...) vem sendo sistemático e fortemente criticado, e mesmo abandonado, por integrantes da mesma academia” (FERREIRA, 2001, p.20).

1.3 José Américo de Almeida: diferentes fases da vida pessoal, da carreira pública e política.

Em âmbito local, nas obras dos autores paraibanos Juarez da Gama Batista (1965), José Rafael de Menezes (1967), Abelardo Jurema (1985), Benedito Maia (1992), Gonzaga Rodrigues (1977) (1993), José Octávio de Arruda Melo (1982) (2000), Oswaldo Trigueiro (2004), Joaquim Osterne Carneiro (2004) e em outros, a exemplo da obra do historiador francês Jean Blondel (1957), faltaram abordagens mais específicas sobre o governo de José Américo, abrindo assim espaços para outras análises.

Desde a morte de João Pessoa, fato esse que serviu de pretexto para a “Revolução” de 1930, três grandes nomes se destacaram na política paraibana quebrando com a hegemonia do antigo bloco oriundo da escola política da primeira República liderada por Epitácio Pessoa. José Américo de Almeida, Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro dominaram o cenário político durante os trinta anos subsequentes a “Revolução” de 1930 e juntos, os três governaram a Paraíba por mais de quinze anos (Argemiro de Figueirêdo: 1936-1939; Ruy Carneiro: 1940-1945 e José Américo: 1951-1956).

O período em que Argemiro de Figueiredo exerceu o cargo de interventor já fora estudado pela professora Dr^a. Martha Falcão, pesquisa essa que rendeu o livro “Poder e Intervenção Estatal

- Paraíba: 1930-1940”. Por outro lado, a interventoria de Ruy Carneiro já foi estudada pela professora Dr^a. Monique Cittadino através do projeto de pesquisa intitulado “Estado Novo na Paraíba: A interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945)”, período esse de grande importância e que também não tinha sido ainda estudado em sua totalidade. Dessa forma, o único governo que ainda não havia recebido a merecida importância foi o de José Américo, o fundador da Universidade Federal da Paraíba:

Os três encarnaram figuras de formação diversa, cada qual com as suas idiossincrasias, virtudes notórias e defeitos característicos. (...) Dos três suponho que José Américo provavelmente resistirá mais a erosão do tempo, quero dizer, terá prazo mais dilatado perante a posterioridade (MELLO, 2004, p.112).

Neste panorama histórico da política paraibana, surgiu a questão primordial norteadora do projeto proposto na seleção do programa de pós-graduação: quais os direcionamentos políticos, assistenciais/populistas, instituídos na Paraíba ao longo dos anos de 51-56 durante o governo de José Américo? De imediato a esta problemática de fundo alguns questionamentos surgiram durante o transcorrer da pesquisa: 1. Como se forjou a carreira pública e política de José Américo de Almeida, que de promotor público da longínqua cidade de Sousa, chegou a candidato a Presidência da República, opondo-se a Getúlio Vargas em 1937? 2. Como se dá a passagem de governo de Oswaldo Trigueiro para José Américo, quais as mobilizações políticas instituídas no Estado antes da eleição de 1950 e a influência destas para a vitória de José Américo sobre (Coligação Democrática Paraibana) sobre Argemiro de Figueiredo (Aliança Republicana), lembrando que José Américo fora um dos líderes e fundadores da UDN deixando o partido para ser o candidato “natural” pela CDP, vaga essa ocupada na UDN por Argemiro de Figueiredo? 3. Como José Américo estrutura, no estado paraibano, uma verdadeira indústria da seca a partir de ações assistenciais/populistas adotadas contra a seca que assolou diversos municípios entre os anos 1951-1952 e quais os grupos políticos que se beneficiam desta política?

Respondendo essa primeira indagação – mais precisamente o nosso primeiro objetivo específico – elaboramos o capítulo intitulado “**José Américo de Almeida: o menino de engenho que se tornou candidato a presidente da República em 1937**”. Nele tratamos dos primeiros passos da vida e da carreira pública de José Américo, enfatizando a nossa dificuldade em relação a idéia de tentar recompor uma parte do seu perfil político, pois além de possuir uma vigorosa carreira pública, tornou-se um dos maiores escritores regionalistas da história literária do país.

Dessa forma, procuramos expor os acontecimentos que levaram José Américo a sair da pequenina e fria cidade onde nascera – Areia-PB – para “ganhar asas” e ampliar os seus horizontes na Faculdade de Direito em Recife, além de apontar quem foram as pessoas que ajudaram na composição e projeção de sua carreira pública e política, a exemplo do tio, monsenhor Walfredo Leal, e de João Pessoa, Presidente da Paraíba.

Enfatizaremos o importante papel assumido por José Américo entre os conspiradores que planejaram a chamada “Revolução” de 1930, tornando-se “Chefe da Revolução no Norte”. Com a instauração do Governo Provisório liderado nacionalmente por Getúlio Vargas, José Américo é empossado Ministro da Viação e Obras Públicas em novembro de 1930 e, a partir de então, definiu como prioridade de sua gestão a política de combate as secas na região Norte do Brasil, pois uma grave seca assolava essa região do país. Os dados lançados por nós durante essa parte do trabalho – tabelas descrevendo o quantitativo de açudes privados construídos, os locais onde os açudes públicos foram erguidos, o gasto realizado a partir de obras construídas pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), dentre outros – comprovam o re-estabelecimento da indústria das secas fomentada justamente com os recursos do Ministério da Viação e Obras Públicas, consolidada a partir dos discursos de que a seca precisava ser combatida através das soluções hidráulicas e de pavimentação. Assim, José Américo passou a dominar o cenário político de toda a região Norte e, mais especificamente, do estado da Paraíba, consolidando as bases do que viria a ser chamado de “americismo”¹¹

Decepcionado com os rumos que a política paraibana havia tomada com a ascensão de Argemiro de Figueiredo após as eleições de 1934, veremos que José Américo “abandonou” o comando das articulações políticas locais, entrando numa fase de “auto-exílio” político que só seria interrompida 3 anos depois com a sua candidatura a presidência da República em 1937. Finalizando essa parte de nosso trabalho, veremos como Getúlio Vargas tenta desarticular o processo eleitoral se utilizando do discurso de que existiam forças conspiratórias – os comunistas do Partido Comunista do Brasil; e os fascistas da Ação Integralista Brasileira – que almejavam

¹¹ Corrente política majoritária encabeçada por José Américo – formada por políticos, empresários, fazendeiros, dentre outros – que assumiu as rédeas da estrutura administrativa e econômica do estado paraibano, indicando os nomes dos primeiros interventores após a “Revolução” de 1930 – Anthenor Navarro e Gratuliano de Brito – beneficiando os seus confrades com as construções de açudes, pavimentação de estradas em propriedades privadas e públicas, além dos cargos políticos assumidos por estes. A materialização dessa política veio com os resultados das eleições de 1934, quando o Partido Progressista, liderado pelo ministro da Viação e Obras Públicas, se tornou o grande vencedor, recebendo cerca de 80% dos votos, elegendo o governador Argemiro de Figueiredo – através do voto indireto – e oito, dos nove deputados federais, além de mais vinte e sete deputados estaduais, das trinta vagas disponíveis (CITTADINO, 2006, p.71).

golpear a democracia brasileira, trazendo riscos ao programa “revolucionário” de governo instituído desde 1930. Com isso Vargas – ao lado dos generais Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro – dá um golpe de estado, implantando um longo período ditatorial batizado de Estado Novo (1937-1945).

Para a composição desse capítulo, utilizamos diversas fontes primárias, a exemplo do jornal *A União* – que se encontra na biblioteca particular do Sr. Maurílio de Almeida – cuja leitura se deu por amostragem, sobre algumas notícias referentes aos aspectos anteriormente citados, dados que foram de vital importância para o desenrolar da pesquisa, pois além de ser o maior jornal em circulação da época, tratava-se de um órgão oficial do governo. Utilizamos também três importantes relatórios oficiais publicados na forma de livros: 1º *A Paraíba e seus problemas* (1923); 2º *“O ciclo revolucionário do Ministério da Viação”* (1934); 3º *“Barragens do Nordeste do Brasil”* (DNOCS-1982). Também lançamos mão de bibliografia secundária, utilizando algumas obras indispensáveis para a composição deste capítulo, a exemplo de *“O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida”* (1984), de Aspásia Camargo. Para compor parte da trajetória inicial da vida de José Américo, utilizamos o seu último livro, intitulado *“Memórias: antes que me esqueça”* (1976). Além destas, outras obras foram de fundamental importância para que pudéssemos analisar as articulações políticas e as diversas feições assumidas pelas personagens que encabeçaram os jogos e teatros da política nacional: *“O populismo na política brasileira”*, de Francisco Weffort (1978); *“Elegia para uma re(li)gião”*, de Francisco Oliveira (1981); *“De Getúlio a Castelo Branco”* (1930-19634), do brasilianista Thomas Skidmore (1982); *“Para uma introdução ao imaginário político”* de Raoul Girardet (1987); *“O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”*, da historiadora Angela de Castro Gomes (2001); *“O nome e coisa: o populismo na política brasileira”*, escrito por Jorge Ferreira (2001). Entretanto, superada a análise da conjuntura política nacional, adentramos numa seara mais específica, ou seja, nos meandros da política paraibana a partir da leitura das seguintes obras: *“Política e parentela na Paraíba. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar”*, da historiadora estadunidense Linda Lewin (1933); *“Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889/1930)”*, de Eliete Gurjão (1994); *“Poder Local e Ditadura Militar: o Governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971)”* (2006), da historiadora Monique Guimarães Cittadino (2006); *“Tragédia e desilusão: a representação do Nordeste na Obra de José Américo de Almeida”*, dissertação de mestrado de Hélder Viana (1995); *“Raízes da indústria da seca: o*

caso da Paraíba” (1993), de Lucia de Fátima Guerra Ferreira; “Rastros na areia: solidão e glória de José Américo”, da secretária de José Américo, Maria de Lourdes L. Luna (1994); dentre outros.

Interessante ressaltar que, a princípio, esse capítulo quase biográfico sobre José Américo não estavam em nossos planos, pois finalizaríamos o nosso trabalho abordando o retorno dele ao Ministério da Viação e Obras Públicas em 1953, “abandonando” temporariamente o governo da Paraíba, cargo para o qual foi eleito em outubro de 1950. Esse episódio nos chamou a atenção, pois acreditamos que esse é um caso único na história da política brasileira, onde um governador deixa o cargo, a pedido do Presidente da República, para assumir um ministério e depois retorna ao poder, tudo isso com o consentimento dos deputados e senadores do Estado. Todavia, pelo curto espaço de tempo que teríamos para realizar essa longa empreitada, foi decidido pelos professores avaliadores de nossa dissertação – durante a chamada “qualificação do trabalho – que seria mais prudente realizarmos um estudo sobre esse recorte temporal acima descrito.

O segundo capítulo recebeu o título **“Disputas de vidas e mortes: a vitória do americanismo”**, por sugestão do Prof. Dr. José Jonas Duarte da Costa. Nele trazemos o panorama político vivenciado no estado paraibano desde o período de “redemocratização” do país, as composições partidárias e os resultados da primeira eleição do país e, em especial, na Paraíba após o fim do Estado Novo. Verificamos, a partir desse momento, as primeiras vitórias da base americanista dentro da União Democrática Nacional, partido que José Américo ajudou a fundar em 1945. No ano de 1947, descobrimos que Argemiro de Figueiredo terminou conquistando a liderança da UDN, mas perdeu a maior parte das articulações políticas para José Américo no Estado paraibano, principalmente em seu “curral eleitoral”, Campina Grande. Passando pelos acontecimentos que levaram a saída de José Américo da UDN, em 1948, buscamos compreender como se deu as articulações entre o Partido Social Democrático (PSD), José Américo, na condição de antigo udenista, e diversas outras figuras políticas importantes, a exemplo de Ruy Carneiro, José Joffly, João Fernandes de Lima, dentre outros – levando ao surgimento de uma candidatura única sob a chapa intitulada Coligação Democrática Paraibana (CDP). Do outro lado, teremos a campanha de Argemiro de Figueiredo pela UDN e pelo Partido Republicano (PR) que foi criado por alguns dissidentes pessedistas, dentre eles José Pereira Lyra, concunhado de Ruy Carneiro e Ministro Chefe da Casa Civil do governo do General Eurico Gaspar Dutra. Além desse apoio, Argemiro contava ainda com a máquina governamental a seu favor, pois nessa época

o seu aliado, Oswaldo Trigueiro, que ainda era o Governador do Estado. Dessa forma, forjou-se a chapa situacionista, intitulada Aliança Republicana (AR). Analisamos também o papel dos grupos privados e a participação destes na composição das duas chapas durante a campanha.

Veremos que a população paraibana vivenciou em 1950 a mais acirrada e conturbada campanha eleitoral de todos os tempos, pois essa disputa para governador do Estado levou a inúmeros confrontos entre os partidários das duas coligações, levando ao trágico episódio ocorrido no dia 9 de julho, na Praça da Bandeira, com a morte de três pessoas e dezenas de feridos. Por se tratar de um acontecimento que ganhou espaço em diversos meios de comunicação em âmbito regional e nacional, analisamos os motivos que ocasionaram o conflito e os verdadeiros culpados por essa tragédia. A campanha ainda envolveu a religiosidade dos paraibanos, quando ambas as partes envolvidas no pleito utilizaram diversos trechos da Bíblia para legitimar as suas candidaturas, aproveitando-se também da imagem do padre Cícero Romão, o “milagroso” padre do Juazeiro do Norte. Os hinos das duas campanhas figuram entre os aspectos mais interessantes desse período, pois as letras trazem um pouco da nossa cultura política e histórica. A veiculação das campanhas a partir dos jornais A União – ligado a CDP – e A Imprensa – atrelado a AR – também expressam um pouco dos acirramentos, animosidades e interesses parciais que envolviam os grupos que estavam por trás desses veículos de comunicação.

Para o desenvolvimento desse capítulo utilizamos novamente fonte primária, incluindo algumas notícias dos jornais: A União, Diário da Borborema, A Imprensa, Jornal do Brasil, O Norte e Diário de Pernambuco. Entendemos aqui que o jornal além de ser uma fonte de informação de extrema importância, deve ser pensado como um espaço que contém intenções diversas: o editorial que é o espaço de identidade do órgão; a visão dos cronistas, que trazem uma reflexão mais ampla sobre os acontecimentos daquele presente histórico, por isso entendemos aqui que estes possuem um importante papel para a cultura política e histórica desse período, pois embora não sejam historiadores de profissão, trazem uma leitura sobre a sociedade da época, uma leitura sobre o presente histórico; as imagens fotográficas atreladas às reportagens escritas como textos informativos, dentre outros.

Em relação à bibliografia secundária, seguem algumas importantes obras: “As condições da vida política no Estado da Paraíba” do historiador francês Jean Blondel (1957); “Lutas de Vida e de Morte” de Josué Sylvestre (1982); “José Américo: um homem do bem comum”, de José

Rafael de Menezes (1967); Coronelismo, Enxada e Voto, de Victor Nunes Leal (1975); “A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”, de Angela de Castro Gomes (1998); Populismo e golpe de Estado na Paraíba, de Monique Cittadino (1998); dentre outros. Além da utilização da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, estamos utilizando alguns relatos orais, entrevistando algumas pessoas que vivenciaram esse período, a exemplo do Sr. Mário Araújo, sobrevivente da “chacina da Praça da Bandeira” e irmão de Félix Araújo; da Sra. Lourdes Lemos, secretária do próprio José Américo.

No terceiro e último capítulo, batizado de **“Obras, assistencialismo e a imprensa no Governo José Américo”**, abordamos, inicialmente, a “herança maldita” deixada pelos dois governos udenistas anteriores – Oswaldo Trigueiro e José Targino – incluindo os gastos astronômicos com a construção da barragem de Marés e a enorme dívida pública herdada pelo novo governo. A partir do início de seu mandato de governador, percebemos como José Américo re-estabelece a indústria da seca a partir do velho discurso de que para combater a seca que atingiu novamente a Paraíba nos anos de 1951-1952, era necessário uma série de soluções hidráulicas e de pavimentação, medidas assistencialistas que favoreceram determinados grupos – compostos por políticos, empresários, fazendeiros, dentre outros – atrelados politicamente ao governador. Também é o possível ver uma maior captação de recursos para o estado paraibano, a partir do momento que José Américo passou a ser o interlocutor entre os governadores dos estados atingidos pela grave estiagem e o Executivo Federal, na pessoa do presidente da República, Getúlio Vargas.

Nessa parte do trabalho, entrevistamos o Sr. Severino Amaro Guimarães, um dos operários que trabalharam na construção da barragem de Boqueirão, localizada no município de Cabaceiras-PB. O seu depoimento foi de fundamental importância para que pudéssemos entender melhor como se deu essa política de construção de açudes e barragens, de construção e pavimentação de estradas, como eram selecionados os trabalhadores e quais as reais condições de trabalho e moradia nos acampamentos em torno das edificações. Por último, vimos como parte da imprensa nacional e, em especial, do Estado paraibano se comportou durante a seca de 1951-1952, no princípio do governo americista. De um lado, aqueles que propagaram a idéia de que José Américo foi o “salvador” das populações vítimas das secas não só da Paraíba, mas como de todo Nordeste. Do outro, o jornal paraibano A Imprensa – pertencente a Arquidiocese do estado – que se tornou o principal porta-voz da oposição, desferindo inúmeras críticas em relação ao

descaso das autoridades públicas que nada faziam em relação ao aumento exorbitante do custo de vida da população; contra o sistema educacional paraibano, após uma série de demissões e transferências que foram realizadas com o aval do governador do Estado, após assumir o mandato, sem justificativas plausíveis.

A profunda experiência e o estudo *in loco* sobre períodos de estiagem e de fome no Nordeste levaram José Américo a sustentar a tese de que a seca não era causada pelo subdesenvolvimento do povo nordestino e nem derivava exclusivamente das questões físico-climáticas, os problemas partiam da visão econômica e dos mecanismos da administração pública, principalmente por parte do Governo Federal. É essa a questão que norteará o presente capítulo, o confronto desse discurso com as ações políticas em relação a essa “tragédia natural” durante os anos de 1951-52.

Quanto à metodologia do capítulo, catalogamos e fichamos algumas notícias existentes nas várias caixas (ao todo são 10 caixas) que se encontram no Arquivo Público do Estado da Paraíba (Espaço Cultural), referentes ao período, documentação de fundamental importância para a composição do nosso trabalho. As caixas possuem, em sua maioria, assuntos relacionados a: decreto-lei criando o Departamento de Águas Rurais (D.A.R.); desvio do dinheiro do DNER para a construção de açudes e barragens; proibição do transporte de retirantes da seca; cópia da carta original enviada ao presidente Getúlio Vargas pedindo ajuda no combate aos problemas gerados pela seca; relatório expedido pelo Secretário de Agricultura sobre a situação dos municípios de Bananeiras, Araruna e Serraria; envio de caminhões-tanque à alguns municípios afetados pela seca; construção de barragens; distribuição de leite em pó pela Fundo Internacional de Socorro a Infância (FISI) nas zonas afetadas pela seca.

A Fundação Casa José Américo de Almeida é outro importante local que foi pesquisado por nós, pois abriga uma enorme quantidade de documentos referentes à vida de José Américo, como jurista, escritor, poeta e político. Sobre o governo e o período da seca podemos encontrar diversas notícias: relatórios de vários secretários, a exemplo do relatório do Secretário de Finanças (João Jurema) onde ele descreve todas as ações realizadas por esta secretária no primeiro ano de governo (31/01/51 a 31/12/51); relatório encabeçado por José Américo sobre Mesa Redonda de governadores do Nordeste onde o foco era a seca de 1951-52, contendo planejamentos, sugestões, objetivando o fortalecimento da economia nordestina e a integração desta, no quadro da economia nacional; relatórios expedidos pelo “*Chefe da Comissão de*

Pesquisa sobre o êxodo na Paraíba”, Hidelbrando Menezes, referente ao êxodo populacional em vários municípios do estado: Campina Grande, Pilar, Itabaiana, Ingá, Sapé, entre outros; relatório sobre a compra de 3.000 sacos de arroz distribuídos gratuitamente, por ordem do governador, nos municípios afetados pela seca e em instituições de caridade; sobre a imigração de japoneses para o desenvolvimento da agricultura no estado; relatório referente a restauração da cultura cafeeira no estado, apresentado por Raimundo Martins da Silva, “*Chefe da Secção do Café*”. Um arquivo histórico único e sem precedentes na Paraíba.

Em relação a fonte primária, além do jornal A União, utilizamos algumas matérias do jornal A Imprensa. O trabalho consistiu em fotografar as principais notícias dos jornais, anotando em um caderno os dias e as páginas das matérias fotografadas, principalmente aquelas que se referiam as ações da administração americista e a seca de 1951-1952. Como exemplo desse enorme trabalho, citamos a extração das principais notícias do jornal A União sobre esse período. Foram tiradas cerca de 1160 fotografias, ou seja, mais de 900 matérias foram registradas, pois muitas delas possuem duas, três e, até mesmo, seis páginas. Após realizar uma nova triagem sobre o material fotografado, foram impressas centenas de matérias sobre o referido assunto. Um verdadeiro trabalho de garimpo e de meticulosa observação! Também trabalhamos com relatórios oficiais do governo: o primeiro traz um balanço sobre os primeiros meses da atuação de José Américo a frente do Executivo Estadual, intitulado “Um trimestre de administração” (1951); e o segundo, bem mais robusto, apresenta as obras realizadas durante um ano e três meses dessa gestão e foi entregue aos deputados estaduais da Paraíba – “Mensagem a Assembléia Legislativa” (1952).

Para concluir essa nossa parte não poderia esquecer-nos da entrevista realizada com dois operários que participaram da construção da barragem de Boqueirão, atual açude Epitácio Pessoa: o Sr. Severino Amaro Guimarães (Campina Grande) e o Sr. José Pereira Sobrinho (Cabaceiras), figuras com grande capacidade de recordação, nos trouxeram diversas informações sobre a construção do açude de Boqueirão, localizado no município de Cabaceiras, e sobre a seca de 1951-1952, fonte histórica de fundamental importância para uma melhor realização do trabalho.

CAPÍTULO II – José Américo de Almeida: o menino de engenho que se tornou candidato a presidente da República em 1937.

Falar sobre José Américo de Almeida é sempre uma tarefa difícil, pois poucas pessoas conseguiram articular, tão bem, duas carreiras importantes como ele o fez: ser um homem público de grande proeminência e, ao mesmo tempo, um escritor com projeção nacional e, porque não dizer, internacional. Na definição da historiadora Aspásia Camargo, José Américo seria “(...) muito mais que o personagem de um ciclo histórico: é a expressão viva de um estilo em colóquio com os desafios do seu tempo. O grande orador de massas foi também o administrador austero e o intelectual introspectivo” (CAMARGO, 1984, p.2).

Como homem público, ocupou inúmeros cargos importantes, dentre os quais podemos destacar: Procurador Geral do Estado (1922); Secretário de Segurança e Assistência Pública do governo de João Pessoa (1928); Interventor do Estado e Chefe do Governo Central do Norte (1930); Ministro da Viação e Obras Públicas do governo provisório pós “Revolução” de 1930 (1930-1934); Ministro do Tribunal de Contas da União (1935); Senador pela Paraíba (1947); Governador do Estado da Paraíba (1951-1953/1954-1956); novamente Ministro da Viação de Obras Públicas (1953-1954).

Como escritor, publicou diversos livros: Reflexões de um cabra (novela - 1922); A Paraíba e seus problemas (ensaio - 1923); A Bagaceira (romance regionalista - 1928); O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação (1934); O Boqueirão e Coiteiros (novelas - 1935); Secas do Nordeste (exposição na Câmara Federal - 1935); Ocasos de sangue (crônica - 1954); Discursos do seu tempo e A palavra e o tempo (1965); O ano do Nego (memórias -1968); Eu e Eles (memória - 1970); Quarto minguante (poesias - 1973); e Antes que me esqueça (memória - 1976). De todas as suas obras, a de maior projeção foi indubitavelmente A Bagaceira, obra que, segundo Guimarães Rosa, “(...) abriu para nós os caminhos do moderno romance brasileiro” (*apud* ALMEIDA, 1989, p.8). Por sua contribuição intelectual, tomou posse na Academia Brasileira de Letras ocupando a vaga de Tobias Barreto em 1967. Interessante ressaltar que a maioria das preocupações surgidas ao longo da sua trajetória política reverberou na figura do escritor e estiveram presentes, de uma forma ou de outra, em suas obras literárias, contudo:

(...) nem sempre tais questões estiveram colocadas de forma direta e pessoal. (...) A Obra de José Américo é uma obra engajada, que mesmo se revestindo de um discurso regionalista homogeneizador, visa instituir uma

imagem da realidade a partir de referências particulares (VIANA, 1995, pp.5, 8).

Entretanto não é nossa pretensão abraçar essa imensa trajetória, pois seriam anos de pesquisa e dedicação, além do que o nosso trabalho insere-se na perspectiva de um estudo sobre o homem público, ou seja, buscaremos aqui compreender quais os caminhos percorridos por José Américo para alcançar os vários cargos importantes que ocupou e quais as influências externas (pessoas ligadas a ele, por parentesco ou não) que contribuíram para a construção da sua personalidade política, legitimando a sua ascensão.

2.1 Primeiros passos da vida e da carreira pública de José Américo de Almeida.

Em uma sexta-feira, as duas da manhã do dia 10 de janeiro de 1887, nascia José Américo de Almeida, um ano antes da abolição da escravatura (1888) e dois antes da Proclamação da República (1889). Segundo filho do casal¹² Inácio Augusto de Almeida – dono de um pequeno engenho e de uma criação bovina – e da senhora Josefa Leopoldina Leal de Almeida, uma dona de casa. Foi batizado com o sobrenome “Américo” por idéia da mãe, pois queria diferenciá-lo dos vários “Josés de Almeida” que nasceram na região e por ser uma admiradora do conterrâneo mais ilustre da cidade de Areia, o pintor oficial do Império, Pedro Américo.

Nascera no engenho Olho d’Água, nas proximidades da cidade de Areia, localizada na microrregião do brejo paraibano, a 126 Km da capital do estado. Esse engenho tinha sido propriedade de seu avô paterno, Augusto Clementino de Almeida e Albuquerque, “(...) um velhinho asseado, risão, conversador e de andar firme. (...) Pertencia a uma família de senhores de engenho” (ALMEIDA, 1976, pp.18 e 19). A avó materna chamava-se Arcanja de Almeida e Albuquerque, morrera de uma cólera-morbo quando o pai de José Américo tinha apenas 5 anos. Existe uma insuficiência de dados sobre a árvore genealógica de sua família, restando apenas algumas linhas sobre os seus antepassados que o próprio José Américo descreve no livro “Memórias: antes que me esqueça”: “O tronco da família veio de Portugal. Só conheço a

¹² Segundo José Américo, não houve muita ternura na convivência familiar, tornou-se órfão de pai muito cedo. Poucas vezes em que se referiu a esse assunto ele afirmou: “(...) Nunca me tomou nos braços (o pai), nem me sentou na perna, mas excedia-se de cuidados. (...) Cuidadosa mas sem carinhos (a mãe); menos afetuosa que devotada. O apelido na família era a única ternura... Todos a temiam mas raramente nos castigava” (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984, p.20). Essa criação de poucos afagos e bastante cuidados renderam-lhe a personalidade de temperamento forte e fechada, assim definida por ele: “(...) sem ser abraçador, fazia amizades”, porém, “(...)sem deixar de ser seco” (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984, p.20).

ascendência até 1700, começando com José Gomes de Almeida. Meu bisavô paterno foi Luiz José de Almeida” (ALMEIDA, 1976, p.58).

Do lado da mãe, a descendência também era portuguesa, pois o seu bisavô, chamado José Antônio dos Santos Leal, era filho de um português. Mudando-se para a Paraíba – por razões não definidas –, instalou-se na cidade de Alagoa Grande onde conhecera uma moça natural de Cabaceiras (ou São João do Cariri, não se sabe ao certo), com quem se casou e, tempos depois, seria levado, por influência dela, a morar junto com os parentes da moça na cidade de Areia. Tornou-se um dos grandes proprietários de terras da região do Curimataú, adquirindo a fazenda Jandaíra, nas imediações de Areia, local onde nascera a avó materna de José Américo, chamada Maria Emília dos Santos Leal, a “ponta de rama” de uma prole generosa: 13 filhos ao todo¹³. Sua avó casou-se com um primo legítimo, chamado Matias Soares. Dentre os irmãos de sua avó-materna, destacou-se Joaquim José dos Santos Leal¹⁴, figura proeminente na cidade de Areia,

¹³ Ao chegar a Areia, José Antonio Leal já tinha 4 filhos, todos nascidos em Pernambuco. Além de Maria Emília, avó materna de José Américo, os outros filhos e filhas que nasceram na Paraíba foram: “José, Joaquim, Antônio, Claudino, Rufino, Manuel, Joana, Francisca, Maria Paulina, Justina e Umbelina” (ALMEIDA, 1976, p.75).

¹⁴ Também conhecido como “major Quincas”, assumiu a responsabilidade de dar continuidade aos negócios da família quando José Antonio dos Santos Leal faleceu no dia 8 de maio de 1834. “Foi um político poderoso e um lutador, (...) Derrotado como um dos chefes da Revolução Praieira, em Areia, onde fizera frente à coluna do cel. Feliciano Falcão, Joaquim dos Santos retirou-se para a fazenda Jandaíra, fugindo a perseguição desencadeada contra a sua pessoa e os seus. Sua própria mãe tivera a casa arrombada e saqueada” (ALMEIDA, 1976, p.75). Praticamente destruiu todo o prestígio da família Santos Leal se envolvendo em um episódio que chocou a população da cidade de Areia, além de ser o responsável pela ruína econômica e pessoal de seus irmãos. Aos 32 anos de idade Joaquim dos Santos Leal tornou-se amante de uma viúva chamada Carlota Lúcia de Brito que chegara do Pajeú de Flores, em 1845, depois de ter o marido assassinado. A viúva comprou uma fazenda de nome Cantinhos, nas imediações da cidade de Areia, e lá passou a viver com uma filha, chamada Jovina, e com os escravos e criados que trouxe alegando fugir da seca que devastava os sertões. O poder político da região era disputado por Joaquim dos Santos Leal, líder do Partido Liberal, e por Trajano Alípio de Holanda Chacon, “(...) antigo deputado e antigo presidente da Província, era chefe do Partido Conservador em Areia” (ALMEIDA, 1976, p.75). Francisco Chacon e Carlota passaram a entrar em atrito constante e em uma dessas discussões, Carlota ameaçou-lhe de morte. No dia 5 de setembro de 1849, Carlota cumpriu com a sua promessa nefasta, contratando Antônio Correia (seu primo) e José das Virgens para dar cabo da vida de Trajano Chacon. No “(...) dia da eleição que se fazia na igreja, para deputado geral, disputada por Trajano Chacon pelo Partido Conservador e Joaquim dos Santos pelo Partido Liberal” (ALMEIDA, 1976, p.77), ele foi alvejado por dois tiros e quatro facadas. Carlota fugiu com Joaquim dos Santos para o Ceará e depois para Campo-Maior, no Piauí, onde foram presos. Para José Américo, o tio: “Associou-se à sorte daquela que o comprometera e motivara o aniquilamento de toda a sua família. Sem medir sua responsabilidade de homem público e condutor político, fora tomado de uma paixão que o cegara” (ALMEIDA, 1976, p.78). O fato é que a sua fazenda foi queimada, o gado saqueado e alguns parentes e amigos foram mortos ou presos, a exemplo dos seus irmãos Antônio dos Santos Leal (preso) que assumira a chefia da família, e de Manuel dos Santos Leal, preso e enviado para Fernando de Noronha pela sua aproximação com Carlota. O desfecho do caso foi o seguinte: “Joaquim dos Santos, Manuel dos Santos, Carlota e Galdino Guedes foram cumprir pena no presídio de Fernando de Noronha. Joaquim dos Santos morreu lá, louco e cego. Manuel também cegou e enlouqueceu, sendo entregue a família que o levou para Jandaíra, onde morreu (...) Antônio das Virgens foi condenado a força e executado em 1860. (...) Carlota abandonou o amante pelo diretor do presídio. (...) Depois da proclamação da República, que reduziu a prisão perpétua a trinta anos de reclusão, ela foi vista no Recife” (ALMEIDA, 1976, pp.78, 79). Mais informações a esse

“(...) comandante da Guarda Nacional, antigo deputado provincial, candidato a deputado geral e combatente da Revolução Praieira” (ALMEIDA, 1976, p.74).

A mãe de José Américo casou-se com 14 anos, teve 15 filhos, sobrevivendo apenas 11. O mais velho chamava-se Inácio, ordenou-se padre “por um equívoco”, segundo José Américo, e possuía uma excelente oratória; o segundo chamava-se Jaime, abandonou os estudos muito cedo, pois precisou se dedicar aos negócios da família quando o pai faleceu; em seguida vieram Maria Amélia e Maria das Neves; o quinto a nascer foi José Américo, baixo, de nariz largo e cabelo alourado, puxou os traços familiares da mãe, herdando do pai o “conceito de vida”¹⁵; o sexto foi Hermenegildo, tinha uma maior predisposição às doenças e por isso recebeu maior atenção por parte do pai; o sétimo chamava-se Augusto, possuía grande capacidade intelectual e uma excelente memória; depois vieram Miguel, Arcanja (vítima de uma paralisia que lhe tirou a saúde), Júlia (que morreu ainda jovem) e João, que morreu aos 15 anos vítima de uma febre tifóide. Uma família de pouca união, principalmente entre os mais velhos (ALMEIDA, 1976, pp.71, 72).

Igual um “bicho do mato”, como ele mesmo se autodenominara, dividiu a infância salutar com os irmãos e irmãs, além dos garotos que viviam nas proximidades do engenho e com os filhos dos moradores que habitavam na propriedade do pai, trabalhadores que recebiam apenas um cruzado por diária, dinheiro esse que mal dava para se alimentar. Uma gente simples, descrita por José Américo como “(...) um povinho acomodado. Acima do patrão, só Deus e Maria Santíssima. (...) só conheciam duas satisfações: a da boca e a do sexo” (ALMEIDA, 1976, p.61). Segundo ele, seu avô paterno estabeleceu o engenho em terras que não davam lucro, onde o pai: “Tirava da terra empobrecida o sustento da família e dos agregados”; e que “(...) o lucro que davam eram gotas de suor”, pois a “(...) exploração agrícola, apesar de seu atraso, garantia a sobrevivência” (ALMEIDA, 1976, p.58). Entretanto o engenho cresceu aos poucos, pois ele mesmo afirma que o pai “(...) prosperou e adquiriu outra propriedade – Timbaúba” (ALMEIDA, 1976, p.58).

respeito, vide ALMEIDA, José Américo de. O AMOR MALDITO. In: **Memórias: antes que me esqueça**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, pp.74-82.

¹⁵ Assim ele descrevia a sua auto-imagem: “Apareci eu, por incrível que pareça, de nariz largo e – Santo Deus! de cabelo alourado, que haveria de mudar para preto e para branco. Na infância era travesso e calado. Baixote e entroncado. Só comecei a crescer depois dos dez anos. Com quem parecia? Teria puxado a minha mãe? Guardava alguns dos seus traços. O que herdei do meu pai foi o conceito de vida” (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984, p.20).

Quando criança não se destacou nos estudos, aprendeu – junto com os irmãos e irmãs – as primeiras letras através dos ensinamentos de uma jovem iniciante na profissão, chamada Júlia Verônica dos Santos Leal, neta de um tio-avô chamado Antônio dos Santos Leal. Foi justamente nesse período que José Américo descobriu que era portador de miopia, pois “sujava o nariz na tinta” (ALMEIDA, 1976, p.54). Embora tenha se esforçado, não conseguiu aprender o modelo feminino de caligrafia que era adotado pela professora Júlia, pois só aprendeu a ler, mas não sabia escrever (ALMEIDA, 1976, p.55). Além do gosto pela leitura, herdou dos ensinamentos da professora outra importante característica: a dedicação pessoal. Reforçando tal afirmação, publicou parte do trecho de uma carta do padre Luiz Santiago, endereçada a ele, em seu livro “Memórias: antes que me esqueça”:

Contou-me sua professora que o senhor com sete anos de idade furtava-se no recreio ao bulício da meninada e com a lousa e o creão, sentado no chão, de pernas cruzadas, passava a escrever com um interesse de gente grande. Vivia a pedir explicações sobre as palavras e as frases que desconhecia. O vigário Odilon, seu tio, recomendava que puxasse por aquele menino em que via um futuro (*apud* ALMEIDA, 1976, p.54).

Como tantas outras crianças daquela região, a exemplo da maior parte dos seus irmãos e irmãs que continuaram morando no engenho, José Américo provavelmente não teria um futuro promissor pela frente se não fosse um “golpe do destino” que lhe fora reservado. “Melhorar da sorte” ou até mesmo “tirar o pé da lama”, são expressões que ele mesmo utilizou para designar um dos acontecimentos mais importantes de sua vida, quando tinha apenas 8 anos de idade: ir morar na casa do tio, padre Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque, irmão de seu pai, para estudar na cidade de Areia. Por esse mesmo destino passou o seu irmão mais velho, chamado Inácio, que se ordenou padre. O menino que corria solto pelo terreiro do engenho Olho d’Água, agora estava “preso” entre as paredes e os portões sempre trancados de chave: “Sem ter conhecimento, nem pôr os pés na rua, eu vivia na ignorância de tudo o que se passava” (ALMEIDA, 1976, p.94). A respeito da sua relação com o tio, afirmou: “Meu tio ignorava a minha presença, não me dava a menor atenção, nem sequer uma palavrinha. Não tomava liberdade com os sobrinhos. (...) Nunca fez um agrado, tinha pudor da ternura.” (ALMEIDA, 1976, pp.87, 88). Alegria, José Américo só sentia no fim de semana, na sexta-feira, quando tinha a permissão do tio Odilon para ir ao engenho dos pais: “Se me perguntassem qual foi o dia mais feliz da minha vida, eu não teria dúvidas em responder: ‘Foi esse’” (ALMEIDA, 1976, p.98).

Meses depois, os pais de José Américo instalaram-se na cidade para acompanhar o aprendizado dos filhos.

Aos 12 anos José Américo perdeu o pai, vítima de uma doença não diagnosticada pelos médicos, pois não sabiam ao certo se teria sido acometido de uma malária ou tifo. Seu Inácio Almeida chegara do sítio na cidade, em plena terça-feira, queixando-se de dores fortes por todo o corpo, padecendo durante sessenta dias acamado e com febre alta. Faleceu com 48 anos no dia 21 de setembro de 1899, em um sábado, deixando a mulher com uma ruma¹⁶ de filhos para cuidar. Em pleno domingo chuvoso, José Américo observava atento ao desaparecimento daquele que era a maior de suas referências. Com a morte do pai, o garoto se viu obrigado a retornar para a casa do tio Odilon, entretanto, a sua vida não seria mais a mesma.

O menino que vivia trancado em casa, agora, experimentava passear pelas ruas, ouvindo atento as notícias na esquina da loja do seu Alfredo Simeão, notícias que muitas vezes eram impróprias àquele garoto, a exemplo do embate entre o clero – na pessoa do padre Odilon, seu tio – e a maçonaria, na figura de Artur Aquiles – jornalista anti-clerical, diretor do jornal O Comércio (ALMEIDA, 1976, p.119). O garoto estava crescendo e o tio, que sempre ficava a espreitá-lo, percebia as suas mudanças comportamentais. Tinha medo que a ausência paterna lhe trouxesse malefícios, a exemplo de más companhias. Como se não bastasse tantas mudanças, José Américo arranhou a sua primeira namoradinha – logo onde – na igreja, sob os olhos do tio padre: “Por causa dela apanhei, em plena novena, com os fiéis por testemunha” (ALMEIDA, 1976, p.131).

No ano de 1901, aos 14 anos, descobriu – por intermédio de sua irmã Nevinha – que haviam-lhe reservado, mais uma vez à sua revelia, um novo caminho para a sua vida: “Vão botá-lo no seminário” (ALMEIDA, 1976, p.139). Uma mudança verdadeiramente radical estava novamente para acontecer em sua vida. Encaminhado ao mosteiro de São Francisco, José Américo foi incorporado ao grupo dos “médios-maiores”¹⁷, mesmo com pouca idade e nenhuma vocação: “Viajei, a cavalo, oito léguas puxadas, fazendo uma volta até a paróquia do meu tio Walfredo Leal. Daí seguiria para a capital, por estrada de ferro, em companhia do meu parente Augusto Virgílio, que ia também para o seminário” (ALMEIDA, 1976, p.139). Se a casa do tio

¹⁶ Expressão regionalista utilizada para indicar grande quantidade.

¹⁷ José Américo deveria ter sido incorporado entre os “médios-menores”, pois esse era o caminho dos novatos, recém chegados. Contudo, por influência dos seus dois tios padres – Odilon de Almeida e Walfredo Leal – foi incorporado entre os “médios-maiores”.

Odilon, em Areia, era um lugar reservado e monótono, o mosteiro de São Francisco era uma casa cheia e vazia ao mesmo tempo, pois embora abrigasse cerca de 300 seminaristas, não havia comunicação entre o grupo e proibia-se de tudo: amizades particulares, contato entre irmãos, primos, parentes de qualquer grau, ou seja, qualquer espécie de camaradagem: “Havia sempre uma testemunha a fiscalizar o comportamento e a espionar” (ALMEIDA, 1976, p.149). A alimentação servida aos seminaristas era pouca e de péssima qualidade: “No café da manhã comia-se o ‘pão que o diabo amassou’, feito ali mesmo, na padaria doméstica”; no almoço era servido “um boi morto”, pois como o tempo era pouco, mal retiravam o couro do bicho. Na hora do jantar serviam uma feijoada coberta por gorgulhos, uma espécie de inseto/praga que se instalava nos caroços do feijão (ALMEIDA, 1976, p.151).

Durante o mês de janeiro de 1904, realizou-se o casamento da sua irmã Nevinha. Nesse momento, aos 17 anos recém completados, José Américo refletiu profundamente sobre a conjuntura de vida a que estava ligado. No dia seguinte, em pleno domingo, decidiu que não iria mais a missa e que os seus dias de seminarista haviam chegado ao fim. Seu tio Odilon de Almeida não se pronunciou e seu irmão mais velho, ameaçou mandá-lo de volta para o engenho Olho d’Água, onde teria o mesmo destino do pai: morrer na labuta! Obstinado a enfrentar tudo e todos insistiu em sua idéia e recebeu o apoio da mãe e do irmão Jaime, o chefe da família. Também recebeu o apoio do seu padrinho de crisma, o primeiro bispo da Paraíba, Dom Aauto Aurélio de Miranda Henriques, que sem imaginar, terminou profetizando o seu futuro: “Ele terá outras missões” (ALMEIDA, 1976, p.164). Na segunda-feira, José Américo pegou o ônibus e correu para a capital, no último dia de inscrição para os exames adicionais no Liceu Paraibano. Concluindo o ginásio no Liceu, ingressou na Faculdade de Direito no Recife, onde bacharelou-se em 1908, aos 21 anos. Na verdade, diversos outros políticos haviam passado por esse mesmo curso, o que caracterizava-o como uma espécie de “(...) treinamento preferido dos políticos brasileiros”, segundo o historiador brasilianista, Thomas Skidmore (1982, p.27).

Durante o período em que esteve em Recife, aliou-se ao grupo paraibano que apoiava o ex-presidente Antônio Alfredo da Gama e Melo, líder da oposição e adversário político do padre Walfredo Leal, tio de José Américo e presidente da Paraíba entre 1905 e 1908, substituindo o então presidente eleito Álvaro Machado, que havia deixado o cargo para assumir uma vaga no cargo de senador na capital federal, o Rio de Janeiro. As críticas tecidas por José Américo ao

grupo político liderado pelo tio, durante as eleições de 1907, vieram em forma de artigos de opinião, divulgados no jornal oposicionista A REPÚBLICA, administrado por Lyra Tavares:

(...) com um pseudônimo de fácil identificação, o antigo aliado (José Américo) teceu comentários e fez críticas mordazes ao sistema dominante (...) A oligarquia Alvarista revezava-se, num movimento de gangorra, entre Álvaro, Walfredo e João Machado, através de eleição ou de renúncia, ora para a Presidência do Estado, ora para o Senado ou a Câmara Federal. (...) No vigor da mocidade, José Américo tornou-se um esgrimista animoso, de língua solta, nos editoriais que lhe competiam, sem dar ouvidos às advertências do outro tio padre, o moderado Odilon Benvindo Albuquerque de Almeida (LUNA, 2000, p.11).

Essa foi efetivamente a primeira participação de José Américo em relação à política paraibana, justamente contra aquele que era a grande referência política de sua família e que congregava parte do poderio político do Estado. Apesar dessa peleja com o sobrinho, Monsenhor Walfredo Leal acabou tendo um papel imprescindível na vida de José Américo. A inserção deste na vida pública se deu, indubitavelmente, a partir da influência do seu tio, irmão de sua mãe Josefa de Almeida, figura que estaria por trás das indicações dos primeiros cargos públicos ocupados por José Américo. Dessa forma, de posse do título de bacharel em Direito, no final de 1908, foi nomeado – por influência do tio presidente – promotor de justiça da comarca de Sousa, alto sertão da Paraíba. Um lugar ermo, distante de tudo, onde nem os trens de carga conseguiam chegar até lá:

Para assumir o cargo, largou-se num cavalo de sela, em companhia do irmão Hermenegildo. Um burro encangalhado conduzia a equipagem com gêneros alimentícios e utensílios de cozinha. (...) Levaram sete dias para percorrer menos de quatrocentos quilômetros que separam a cidade de Areia da comarca de Sousa. (Hoje esse trajeto se faz, de automóvel, em cinco horas). A viagem foi tranqüila, sem incidentes, e por sorte, não cruzaram com malfeitores que já transitavam naquela região (LUNA, 1994, p.134).

Chegando a cidade de Sousa, levando uma carta do padre Inácio de Almeida – o irmão que se ordenou padre – tornaram-se hóspedes, por pouco tempo, do cônego Bernardino Vieira, vigário daquela paróquia. Essa seria a primeira experiência de José Américo longe da influência direta de sua família: tornou-se dono de suas ações e senhor do próprio caminho que começaria a traçar naquela região. Estava entre as figuras de maior projeção, pois em uma cidade do interior, naquele tempo, um promotor de justiça tinha um *status* tão importante quanto o delegado, o

padre, ou até mesmo o juiz, sendo os verdadeiros “(...) donos daquela sociedade” (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984, p.81). Embora tenha permanecido naquela região por pouco tempo – cerca de um ano – esse foi, sem sombra de dúvidas, o primeiro contato *in loco* de José Américo com a difícil realidade do povo sertanejo, sentindo de perto os efeitos da seca de 1908-1909, que abatera diversas regiões do estado. Possivelmente uma experiência que lhe marcou profundamente e que serviu de alicerce para as ações futuras de combate as secas de 1932 – na condição de Ministro da Viação e Obras Públicas – e de 1951-1953, primeiramente como governador do Estado e, em seguida, novamente como Ministro da Viação e Obras Públicas. Entretanto, vale a pena ressaltar que, aos onze anos, José Américo viu o pai perder todas as rezes que possuía, por conta de uma epizootia, quando, ao tentar salvá-los, transferiu todo o gado da fazenda para o engenho Olho d’Água durante a seca de 1898.

Voltando para a capital, José Américo solicitou exoneração do cargo de promotor público e decidiu advogar na cidade de Guarabira porque, além de ser o lugar onde residia o seu irmão mais velho, padre Inácio, o seu tio Walfredo Leal era vigário da paróquia e político influente na região. Diversas características da atuação pública do tio Walfredo Leal foram herdadas por José Américo. Essa afirmação também é corroborada pela historiadora Aspásia Camargo no livro “O Nordeste e a Política: Diálogo com José Américo de Almeida”:

Do tio herdou a vocação de homem público, bem como as qualidades que nele reconhece de bom administrador, que mereceu inclusive palavras de louvor do presidente Afonso Pena durante sua gestão no governo do estado. Como Walfredo Leal, guardou “o respeito aos dinheiros públicos”, tanto quanto a preocupação extrema em economizar e manter equilibrado o orçamento, o que permitiu ao então presidente, apesar da seca, deixar bom saldo ao final de sua gestão, em 1908 (CAMARGO, 1984, p.26).

Novamente, por influência do tio Walfredo Leal, foi nomeado procurador-geral do Estado¹⁸ em 1911. Titubeou antes de assumir o cargo, pois achava que não estava totalmente apto para assumi-lo: “Forças conflitantes o seguravam para uma decisão imediata, pois não se julgava apto para a missão. O período de um ano na advocacia não fora suficiente para se preparar e assumir uma função que exigia experiência, além de conhecimentos jurídicos” (LUNA, 1994,

¹⁸ Sobre essa experiência, José Américo afirmou: “Permaneci entre desembargadores, por um longo período, marcando passo, mas educando o espírito, adquirindo experiência das fórmulas de equilíbrio que a Justiça regula. Para colocar-me ao nível dessas veneradas companhias, despi-me de toda exterioridade, até das cores mais vivas, vestindo-me como um velho” (ALMEIDA, 1994, pp.16, 17). Na tentativa de camuflar a sua juventude, pois tinha apenas 24 anos quando assumiu o cargo, e para se sentir integrado ao grupo, José Américo passou a vestir terno escuro e chapéu preto, além de carregar consigo uma bengala (LUNA, 1994, pp.137, 138).

p.137). Apesar desse imbróglio, assumiu a função e permaneceu nela por mais de 11 anos. Nesse período¹⁹, além da busca pelo aprofundamento em relação aos conhecimentos jurídicos necessários para o desempenho da função, buscou aprofundar-se em outras áreas do conhecimento humano: a geografia, a política, a sociologia, a economia e, de forma mais específica, a literatura, elementos de fundamental importância para a sua formação político-intelectual.

Dessa forma, José Américo passou a firmar-se entre os intelectuais locais, tornando-se um colaborador do jornal A União e da revista Era Nova, mantendo também “(...) estreitos vínculos com os romancistas Carlos Dias Fernandes, Ademar Vidal, Alcides Bezerra e João Lourenço”²⁰. É nesse momento que José Américo dá os primeiros passos em direção à literatura, publicando o seu primeiro livro, denominado “Poetas da Abolição”, em 1921. Um ano depois, publica a sua primeira novela, “Reflexões de uma cabra”, “(...) obra publicada pela primeira vez em A Novela, periódico que tinha como objetivo principal a divulgação de trabalhos literários de artistas e escritores locais” (VIANA, 1995, p.31), e que pertencia a Ademar Vidal e a Anthenor Navarro.

Ainda nesse período, mais precisamente em 1922, José Américo deixa o cargo de procurador-geral²¹, sendo nomeado consultor jurídico do Estado²², um cargo vitalício. Nessa nova função, ele também poderia continuar advogando, desde que não se envolvesse em processos contra o poder público: “Sem prejuízo das novas atribuições, aliou-se a Irineu Joffily. Finda essa parceria, juntou-se a João da Mata e João Dantas formando um trio que durante anos

¹⁹ Meses depois da sua nomeação, em uma de suas visitas rotineiras ao tio, Monsenhor Walfredo Leal, José Américo conhece Alice de Azevedo Mello, “(...) amiga de uma das sobrinhas do padre que residia naquele endereço. Feitas as apresentações, a mocinha de dezessete anos de pele morena, cabelos escuros e fartos, com um rosto de muita graça, encantou-o” (LUNA, 1994, p.141). Embora a mãe da pretendente – Alexandrina de Melo - não aceitasse o relacionamento, pois “(...) almejava para a filha, a mais bonita, um partido vantajoso” (LUNA, 1994, p.143), o casamento dos dois realizou-se na capital no dia 5 de outubro de 1912. Mais informações a esse respeito, vide LUNA, Maria de Lourdes Lemos. O CASAMENTO. In: **Rastros na areia: solidão e glória de José Américo**. 2ª edição A UNIÃO Companhia Editora, João Pessoa, 1994, pp.141 e 144.

²⁰ Mais informações a esse respeito vide o sítio <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> (Data da consulta: 15/05/2010 - Hora: 10:55 min.).

²¹ Sobre os acontecimentos que levaram José Américo a pedir de demissão do cargo de procurador-geral do Estado, vide CAMARGO, Aspásia. **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, pp.26-27; 88-90.

²² A partir do seu desempenho à frente da consultoria jurídica do Estado, José Américo recebe os elogios do Presidente Epitácio Pessoa, através de uma carta: “Estou informado de quanto tem sido brilhante e proveitosa a sua colaboração no cargo de consultor (...) Não vai nisso um simples cumprimento, mas o reconhecimento de uma verdade por todos proclamada. Como paraibano, muito lhe agradeço os serviços que está prestando ao Estado” (Apud CAMARGO, 1984, p. 27). É justamente nesse período que se inicia a reconciliação entre walfredistas e epitacistas.

atuou no fôro da Paraíba” (LUNA, 1994, p.139). O trio²³ atuou em vários processos não só na capital, como também na região de Mamanguape e adjacências, onde mantinham escritório e tinham como principal cliente na região a fábrica de tecidos Rio Tinto. Assim eram divididas as ações: por ser um orador brilhante e por sua experiência, João da Mata era incumbido das ações criminais; para José Américo e João Dantas as ações cíveis, cada um atuando em sua própria residência, sem um escritório fixo: “José Américo mantinha a sua banca na própria residência, na Rua das Trincheiras; João da Mata no ‘castelinho’ onde morava, na Praça Bela Vista, e João Dantas, na Rua Duque de Caxias, nas imediações do Jornal A UNIÃO” (LUNA, 1994, p.139).

Ainda em 1922, José Américo recebeu uma de suas mais importantes atribuições: foi convidado, ao lado de Celso Mariz²⁴, pelo então presidente estadual Solon Barbosa de Lucena para a elaboração de um relatório que contemplasse os problemas enfrentados por sua gestão, advindos da seca que castigava a região, buscando elencar possíveis soluções para aquele grave

²³ Três homens de personalidades totalmente distintas: José Américo já casado era circunspecto e recatado. Os dois Joãos, embora solteiros, eram completamente diferentes: “João da Mata, boêmio, extrovertido, irreverente, não ligava para conveniências, chegando a levar para a ‘república’ em Mamanguape, o elemento feminino com quem repartia a rede. (...) João Dantas era o inverso, reservado e púdico, de caráter forte, o que veio confirmar-se mais tarde como protagonista da tragédia de 1930. Fazia-se respeitar não só pela inteligência, pela seriedade, como por suas posições em defesa da honra” (LUNA, 1994, p.139). Embora as questões políticas tenham colocado os três amigos em lados opostos no final da década de 1920 – deixando José Américo e João da Mata de um lado (Partido Liberal), e do outro João Dantas (Partido Republicano) –, José Américo guardou, em sua memória, boas lembranças do seu amigo João Dantas e de Anaíde Beiriz, narradas a sua secretária, Maria de Lourdes Lemos Luna: “(...) Anaíde era uma jovem interessante, de tez morena e porte esguio que brilhava nos saraus do seu padrinho, o médico José Maciel, residente a Praça Comendador Felizardo, hoje João Pessoa. Esse encontro cultural, muito em moda na época, era apreciado pelas famílias importantes da cidade. (...) Anaíde Beiriz, poetisa nata, recitava com voz suave e gestos graciosos poemas do seu repertório, sendo calorosamente aplaudida por seus frequentadores. (...) De boa origem, formado, de condição social e econômica além da média, João Dantas era cobiçado pela maioria das moças, ou mais precisamente, por suas genitoras que sonhavam casá-lo com as prendadas moças” (LUNA, 1994, p.139). O depoimento completo e outras informações relatadas pelo próprio José Américo sobre os acontecimentos que envolveram o casal na trama elaborada pelo presidente da Paraíba, João Pessoa, e o desfecho fatal que culminou com o seu assassinato, vide LUNA, Maria de Lourdes Lemos. A ADVOCACIA. In: **Rastros na areia: solidão e glória de José Américo**. 2ª edição A UNIÃO Companhia Editora, João Pessoa, 1994, pp.139 e 140; CAMARGO, Aspásia. Cap. V: “Mataram João Pessoa!”. In: **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, pp.157-185. Sobre as repercussões ligadas a indicação de João Pessoa a presidência da Paraíba por parte do tio Epitácio Pessoa, vide CITTADINO, Monique Guimarães. Cap. I - Biografia e política. In: **Poder Local e Ditadura Militar: o Governo João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru, SP: Edusc, 2006, pp.63-67.

²⁴ Esse não conseguiu concluir a sua participação dentro desse importante trabalho, pois a função era árdua e exigia certa aptidão para enfrentar vários dias transitando no lombo de jumentos e boléias de caminhão: “Onde as vias não permitiam o acesso de veículos motorizados tiveram de enfrentar, travessias perigosas, no lombo de animais, expostos aos vexames advindos do cangaço que trafegava naqueles ermos. Por sorte não foram molestados. (...) Celso Mariz, no entanto, habituado a vida mansa da capital e das tardes palacianas, não suportou a distâncias dos amigos e do vinho cotidiano, na hora do almoço. (...) Diante de tanto desalento não houve outra saída, para nosso historiógrafo, senão pedir dispensa da Comissão, invocando a necessidade de finalizar A PARAÍBA NO PARLAMENTO NACIONAL” (LUNA, 2000, p.33). Dessa forma, coube a José Américo finalizar todo o trabalho sozinho, pois esse declinou sobre as outras indicações de ajuda que surgiram.

problema. Esse relatório seria entregue, posteriormente, ao Presidente da República, Epitácio Pessoa. A partir desse mesmo relatório, surgiu o livro “A Paraíba e seus problemas”²⁵ publicado no dia 23 de dezembro 1923, uma obra que superou as expectativas iniciais, tornando-se, segundo Josué de Castro²⁶, um “verdadeiro livro de ciências” (*apud* ALMEIDA, 1980, p.26). Além da interpretação do meio ambiente, levando em consideração as particularidades geográficas do estado paraibano, a obra também procurou caracterizar a população que habitava as diversas microrregiões, buscando os elementos que tornavam aquela terra e sua gente *sui generis*. Essa foi uma das mais ricas experiências na vida de José Américo, pois o convite possibilitou-lhe concretizar, através das palavras, o pensamento do homem público e escritor em relação à problemática das secas, vivenciada desde cedo com a experiência na promotoria de justiça da comarca de Sousa.

A elaboração desse relatório serviu de alicerce para a construção daquela que seria sua maior obra literária: “A Bagaceira” (1928). “Conheceu, ainda menino, no brejo de Areia, os efeitos da seca oriunda do sertão e na temporada em Souza, viu de perto o sofrimento que ela acarreta. Estava, portanto, apto para analisar seus contrastes” (LUNA, 2000, p.36). Realmente a

²⁵ Ao escrever “A Paraíba e seus problemas”, José Américo deixa transparecer duas inquietações em relação ao estado paraibano: 1ª busca demonstrar que a Paraíba possuía riquezas naturais suficientes para alavancar as obras públicas necessárias às regiões castigadas pelas secas; 2ª descreve, de forma precisa, um mapa dos recursos naturais e sociais que poderiam ser explorados, levando a uma maior racionalização dos investimentos federais naquelas regiões. Entretanto, José Américo deixou transparecer que outras questões mais importantes – e que ocupavam o pano de fundo de sua obra – deveriam servir de advertência ao presidente Solon de Lucena: uma “de natureza econômica”, a outra “política e ideológica” (VIANA, 1995, p.34). Em relação à primeira questão, José Américo adverte que era preciso ampliar os estudos acerca das potencialidades naturais existentes no estado paraibano, constantemente desperdiçadas pelos governos anteriores: “A ‘Inspetoria de Obras Contra as Secas’ iniciou uma série de estudos das condições naturais das zonas flageladas em seus vários aspectos. Mas esse acertado programa pouco ou quase nada nos aproveitou. De forma que o desconhecimento do nosso meio foi o maior obstáculo às realizações do governo Epitácio Pessoa” (ALMEIDA, 1980, p.59). A segunda questão estava ligada a necessidade de superar os estudos que afirmavam ser o território paraibano o principal responsável pelos problemas sócio-econômicos, por isso o estado era relegado a um segundo plano quando o assunto eram os recursos federais: “O nosso destino de povo desaparelhado de recursos próprios para a correção das irregularidades perturbadoras de um maior desenvolvimento econômico já esteve condenado por falsos patriotas à solução de abandono do território. Só pela ignorância de nossa natureza, na integridade de sua formação, se explica este alvitre monstruoso” (ALMEIDA, 1980, p.51). Para Helder Viana, na obra intitulada “Tragédia e desilusão: a representação do Nordeste na Obra de José Américo de Almeida”: “José Américo parece concluir com a idéia de que, o principal problema enfrentado na correção destes ‘disvirtuamentos’ foi a falta de poder público estadual em buscar a obtenção destes conhecimentos, ficando assim à mercê da intelectualidade de outros centros” (VIANA, 1995, p.36). Contudo, essa visão historiográfica encara as secas “(...) prioritariamente sob o aspecto climático como causadoras de todos os males econômicos e sociais da região Nordeste” (FERREIRA, 1993, p.14), relegando a um segundo plano os estudos que encaram essa problemática sob instâncias políticas, evitando-se dessa forma a naturalização e banalização das consequências acarretadas nesses períodos.

²⁶ Esse e outros elogios escritos por Josué de Castro em relação ao livro encontram-se em um dos prefácios da obra, reeditada em 1980. Mais informações, vide ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3ª ed. (revista). João Pessoa: A União, 1980.

bagagem de vida que José Américo carregava consigo – já com 41 anos de idade, muitos deles vivenciados pelo interior do estado paraibano – davam-lhe total condições de escrever uma obra com tamanha profundidade e extrema realidade. Para alcançar essa dimensão, isolou-se muitas vezes da mulher²⁷ e dos filhos em um pequeno quarto no fundo de sua casa na Rua das Tricheiras, deixando-se visitar apenas pelo seu grande amigo, José Lins do Rego que, vivendo em Maceió anos depois da publicação de “A Bagaceira”, descrevia as suas visitas ao amigo, onde recordava “(...) os velhos tempos da Paraíba, quando ia aí a sua casa, àquele seu quarto da rua das Trincheiras, onde tanto aprendi com você, com seus conselhos e suas opiniões” (*apud* CAMARGO, 1984, p.28).

Após o lançamento do livro “A Bagaceira” e com fama já consolidada no cenário nacional – principalmente a partir dos elogios de Alceu Amoroso Lima, um dos mais importantes críticos literários da época –, José Américo foi convidado pelo presidente recém eleito da Paraíba, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque²⁸, para assumir a Secretaria Geral do Estado, em 1928²⁹. Será que o currículo de José Américo já lhe creditava atributos suficientes ao ponto de ser indicado para um cargo de tamanha envergadura? Os sucessivos cargos públicos ocupados, o seu bom desempenho e o profundo conhecimento sobre a realidade do estado paraibano creditavam-lhe experiência suficiente para assumir a função. Entretanto, outra questão servia de pano de fundo para essa decisão: a aliança entre Eptácio Pessoa e monsenhor Walfredo Leal, tio de José Américo, que mais uma vez teve um papel importante nessa sua indicação. Dessa forma, as idéias modernizadoras e reformistas de João Pessoa precisavam ser paulatinamente inseridas na vida

²⁷ Entretanto vale a pena ressaltar que todos os rascunhos do livro “A Bagaceira”, escritos por José Américo, foram datilografados por sua esposa, dona Alice. A obra foi publicada durante o governo do presidente João Suassuna.

²⁸ O primeiro encontro entre os dois ocorreu no Rio de Janeiro, quando José Américo lá esteve para dar andamento a 2ª edição do seu livro “A Bagaceira”. Nessa época, João Pessoa ocupava o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Militar e ainda não era considerado um nome de peso na política paraibana, pois seu nome nem sequer era cogitado entre os políticos que disputavam as eleições para o cargo de Presidente do Estado que se realizariam em junho de 1928. O candidato da situação, ligado ao então Presidente da Paraíba João Suassuna, era “(...) o Chefe de Polícia, Júlio do Nascimento Lyra. Para Vice, falava-se no princesense José Pereira Lima, prócer influente no sertão” (LUNA, 2000, p.39). João Pessoa contava com o apoio total do tio, Eptácio Pessoa, que havia sido presidente da República entre os anos de 1919 a 1922, comandava uma das mais consolidadas oligarquias do estado, desde 1915, e era, nesse período, o chefe do principal partido político do estado, o Partido Republicano da Paraíba (PRP). Sobre o convite inesperado e a possível inaptidão para o campo político, José Américo afirmou: “(...) João Pessoa insistiu muito para que eu fosse secretário-geral, e acabei aceitando. Perguntei: ‘Por que me convida? O que vai fazer lá?’ Ele me respondeu: ‘Vou dar uma vassourada’. Havia o mandonismo, uma política de violência. (...) Quando João Pessoa me convidou (...) nós mal nos conhecíamos. Eu era consultor jurídico do estado. Estava numa posição vantajosa que não queria sacrificar, porque também advogava, e já não tinha inclinação para a política” (*Apud* CAMARGO, 1984, pp.115-120).

²⁹ A carta-convite escrita por João Pessoa a José Américo encontra-se no ANEXO A deste trabalho, p. 269.

econômica e administrativa do estado e para que isso ocorresse era preciso trazer para a sua gestão essas figuras proeminentes da política local.

Ao lado de José Américo, o presidente João Pessoa pôs em prática as medidas de reforma junto à estrutura político-administrativa, buscando reerguer as finanças estaduais. Além disso, é nesse momento que José Américo sugeriu ao presidente da Paraíba o desmembramento da Secretaria Geral do Estado, criando outras secretarias, a exemplo da Secretaria do Interior e Justiça, tornando-se ele o primeiro titular dessa pasta. Ao ser convidado, José Américo já havia sido alertado por João Pessoa de que as reformas que pretendia realizar na Paraíba iriam desagradar muita gente, até mesmo a amigos e correligionários políticos. A expressão “Vou dar uma vassourada”, foi pronunciada e posta em prática pelo novo presidente com o apoio do seu secretário geral:

A expressão vassourada seria a reforma política, a revisão do regime democrático, na prática. Com essa declaração ele me conquistou, e decidi renunciar a tudo para participar desse movimento. (...) Os municípios, na sua quase totalidade, sofriam as consequências do mandonismo – o chefão. O chefão enfeixava todos os poderes. Todos dependiam de sua influencia: a justiça, a polícia, o fisco, o magistério. (...) João Pessoa anunciou essa tarefa e desde logo provocou reações: tornou-se impopular (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984, p.120).

Essas medidas – algumas delas, até certo ponto autoritárias – seriam criticadas pelo seu próprio tio, Eptácio Pessoa³⁰, que previa um sério desgaste da imagem do sobrinho perante as demais oligarquias alijadas nas relações com o Estado. Abaixo, a historiadora Monique Cittadino resume, de forma clara e objetiva, essas medidas:

Assim, ele centrou seus ataques contra as tradicionais práticas coronelistas, as quais garantiam aos chefes locais o exercício inquestionável do poder sobre as suas áreas de influência e limitavam, significativamente, o alcance do poder central nessas regiões, seja decretando o desarmamento geral para combater o banditismo e coibir as práticas de violência privada; seja modificando chefias locais e removendo juizes e promotores, buscando, dessa forma, controlar a atuação da justiça; seja, ainda, reforçando a atuação da máquina fiscal no sentido da imposição da cobrança de impostos aos grupos oligárquicos (CITTADINO, 2006, p.65).

³⁰ Segundo José Américo, diversas advertências foram escritas por Eptácio Pessoa ao sobrinho João Pessoa, sobre a situação de caos que poderia abater o seu governo: “Ainda estou lembrado de que Eptácio, às vésperas da primeira eleição que João Pessoa ia disputar já como presidente do estado, fez uma advertência: perguntou o que poderia acontecer, já que ele estava destruindo a sua própria máquina” (*Apud* CAMARGO, 1984, p.120).

O estopim para a crise se deu com a canalização das transações comerciais exclusivamente para o porto de Cabedelo, medida que buscou aumentar efetivamente a rigorosidade sobre a arrecadação tributária do estado, pois boa parte dos negócios eram realizados através de vias terrestres, entre as diversas cidades do interior paraibano – a exemplo do município de Princesa, localizada no alto sertão do estado, que era comandada politicamente pelo coronel José Pereira de Lima³¹ – e os estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, levando a uma significativa sonegação dos impostos. A partir de então, dois movimentos de irrupção surgiram dentro das bases da própria oligarquia epitacista:

(...) a Revolta de Princesa, rebelião armada liderada por Zé Pereira, que representava o embate entre o poder local e o poder estadual, e a Guerra Tributária, campanha movida contra João Pessoa pelo periódico pernambucano *Jornal do Comércio*, de propriedade de seus primos, os Pessoas de Queiroz, com respostas veiculadas no jornal *A União*, do governo paraibano (CITTADINO, 2006, p.65).

Concomitantemente aos problemas vividos na Paraíba, no plano federal, aproximavam-se as eleições para a Presidência da República, em 1930. De um lado, encontrava-se a chapa situacionista chefiada por Júlio Prestes e Vidal Soares, recebendo o apoio do então presidente da República, Washington Luís, todos pertencentes ao estado de São Paulo; do outro, na oposição, estavam os representantes políticos dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, formando a chamada Aliança Liberal (AL). Interessante ressaltar que São Paulo e Minas Gerais faziam parte do mesmo bloco político, denominado de “café com leite”, pois desde a proclamação da República havia um acordo mútuo para que a presidência da República não saísse das mãos desses dois estados, com exceção do período em que Eptácio Pessoa foi o presidente (1919 a 1922). Entretanto, ao indicar o nome de Júlio Prestes como seu sucessor, Washington Luís rompe com o antigo aliado e impõe a eleição de outro paulista para a chefia do executivo nacional, levando a quebra da antiga política do “café com leite”.

³¹ Mais conhecido como “coronel Zé Pereira”, foi considerado nesse período o mais importante e poderoso coronel da Paraíba e um dos mais fortes do Nordeste brasileiro. Filho do casal Marcolino Pereira Lima e Aguida de Andrade Lima, José Pereira herdou a chefia do município de São José de Princesa, aos 21 anos, com a morte do pai no dia 11 de setembro de 1905, tendo, por isso, que abandonar os estudos na Faculdade de Direito no Recife. Desde 1909, José Pereira mantinha ligações políticas com a oligarquia epitacista, sendo eleito deputado estadual durante a campanha eleitoral de 1915, ocupando esse lugar por 15 anos: de 1916 a 1930. Mais informações a esse respeito, vide LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1933, p. 318. Outras informações sobre a vida do coronel “Zé Pereira” encontram-se também no sítio <http://www.ancomarcio.com/site/publicacao.php?id=3435> (Data da consulta: 15/02/2011 – Hora: 23:05 min.).

O nome proposto pela Aliança Liberal para enfrentar São Paulo foi o de Getúlio Dornelles Vargas e para vice-presidente, convidaram João Pessoa como uma forma de atrair o apoio do ex-presidente, Epitácio Pessoa, atraindo e beneficiando também a região nordeste do país (o chamado “Norte”). O convite para a vice-presidência só foi aceito depois que João Pessoa consultou o tio – uma espécie de “oráculo”, sempre consultado pelo sobrinho antes de tomar as suas decisões –, e a partir de então o compromisso com a Aliança Liberal estava selado. Sobre a inserção da “pequenina e louca”³² Paraíba nesse contexto político, José Américo afirmou:

Os paraibanos queriam o rompimento, queriam a luta. Achavam interessante um estado pequeno arcar com esse esforço. Era um estado pequeno enfrentando o Catete, um estado isolado no Norte. Depois de Minas e do Rio Grande do Sul, foi o único que se incorporou a Aliança Liberal; e estava lá, acossado pelo inimigo. Epitácio Coimbra, de Pernambuco, era inimigo. Juvenal Lamartine, do Rio Grande do Norte, também. A Paraíba estava espremida. Até então, a política que se vinha fazendo era a política do ‘café-com-leite’, ora Minas, ora São Paulo (*apud* CAMARGO, 1984, p.126).

Na Paraíba, as vésperas das eleições que ocorreriam no dia 1º de março de 1930, João Pessoa – vice-presidente na chapa da Aliança Liberal – indica o nome de José Américo para o cargo de senador da República, candidatura essa refutada pelo seu secretário: “Não posso. Sou muito novato em política” (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984, p.136). Com a necessidade de colocar uma pessoa de sua confiança entre os políticos que atuavam em esfera federal, buscando dessa forma acompanhar os problemas da Paraíba na capital do país, João Pessoa indica novamente o seu nome, agora na condição de deputado federal. Dessa forma, José Américo experimenta a sua primeira eleição na condição de candidato – o princípio da sua inserção efetiva e definitiva na política paraibana – elegendo-se como o deputado mais votado em todo o estado: cerca de 28.000 votos. Embora eleito, não chegou a assumir o cargo, pois toda a bancada situacionista da Paraíba e de Minas Gerais haviam sofrido uma espécie de “degola”, vítimas de uma “Comissão de Verificação de Poderes” instituída pelo Palácio do Catete e pelo ministro da Justiça. O mais absurdo, é que os resultados das eleições foram alterados ainda no estado paraibano, quando o juiz federal, estranhamente, havia entrado em férias. Desapontado com os rumos que a política partidária havia tomado, José Américo decide ficar no Rio de Janeiro. No

³² Esses adjetivos foram dados por José Américo ao estado e ao povo paraibano por terem desafiado o presidente Washington Luís, na aliança com a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas, aderindo ainda – como veremos mais adiante – a “Revolução” de 1930.

entanto, após algumas semanas, João Pessoa enviou-lhe um convite – através do jornalista Victor Espírito Santo, dos Diários Associados – para participar novamente de seu governo: “Eu quero mais um sacrifício seu. Não será mais secretário do Interior. Você vai para a Secretaria de Segurança” (CAMARGO, 1984, p.140).

Retornando a Paraíba, José Américo é empossado Secretário de Segurança Pública com a incumbência de chefiar uma luta armada contra os revoltosos de Princesa, liderados pelo coronel José Pereira, apoiados pelo presidente eleito, Júlio Prestes. Todo o Vale do Piancó já estava emerso em um grande conflito bélico e caberia ao novo secretário estabelecer uma espécie de quartel-general no município de Piancó. Nessa região permaneceu por cerca de três meses, conseguindo paulatinamente re-estabelecer o poder legalista/situacionista nas cidades circunvizinhas a cidade de Princesa, a exemplo de Tavares e Alagoa Nova. No dia 26 de julho, José Américo deixou temporariamente o campo de batalha e partiu para a capital, porém, no caminho, chegando à noite na cidade de Campina Grande – após 10 horas de uma longa e cansativa jornada – ele recebeu a notícia dada pelo prefeito Lafayette Cavalcanti: “Mataram João Pessoa!”³³ (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984, p.163).

O que motivara de fato o crime – além do conflito político-econômico denominado a “Revolta de Princesa”, envolvendo o governo de João Pessoa versus José Pereira – foram os diversos ataques dirigidos pelo presidente da Paraíba a família Dantas³⁴, aliada ao coronel de Princesa. Esses ataques encontram na figura do advogado João Dantas o alvo definitivo, quando o seu escritório – situado no centro da capital – é invadido pela polícia que rouba os seus documentos pessoais, dentre eles as cartas pessoais recebidas de Anaíde Beiriz, com quem ele mantinha uma relação amorosa, a mando de João Pessoa que, não satisfeito com a invasão, ainda mandou publicar algumas correspondências de cunho pessoal e político no jornal A União. Na

³³ De posse de um revólver, João Dantas efetuou vários disparos contra o presidente João Pessoa que estava sentado ao lado de Agamenon Magalhães e Caio de Lima Cavalcanti, em uma das mesas da Confeitaria Glória, uma casa de chá localizada na Rua da Palma, no centro de Recife. João Dantas chegou a ser atingido de raspão pelo motorista de Caio de Lima, chamado Antônio Pontes. Mais informações a esse respeito, vide CAMARGO, Aspásia. Cap. V: “Mataram João Pessoa!”. In: **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, pp.157-185; ALMEIDA, José Américo de. **O ano do Nego**. 3ª ed.. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo de Almeida, 2005; LUNA, Maria de Lourdes Lemos. A luta de Princesa. In: **Rastros na areia: solidão e glória de José Américo**. Série Histórica. João Pessoa: A UNIÃO, 2000, pp.41-45.

³⁴ Várias foram as perseguições cometidas por João Pessoa contra a família Dantas, em represália a ligação que possuíam junto ao coronel José Pereira. A mãe, duas irmãs e uma cunhada de João Dantas chegaram a ser presas pela polícia estadual na cidade de Teixeira, durante o pleito de março de 1930. Mais informações a esse respeito, vide CITTADINO, Monique Guimarães. Cap. I - Biografia e política. In: **Poder Local e Ditadura Militar: o Governo João Agripino** – Paraíba (1965-1971). Bauru, SP: Edusc, 2006, pp.63-67.

opinião de José Américo, esse teria sido o maior erro cometido pelo governador paraibano durante a ausência deste da Secretaria do Interior e Justiça:

As coisas foram se exacerbando até que cometeram um grande erro na minha ausência. Eu era Secretário de Segurança, estava a 300 Km da capital, e o secretário do interior ficou respondendo pela minha secretaria. Até que um dia violaram o domicílio de João Dantas e os seus arquivos, e deram publicidade a umas cartas amorosas muito indiscretas. Isto acirrou muito os ânimos; ele teve que deixar a Paraíba e foi residir em Recife (*apud* CAMARGO, 1984, p.162).

A princípio, a responsabilidade pelo ato de mandar a polícia invadir o escritório de João Dantas recaiu sobre a figura de José Américo, o Secretário de Segurança Pública. Todavia, pouco tempo depois, foi divulgado o nome do responsável que cumpriu as ordens do presidente João Pessoa: Ademar Vidal, Secretário do Interior e Justiça. Após a morte de João Pessoa, uma espécie de sentimento de revolta tomou conta de parte da população paraibana que se viu no meio de uma tormenta: várias casas e estabelecimentos comerciais dos opositores políticos – os “perrepistas”³⁵ – de João Pessoa foram invadidos e incendiados, a exemplo do sobrado onde João Dantas residia.

E é nesse momento de ebulição que José Américo se viu diante de uma difícil missão: de um lado, na condição de Secretário de Segurança Pública, deveria conter a revolta da população e evitar que uma catástrofe ainda maior ocorresse em todo o estado; do outro, não

“(...) podia parecer que eu estava condescendendo com o adversário; era uma posição delicadíssima. Não admitia, de maneira nenhuma, depredações e violências; tinha que manter a ordem. E podia, de um momento para o outro, ficar suspeito aos olhos daqueles que lutavam pela revolução” (*apud* CAMARGO, 1984, pp.68, 69).

Foram esses acontecimentos que consolidaram a participação de José Américo na trama do poder estadual e também da política nacional, pois os reveses de 1930 deram-lhe uma efetiva visibilidade política.

³⁵ Um acontecimento que não poderia passar em brancas nuvens foi o assassinato do ex-presidente da Paraíba, João Suassuna – vítima de um atentado organizado por pessoas ligadas aos perrepistas – no dia 9 de outubro de 1930, no Rio de Janeiro, onde exercia o mandato de deputado federal pelo Partido Republicano (PR).

2.2 O “espalha-brasas”³⁶ na “Revolução” de 1930: a consolidação da carreira política de José Américo à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas.

“Si me perguntassem pelos 317.136:569\$947, de verbas orçamentárias e créditos especiais, dispendidos em assistência às vítimas da seca, eu poderia dizer simplesmente: Matei a fome de dois milhões de brasileiros, no maior cataclismo que já se abateu sobre todo o norte, pela sua força destruidora e por seus reflexos em zonas isentas desses acidentes do clima”
(ALMEIDA, 1982, p.161).

Entre o assassinato de João Pessoa e a vitória da “Revolução” de 1930, no dia 3 de outubro, passaram-se cerca de 70 dias, momento de incertezas e perturbações sócio-econômicas³⁷. Durante esse período, quem assumiu a chefia do executivo estadual foi o primeiro vice-presidente, Álvaro de Carvalho, que embora fosse contrário aos ideais “revolucionários”, solicitou a José Américo que permanecesse no cargo de Secretário de Segurança Pública. Nesse intervalo de mais de dois meses, um dos maiores inimigos da Aliança Liberal – consequentemente do presidente João Pessoa – aguardava, a todo instante, a renúncia de Álvaro de Carvalho para assumir o cargo: o segundo vice-presidente, Júlio Lyra; ação essa que não logrou êxito graças às interferências do Secretário de Segurança Pública.

É justamente nesse momento de incertezas que José Américo se fez mais presente do que nunca, consolidando paulatinamente sua liderança à frente dos aliancistas, tornando-se o centro irradiador das conspirações “revolucionárias” na Paraíba. A morte do presidente João Pessoa³⁸ –

³⁶ Adjetivo dado por Alceu Amoroso Lima a José Américo por sua atuação enérgica e marcante durante os acontecimentos que culminaram com a “Revolução” de 1930. Segundo ele, José Américo foi o responsável por trazer a esse momento político qualquer coisa de ““(...) selvagem, de sem-modos, de rude, de telúrico (...). Fostes o **espalha-brasas** (Grifo nosso) (...) de verdades duras, de franquezas candentes de que desde as campanhas épicas de Rui Barbosa estava desabituada nossa política de boas maneiras”” (apud CAMARGO, 1984, p.2).

³⁷ No primeiro momento após a morte de João Pessoa, os pessoenses entraram em um clima de grande comoção e revolta contra os “perrês” – assim eram chamados os membros do Partido Republicano (PR) de Washington Luís e do presidente recém-eleito, Júlio Prestes; depois o clima passou a ser de baderna e insegurança, exemplo disso foi a atitude tomada pelo irmão do presidente assassinado, Joaquim Pessoa, que, ao lado de um grupo de partidários, sem nenhuma autorização de parte das autoridades locais, foram até a cadeia pública da capital e soltaram todos os presos ali detidos. Não se contentando com essa ação, o grupo liderado por Joaquim Pessoa ainda forneceu armas e munição para que os apenados atacassem todos os “perrês” que encontrassem pela frente: “Isso foi um ato de loucura, porque havia criminosos perigosos. Abriram as prisões e soltaram os presos armados para vingança. Os inimigos de João Pessoa recolheram-se aos quartéis, procurando refúgio. (...) Rompi com muitos amigos de João Pessoa, porque não podia deixar de reprimir aquilo, como fiz depois, conseguindo prender todos” (ALMEIDA, apud CAMARGO, 1984, pp.174, 175).

³⁸ Embora a sua morte tenha deflagrado o movimento “revolucionário”, João Pessoa era totalmente contra a idéia de uma revolução, não aceitando tais conspirações no estado que presidia: “Quando começou a propaganda da candidatura de Getúlio Vargas seus partidários despacharam várias caravanas pelo interior, e chegou à Paraíba uma

candidato a vice-presidente da República ao lado de Getúlio Vargas – serviu como uma espécie de estopim para a efetivação dessas conspirações aliancistas que culminaram com a “Revolução” de 1930. Na opinião do historiador Thomas Skidmore, devemos salientar que a única e verdadeira ruptura³⁹ política proporcionada por esse grupo/episódio esteve ligado ao fato de que

delas, dirigida por Batista Luzardo. Eu o hospedei na praia de Tambaú, e tinha muito cuidado para que João Pessoa não fosse sozinho lá, com medo de que não se controlasse. Ele era terrivelmente contra a revolução. Não a admitia absolutamente. Por exemplo, quando recebi Juarez em Recife e o levei à Paraíba, João Pessoa nunca se encontrou com ele” (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984, p.178). A sua aversão aos ideais revolucionários chegou a tal ponto, que durante uma das reuniões com o José Américo e outros secretários, João Pessoa afirmou: “Mil vezes Júlio Prestes a uma revolução” (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984, p.178). A explicação para essa verdadeira ojeriza aos “revolucionários” estava ligada ao passado, mais precisamente ao período em que ele foi ministro do Superior Tribunal Militar, quando havia condenado muitos desses tenentes que estavam à frente da “revolução”.

³⁹ Para muitos historiadores, cabe perfeitamente a utilização do termo Revolução para designar os acontecimentos – citados anteriormente por nós – que levaram Getúlio Vargas e os aliancistas ao poder, a exemplo do livro “A Revolução de 1930: historiografia e história”, de Boris Fausto (1970). Para outros, esse momento da história política nacional não passou de uma transição de poder das mãos de uma elite/oligarquia – principalmente do estado de São Paulo – para outra elite, composta pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, esse último numa escala bastante desproporcional em relação ao núcleo do poder. Reforçando essa tese, encontramos o livro do historiador Thomas Skidmore, intitulado “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)” (1982), historiador que dedicou boa parte do seu tempo aos estudos da História do Brasil, tornando-se um dos mais importantes brasilianistas. Segundo ele, dois fatores colocariam os episódios de 1930 em evidência e distinguiriam-no dos combates pelo poder, estabelecidos desde a proclamação da República: “Em primeiro lugar, a Revolução de 30 pôs fim à estrutura republicana criada na década de 1890. Os revolucionários arrombaram uma porta aberta, evidenciou-se mais tarde, de vez que a República Velha desabou de repente sob o peso de suas dimensões internas e da pressão de uma crise econômica em escala mundial. Em segundo lugar, havia uma concordância disseminada, antes de 1930, quanto à necessidade urgente de uma revisão básica no sistema político” (SKIDMORE, 1982, p.26). Assim, podemos compreender que, mais cedo ou mais tarde, o sistema vigente viria à débâcle, pois a crise de 1929 – que teve início nos Estados a partir de uma crise de superprodução e de taxas de desemprego de quase 0%, afetou profundamente a compra da produção do café brasileiro – de São Paulo na verdade – que alcançou um incrível declínio de 50 % nas vendas, entre setembro de 1929 e janeiro de 1930 (SKIDMORE, 1982, p.31), por isso o autor afirma que “os revolucionários arrombaram uma porta aberta”! Outra questão importante é que não havia uma coesão entre esses “revolucionários”, pois de um lado estavam os constitucionalistas que pretendiam disseminar no Brasil os ideais liberais clássicos: criação de um governo constitucional, eleições livres, além de uma maior liberdade civil; do outro lado, estavam os nacionalistas, encabeçados pelos tenentes militares que almejavam uma nação modernizada e “regenerada”. Para finalizar a nossa assertiva, lembramos que existiram diversos grupos da elite brasileira que estavam por trás – nos bastidores – do movimento e que aderiram o “projeto” dos revolucionários: os militares superiores, generais a exemplo de Tasso Fragoso, aquele que encabeçou o comando de transição do poder, das mãos de Washington Luís/Júlio Prestes para Getúlio Vargas; os plantadores de café, a maior parte do estado de São Paulo, descontentes com as medidas tomadas pelo presidente Washington Luís, principalmente aquela que pôs fim o preço fixo do café, baixando o valor desse produto no comércio exterior; e os “(...) membros dissidentes da elite política estabelecida, ansiosos para dar um golpe em causa própria” (SKIDMORE, 1982, p.31). Dessa forma podemos afirmar que essa foi uma “Revolução” da elite, para elite, ou seja, uma transição de poder que, em nenhum momento, atingiu as camadas mais pobres da população brasileira, principalmente os camponeses e o operariado. O apoio dado pelos mandatários da política de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, através da Aliança Liberal, se deu a partir do descontentamento com os rumos da política nacional, impostos pela elite cafeicultora e política de São Paulo, quando Washington Luís indicou outro paulista para assumir o palácio do Catete. “Eles apoiavam a ‘revolução’, não porque quisessem modificações sociais e econômicas básicas, mas como uma justificativa para o seu recurso à revolta armada contra os ‘de dentro’, que não haviam atendido aos seus interesses nas negociações para a escolha do candidato ‘do governo’ em 1929” (SKIDMORE, 1982, p.31). Outro historiador que corrobora desse mesmo pensamento é José Murilo de Carvalho, na obra intitulada “Cidadania no Brasil: o longo caminho”. Para José Murilo, não houve uma Revolução propriamente dita em 1930: “Certamente não se tratou de revolução, se

“(…) pela primeira vez, desde a proclamação da República, em 1889, o candidato do ‘governo’ não conseguiu chegar à presidência” (SKIDMORE, 1982, p.21).

Na Paraíba, a deflagração do movimento se deu na noite de 3 de outubro, quando o grupo de revolucionários encabeçados pelos tenentes Anthenor Navarro, Agildo Barata e Juracy Magalhães – oficial de dia no momento da incursão – invadem e tomam de assalto o 22º Batalhão de Caçadores, sediado na capital. Nesse momento, ainda na condição de Secretário de Segurança Pública, José Américo assumiu a difícil missão de manter a Polícia Militar ao lado dos “revolucionários”, garantindo o controle da capital João Pessoa⁴⁰, embora esse controle não tenha sido total graças ao atraso em relação a tomada do 22º Batalhão de Caçadores, o que provocou a morte do general Alberto Lavenère Wanderley⁴¹ e de um ajudante de ordens.

No dia 4 de outubro, após a irrupção do movimento, o chefe militar da “revolução” no Norte⁴² – Juarez Távora – enviou uma carta⁴³ a José Américo delegando-o chefe do executivo estadual, tornando-lhe o primeiro interventor da Paraíba e, em seguida, líder do Governo Central Provisório do Norte, passando a nomear todos os interventores do Nordeste e Norte do país: “Por setenta dias foi o ‘Vice-Rei’ do Nordeste, enfeixando força e poder absolutos. Tudo o que fazia era referendo revolucionário” (LUNA, 2000, p.47).

compararmos o episódio com o que passou na França em 1789, na Rússia em 1917, ou mesmo no México em 1910” (CARVALHO, 2001, p.89). Na Paraíba, segundo a historiadora Eliete Gurjão, “(...) não se efetuou a ruptura da estrutura do poder oligárquico” (GURJÃO, 1994, p.103), pois os “filhos” das oligarquias, ou seja, os herdeiros destas estavam agora inseridos nas interventorias, ocupando os cargos mais elevados. Esse reordenamento das oligarquias foi administrado por José Américo durante a sua atuação à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas, como veremos mais adiante. Por isso, durante todo o trabalho, defenderemos as aspas quando nos referimos à idéia de “Revolução” para os acontecimentos históricos de 1930, defendendo a mesma noção/posição que Luís Carlos Prestes propagou, através de um manifesto impresso, junto ao Partido Comunista, no dia 30 de maio de 1930: “Uma luta entre duas facções da burguesia nacional, luta entre dois bandos do Exército. (...) entre os interesses contrários de duas correntes oligárquicas” (PRESTES, *apud* SKIDMORE, 1982, pp.29, 401).

⁴⁰ Durante o mês de agosto de 1930, houve um movimento popular a favor da mudança do nome da capital do estado: de Paraíba para João Pessoa. A pressão popular – e também política – fez com que a Assembléia Legislativa votasse no dia 4 de setembro a lei a favor da mudança do nome, sendo sancionada pelo presidente em exercício, Álvaro de Carvalho, mesmo contra a sua vontade: “De outra vez, quando Álvaro de Carvalho vetou o projeto da bandeira, o povo se juntou para atacá-lo em casa; ele era contra a bandeira do Nego e contra a mudança do nome da capital para João Pessoa. Isso me deu um trabalho enorme. Tive que tomar aquelas saídas todas para impedir a marcha do povo. Ele era um homem fraco, mais muito brioso” (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984, p.178).

⁴¹ O general Alberto Lavenère Wanderley era o comandante militar do 7º Regimento, sediado na cidade de Recife, e foi o responsável em pôr fim à rebelião em São José de Princesa – recebendo pessoalmente as armas dos comandados por José Pereira – a mando do presidente Washington Luís.

⁴² Durante a República Velha, denominava-se por Região Norte toda a área norte e nordeste do país.

⁴³ A carta na íntegra encontra-se no ANEXO B deste trabalho, pp.265.

Embora estivesse imbuído de plenos poderes, as decisões tomadas por José Américo não foram unilaterais, ou seja, ele nunca esteve sozinho na hora de nomear os interventores. Essa afirmação é reforçada quando analisamos seu próprio depoimento sobre o assunto, onde percebemos que muitos dos interventores nomeados eram parentes dos líderes “revolucionários”: Fernandes Távora era irmão de Juarez Távora e Magalhães Barata era irmão de Agildo Barata.

Juarez tinha muita participação nisso, porque queria os tenentes. Havia umas divergências. Em alguns lugares, como Alagoas, por exemplo, foi difícil. Primeiro nós fomos ao Rio Grande do Norte; aí foi escolhido um civil, paraibano, Irineu Joffily. Houve um certo ressentimento, mas era um paraibano casado no Rio Grande do Norte, radicado lá, com relações de família. Depois vieram os tenentes. No Ceará foi um civil, Fernandes Távora. No Pará, foi um militar, Magalhães Barata. Depois começaram as divergências. Primeiro no Ceará, depois o Maranhão perturbou-se um pouco, Já no tempo de Martins de Almeida (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984, p.190).

Essas re-acomodações das forças políticas – através da indicação dos interventores – serviram para cristalizar o poder dos aliancistas no Norte e Nordeste do país, ampliando e reforçando o poder estatal nessas regiões. A substituição dos antigos governadores – ligados as oligarquias locais – pelos interventores não pretendia aniquilar as estruturas oligárquicas nos estados, ao contrário, o pensamento de Getúlio Vargas e dos demais aliancistas era submeter essas chefias ao governo “revolucionário”. De 1930 a 1937, a centralização do poder nas mãos do governo getulista, através de uma série de medidas político-administrativas, enfraqueceu efetivamente as oligarquias estaduais, aumentando as relações de dependência destas com o estado.

Vargas, inclusive, reconhecia que a sua manutenção no poder passava, necessariamente, pela montagem de uma ampla base nacional de apoio, o que significava a inclusão e a colaboração dos tradicionais grupos oligárquicos, sobretudo nos estados menos desenvolvido. (CITTADINO, 2006, p.69).

Podemos afirmar que José Américo tornou-se um dos protagonistas – se não o ator principal – da “Revolução” de 1930, na região Norte do país, chamando muitas vezes para si a responsabilidade de tornar a Paraíba o núcleo do poder “revolucionário”, elevando o nome do estado onde nascera:

Antes a Paraíba era politicamente dependente de Pernambuco. As revoluções irrompiam em Pernambuco, e a Paraíba, como o Ceará e o Rio

Grande do Norte, refletiam esses movimentos. Pernambuco foi politicamente independente da Paraíba em todas as revoluções: 1817, 1824, 1848... A Paraíba só teve a liderança em 1930 (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984, p.190).

No dia 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas assume a chefia do Governo Provisório⁴⁴ após a deposição do ex-presidente Washington Luís, ocorrida no dia 24 de outubro. A partir de então, o nome de José Américo passou a ganhar maior projeção nos periódicos locais, sendo destaque também na imprensa nacional que desejava saber mais informações daquele homem do Norte que, aos 43 anos de idade, contava com um admirável currículo: escritor nacionalmente conhecido; havia sido um combatente leal e firme aos ideais aliancistas durante a “Revolução” de 1930, possuía ainda uma vasta experiência administrativa “(...) que o creditava a reeditar, no plano nacional, o espírito modernizante e reformista já instaurado na Paraíba por João Pessoa” (CAMARGO, 1984, p.31).

Antes de se dirigir a Capital Federal para assumir o Ministério da Viação, José Américo indica o nome de um dos principais “revolucionários” do estado para assumir a chefia do executivo paraibano na condição de interventor federal: o tenente civil Anthenor Navarro⁴⁵, engenheiro e ex-auxiliar do governo de João Pessoa. Sua indicação possibilitou ao novo ministro da Viação continuar interferindo nas questões políticas locais mesmo a distância, no Rio de Janeiro. Durante a sua longa gestão a frente do Ministério da Viação e Obras Públicas (1930-1934), José Américo jamais perdeu de vista as rédeas da política paraibana, interferindo diretamente sobre as nomeações de todos os interventores até a implantação do Estado Novo, em 1937. Entretanto, a nomeação de Anthenor lhe trouxe alguns problemas de ordem política, pois

⁴⁴ O Governo Provisório foi composto por vários políticos influentes, das diversas regiões do país, que ocuparam alguns ministérios estratégicos: José Américo de Almeida (Viação e Obras Públicas) – o primeiro nome a ser indicado para essa pasta foi o de Juarez Távora, tomando posse no dia 4 de novembro de 1930; contudo, cerca de 20 dias depois, José Américo foi nomeado como titular dessa pasta, pois boa parte dos “revolucionários” não aceitaram que um militar ocupasse um lugar civil (CAMARGO, 1984, p.192); Osvaldo Aranha (Fazenda); Antunes Maciel (Justiça); Juarez Távora (Agricultura); Washington Pires (Educação); Salgado Filho (Trabalho); José Fernandes Leite de Castro (Guerra), que foi substituído, tempos depois, pelo general Góis Monteiro; Almirante Protógenes Guimarães (Marinha) (CAMARGO, 1984, pp.191, 192).

⁴⁵ Anthenor Navarro esteve à frente do cargo de interventor da Paraíba entre 14 de novembro de 1930 a 26 de abril de 1932, quando veio a falecer em um desastre aéreo. Mais informações sobre esse período, vide SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**. Dissertação [Mestrado em História]. PPGH/UFPB, 2007; GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889/1930)**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1994, p.109-112. Mais informações sobre as interventorias paraibanas, vide MELLO, Humberto. Tempo de interventorias de Antenor Navarro a Ruy Carneiro. In: **Capítulos de história da Paraíba**. MELLO, José Octávio de Arruda (Coord.). Campina Grande: Grafset: Secretaria de Educação e Cultura, 1987, p.300-307.

este havia participado do governo de João Pessoa, herdando, até certo ponto, as propostas radicais que haviam desagradado efetivamente às oligarquias locais – tanto aquelas ligadas ao epitacismo, quanto as de oposição –, além de ser vinculado aos ideais tenentistas.

A partir de então, o que se verificou foi uma tentativa de desmantelamento das estruturas oligárquicas de poder no Estado, quando o novo interventor passou a nomear pessoalmente os prefeitos dos municípios paraibanos que eram, em sua maioria, verdadeiros alienígenas no que diz respeito às articulações políticas desenvolvidas nas municipalidades que assumiam. Essas medidas tomadas pelo novo interventor trouxeram grandes problemas para a estruturação política inicial do *americismo*⁴⁶ na Paraíba, pois José Américo buscava reatar as alianças com alguns dos “perrés”, “alijados” do poder local, que se tornaram os principais perseguidos por Anthenor. Desde o princípio, o novo interventor já se dizia “continuador fiel” das medidas de reforma junto à estrutura político-administrativa assumidas outrora pelo ex-governador João Pessoa e pelo seu secretário de Segurança Pública, José Américo. Essa afirmação está registrada em uma carta escrita por Anthenor Navarro a Nominando Diniz, no dia 12 de novembro de 1930, dia de sua posse:

Comunico-vos que nesta data assumi cargo Interventor Federal neste Estado por indicação general Juarez, em substituição dr. José Américo, que a convite Governo Federal aceitou Pasta Viação pt **Politicamente procurarei ser continuador fiel governo João Pessoa e José Américo** (Grifo nosso), que vinham já realizando com êxito programa revolucionário, do qual o grande brasileiro sacrificado foi o iniciador no Brasil (*apud* LUNA, 2000, p.49).

Havia dessa forma uma contradição clara entre as aspirações varguistas e as medidas radicais postas em prática por Anthenor Navarro, pois ao invés de alijar o poder das antigas oligarquias – remanescentes da República Velha – e estabelecer relações mais efetivas com os “novos” grupos políticos que se opuseram ao estratagema do “café com leite” e ao governo de Washington Luís, reconhecendo dessa forma a importância da colaboração e do apoio dessas oligarquias ao projeto aliancista, o novo interventor buscou aniquilar o poderio político desses grupos políticos ao invés de cooptá-los e submetê-los ao controle do estado. Essa “impopularidade” que rondava a imagem do interventor, através dos seus discursos na imprensa local e nacional, já havia alcançado o Palácio do Catete, registrada nas palavras do próprio

⁴⁶ O termo *americismo* será empregado diversas vezes em nosso trabalho, para designar a corrente política encabeçada por José Américo de Almeida, no Estado da Paraíba, a partir da “Revolução” de 1930.

Getúlio Vargas, quando esse dividiu o seu descontentamento com o ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, escrevendo-lhe uma carta afirmando:

Esse rapaz, a quem nomeei contrariando a vontade expressa de todos os irmãos de João Pessoa, para atender as indicações de José Américo e de Távora, parece não me estar compreendendo. (...) Nada digas ao José Américo, que se tem conduzido com alta correção, porque seria amargurá-lo sem necessidade (*apud* CAMARGO, 1984, p.487).

Imediatamente, após saber do conteúdo da carta, José Américo escreve para Anthenor Navarro no sentido de adverti-lhe sobre os rumos que havia tomado as suas decisões em relação a política paraibana e deixando claro que o chefe do Governo Provisório desconfiava de certo ar de intriga em relação aos seus discursos⁴⁷. Porém, os problemas causados pelo interventor a José Américo só teriam fim com o trágico acidente de avião⁴⁸ que envolveu os dois, episódio esse que causou a morte do interventor no dia 26 de abril de 1932. No lugar de Anthenor, assumiu a interventoria paraibana o secretário de Interior e Segurança Pública, Gratuliano de Brito, que tomou posse definitiva do cargo no dia 27 de junho desse mesmo ano, permanecendo nele até o dia 25 de janeiro de 1935.

⁴⁷ A carta escrita por José Américo à Anthenor Navarro, advertindo-lhe sobre as consequências que as suas posições políticas já haviam atingido encontra-se na íntegra, no ANEXO C deste trabalho, pp.266-269.

⁴⁸ Depois de ir ao Rio de Janeiro pleitear algumas verbas junto ao ministro da fazenda, Osvaldo Aranha, para dar continuidade a política de combate as secas, José Américo partiu da capital federal em direção ao estado do Ceará. Nessa época, não havia vôos comerciais de Fortaleza para João Pessoa, por isso ele decidiu embarcar em um avião militar batizado de *Savoia Marchetti*, uma aeronave da esquadrilha militar italiana trazida, segundo José Américo, pelo “(...) general Balbo, do tempo de Mussolini, veio com a esquadrilha, atravessou o Atlântico,e, no fim, vendeu essa esquadrilha aqui. O avião tinha sido entregue a marinha” (*apud* CAMARGO, 1984, p.214). Chegando a Paraíba, José Américo encontrou Anthenor Navarro e os dois partiram, junto com alguns inspetores da IFOCS, para o estado da Bahia. No trajeto, o avião apresentou problemas na altura do estado de Alagoas, onde logo aterrissaram, passando a aeronave por uma inspeção rápida, onde o piloto não havia detectado problemas mais sérios. Indagado pelo ministro se havia realmente condições para seguir viagem, o piloto – capitão Dante Mattos – assegurou que sim, dessa forma, partiram na calada da noite. A certa altitude, o avião voltou a apresentar problemas, dentro do avião um barulho ensurdecedor tomou conta da tripulação, preocupado, momentos antes da queda, Anthenor Navarro escreveu um bilhete para o ministro dizendo: “Estamos viajando dentro da noite” (*apud* CAMARGO, 1984, p.221). Já passava das 18:00 horas do dia 27 de abril, quando o avião ao cruzou os céus da Bahia e, pouco tempo depois, caiu no mar. Segundo o ministro: “(...) quando caí, se eu tivesse ficado na asa do avião, teria morrido, como o meu companheiro Anthenor Navarro, que teve 19 ferimentos, cada um dos quais seria *causa mortis*. Como o radiotelegrafista que estava adiante, que também morreu. Mas aos meus pés abriu-se uma brecha. Caí na água, sem saber nadar, sem óculos. (...) Mas em lugar de afundar com a cabeça, saí fora e vim à tona. (...) encontrei um fio – veja como tudo foi extraordinário –, peguei-o e vim-me dirigindo por ele até a asa do avião. (...) Quando subi à asa senti que estava fraturado, muito ferido” (*apud* CAMARGO, 1984, p.221, 222). Além do interventor paraibano, morreu o diretor da IFOCS, Lima Campos, braço direito de José Américo junto a Inspetoria. Pelo resto de sua vida, José Américo ficou com seqüelas, pois a perna quebrada ficou mais curta, tendo ele que calçar sapatos especiais com um calço mais alto. Mais informações a esse respeito, vide LUNA, Maria de Lourdes Lemos. **José Américo de Almeida**. Série Histórica. João Pessoa: A União, 2000, pp.54, 55.

Impregnado pelas marcas deixadas por João Pessoa na construção de sua personalidade política – uma nova racionalidade pública calcada nas reformas político-administrativas – e recebendo outras tantas influências do movimento tenentista, a exemplo dos ideais nacionalistas, após assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas, José Américo buscou enxugar a folha de pagamento daquela pasta, considerada a maior em termos de contingente de funcionários e a mais dispendiosa. Nomeou como chefes de gabinete dois paraibanos de sua confiança – Ruy Carneiro e Plínio Lemos – e solicitou que fosse realizada uma sindicância para apurar o número de pessoas em excesso naquele ministério. Só na Central do Brasil – a principal estação de trens do Rio de Janeiro – havia cerca de 5 mil funcionários ocupando cargos diversos, uma espécie de abrigo a funcionários “fantasmas”, a maioria indicada por políticos e tenentes que participaram da “Revolução” de 1930.

Com o aval do Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, José Américo passou a cortar os gastos com a folha de pagamento. Só na Central do Brasil foram demitidos cerca de 537 funcionários, dos 802 existentes. Poucos dias após essa decisão radical, centenas de pessoas invadiram a Central do Brasil entrando em choque com a polícia da capital federal. Esse episódio provocou a morte de duas pessoas e fez com que o ministro voltasse atrás em sua decisão, determinando que fosse adotado o critério de tempo de serviço para julgar os casos relativos aos funcionários demitidos.

Apesar desse imbróglio, José Américo tomou algumas medidas⁴⁹ importantes à frente do referido ministério, algumas delas elencadas abaixo:

1. Criação do Departamento de Correios e Telégrafos, a partir da junção de duas repartições: Repartição Geral dos Correios e a Repartição Geral dos Telégrafos.
2. Criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (D.N.E.R.) e ampliação da malha rodoviária entre os anos de 1931-1933: de 2.255 Km construídos em 40 anos de República (até 1930), para 2.462 Km de rodovias (ALMEIDA, 1982, p.99).
3. Criação de uma comissão com o intuito de baixar as tarifas de energia imposta pela *Light*, empresa privada (multinacional) que fornecia energia para a cidade do Rio de Janeiro. A cobrança das tarifas de energia tomava como referência a taxa-ouro, dessa forma a

⁴⁹ A descrição de todas as medidas tomadas por José Américo em diversos estados do país – incluindo o balanço das contas – durante o período em que esteve à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas (24 de novembro de 1930 a julho de 1934), vide ALMEIDA, José Américo de. **BALANÇO DA ADMINISTRAÇÃO POR ESTADOS**. In: **O ciclo revolucionário do Ministério da Viação**. 2ª ed. João Pessoa/Natal: Fundação Guimarães Duque/Fundação Casa de José Américo, 1982, pp.275 a 301.

cobrança tornou-se exorbitante. Apesar das pressões impostas pela *Light*⁵⁰, José Américo conseguiu reduzir progressivamente o valor das taxas de cobrança da energia: “(...) procurando beneficiar os 30.000 pequenos consumidores, que passaram a pagar 144 réis por metro cúbico, com os abatimentos, em vez de 200 réis, taxa que representava uma extorsão” (ALMEIDA, 1982, p.37).

4. Foi o primeiro a propor o horário de verão, adiantando os relógios em uma hora como forma de reduzir o consumo de energia.
5. Determinou a eletrificação da Central do Brasil, principal entroncamento ferroviário do país na época, interligando os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.
6. Idealizador da construção da usina hidrelétrica de Salto, localizada próximo a cidade de Resende, no Rio de Janeiro. O principal propósito dessa construção era fornecer a energia necessária para o pleno funcionamento da Central do Brasil, proporcionando-lhe autonomia total em relação à *Light*. Sua construção terminou sendo adiada após uma nova campanha de pressão imposta pela *Light* ao governo provisório de Getúlio Vargas⁵¹.
7. Redução do preço das passagens nos trens de subúrbios e em pequenos percursos, medida tomada em 1931.
8. Assinatura de um decreto, no dia 27 de dezembro de 1933, concedendo “(...) transporte gratuito aos ferroviários e o abatimento de 75% às suas famílias e aos empregados de estradas de ferro aposentados” (ALMEIDA, 1982, p.37).
9. Determinou o início das obras de saneamento da Baixada Fluminense.

⁵⁰ O próprio José Américo deixou um depoimento revelador sobre o poder e a influência que essa empresa possuía nesse período e sobre a campanha que realizou em forma de retaliação a essa decisão: “A campanha da *Light* foi terrível, difícilíssima. Quando constituí a primeira comissão para rever as tarifas, Juarez, que era um de seus componentes, retirou-se dizendo que não podia ser, que a *Light* era um Estado dentro do Estado. Ele chegou a dizer: ‘A *Light* é quem manda no Brasil!’ Realmente, era poderosíssima, dispunha da imprensa, de influência, e sofreu muito para baixar as tarifas. Eles contavam com uns seis jornais no Rio: *A Pátria* fez uma terrível campanha contra mim” (apud CAMARGO, 1984, p.200). Na tentativa de explorar o grande potencial dos recursos hídricos da região sudeste do país, a *Light* iniciou a construção da sua primeira usina hidrelétrica a partir de meados de julho de 1899, batizada de Usina Hidrelétrica Parnaíba, localizada no Rio Tietê. No dia 30 de maio de 1905, recebeu autorização para iniciar o seu funcionamento, assumindo nesse mesmo ano o controle total da iluminação da capital federal, a partir da compra das ações da empresa belga *Société Anonyme du Gaz*. A *Light* passou a atuar com mão de ferro, interferindo diretamente sobre a economia e a política da capital federal, entretanto esse poder absoluto da produção de energia no estado do Rio de Janeiro perdurou até o ano de 1969, quando os militares transferiram o controle da iluminação pública para o governo estadual. Mais informações sobre esse assunto vide o sítio <http://www.light.com.br/web/institucional/cultura/seculolight/teseculo.asp?mid=8687942772267226> (Data do acesso: 15/03/2011 – Hora: 10:39 min.).

⁵¹ Mais informações a esse respeito, vide CAMARGO, Aspásia. Cap. VI: Ministro do Nordeste. In: **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, pp.199-203.

Embora José Américo tenha assumido a dianteira do processo “revolucionário” de 1930 no Norte do país – ocupando o importante papel de interlocutor entre as instâncias de poder em âmbito estadual e nacional, buscando também evitar possíveis excessos cometidos pelos interventores e, ao mesmo tempo, buscando anular a possibilidade de retorno do antigo regime –, ele passou a ser criticado por divergir das posições políticas dos chamados “verdadeiros revolucionários”, consideradas por ele radicais, ao mesmo tempo em que continuou mantendo relações políticas com os “carcomidos”⁵², a exemplo do ex-presidente Epitácio Pessoa. Contudo, a atuação mais importante de José Américo esteve ligada a política de combate as secas, uma espécie de prioridade assumida por ele durante o período em que permaneceu à frente Ministério da Viação e Obras Públicas.

Desde o ano de 1930, outra grande seca atingia a região Norte – chamada hoje de Nordeste⁵³ –, principalmente os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, embora os seus efeitos tenham se alastrado até uma parte da região do Maranhão, Piauí, os sertões de Pernambuco, chegando até a Bahia, num rastro de cerca de 650.000 Km² (LUNA, 2000, p.51), atingindo uma população de “dois milhões de mártires” (ALMEIDA, 1982, p.36). O ápice dessa tragédia se deu no ano de 1932, onde na visão de José Américo, aquela teria sido a maior de todas as secas até então:

Fala-se muito na de 1877, porque naquele tempo não havia nenhuma assistência. Morreu muita gente por causa das endemias. Mas a seca de 1932 foi mais devastadora do que a de 1877. Passa por ser a maior da história, porque o sertão estava mais povoado, mais habitado, tinha mais a perder. O sacrifício foi maior. (*apud* CAMARGO, 1984, p.212).

Assumindo a condição de continuador do plano de combate as secas e amparo aos flagelados nordestinos, “criado” pelo ex-presidente da República Epitácio Pessoa, José Américo passou a atacar essa problemática sob três aspectos: 1º construção de açudes públicos e privados, buscando terminar as obras que haviam sido iniciadas por Epitácio Pessoa e que foram

⁵² Expressão pejorativa criada por José Américo para designar os políticos e suas formas de poder durante a República Velha. Mais informações a esse respeito, vide CAMARGO, Aspásia. Cap. VI: Ministro do Nordeste. In: **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p.32.

⁵³ A região geográfica denominada Nordeste possui uma área absoluta de 1.548.672 Km², correspondendo por cerca de 18,2% do território brasileiro e uma área territorial de 1.542.271 Km², “(...) é a região semi-árida mais densamente habitada no mundo” (DNOCS, 1982, p.13). É composta pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, incluindo também os territórios insulares de Fernando de Noronha, do atol das Rocas e dos penedos de São Pedro e São Paulo (DNOCS, 1982, p.14).

supostamente abandonadas na gestão do ex-presidente Artur Bernardes; 2º construção de estradas, utilizando prioritariamente a mão de obra dos flagelados que se encontravam alojados em grandes “centros de concentração”, expressão utilizada pelo próprio ministro para designar os lugares – terrenos descampados, fazendas, dentre outros – onde eram abrigados os retirantes, chegando alguns deles a alojar mais de 100.000 mil pessoas, a exemplo do “centro de concentração” estabelecido entre a cidade do Crato e a capital Fortaleza (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984, p.215); 3º o combate as migrações em massa de flagelados, evitando que as populações dos diversos estados atingidos se deslocassem para região litorânea ou até mesmo para os estados do sul do país e para o norte, mais especificamente em direção a região do Amazonas. Podemos afirmar que essas políticas consolidariam efetivamente as bases de uma nova oligarquia emergente, denominada “americismo”.

Enfeixando grande prestígio e poder em torno de sua figura – pois não podemos esquecer que o Ministério da Viação e Obras Públicas era a pasta que possuía o maior contingente de funcionários e o que mais recebia verbas nesse período, o que permitia a propagação da política do empreguismo – José Américo passou a dominar o cenário político de boa parte da região Norte e, mais especificamente, do estado paraibano. Se os princípios da “Revolução” de 1930 estavam ligados principalmente a idéia de superação das práticas políticas desenvolvidas durante a República Velha, o que se vê na verdade é a continuidade destas práticas tão peculiares as velhas oligarquias. A grande diferença é que as verbas de combate as secas não estariam mais nas mãos dos “carcomidos” do antigo regime, mas daquele que encabeçou o movimento “revolucionário” por toda essa região:

O controle, por parte de José Américo, das verbas do ministério para o combate às secas e a distribuição entre os seus correligionários, permitiu-lhe consolidar-se como liderança política de uma facção oligárquica, constituindo o que ficou conhecido como “americismo”. (CITTADINO, 2006, p.70).

Num primeiro momento, aparentemente, a posição política assumida por José Américo aparece como incoerente e, porque não dizer, digna de uma traição não só das propostas tenentistas, como também, em relação às idéias de reforma político-administrativa difundidas por João Pessoa e por ele mesmo, quando assumiu a condição de seu secretário por duas vezes. Porém, desde o princípio, o que José Américo fez foi seguir a risca as advertências de Epitácio Pessoa – esquecidas pelo sobrinho – em relação a manutenção de certos privilégios aos antigos

aliados, procurando manter o diálogo com as esferas locais de poder, as oligarquias, reestruturando a máquina governamental sob a sua batuta, ampliando dessa forma a intervenção estatal. Embora tenha recebido algumas influências do presidente assassinado para a composição do seu perfil político, é na pessoa do ex-presidente da República, Epitácio Pessoa – que utilizou as verbas da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em prol de seus correligionários e aliados políticos –, que José Américo se espelha, buscando também estruturar as suas bases políticas através da chamada indústria das secas⁵⁴. Essa forma de burlar possíveis fiscalizações e de desviar o dinheiro público em prol das elites nordestinas não era algo novo, surgira durante a seca de 1877-79, através da criação da primeira medida pública de combate as secas, batizada de “políticas de socorros públicos” (FERREIRA, 1993, p.61).

Para o estabelecimento de uma “nova” indústria das secas, comandada agora pelo ministro da Viação e Obras Públicas, era preciso a confluência de três situações específicas: 1º um momento de grande estiagem que provocasse uma grave crise econômica; 2º criar ou copiar – como foi o caso – uma política de investimento de verbas públicas em obras contra a seca; 3º estabelecer um *lobby* para desviar os recursos enviados para o combate a seca (CUNIFF, *apud* FERREIRA, 1993, pp.72, 73), beneficiando os líderes políticos das regiões afetadas que estivessem ao lado do ministro. Com o cenário de grande seca, como pano de fundo, iniciaram-se as primeiras medidas de combate a estiagem encabeçada a partir da re-estruturação da IFOCS a pedido do ministro. As prioridades estabelecidas naquele momento foram: uma ampla campanha de açudagem e irrigação, em parceria com os fazendeiros das regiões atingidas; a construção e pavimentação de estradas de rodagens e carroçáveis; e a criação dos chamados “centros de concentração” – “currais do governo” – distribuídos nos estados mais atingidos pela seca. A idéia de criar esses espaços de confinamento dos flagelados não era algo novo, havia surgido no governo do Presidente da República Venceslau Brás Pereira Gomes (1914-1918), durante a seca de 1915⁵⁵, visando evitar a propagação dos saques realizados pela população faminta, vítimas da inoperância pública!

⁵⁴ A ampliação do debate em relação à idéia de uma indústria das secas estabelecida desde 1877 na região Nordeste do país será discutida de uma forma mais ampla no quarto capítulo desta dissertação.

⁵⁵ O termo “currais do governo”, ou “currais humanos” não é algo novo, foi registrado pela primeira vez durante a seca de 1915 e surgiu para designar os “centros de concentração” criados no Ceará. Esse também foi o termo utilizado pelo cineasta amador Flávio Alves que teve a preocupação de capturar e registrar os depoimentos dos sobreviventes do primeiro “curral do governo”, instalado no município de Senador Pompeu, que fica a 280 quilômetros da capital Fortaleza, durante a gestão do Presidente da República Venceslau Brás (1914-1918). O cineasta cearense produziu o documentário “Serca cerca” (1998 – VHS: 40 min.): “Comecei a fazer este filme em

Na exposição dos motivos para aprovação do novo regulamento da IFOCS ao Chefe do Governo Provisório, José Américo mostra que, embora outros tipos de soluções já tenham sido postas em prática por governos anteriores – “(...) estradas de ferro e de rodagem, perfuração de poços e cisternas, o desvio do curso do S. Francisco para o Jaguaribe, a arborização, etc” (ALMEIDA, 1982, p.379) –, a solução mais eficaz para combater os efeitos da seca seria através da solução hidráulica:

Mas o que convém, precipuamente, como correção da natureza semi-árida do nordeste, é armazenar água copiosa que, distribuída irregularmente, se escôa pelo seu solo impermeável e declivoso. Obstar essa perda pela açudagem em larga escala é a solução directa do problema da sêca, visando estabilizar a população sujeita a um desastroso nomadismo e aproveitar terras propícias a tôdas as culturas agrícolas (ALMEIDA, 1982, p.379).

Mais uma vez a solução hidráulica foi posta em prática como uma tentativa de resolver a problemática da seca, como se a falta de água fosse a única responsável e causadora de todos os problemas sócio-econômicos vivenciados nessas regiões castigadas por esse extremo climático. Para desenvolver o seu projeto e consolidar as suas bases políticas faltava agora o essencial: os recursos. Em 1932, José Américo recebeu carta branca de Getúlio Vargas para investir cerca de dez mil contos de réis nas obras de combate as secas em toda a região Nordeste.

Embora a seca atingisse a maior parte da região Norte do país, do Piauí a Bahia, três estados passaram a canalizar estrategicamente a maior parte desses recursos: Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, a partir de decisão tomada pelo ministro sob a alegação de serem esses os lugares mais atingidos pela estiagem, por possuírem o maior contingente populacional, pelas condições geofísicas das regiões – que possibilitariam com maior facilidade a construção dos açudes e barragens – e por possuírem alguns “(...) problemas em comuns: a cultura do algodão, a pecuária, a cultura de sisal que se iniciou lá e depois se deslocou para a Bahia” (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984, p.212). Coincidência ou não, o fato é que esses estados privilegiados eram governados por aliados políticos de José Américo, interventores de sua confiança que continuavam mantendo em seus estados o projeto intervencionista do Governo Provisório: no

1996, sem nenhum recurso. Fui em frente assim mesmo, queria preservar a história dos sobreviventes do campo de concentração de Senador Pompeu, mostrar aquela realidade muito louca e ainda desconhecida. Fui como o Glauber Rocha, com uma câmara na mão e uma idéia na cabeça e o resultado foi um filme experimental, que ficou pronto em 1998”. Outras informações vide os sítios: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=515480> (Data da consulta: 05/04/2011 - Hora: 12:30 min.) - http://www.terra.com.br/istoegente/26/reportagens/rep_flavio.htm (Data da consulta: 05/04/2011 - Hora: 16:08 min.).

Ceará, encontrava-se o irmão do ministro da Agricultura, Fernandes Távora; a frente da interventoria do Rio Grande do Norte encontrava-se Irineu Joffly; e na Paraíba quem ditava as regras do jogo político era o próprio ministro da Viação e Obras Públicas, indicando diretamente os primeiros interventores locais (Anthenor Navarro: 1930-1932 e Gratuliano de Brito: 1932-1934). Isso mostra que as bases da oligarquia americista e a política da indústria da seca, estabelecida nesse momento por José Américo, transcendiam as fronteiras do estado paraibano.

Outro acontecimento que reforça essa postura de maior beneficiamento para esses estados foi a criação do novo regulamento para a IFOCS, através do Decreto nº 19.687, publicado no dia 11 de fevereiro de 1931. Segundo esse novo regulamento, caberia a IFOCS dar prioridade às obras de açudagem e irrigação, pois a escassez de água seria o maior problema da região Nordeste. Para superar os efeitos da seca, se fazia necessária a construção de grandes barragens localizadas nas:

(...) quatro bacias principais do nordeste semi-árido que passam a constituir os quatro sistemas gerais de obras: I – Sistema de Acaraú, no Ceará; II – Sistema do Jaguaribe, no Ceará; III – Sistema do Alto-Piranhas, na Paraíba; IV – Sistema do Baixo-Assú, no Rio Grande do Norte.

Essas grandes construções representam o complemento da pequena e média açudagem e, portanto, a solução integral. (ALMEIDA, 1982, p.380).

Além de estabelecer essas mega-construções nos estados aliados, o ministro defendeu na “EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SÔBRE A REFORMA DO REGULAMENTO”, endereçada ao Governo Provisório no dia 20 de fevereiro de 1931, a transferência da IFOCS do Rio de Janeiro – capital federal – para a região Nordeste, como uma forma de efetivar a integração entre a Inspetoria e as áreas mais castigadas pela seca, entre o Piauí e a Baía, além de diminuir o inchaço na folha de pagamento dos funcionários daquele órgão federal.

Para prover a essa vasta região, o regulamento, aos invés dos três distritos atuais, mantém apenas dois: o primeiro em Fortaleza, a cujo encargo ficam as obras e serviços nos Estados do Ceará e Piauí; **o segundo em João Pessoa, superintendendo os trabalhos nos Estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte** (Grifos nosso). Por serem menos assolados, os Estados da Baía, Sergipe e Alagoas ficarão a cargo de um sub-distrito, com sede em São Salvador, em substituição ao atual distrito (ALMEIDA, 1982, p.383).

A partir de agora o Ministério da Viação e Obras Públicas tornava-se o principal financiador dos projetos de combate a seca, revertendo os milhares de contos de réis para os cofres dos estados onde esses aliados políticos atuavam e estes, por sua vez, assumiram o papel de promover a rearticulação das oligarquias locais sob a batuta do ministro que passou a inspecionar e analisar a “viabilidade” de todos esses projetos.

Em nenhum momento, a administração paraibana (durante a interventoria de Anthenor Navarro) apresentou um projeto de combate às secas, cujas verbas fossem exclusivas do tesouro paraibano. Todos esses projetos foram feitos com a participação do Ministério da Viação (SANTOS NETO, 2010, p.73).

Desde há muito tempo, quando havia escrito “A Paraíba e seus problemas” (1923) – sobre os problemas relacionados à seca que atingiu a Paraíba durante a presidência de Solon de Lucena – José Américo já defendia de forma veemente a construção de açudes e barragens públicas e privadas como a única solução apropriada para se combater a escassez de água nos sertões paraibanos. Seguia ele afirmando que a “política hidráulica” não era algo novo, já havia surtido efeito em outras partes do planeta e esse exemplo deveria ser copiado por todos os estados afetados pela estiagem:

A questão da água é tão vital para alguns povos, que suscitou, algures, uma política hidráulica. (...) Enquanto os Estados Unidos domavam o deserto, pelo suprimento de água, não nos doía que, por falta dessa providência, em zonas povoadíssimas, tantos brasileiros morressem de fome. Sabíamos que eram as mais favoráveis à açudagem as condições geo-físicas do nordeste. (...) Se o mal decorria da irregularidade na distribuição da água abundante, cumpria, naturalmente, armazená-la para os períodos críticos. (...) **Tínhamos a prova dos benefícios dos pequenos reservatórios. Estava indicado, por conseguinte, a medida de salvação. A zona semi-árida carecia, sobretudo, água que caía, copiosamente, mas se escoava pelo terreno impermeável e declivoso. Obstar essa perda – eis a solução que se impunha** (Grifos nosso) (ALMEIDA, 1980, p.283).

Na condição de ministro, José Américo não só passou a dar prioridade à “política hidráulica” como rechaçou qualquer outro tipo de ação ou cooperação que não seguisse o caminho que ele mesmo havia traçado e que propiciaria a consolidação da indústria da seca, aos moldes americista. Isso ficou claro quando o Ministério da Agricultura ventilou a possibilidade de se substituir a irrigação – a partir da construção de açudes e barragens – pela elevação mecânica, proposta essa imediatamente refutada pelo ministro:

Condenar a açudagem, como querem os técnicos daquele ministério, seria condenar o nordeste ao sacrifício de sua obra de salvação (Grifos nosso). (...) Receiando que a estiagem se prolongasse, ainda, pelo corrente ano, o Ministério da Agricultura recomendara à Inspetoria de Sêca que organizasse um plano de utilização dos vales do Jaguaribe, Rio do Peixe e outros, para irrigação, por elevação mecânica, aproveitando as facilidades de captação de copiosas reservas de água subterrânea. É uma iniciativa que pode ser tentada, enquanto o nordeste não estiver, inteiramente, servido de obras de açudagem; mas, representa simples soluções individuais e de aplicação a uma área restrita (ALMEIDA, 1982, pp.171-173).

O fato é que não havia uma unanimidade em relação às soluções propostas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, pois embora as propostas de construções de açudes, barragens e pavimentação fossem o “carro chefe” das saídas apontadas pelo ministro e pela IFOCS no combate as secas, alguns estudos sobre os impactos dessas obras comprovavam a sua ineficácia, principalmente em relação às estruturas sócio-econômicas da região do semi-árido nordestino. Essa é a denúncia apontada na obra de Francisco de Oliveira, intitulada “Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes”:

(...) interessante notar, de passagem, que o melhor pessoal científico da antiga IFOCS e depois DNOCS quase sempre esteve em oposição à política de obras executadas pelo Departamento; mesmo timidamente, e em termos conservadores, pode-se notar na obra mais conhecida de Guimarães Duque, *Solo e Água no Polígono das Secas*, um clássico da ecologia do Nordeste semi-árido, uma denúncia das condições sócio-econômicas, da exploração dos camponeses, pequenos sitiantes e meeiros pelos grandes fazendeiros do algodão-pecuária (OLIVEIRA, 1981, p.51).

Para reforçar a sua posição frente ao Governo Provisório, o ministro elaborou outro relatório – que depois se tornou livro, “O Ministério da Viação no Governo Provisório” (1934) – trazendo em sua essência, um relato das obras realizadas nesse período, além de depoimentos de engenheiros que reforçavam a tese da solução hidráulica como o único caminho possível e o mais rentável. Nesse trecho do relatório encaminhado pelo inspetor de secas, Luiz Vieira, ao ministro José Américo, fica claro que a solução apontada pelo Ministério da Agricultura deveria ser relegada a um segundo plano:

(...) Como vê V. Ex., o uso seguro e intensivo da elevação mecânica, a não ser sob aspecto limitado de postos de experimentação, exigirá em vales como o Jaguaribe, Acaraú, Assú, Piranhas, etc., um conjunto de

obras complementares indispensáveis, sobrelevando dentre elas as barragens pelas quais os rios possam ser regularizados.

E a água no Nordeste é tão preciosa que **seria um crime construir reservatórios de simples regularização; eles devem ser, principalmente, de retenção**, isto é, amplos, capazes de recolher, de armazenar toda a água que a eles afluir, para que essa mesma água, domada convenientemente, transforme o leito sêco do rio antigo em um filete perene e contínuo portador de humidade e de vida **aos moradores ribeirinhos, aos rebanhos, à pequena agricultura** (Grifos nosso)... (VIEIRA, *apud* ALMEIDA, 1982, pp.173 e 174).

É interessante frisar que José Américo sempre soube dos desvios de verbas destinadas às políticas de combate as secas, praticados nos sucessivos governos durante a República Velha. Ele mesmo criticou acintosamente a política de beneficiamento de determinados grupos políticos que construíam açudes numa parceria público-privada, em fazendas e outras propriedades particulares. Em seus relatórios erguia a bandeira da moralidade em relação à coisa pública e isso fica claro em outro trecho do relatório entregue a Getúlio Vargas, quando se refere às obras de açudagem em propriedades particulares: “Acarretava uma verdadeira odisséia êsse regime de cooperação: além de só serem atendidos os favoritos da política dominante, o recebimento dos prêmios dependia de formalidades burocráticas, que consumiam muitos lustros” (ALMEIDA, 1982, p.167). O fato é que nos discursos era pregada certa isenção e respeito ao dinheiro público, mas na prática as ações relativas ao combate a seca se mostravam alinhadas a velha indústria das secas estabelecida desde a República Velha.

Dessa forma, de nada valem os argumentos retóricos do Ministro José Américo, para quem o regime instalado pelo movimento de 30 inicia um novo tempo no qual as verbas e as obras deixam de estar “ao sabor dos interesses regionais”. Na verdade, se essa é uma denúncia do Ministro contra o que se praticava no regime anterior, é, também, a entrega do regime por ele, ministro, representado (BATISTA NETO, 1986, p.252).

Assim, a frente de um dos mais importantes ministérios – um dos principais tentáculos do estado forte e centralizador encabeçado por Vargas –, José Américo passou a interferir diretamente sobre as construções de todos os açudes públicos e privados erguidos pela IFOCS, além de investir fortemente nas obras de restauração e construção de estradas de rodagem e carroçáveis. De acordo com os relatórios contidos no livro “O ciclo revolucionário do Ministério da Viação” – escrito pelo ministro José Américo e lançado no ano de 1934 – entre os anos de

1930 e 1934 foram construídos, iniciadas ou finalizadas as construções dos seguintes açudes e barragens públicas:

QUADRO 1 – BARRAGENS PÚBLICAS CONSTRUÍDAS PELA IFOCS DURANTE A GESTÃO DO MINISTRO JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA (1930-1934)						
ESTADOS	AÇUDES	LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE (1.000 m³)	ALTURA (Metros)	CONSTRUÇÃO	
					Início	Término
CEARÁ	Ema	Iracema	10.400	18,50	1931	1932
	Lima Campos	Icó	66.382	19,00	1932	1932
	Joaquim Távora	Jaguaribe	24.105	20,50	1932	1933
	Pompeu Sobrinho (ex- Choro)	Quixadá	143.000	31,00	1932	1934
	General Sampaio	General Sampaio	322.200	37,60	1932	1935
	Aires de Sousa (ex-Jaibara)	Sobral	104.400	28,80	1932	1936
RIO GRANDE DO NORTE	Morcego	Augusto Severo	7.900	14,50	1920	1932
	Totoró	Currais Novos	3.941	16,00	1932	1933
	Itans	Caicó	81.000	25,80	1932	1935
	Lucrécia	Martins	27.270	21,00	1932	1934
	Inharé	Santa Cruz	17.600	23,00	1932	1937
PERNAMBUCO	Pedra D'Água	Pesqueira	116	10,70	1932	1933
	Quebra Unha	Floresta	3.190	14,50	1932	1934
	Cachoeira I	Sertânea	5.950	21,50	1932	1936
	Saco I	Serra Talhada	36.000	30,50	1932	1936
	Parnamirim	Leopoldina	5.715	9,50	1933	1933
	Tamboril I	Arcoverde	114	4,50	1933	1933
SERGIPE	Coité	Frei Paulo	835	17,00	1929	1932
BAHIA	Juraci Magalhães (ex-Itaberaba)	Itaberaba	4.630	13,40	1932	1933
	Monteiro	Queimadas	3.007	16,90	1932	1933
	Macaúbas	Macaúbas	20.900	21,70	1932	1936

* Devido a insuficiência dos dados apresentados por José Américo (ALMEIDA, 1982, pp.165 e 166), consultamos também ARAÚJO, José Amaury de Aragão (Coord.). **Barragens no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: DNOCS, 1982, pp.139-143. Curiosamente, o único açude construído em Pernambuco que consta no relatório de José Américo é o Cachoeira I, também não consta o açude Coité construído em Sergipe (ALMEIDA, 1982, pp.165). O açude Valente, construído na Bahia, aparece como uma obra de sua gestão, entretanto a construção desse açude se deu entre 1937 e 1940. (ARAÚJO; DNOCS, 1982, p.143).

Segue abaixo os nomes dos açudes e barragens públicas construídos na Paraíba – que compunham o sistema Piranhas – e os respectivos municípios beneficiados:

QUADRO 2 – AÇUDES CONSTRUÍDOS NA PARAÍBA ENTRE 1930-1931					
AÇUDE	LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE (1.000 m³)	ALTURA (Metros)	CONSTRUÇÃO	
				Início	Término
Barra do Xandú	Cabaceiras	928	12,00	1930	1932
Pilões	Antenor Navarro	13.000	14,00	1932	1933
Riacho dos Cavalos	Catolé do Rocha	17.690	13,50	1932	1933
Santa Luzia	Santa Luzia do Sabugi	11.960	19,00	1932	1933
Soledade	Soledade	27.058	19,50	1912	1933
Engº Arcoverde (ex-Condado)	Condado	35.000	23,00	1932	1936
Engº Ávidos (ex-Piranhas)	Cajazeiras	255.000	45,00	1932	1936
São Gonçalo	Souza	44.600	44,00	1932	1936

* FONTE: DNOCS. **Barragens no Nordeste do Brasil**. ARAÚJO, José Amaury de Aragão (Coord.) Fortaleza: DNOCS, 1982, p.141.

Os relatórios afirmavam ainda que o Governo Provisório e o ministro José Américo buscaram incentivar e ampliar os investimentos, de uma forma mais efetiva, na construção de açudes em cooperação com particulares. Para justificar essa parceria público-privada, o ministro alegou que até o ano de 1930 haviam sido construídos 36 açudes particulares, um número pequeno diante de tão grave situação. Assim, em 1931, foram iniciadas as obras de 14 destes açudes; e no triênio 1931-1933, 51 açudes (ALMEIDA, 1982, p.167). Quando analisamos a aplicação de verbas públicas nesses “investimentos”, percebemos que em 3 anos foram construídos cerca de 65 açudes particulares, quase o dobro de todas as construções realizadas até a “Revolução” de 1930. Interessante ressaltar que a IFOCS – posteriormente chamado de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – era um órgão federal nacional que deveria atuar não só na região Nordeste, ou seja, foi criada para combater a problemática das secas em qualquer região do país. Contudo, não foi esse o caminho destinado pelos governantes a essa inspetoria, segundo Francisco de Oliveira:

Note-se, de passagem, que mesmo o problema das secas não era concebido como um problema *exclusivamente* do Nordeste semi-árido: o DNOCS era um departamento *nacional*, concebido para atuar no combate a esse fenômeno climático onde quer que ele se apresentasse no território do país. **O fato de nunca ter realizado nenhuma obra fora do Nordeste, é um resultado de sua captura pela oligarquia regional, e não uma intenção ou objetivo inicial** (Grifos nosso) (OLIVEIRA, 1981, p.51).

A partir desses dados, percebemos uma relativa diferença no número de açudes e barragens públicas (29 – ver tabelas acima) e público-privadas (65) construídas durante o período em que José Américo esteve à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas. Essa disparidade era legitimada pelos discursos do ministro que apontavam a açudagem particular como uma das importantes soluções para a seca que abatia o Nordeste:

O Govêrno Provisório incentivou, o mais possível, a construção de açudes em cooperação com particulares. (...) O açude particular, como já acentuei em meu relatório anterior, **constitui um precioso elemento subsidiário na correção dos efeitos da seca**. Si não é um fator de transformação econômica da região, **representa uma solução individual que tem evidenciado a maior utilidade**, permitindo, em longos períodos de estiagem, **que as fazendas se mantenham, como verdadeiros oásis, em meio à devastação geral**, no seu regime de trabalho agrícola (Grifos nosso) (ALMEIDA, 1982, pp.166, 167).

Embora sejam tratadas como “solução subsidiária”, as construções dos açudes particulares tiveram um papel imprescindível para a consolidação do americanismo na Paraíba, pois ampliou o poder do ministro em todo o estado, estabeleceu vínculos de aproximação com as velhas oligarquias, mantendo-as sob o controle intervencionista de José Américo e de seus interventores, além de propagar a imagem do ministro da Viação e Obras Públicas como um homem ligado ao povo, tornando-o uma espécie de “salvador do Norte”, mais especificamente das populações sertanejas “vítimas” da seca. No estado paraibano, o jornal A União assumiu um importante papel na divulgação dos feitos “abnegados e coroados de êxitos” do “grande Ministro do Norte”, matérias que carregavam uma representação calcada na imagem de um homem boníssimo – quase um messias – que não abandonaria as populações flageladas a própria sorte! Esse veículo de comunicação oficial do governo da Paraíba também foi o responsável direto por mostrar que as obras de açudagem e pavimentações realizadas no estado haviam sido alcançadas graças ao apoio efetivo de José Américo, deixando claro o papel secundário assumido pelo interventor Anthenor Navarro.

Com a ascensão do Dr. José Américo de Almeida ao Ministério da Viação, iniciou-se, neste Estado, uma série de serviços públicos cujos resultados se vêm fazendo uma maneira proveitosa para as nossas populações, (...) dadas as ocupações que vem tendo grande parte dos flagellados nos açudes, nas rodovias e noutros trabalhos. (...) Ao senhor interventor federal, ao julgar pelas cartas e telegrammas que lhe chegam as mãos, há se atribuído a iniciativa dos referidos melhoramentos. Entretanto, é necessário reiterarmos que os devemos a iniciativa patriótica

do nosso eminente conterrâneo que ocupa hoje a pasta da Viação no governo provisório. (...) Assim, os serviços de estrada e açudagem da Parayba se inauguram devido tão somente a benemerência do preclaro titular da Viação, e a sua exc. devem nessa hora endereçar os beneficiados os seus justos agradecimentos (A UNIÃO, 20/01/1931, p.1).

A partir desses acontecimentos, surgiram algumas perguntas relacionadas às construções público-privadas: 1º será realmente que os pequenos agricultores se beneficiaram verdadeiramente dos açudes construídos, muitas vezes, por eles mesmos, em terras particulares – de fazendeiros e latifundiários – no interior da Paraíba e de outros estados nordestinos? 2º Na verdade, será que não existe uma real contradição entre a posição defendida pelo jornal A União e pelo ministro José Américo em seus discursos, afirmando que havia alojamentos e empregos para os retirantes, em sua maioria agricultores, expulsos de suas terras pela estiagem e que se viram obrigados a trabalhar em regimes forçados?

Em relação à primeira questão, podemos afirmar que os açudes públicos de grandes proporções conseguiram, até certo ponto, amenizar os efeitos da estiagem nos locais onde foram construídos, pois diversas camadas da população consumiam e se beneficiavam das águas dessas barragens. A construção do açude Barra do Xandú no município de Cabaceiras é um exemplo disso, pois essa região possui os menores índices de precipitações anuais, chegando a incrível marca de 252 mm por ano, onde as médias pluviométricas registradas na região do Semi-Árido nordestino são de 400 mm/ano (DNOCS, 1982, p.17). Entretanto, não podemos nos esquecer de que cada local escolhido para essas construções tinha um propósito político específico, ou seja, quando concluídas as obras, essas barragens abasteceriam regiões e municípios densamente povoados, a exemplo de Souza, Cajazeiras, Catolé do Rocha e o próprio Barra do Xandú, que além de Cabaceiras abasteceria a região circunvizinha do município de Campina Grande. Resolvendo o problema da escassez de água na maior parte das localidades atingidas pelos efeitos da seca, o ministro José Américo estabeleceu efetivamente uma política de favores junto às oligarquias locais, além de ampliar o seu prestígio sobre milhares de pessoas que se beneficiaram das medidas adotadas pela IFOCS.

Contudo, quando analisamos a idéia de cooperação entre a IFOCS e os fazendeiros, percebemos que o acordo entre essas duas partes se tornou uma prática unilateral, pois coube a IFOCS arcar com todas as despesas para a construção dos açudes particulares, dívida essa que seria paga em suaves prestações pelos fazendeiros. Além disso, o próprio ministro afirmou que a

solução era individual; sendo assim, beneficiaria efetivamente os donos das terras onde essas barragens e açudes seriam construídos, em sua maioria remanescente das oligarquias que dominavam politicamente e economicamente as regiões onde esses açudes eram construídos. Como a IFOCS não possuía verbas suficientes para todas as construções solicitadas, foram criadas comissões técnicas para avaliar os locais onde esses açudes seriam construídos, pois era propósito da Inspetoria e do ministro José Américo facilitar:

(...) a açudagem média e pequena pelo sistema de cooperação com os Estados, Municípios e particulares: o auxílio pecuniário; o pagamento desse auxílio em prestações, no decurso da construção; o empréstimo de ferramentas e outros materiais para a execução dos trabalhos; **além do estudo, projeto e orçamento feitos gratuitamente** (Grifos nosso). Ficam, por outro lado, removidos todos os obstáculos que impossibilitavam ou retardavam essas obras (ALMEIDA, 1982, p.380).

O quadro abaixo traz os nomes dos açudes e barragens construídas em propriedades particulares – fazendas, latifúndios dentre outros –, ou através de acordos com as prefeituras de alguns dos estados atingidos pela seca, e inauguradas durante a gestão do ministro José Américo. Curiosamente, dos 65 açudes citados pelo ministro (ALMEIDA, 1982, p.167), apenas 42 açudes construídos em parceria com a IFOCS aparecem nos registros do relatório sobre “Barragens no Nordeste do Brasil”, segundo dados do próprio Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS, 1982, pp.145-154):

QUADRO 3 – BARRAGENS CONSTRUÍDAS EM COOPERAÇÃO COM A IFOCS DURANTE A GESTÃO DO MINISTRO JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA (1930-1934)				
ESTADOS	AÇUDES	LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE (m³)	DATA DE CONCLUSÃO DA OBRA
CEARÁ	Pacheco	Santana do Acaraú	1.492.964	1931
	Helianto	Santana do Acaraú	532.880	29/05/1931
	Maraquetá	Quixeramobim	760.540	30/07/1931
	Novo	Morada Nova	258.260	30/11/1931
	Bragantino	Maranguape	1.041.220	03/12/1931
	Jericó	Quixeramobim	787.740	07/12/1931
	Malheiros	Pacatuba	780.640	23/12/1931
	Quariguasi	Sobral	1.297.780	31/01/1932
	Cipó	Quixeramobim	623.190	10/02/1932
	Botija	Maranguape	3.387.120	24/02/1932
	Riachuelo	Morada Nova	1.602.670	11/11/1932

CEARÁ	São Joaquim	Quixeramobim	1.824.670	18/12/1932
	Pereira Filho	Itapiúna	1.700.000	1933
	Nunes	Capistrano de Abreu	915.340	31/01/1933
	Morro Vermelho	Massapê	616.360	17/02/1933
	Pirituba	São Benedito	860.900	18/03/1933
	Capitão Mor	Quixeramobim	510.950	22/05/1933
	Alagoas	Itatira	634.650	18/07/1933
	Vilar II	Santana do Acaraú	793.840	20/07/1933
	Barrinha	Ipu	1.321.250	31/08/1933
	Lituânia	Santana do Acaraú	670.660	31/08/1933
	Tapajós	Quixeramobim	605.208	09/09/1933
	Luzitânia	Granja	2.005.290	26/09/1933
	Juá	Caridade	1.173.000	18/10/1933
	Anagé	Pentecostes	992.786	28/10/1933
	Serrinha Verde	Pentecostes	896.480	28/10/1933
	Pompeu	Quixeramobim	1.431.800	16/11/1933
	Fontenele	Quixadá	587.967	05/01/1934
	Cíntra	Jaguaretama	1.002.470	07/02/1934
	Casemiro	Redenção	1.010.820	11/02/1934
	Quatral	Santana do Acaraú	1.264.000	23/02/1934
	Zig-Zag	Paramoti	603.560	27/02/1934
	Teotônio	Quixeramobim	16.753.506	17/03/1934
	Marengo	Quixeramobim	16.800.000	18/03/1934
	Açudinho	Baturité	764.250	23/05/1934
	Santa Fé	Limoeiro do Norte	1.103.212	24/05/1934
	Cordeiro	Caucaia	2.092.600	08/06/1934
	João de Sá	Santana do Acaraú	2.077.400	10/07/1934
	Severino	Crateús	652.660	12/07/1934
RIO GRANDE DO NORTE	Eduardo	Sant'Ana de Matos	518.980	01/12/1933
	Florêncio	Mossoró	690.840	05/06/1934
BAHIA	Morro Preto	Santa Terezinha	696.144	21/02/1934

* FONTE: DNOCS. **Barragens no Nordeste do Brasil**. ARAÚJO, José Amaury de Aragão (Coord.). Fortaleza: DNOCS, 1982, pp.145-154.

Outra curiosidade ligada ao relatório do DNOCS é o fato de não constar entre os registros, nenhuma construção de açude ou barragem nos estados do Piauí, Paraíba, Alagoas e Sergipe durante a gestão do ministro José Américo: novembro de 1930 a julho de 1934.

Outro ponto importante ligado a nossa primeira questão – e que não poderia passar em brancas nuvens – está ligada ao período em que se deram essas construções, ou seja, o recorte

temporal que marca o início e o fim da maior parte das obras de açudagem totalmente públicas, ou público-privadas. Embora o ápice da estiagem ocorra entre os anos de 1932-1933, teremos um significativo aumento no número das despesas do Ministério da Viação e Obras Públicas no ano de 1934, como podemos ver nos dois quadros abaixo, criados a partir de dados fornecidos no relatório do ministro José Américo (1981, pp.51, 55):

QUADRO 4 – DESPESAS DO MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS - 1933-1934		
ANO	PAPEL	OURO
1930	569.119:843\$275	13.729.011\$549
1931	433.982:688\$897	9.535:291\$302
1932	400.642:688\$897	9.489:421\$776
1933	404.210:808\$000	9.919:047\$322
1934* (Janeiro a março)	114.907:496\$800	—————
1934 (01/04 a 31/03/1935)	530.334:893\$000	—————

* Crédito especial aberto a partir do “(...) decreto nº 23.772, de 20 de janeiro de 1934, para ocorrer às despesas orçamentárias do trimestre de janeiro a março de 1934, incorporado por força do decreto nº 23.150, de 15 de setembro de 1933, ao exercício de 1933” (ALMEIDA, 1981, p.55). Moeda corrente: contos de reis.

QUADRO 5 – DIFERENÇA SOBRE O ORÇAMENTO DE 1930			
1931	1932	1933	1934
135.137:154\$378	168.477:154\$378	164.909:035\$275	176.075:065\$765

Ao analisarmos de forma minuciosa o quadro⁵⁶ comparativo de despesas realizadas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, percebemos um extraordinário aumento das verbas encaminhadas a IFOCS, em comparação a outros recursos destinados aos diversos órgãos de sua competência – portos, navegação, correios, telégrafos, estradas de ferro, estradas de rodagem, dentre outros – especialmente em 1934:

⁵⁶ O quadro contendo o comparativo das verbas orçamentárias do Ministério da Viação e Obras Públicas entre 1930 e 1934, encontra-se no ANEXO D – QUADRO 8 deste trabalho, p.270.

QUADRO 6 – VERBAS DESTINADAS A IFOCS				
1930	1931	1932	1933	1934
11.373:320\$000	8.885:310\$000	2.284:560\$000	12.734:560\$000	50.304:560\$000

* FONTE: ALMEIDA, 1982, p. 53.

Interessante frisar que além da IFOCS, também foi registrado um significativo aumento das verbas designadas para a “Inspetoria Geral de Iluminação”, sobretudo – por mera coincidência ou não (?) – no ano de 1934:

QUADRO 7 - VERBAS DO MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DESTINADAS A INSPETORIA DE ILUMINAÇÃO				
1930	1931	1932	1933	1934
3.803:675\$000	3.551:655\$000	3.523:995\$000	3.827:795\$000	26.956:745\$000

* FONTE: ALMEIDA, 1982, p. 53.

Outra curiosidade que nos chamou a atenção em relação às verbas utilizadas pelo ministério encabeçado por José Américo, foi a criação de um fundo para “**Construções, melhoramentos e aparelhamentos**” concebido justamente no ano de 1934, no valor de **46.920:000\$000**, a quarta maior verba desembolsada pelo Ministério da Viação e Obras Públicas nesse ano. Em quinto lugar, estão as verbas destinadas as “**Subvenções**” – auxílios financeiros concedidos pelo ministério – que passam de 29.457:654\$000 em 1930, para **34.219:876\$000** em 1934 (ALMEIDA, 1982, p. 53). Ao analisarmos atentamente esses dados, percebemos que nem nos piores momentos da seca, registrados entre 1932-1933, houve a disponibilidade desses recursos para a ampliação dos benefícios à região do semi-árido nordestino. Na tentativa de explicar a Getúlio Vargas – presidente do Governo Provisório – esse aumento exorbitante nos gastos do ministério no ano de 1934, José Américo afirmou em seu relatório que:

A elevação em 1934 resulta da conversão do ouro em papel e, sobretudo, da inclusão de créditos para o programa de obras e melhoramentos que, anteriormente, era custeado por fundos e créditos especiais. (...) As diferenças para mais, entre os orçamentos de 1931 para 1932 e de 1932 para 1933, são relativas, principalmente, aos seguintes aumentos: (...) na Inspetoria de Sêcas, às novas comissões técnicas de piscicultura e reflorestamento; (...) na Inspetoria de Iluminação, à iluminação de novas

áreas. O aumento na verba de subvenções destina-se a novos serviços de navegação (ALMEIDA, 1982, pp.51, 55).

A partir de agora, ficou claro que os projetos desenvolvidos pela IFOCS, relativos à solução hidráulica e pavimentação, estão entre os grandes arrecadadores de verbas públicas, angariando boa parte dos recursos enviados ao Ministério da Viação e Obras Públicas. O que não ficou claro foi o porquê da diferença entre a verba destinada à IFOCS no ano de 1930, para o ano de 1934, um reajuste a mais que chegou à inexplicável “bagatela” de 38.931:240\$000. Se somarmos as verbas destinadas a Inspetoria durante os quatro primeiros anos do Governo Provisório: 1930, 1931, 1932 e 1933, sob a gestão do ministro José Américo, chegaremos à quantia de 45.277:750\$000, ou seja, nem mesmo durante os anos de maior atuação da IFOCS – anos que “legitimaram” a sua ação frente à problemática da seca – se arrecadou mais verbas do que no ano de 1934: 50.304:560\$000.

Provavelmente surgiu, ao leitor mais atento, certa indagação em relação aos valores anteriormente apresentados: por que foram destinadas tantas verbas a IFOCS em 1934, se o período de maior estiagem se deu entre os anos de 1932-1933? Para responder essa questão, analisaremos primeiro o contexto político que marcou esse período, especialmente na Paraíba. O ano de 1933 marcou a ruptura interna entre os aliancistas – ligados aos ideais políticos da antiga oligarquia epitacista –, fato esse que levou a criação de dois partidos no estado paraibano, adversários nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte: o Partido Progressista da Paraíba (PP), presidido pela primeira vez por José Marques da Silveira Mariz⁵⁷, era comandado pelo ministro José Américo e, portanto, vinculado ao interventor Gratuliano de Brito que possuía a máquina governamental em suas mãos; e o Partido Republicano Libertador (PRL), composto por elementos dissidentes que não acreditavam mais nas propostas governamentais estabelecidas no pós-“Revolução” de 1930, pois a estreita ligação mantida entre José Américo e os “carcomidos” demonstrava que as práticas políticas desenvolvidas na República Velha – através

⁵⁷ Esse, por sua vez, foi indicado posteriormente por José Américo para ocupar o cargo de interventor da Paraíba, assumindo essa função por um curto período (27 de dezembro de 1934 a 21 de janeiro de 1935) antes da indicação – novamente pelo ministro da Viação e Obras Públicas – do nome de Argemiro de Figueiredo para disputar o cargo de governador da Paraíba, através da realização de eleições indiretas, representando o PP. Por muito tempo o partido foi presidido por Virgínio Veloso Borges, integrante da chamada oligarquia da Várzea, ou “Grupo da Várzea”, grupo político que comandou, com mão de ferro, a política na região do município de Santa Rita. Mais informações a respeito da indicação e vitória de Argemiro para o cargo de interventor vide o seu próprio depoimento em TEJO, William. Argemiro de Figueiredo nas memórias e confidências de um líder. In: **Poder e política na Paraíba: uma análise das lideranças (1960-1990)**. SILVA, Pontes da (Coord.). João Pessoa: A União: API, 1993, p.22-23.

da manutenção de algum poder nas mãos das oligarquias locais – permaneciam, até certo ponto, inalteradas.

Com a máquina estatal em suas mãos, tanto no estado paraibano quanto em âmbito nacional, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, José Américo pôde angariar os recursos necessários para consolidar a sua liderança utilizando as verbas da IFOCS e o tão propagado discurso de “combate as secas”. O resultado desse estratagema político foi a ampliação das bases do americanismo no Estado, quando o PP conseguiu eleger todos os representantes para as cinco vagas disponíveis à bancada paraibana na Assembléia Nacional Constituinte:

Nesse processo de arregimentação de bases políticas, José Américo passou a atrair e congregar antigos perrepistas, líderes das mais tradicionais oligarquias, inclusive as que se opuseram ao reformismo preconizado por João Pessoa. Braço partidário do americanismo, o Partido Progressista, constando com as verbas ministeriais enviadas, apesar de ter perdido as eleições na capital, obteve, no restante do país, esmagadora vitória, elegendo todos os representantes à Assembléia Nacional Constituinte (CITTADINO, 2006, p.70).

Essa não foi a única, nem a última vitória de José Américo e dos seus aliados do Partido Progressista nos primeiros pleitos do pós-“Revolução” de 30, pois em 1934 foi registrada uma “conquista” ainda maior e, provavelmente, mais importante nas eleições para a Assembléia Constituinte Estadual e Câmara Federal, embora balizadas pelos mesmos problemas de corrupção e violência enfrentados nos sucessivos pleitos que marcaram a República Velha⁵⁸.

As eleições de 1934 deram ao partido situacionista mais de 80% dos votos, além do cargo de governador, e de oito entre nove deputados federais, cabendo ao PRL a ocupação de apenas uma cadeira. Para a Constituinte Estadual, os progressistas fizeram 27 das 30 cadeiras, e os libertadores, apenas três. Contando com a maioria das cadeiras do Legislativo, o PP elege como governador, através do pleito indireto, o então secretário Argemiro de Figueiredo, que também acumulava a presidência do partido e cujo nome foi indicado por imposição de José Américo (CITTADINO, 2006, p.71).

Esses acontecimentos mostram que José Américo conseguiu re-estabelecer a indústria das secas na Paraíba, a partir do controle das verbas do ministério, destinadas principalmente a

⁵⁸ Mais informações sobre as eleições de 1934, vide SANTANA, Martha M. F. de Moraes. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2000; e GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889/1930)**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1994.

IFOCS. As sucessivas vitórias do americanismo nessas eleições representaram efetivamente a recomposição das oligarquias políticas locais, processo esse que já havia sido preparado por ele desde o princípio de sua gestão à frente da pasta da Viação e Obras Públicas, na segunda metade dos anos 30. No final de 1934 e início de 1935 – ano da saída de José Américo do ministério, após ser eleito senador no último pleito – quem passou a assumir paulatinamente as rédeas do Partido Progressista foi o governador Argemiro de Figueiredo, que ampliou a política de aliança com os dissidentes do PRL, a exemplo de Ernani Sátiro, um dos três parlamentares estaduais eleitos por este partido.

Para responder a segunda questão – proposta anteriormente por nós sobre as contradições existentes entre os discursos oficiais e a real situação dos retirantes – devemos saber primeiro quais eram as condições de trabalho e de moradia nos “centros de concentração” – “curral dos flagelados” – espalhados por vários estados do Norte do país e quem eram as pessoas que faziam parte desses acampamentos coletivos? Para isso, analisaremos aqui duas versões/visões distintas: 1ª a versão oficial difundida pelo Ministério da Viação e Obras Públicas através do jornal A União e pelo próprio ministro em seus relatórios; 2ª a versão não-oficial, encontrada em algumas obras sobre o referido assunto. A princípio, partiremos da análise sobre os discursos oficiais, buscando encontrar algumas pistas importantes sobre os redutos para onde eram levados os flagelados durante a seca de 1931-1933, como funcionavam e quais eram as condições de higiene dos retirantes que para ali foram levados.

Segundo a versão oficiosa, há muito tempo que as populações sertanejas convivem com os problemas gerados pelas sucessivas secas que atingem a região Nordeste do país e as migrações sempre estiveram atreladas a essas circunstâncias desumanas. Esses relatos se esforçam para propagar a ideia de que os aspectos climáticos e ambientais da região do Semi-Árido nordestino são os maiores responsáveis por esse comportamento humano de migrações constantes, esse eterno ir e vir. Dessa forma se estabeleceu a ideia de que as migrações dos flagelados e os problemas sócio-econômicos dessa região permaneciam essencialmente inalterados graças aos ciclos de grave estiagem que atingiam a região. Outro problema atribuído as secas foi o banditismo rural, uma criminalidade específica que nasceu a partir do alastramento da miséria e das migrações, fazendo emergir os chamados cangaceiros⁵⁹. Na visão do ministro

⁵⁹ Essa opinião difundida pelo ministro José Américo sobre a imagem dos cangaceiros como marginais, bandidos, esconde os contextos políticos e os problemas sócio-econômicos responsáveis por esse tipo de banditismo rural: a luta de classes que permeia as relações entre esses “rebeldes primitivos” – interpretação de Eric Hobsbawn

José Américo esses grupos seriam compostos por “(...) bandidos que assaltavam as últimas reservas dos proprietários que remanesciam em suas fazendas” (ALMEIDA, 1982, p.164). Como o fenômeno da transumância aumenta significativamente nos períodos de seca, as populações dos diversos estados atingidos durante a seca de 1931-1933 partiram para várias regiões do país. “Nos últimos lustres do século passado e nas primeiras décadas do século XX, o destino preferido dos emigrantes nordestinos era a Amazônia, para o trabalho nos seringais. Depois a região Centro-Sul assumiu a primazia, absorvendo mão-de-obra para os cafezais” (DNOCS, 1982, p.29).

Essa visão de que a seca é o maior responsável pela migração dos nordestinos consolidou um discurso que banalizou e naturalizou a situação de miséria a que foi destinada historicamente as populações sertanejas – até os dias de hoje – como uma espécie de imposição, ou seja, o único caminho a ser trilhado pelos flagelados! Essa afirmação é facilmente comprovada quando analisamos as soluções de combate as migrações postas em prática pelo ministro José Américo, através da construção dos chamados “centros de concentração”, ou “currais do governo”, erguidos em alguns estados do extremo Norte do país – Amazonas e Pará – e outros no Nordeste – Maranhão, Piauí, Ceará⁶⁰, Alagoas e Bahia – que passaram a receber verbas do Ministério da Viação e Obras Públicas e do Ministério do Trabalho para fixar os retirantes nessas colônias agrícolas, a exemplo do David Caldas no Piauí. Segundo o ministro, era preciso barrar as

(HOBSBAWM, 1970), defendida também por Francisco de Oliveira (OLIVEIRA, 1981, p.51) – e os coronéis fazendeiros – do algodão e da pecuária – mandatários da região Nordeste do país. Segundo Francisco de Oliveira, os cangaceiros não assaltavam apenas esses coronéis latifundiários, pois muitas vezes os próprios fazendeiros contratavam esses “bandidos” para saquear e expropriar os pequenos agricultores de suas terras: “(...) ‘coronéis’ com exércitos de cangaceiros e jagunços que realizavam a apropriação das terras e reafirmavam, pela força, contra os camponeses recalcitrantes, o preço na ‘folha’, as obrigações do ‘cambão’, o pacto da ‘meia’, o ‘foro’ da terra. (...) Nasce dessa ambigüidade o próprio movimento pendular da violência no ‘Nordeste’ algodoeiro-pecuário: cangaceiros e jagunços ora estão contra, ora estão a favor dos ‘coronéis’, ora punem, ora defendem os meeiros e pequenos sitiantes” (OLIVEIRA, 1981, pp.49, 50).

⁶⁰ Durante a gestão do ministro José Américo são construídos nesse estado cerca de 6 “centros de concentração” dentro do plano de “combate as secas” implantado pela IFOCS. Os municípios “beneficiados” por esses “currais do governo” foram: Ipu (6.507 pessoas); Quixeramobim (4.542 pessoas); Cariús (28.648 pessoas); Crato (16.200 pessoas) o maior de todos, localizado no distrito de Buriti; e Fortaleza (1.800 pessoas), que abrigou dois desses campos: Otávio Bonfim e Pirambu, mais conhecido como “Campo do Urubu”. Mais informações a esse respeito vide o sítio <http://omundocomoelee.blogspot.com/2008/06/campos-de-concentrao-no-cear.html> (Data da consulta: 05/04/2011 - Hora: 17:14 min.). Segundo o cineasta cearense Flávio Alves, diretor de “Lágrimas de Velas” (2008), filme que relata a vida dos retirantes que sobreviveram a todos os percalços existentes – fome, prostituição, doenças, alcoolismo, morte – naqueles ambientes insalubres: “Todos precisam saber o que aconteceu nestes lugares, onde as pessoas eram confinadas como animais. Quem entrava não podia sair. Todos tinham a cabeça raspada, vestiam roupas feitas de saco de açúcar, passavam muita fome e eram controlados por senhas. As pessoas não tinham nomes, tinham números”. Mais informações sobre o filme e sobre os “currais do governo” estabelecidos pela IFOCS durante a seca 1932-1933, vide a matéria intitulada “Currais humanos”, publicada no sítio Diário do Nordeste: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=515480> – (Data da consulta: 05/04/2011 - Hora: 12:30 min.).

milhares de pessoas que se direcionavam, principalmente, para a região do estado de São Paulo e para isso era necessário que a população faminta percebesse que nos...

(...) Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, para não mencionar outros menos atingidos pelos acidentes do clima, dispõe de zonas tão vantajosamente favorecidas pela natureza, como São Paulo. (...) **São verdadeiros oasis para onde convergem, desde as primeiras irrupções do mal, as levas de retirantes** (Grifo nosso). Desde que se organize um serviço de transporte que evite a extenuação das longas caminhadas, os flagelados chegarão em condições de poderem ser, depois dos primeiros socorros, localizados nas colônias de trabalhadores criadas pelo decreto nº 19.687, de 11 de fevereiro corrente (1931) ou em outros serviços públicos ou particulares. Assim, ficarão evitados o extravio das populações sertanejas e a prática humilhante da mendicidade, como único meio de subsistência (ALMEIDA, 1982, p.381).

Dessa forma, milhares de retirantes foram enviados para esses “centros de concentração” e depois distribuídos em diversas obras públicas e privadas. Toda essa mão de obra excedente, abundante, fragilizada e de baixo custo – pois muitos trabalhavam em troca da própria alimentação, ou recebiam salários baixíssimos que mal dava para se alimentar – foi disponibilizada pela IFOCS para o “desenvolvimento” da região Nordeste:

Só em 1932 a Inspetoria de Sêcas tinha em trabalho 220.000 operários que, computada a média de quatro pessoas por família, representavam 880.000 pessoas, sem contar outros tantos empregados em construções ferroviárias, **açudes particulares em cooperação com o Governo** (Grifo nosso), prédios para correios e telégrafos, colônias agrícolas ou recolhidos aos campos de concentração. (...) Foi amparada uma população em peso, desde famintos a todas as classes que viviam, indiretamente, desses socorros públicos (ALMEIDA, 1982, p.161).

Essas colônias agrícolas foram chamadas pelo ministro de “núcleos modelares”, pois segundo ele, “(...) preparou-se um ambiente de ordem e disciplina, para a expansão desse trabalho. Proibidos o uso do álcool, o porte de armas, o jogo e outras causas de perturbação, não se verificando nos acampamentos os acidentes consecutivos em meios mal policiados” (ALMEIDA, 1982, p.164). Para manter essa “ordem”, enaltecida pelo ministro, eram designados soldados armados que vigiavam dia e noite os “centros de concentração”, numa tentativa de evitar que os retirantes fugissem daqueles locais e praticassem atos de banditismo, a exemplo dos saques aos comerciantes das cidades do interior. É relevante observar que não havia, nessa época,

uma legislação trabalhista⁶¹ que regulamentasse a utilização dessa mão de obra, como também não existia um salário mínimo para cada trabalhador que dedicasse boa parte de seu tempo nessas construções que exigiam esforço físico extremo. Além disso, em nome dessa propalada “tarefa de assistência social”, eram empregadas nessas construções a mão de obra de crianças, mulheres, idosos, deficientes e doentes. Obras sem nenhuma segurança adequada – botas, luvas, capacetes, máquinas apropriadas para a escavação, fundição do terreno e construção dos açudes e estradas – que colocavam muitas vezes em risco a vida dessas pessoas, lugares sem saneamento básico onde se propagaram diversas epidemias. O relato sobre essa situação precária, encontramos nos

⁶¹ Só em 1943, ou seja, 10 anos depois do fim desse período de seca, Getúlio Vargas cria a carteira profissional apresentada como uma forma de regularizar a situação do trabalhador no Brasil. Segundo alguns historiadores e sociólogos, o Estado Novo representou no Brasil a expressão de uma nova concepção política, denominada populismo. Segundo Francisco Weffort – o principal teórico dessa categoria no país – o populismo só se torna possível no momento em que a crise se torna aguda no sistema liberal-oligárquico, explodindo em 1929 com a Grande Depressão, propiciando uma quebra da hegemonia política da oligarquia. É justamente essa crise de hegemonia o cerne da questão, segundo o autor, pois ela teria oferecido a possibilidade do surgimento dos regimes populistas na América Latina, quando nenhuma classe teria força para assumir o poder. Esse novo regime já não seria mais oligárquico, se trata agora “(...) de um Estado de compromisso que é ao mesmo tempo um Estado de massas, expressão da prolongada crise agrária, da dependência social e econômica da burguesia industrial e da crescente pressão popular” (WEFFORT, 1978, p.69). Para Weffort, o sucesso da política populista empregada por Getúlio Vargas no Brasil se deu, efetivamente, porque os trabalhadores oriundos do campo começaram a migrar para as grandes cidades, estes por sua vez, não possuíam nenhuma experiência de lutas sindicais. Exauridos de qualquer consciência de classe, estes trabalhadores desencadearam uma espécie de “revolução individual” (WEFFORT, 1978, p.75). Essa análise de Weffort ficou conhecida como “teoria da modernização”. Outro importante teórico que também trabalha com a referida categoria é Octávio Ianni. Para ele, o populismo no Brasil também teve o seu início na ditadura estadonovista, período em que Vargas criou vários programas de assistência aos trabalhadores, criando também uma legislação trabalhista abrangente. No Estado Novo, o poder era totalmente centralizado no Executivo, e segundo Ianni, as massas assalariadas urbanas eram controladas por essa legislação trabalhista: “No jogo com as massas assalariadas o governo populista é obrigado a pôr em prática ou estabelecer as condições institucionais mínimas ao exercício da cidadania por parte dessas massas. A sindicalização, as férias remuneradas, a assistência médica, a proteção à operária gestante e a maternidade” (IANNI, 1989, p. 89). O que resultaria dessa política de manobra sindical executada por Getúlio Vargas seria a alienação das massas assalariadas que passariam a acreditar em um “estado paternalista”, se filiando aos sindicatos manobrados para que possuissem estes “direitos”. Dessa forma, os trabalhadores deixariam de participar ativamente em campanhas e lutas por melhores condições de trabalho e salário, iludidos por estes “privilégios”. Em contraposição a estes pensadores, surgiu a renomada tese da autora Angela de Castro Gomes sobre “A Invenção do Trabalhismo”, que explica a adesão dos trabalhadores a política varguista a partir de uma dupla troca de conveniências entre o Estado e o proletariado. O cerne desta tese “(...) era investigar a história da constituição da classe trabalhadora no Brasil, atribuindo-lhe, durante todos os ‘tempos’, um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades” (GOMES, 2001, p.46). Neste trabalho, a autora se recusa a atribuir aos trabalhadores uma posição política passiva, entendendo que os trabalhadores possuíam um papel ativo nos constantes diálogos com o Estado: “(...) reconhecer um diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados, mas igualmente capazes não só de se apropriar das propostas político-ideológicas um do outro, como de relê-las” (GOMES, 2001, p.46). Outro importante teórico que também defende a idéia de “trabalhismo” no lugar do “populismo” é Jorge Ferreira. Para ele os trabalhadores não seriam meros objetos da manipulação política de Vargas, ao contrário, teriam participação importante nas interlocuções com o Estado, possuindo certa autonomia para realizar escolhas (FERREIRA, 2001, p.64). Mais informações a esse respeito, vide BARBOSA, Jivago Correia. **O populismo na Paraíba: a Interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945)**. Monografia (Licenciatura em História). DH/UFPB, 2003.

registros do próprio ministro José Américo, em “O ciclo revolucionário do Ministério da Viação” (1934):

Mas, respondo que, nessa tarefa de assistência social, utilizando diminuta capacidade de trabalho dos flagelados, **o emprêgo pouco produtivo de mulheres e menores, arcando com a super lotação prejudicial do operariado socorrido, em vez do trabalho mecânico, muito mais econômico**, dando-se para isso, preferência às barragens de terra, **com surtos epidêmicos perturbando as atividades** e com dificuldades de transporte e falta d’água, foi realizada a maior obra que se enquadra na solução do problema das secas. (...) Não foi, entretanto, possível evitar os campos de concentração, que chegaram a conter, num só dia, no Ceará, 105 mil pessoas. Era pensamento do Govêrno só manter esses campos improdutivos, enquanto os trabalhos de utilidade permanente não tivessem o desenvolvimento necessário para concentrar toda a massa faminta; mas, à medida que êles se esvasiavam, de **gente inválida – a multidão de cegos, aleijados, órfãos e macróbios que não podiam mais recorrer à caridade pública esgotada** (Grifos nosso) (ALMEIDA, 1982, pp.161-163).

Os registros do trabalho de mulheres e crianças também são facilmente encontrados nas matérias veiculadas pelo jornal A União a respeito das diversas construções realizadas no estado da Paraíba, numa parceria entre a IFOCS, o interventor Anthenor Navarro e os fazendeiros. O soldo relativo ao trabalho de cada flagelado era pago por um homem da confiança do ministro, o engenheiro e inspetor da IFOCS, José d’Ávila Lins⁶²:

O governo do estado e a chefia do Districto da Inspeção das Sêcas estão encarando a situação com patriotismo e dedicação (...). Por toda parte, não só neste como nos estados vizinhos, o sr. dr. José D’ávila Lins tem mandado dar salários aos famintos, empregando-os, **homens, mulheres e creanças** (Grifos nosso) na construção e reconstrução de rodovias, desobstrução de açudes, perfuração de poços e serviços outros, considerados de utilidade e impostos como solução de emergência (A UNIÃO, 27/01/1931, p.1).

⁶² José d’Ávila Lins nasceu no município de Areia, no dia 26 de fevereiro de 1894. Depois de terminar os estudos iniciais na cidade de Recife, cursou engenharia na Escola Politécnica de Porto Alegre, tornando-se engenheiro mecânico e elétrico. Por muitos anos atuou como engenheiro do IFOCS e depois no DNOCS, período esse que lhe renderam grande popularidade, levando a se eleger deputado estadual em 1928. Entretanto, ocupou por pouco tempo esse cargo, pois ainda em 1928 foi nomeado prefeito da capital pelo então presidente João Pessoa. Em 1930, após o assassinato do presidente da Paraíba, d’Ávila Lins participou, ao lado dos aliancistas, das conspirações que levaram a “Revolução” de 1930, assumindo novamente o cargo de inspetor do IFOCS. Mais informações a esse respeito vide os sítios consultados: <http://www.ihgp.net/mauricio.htm> - Data da consulta: 31/03/2011 – Hora: 17:10 min; http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_D%27%C3%81vila_Lins - Data da consulta: 31/03/2011 – Hora: 17:12 min.).



Grupo de retirantes trabalhando na ampliação da estrada João Pessoa (PB) Goiana (PE), em uma das frentes criadas pelo ministro José Américo em 1932. Na foto percebemos a utilização da mão de obra de vários jovens, descalços, sem trajes adequados para a realização deste trabalho (CAMARGO, 1984, p.217)

Outro problema vivenciado pelos retirantes era a infra-estrutura disponibilizada pela IFOCS nos “campos de concentração” e “colônias agrícolas”. As “casas” e barracões eram extremamente precários, a maior parte das paredes eram erguidas com barro socado – batizadas na região Nordeste de casas de pau a pique – e cobertas com palhas secas, propensas ao fogo quando se acendiam os candeeiros, repletos de querosene, ao anoitecer. As famílias numerosas se amontoavam sob esses tetos insalubres, sem qualquer tipo de infra-estrutura, com banheiros a céu aberto e sem um lugar específico para o lixo produzido. As casas eram construídas da forma mais rude possível, pois nunca sabiam quando seria preciso “arribar” novamente, mesmo estando nesses “centros de concentração”. Em relação às estruturas precárias construídas durante as transumâncias de homens e mulheres livres e pobres, lançamos mão do estudo realizado pela historiadora Maria Cristina Cortez Wissembach, intitulado “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível”, quando a autora nos alerta que é preciso:

(...) discernir as contingências do provisório na vida daqueles que se colocavam na retaguarda dos setores econômicos ligados à subsistência, às bordas das grandes propriedades, desapropriados em contínuo deslocamento que sobreviviam de serviços esporádicos e do cultivo de pequenas lavouras e de criações, vivendo em habitações cuja qualidade maior era a possibilidade de ser abandonadas (WISSEMBACH, 1998, p.59).

Esses redutos para onde eram levados os retirantes também assumiram o aspecto de controle social, segundo o historiador Martinho Guedes dos Santos Neto:

Através dos campos de concentração e em decorrência das condições desumanas em que viviam os flagelados, o Estado pôde exercer seu controle social, com subempregos, subsalários, submoradia e subassistência, que favoreceram a submissão dos retirantes (GUEDES NETO, 2010, p.70).



A precária infra-estrutura de um dos centros de concentração criados na gestão do ministro José Américo, batizado de “Núcleo Agrícola Davi Caldas”, Estado do Piauí. A foto mostra o descaso das autoridades em relação aos retirantes (CAMARGO, 1984, p.219).

Além de todas essas dificuldades enfrentadas, a população de retirantes – e aqueles que permaneciam em suas terras, na tentativa de lutar contra a seca – passaram a serem alvos de exploradores que se aproveitavam da situação de miséria dos flagelados. Comerciantes locais, que abasteciam os mercados públicos e distribuíam alimentos por conta do governo federal, aumentaram o valor dos gêneros alimentícios, tabelando e superfaturando frutas, verduras, carnes e cereais disponibilizados aos retirantes. Embora as interventorias tivessem total autonomia para realizar o controle dessa comercialização, fixando e fiscalizando as tabelas de preços, “(...) acentuava-se a tendência às explorações criminosas, determinando a freqüente imposição de multas, como ocorreu, principalmente, no Ceará” (ALMEIDA, 1982, p.164).

A maior parte da população do Nordeste – incluindo aqui os políticos e fazendeiros locais – já conhecia muito bem as agruras trazidas pelo regime de secas que atingiam a região de forma sazonal. A questão que deve ser levantada é o papel do Estado em relação a esses ciclos de exclusão, a ausência de políticas públicas que acabassem verdadeiramente com a indústria das secas estabelecida desde a seca de 1877. Ou seja, depois de 53 anos o que vemos é a continuidade das mesmas ações de combate as secas postas em prática desde a República Velha e que em 1930, continuaram marginalizando homens, mulheres e crianças livres, mas que tiveram as suas histórias de exclusão, sofrimento e exploração escondidas debaixo do tapete do vergonhoso “esquecimento” público.

Se as migrações ocorriam – como ocorrem nos sertões nordestinos nos dias de hoje – é por que faltavam, e ainda faltam, condições econômicas, sociais e ambientais adequadas para que essas populações continuassem em suas terras. Dessa forma, as secas não devem assumir apenas um caráter determinista, como se esta fosse a grande culpada por todos os problemas. Para reforçar a nossa afirmação, faremos novamente referência aos estudos desenvolvidos pela historiadora Maria Cristina Cortez Wissembach:

(...) eram as transumâncias que lhes davam a maleabilidade necessária para escapar da penúria e da fome, da violência que se entrelaçava ao mandonismo local e aos recrutamentos forçados, que permitia que fosse contornada a posse desigual das terras, dos latifúndios, fugir das intempéries que inviabilizavam o sobreviver. Eixo sobre o qual se estruturavam o modo de vida de largos contingentes, a mobilidade transparência exígua na posse de bens, na concepção de roças, na própria maneira de construir casas: “Quem anda em terra alheia, pisa no chão devagar”, dizia-se entre as populações pobres do Recife dos inícios do século XX (WISSEMBACH, 1998, p.59).

Entretanto, as migrações podem ser entendidas sob dois aspectos: uma imposição das condições sócio-econômicas, políticas e ambientais, ou seja, os retirantes tornaram-se verdadeiros desterrados em suas próprias terras, já não possuíam as mesmas raízes e apego aos lugares de origem; mas também pode assumir a idéia de escolha, realizada por parte daqueles que, como a citação nos mostrou acima, precisavam escapar da miséria, da falta de perspectiva e que não aceitavam a sujeição imposta pelo mandonismo das oligarquias locais, auxiliados pelos governantes. A partir de então, imprimia-se um caráter de condições parcas – praticamente de subsistência, a exemplo dos pequenos roçados – e, ao mesmo tempo, pouco apego ao que se construía nesse percurso de fuga. Não podemos esquecer que essas pessoas ainda eram providas

de sonhos, de força e de fé em dias melhores, por isso fugir pode ser entendido também como uma forma de não aceitação das imposições dos programas assistencialistas que beneficiavam apenas as elites locais, a exemplo da solução hidráulica propagada pelo “grande ministro do Norte” e que na verdade beneficiou apenas os fazendeiros e os prefeitos das cidades aliadas a política americista. Esse também é o pensamento da historiadora Isabel Cristina Martins Guillen, que desenvolveu diversos estudos sobre as migrações dos nordestinos e a condição dos “arigós”⁶³ na Amazônia:

Migrar pode ser entendido como estratégia não só para minimizar as penúrias do cotidiano, mas também, para buscar um lugar social onde se possa driblar a exclusão pretendida pelas elites brasileiras através de seus projetos modernizantes. (...) pode ser entendido como resistência, não só à exploração e dominação existentes no local de origem, e que produzem a exclusão social, mas sobretudo a se ver fixado, emoldurado num lugar social e simbólico. Migrar é exercer o desejo de mudar, de não se conformar (GUILLEN, 2001, pp.1, 2).

Outra obra que merece ser citada por nós, principalmente quando o assunto gira em torno das migrações dos retirantes nordestinos, da crença e da fé em dias melhores e da exploração das elites locais sobre os flagelados, são as poesias escritas por Antônio Gonçalves da Silva⁶⁴, grande

⁶³ Arigó era nome dado pelos nordestinos a uma ave migratória, muito comum na região Nordeste do país. Esse também foi o termo utilizado pelos próprios retirantes sertanejos, como uma forma de aliar a imagem daquela ave – que não se fixava totalmente em nenhum local – a imagem das populações que fugiam das sucessivas secas, principalmente daqueles que partiram, anos depois do fim da seca de 1932-1933, para a região da “(...) Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial como soldados da borracha, e que acreditaram nas promessas do Estado Novo de que teriam direitos sociais assegurados, pois se tratava de um serviço de guerra, um serviço patriótico. (...) No entanto, a memória histórica dos arigós associou ao termo significados outros, como os de arruaceiros e desordeiros, isso porque, ao se encontrarem nas hospedarias, e diante da precariedade em que viviam, esses arigós protestaram, pois aquilo que lhes tinha sido prometido no momento da partida não estava sendo cumprido. Ao se significar arigó como arruaceiro e desordeiro, a história oficial, cria um mecanismo que invisibiliza a luta social desses sujeitos” (GUILLEN, 2001, p.4). Mais informações sobre a questão da invisibilidade político-social a que estiveram submetidos os arigós nesse período, vide GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva. Histórias da migração nordestina para a Amazônia**. Campinas, IFCH/UNICAMP, tese de doutorado em História, 1999.

⁶⁴ Patativa do Assaré nasceu em um pequeno lugarejo chamado Serra de Santana, localizado no município de Assaré, na região sul do estado do Ceará, no dia 5 de março de 1909. Filho de agricultores pobres, desde cedo trabalhou pesado no cabo da enxada, ajudando os pais na pequena propriedade que possuíam. Aos 4 anos perdeu a visão de um dos olhos. Embora tivesse passado apenas 6 meses estudando em uma escola, afirmava que para aprender a fazer poesias não era preciso ser professor: “Basta, no mês de maio, recolher um poema em cada flor brotada nas árvores do seu sertão”. Publicou vários cordéis e poemas, divulgados nacionalmente e, até mesmo, internacionalmente, estudados até mesmo em uma das mais renomadas universidades da França: a *Sorbonne*, através da cadeira intitulada Literatura Popular Universal. O seu pensamento influenciou – e ainda hoje influencia – músicos, artistas e intelectuais brasileiros, a exemplo do grande cantor e compositor Luiz Gonzaga; o grupo musical pernambucano “Cordel do Fogo Encantado”; além de teatrólogos e jornalistas. Morreu aos 93 anos de muita vida, no dia 8 de julho de 2002, em sua cidade natal, depois de uma vida inteira dedicada a versar o amor, as belezas, mas também as tristezas e a opressão impostas aos nordestinos pelas elites locais (Sítio consultado: <http://www.tanto.com.br/Patativa.htm> Data da consulta: 07/04/2011 – 10:13 min.).

poeta popular cearense – imortalizado pelo cognome Patativa do Assaré – autor de A Triste Partida⁶⁵, poema transformado em música por outro ícone da música popular brasileira, o cearense Luiz Gonzaga:

Agora pensando	E vende seu burro
Ele segue outra tria	Jumento e o cavalo
Chamando a fãmia	Inté mesmo o galo
Começa a dizer	Venderam também
Meu Deus, meu Deus	Meu Deus, meu Deus
	Pois logo aparece
Eu vendo meu burro	
Meu jegue e o cavalo	Feliz fazendeiro
Nóis vamo a São Paulo	Por pouco dinheiro
Viver ou morrer	Lhe compra o que tem
Ai, ai, ai, ai	Ai, ai, ai, ai

(Composição: Patativa do Assaré – Música: Luiz Gonzaga – 1964)

Portanto, após essa explanação sobre a situação de caos que se encontravam os retirantes durante a seca de 1932-1933, percebemos que as soluções apontadas pelo ministro José Américo e pela IFOCS eram poucas e inviáveis, para não dizer deterministas e inoperantes! A nosso ver, em nenhum momento essas políticas públicas postas em prática durante a gestão de José Américo à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas, possuíram efetivamente a preocupação de solucionar a problemática da seca de 1931-1933. O que se planejou na verdade foi uma política paternalista, personificada na figura do “grande Ministro Norte”, cognominado também de o “salvador do povo do sertão”, que consolidou as bases de uma indústria das secas aos moldes americista, através da rearticulação e arregimentação das oligarquias mais tradicionais, sendo elas a favor ou contra o programa dos “revolucionários” de 1930. Dessa forma, a consolidação da carreira política de José Américo se deu a partir de uma lógica inversa ao reformismo proposto por João Pessoa, quando alijou as oligarquias locais que faziam parte até mesmo do Partido Republicano da Paraíba (PRP), ou seja, seus aliados políticos:

Os efeitos devastadores da seca que se prenunciava favoreceram o estreitamento das relações do então Ministro, José Américo, com os prefeitos e políticos locais e, conseqüentemente, a montagem das bases do americanismo, uma vez que a ação intervencionista de Anthenor Navarro havia desgastado a relação política do Estado com a política local (SANTOS NETO, 2010, p.81).

⁶⁵ O poema completo encontra-se nos Anexo E deste trabalho, página 271.

Vale à pena ressaltar que uma das diferenças singulares entre a indústria da seca implantada por Epiácio Pessoa, no final da República Velha, e a implantada por José Américo, no pós “Revolução” de 1930, é que no primeiro exemplo, o grosso da mão de obra utilizada para a construção dos açudes, barragens e para a pavimentação das estradas veio de fora, ou seja, Epiácio Pessoa havia contratado empresas estadunidenses e inglesas que se fixaram na região Norte do país. Além disso, Epiácio Pessoa enfrentou o poder dos opositores que contrapunham a oligarquia epitacista, vendo a sua máquina política ser paralisada com a posse do seu sucessor, Artur Bernardes. Segundo José Américo:

As obras estavam só nas fundações quando, com a passagem de governo, o sucessor de Epiácio, Artur Bernardes, suspendeu-as. Assim, quase todos os açudes se perderam. Epiácio ficou iludido por muito tempo, pensando que tinha sido construído um sistema de represas (*apud* CAMARGO, 1984, p.220).

Já no caso do ministro José Américo, as condições políticas não só do estado paraibano, mas de todo o contexto político nacional, propiciaram efetivamente um maior raio de atuação por parte da IFOCS nessa região. Com o apoio total do Governo Provisório, o ministro da Viação e Obras Públicas tornou-se o representante maior de um estado forte e centralizador, onde podemos afirmar que praticamente não existiu uma oposição acirrada por parte das oligarquias em relação às políticas públicas implantadas nas regiões onde havia uma maior propagação do americanismo, até mesmo porque além de haver um beneficiamento mútuo em relação a essas políticas – tanto por parte das oligarquias, quanto da ala americanista –, um dos aspectos mais importantes do programa político dos “revolucionários” de 30 era retirar o poder das mãos das oligarquias locais, submetendo-as ao poder do Estado. Outra questão referente a experiência do ministro José Américo, está ligada a quantidade de mão de obra disponível nos “centros de concentração” espalhados em diversos estados do Norte. Milhares de pessoas ficavam aguardando, dias a fio, que os projetos fossem estruturados pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, para só então serem remanejados para as construções públicas e privadas.

Outra diferença marcante entre essas duas gestões surgiu a partir de certa preocupação ecológica por parte do ministro José Américo e do grupo científico da IFOCS, ao criar uma Comissão Técnica de Reflorestamento⁶⁶, em 1932. Assumiu na condição de chefe da referida

⁶⁶ A descrição de todas as medidas realizadas pela Comissão Técnica de Reflorestamento nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, encontram-se em ALMEIDA, José Américo

Comissão, o engenheiro agrônomo José Augusto Trindade. Entre os principais objetivos do projeto, estavam:

- a) O reflorestamento da maior área possível da zona seca do nordeste, principalmente das circunjabências dos açudes;
- b) a formação de pomares nas terras irrigáveis dos açudes, que públicos, quer particulares;
- c) a proteção das matas, ainda existentes, bem como todo o revestimento florístico, com o fim de evitar a desnudação do solo; (...)
- (...) e) metodizar a cultura das plantas úteis, espontâneas da região;
- f) estudar a flora regional, no sentido da descoberta de novas plantas úteis;
- (...) h) instalação e manutenção , em torno das grandes barragens, de postos agrícolas, compreendendo hortos florestais, pomares, culturas forrageiras, campos experimentais, bem como viveiros das plantas adotadas;
- i) formação de florestas e pomares nas adjacências dos açudes públicos e particulares;
- j) arborização das margens das estradas;
- k) propagação de culturas de cactos sem espinho, nas fazendas particulares;
- (...) n) organização do catálogo da flora regional (ALMEIDA, 1982, p.177).

Essa também foi a diferença positiva apontada por Francisco de Oliveira em relação a atuação da IFOCS durante a primeira metade do século XX e, mais especificamente, a partir das ações comandadas por José Guimarães Duque, contratado pela IFOCS em 1932. Segundo o autor de “Elegia para uma Re(li)gião”, essas medidas tinham como princípio norteador uma espécie de “esforço racionalizador”:

(...) é notável, mesmo nos seus primórdios, o esforço despendido no estudo da ecologia regional, recrutando até especialistas estrangeiros, agrônomos, botânicos, pedologistas, geólogos, hidrólogos; sob a batuta de Miguel Arrojado Lisboa, no nível mais alto, e a condução científica de Augusto Trindade, cuja tradição foi continuada por José Guimarães Duque, avançou-se muito no conhecimento físico do Nordeste semi-árido, de suas potencialidades e limites de solo, água, botânica, de sua flora nativa e das possibilidades de adaptação de outras espécies (OLIVEIRA, 1981, pp.50, 51).

Entretanto, não podemos esquecer que os dois políticos paraibanos se utilizaram das mesmas artimanhas e do mesmo discurso para estabelecerem as bases de suas oligarquias em boa parte da região Norte do país e, mais especificamente, no estado da Paraíba. Encabeçaram “lutas”

que hasteavam a bandeira da “vertente naturalista”, ou seja, a corrente de pensamento que delegava a seca o papel de protagonista dos problemas do Nordeste, um verdadeiro axioma como bem explica o geógrafo Milton Santos na introdução/apresentação da obra de Josué de Castro, intitulada “Geografia da Fome” (1946), onde ambos discordam efetivamente dessa política assistencialista/elitista/determinista:

Examinando a questão da fome no Nordeste brasileiro, que em sua juventude dizimava periodicamente grandes contingentes populacionais no Sertão, ele mostrou que a vertente naturalista, segundo a qual esse fato se devia às contingências do clima, era uma explicação equivocada. Dizia-se, então, que a fome no Nordeste interior tinha como raiz a aridez climática. Assim, a culpa do desastre era a natureza, isto é, de ninguém, e não da sociedade. Tomando a questão pela sua raiz, Josué de Castro mostrou que havia carências alimentares tanto no Nordeste seco quanto na chuvosa Zona da Mata. (...) Era mais fácil, todavia, continuar divulgando a explicação equivocada, em lugar de condenar uma organização social inadequada (SANTOS, *apud* CASTRO, 2008, pp.29, 30).

2.3 O “abandono” da liderança política na Paraíba e a campanha para Presidente da República em 1937.

Em outubro de 1934, ocorreram as eleições para a Assembléia Constituinte Estadual e a Câmara Federal. Como vimos anteriormente, o Partido Progressista elegeu, através do voto indireto, Argemiro de Figueiredo para o cargo de governador da Paraíba⁶⁷, o mesmo que acumulava a presidência do PP no momento do pleito e que havia ocupado o cargo de Secretário do Interior e Justiça durante a interventoria de Gratuliano de Brito. A indicação do seu nome se deu pela intervenção direta de José Américo, que se articulou as oligarquias locais sob a sua batuta, durante o período em que esteve à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas:

Minha indicação foi decisiva, porque o partido estava dividido e minha preocupação era exatamente promover a reconciliação. O interventor era Gratuliano de Brito, e eu cheguei à conclusão de que ele não tinha condição de permanecer, porque estava impopular. (...) Quem me pareceu

⁶⁷ Argemiro de Figueiredo tomou posse no dia 25 de janeiro de 1935, depois de uma votação entre os representantes da Assembléia Legislativa estadual. Ocupou o cargo de governador até o dia 23 de novembro de 1937, quando foi nomeado interventor federal da Paraíba após a implantação do Estado Novo, permanecendo no poder até o dia 29 de julho de 1940. Foi substituído pelo interventor interino, Antônio Galdino Guedes, que permaneceu no cargo por apenas 17 dias, sendo substituído definitivamente pelo ex-chefe de gabinete de José Américo – nessa época secretário do presidente do Banco do Brasil, João Marques dos Reis –, Ruy Carneiro. Mais informações a esse respeito vide BARBOSA, Jivago Correia. **O populismo na Paraíba: a Interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945)**. Monografia (Licenciatura em História). DH/UFPB, 2003.

equidistante foi Argemiro, e, com grande esforço, com grande trabalho, posso dizer que impus a sua candidatura (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984, p.250).

De forma habilidosa, Argemiro⁶⁸ passou a ocupar o espaço político deixado na Paraíba por José Américo, que no dia 25 de julho de 1934 solicitou exoneração do cargo de ministro, sendo substituído por João Marques dos Reis. Dias depois, a Assembléia Nacional Constituinte elegeu⁶⁹ Vargas Presidente da República por um período de 4 anos, acontecimento que estabeleceu o fim do Governo Provisório. Com o intuito de preencher esse vazio político no estado paraibano,

(...) Argemiro de Figueiredo articula no sentido de atrair as facções dissidentes para o situacionismo, inaugurando uma nova fase de unidade entre os grupos oligárquicos locais. (...) Este, por indicação do próprio José Américo, assumiu a chefia do PP e contribuiu para o seu fortalecimento com a atração de grupos oligárquicos anteriormente oposicionistas, lançando, assim, as bases da sua máquina política, o argemirismo (CITTADINO, 2006, p.73).

Após aceitar o pedido de exoneração do ex-ministro e companheiro de batalha durante a “Revolução” de 30, Getúlio Vargas afirmou:

V. Exa. conseguiu realizar , no alto posto que lhe confiou o Governo Provisório, uma obra que honra e dignifica os postulados da Revolução

⁶⁸ Embora buscasse ocupar arditosamente o espaço deixado por José Américo, Argemiro escreve uma carta para Getúlio Vargas solicitando, do presidente sua intervenção no sentido de que se evitasse o afastamento de José Américo da vida política paraibana: “As ligações históricas Vossência com o estado que tenho honra de governar animaram-me tomar liberdade solicitar interferência grande benfeitor leal amigo Paraíba sentido evitar afastamento José Américo de Almeida atividades públicas”. O documento na íntegra encontra-se no ANEXO F deste trabalho, p.272.

⁶⁹ Segundo José Américo, não havia unidade na indicação de Getúlio Vargas à presidência da República, pois nem os próprios políticos do Rio Grande do Sul viam com simpatia a sua indicação. A região que mais apoiou a sua candidatura foi o Norte: “(...) havia outros candidatos: Góis Monteiro, que era ministro da Guerra, chegou a obter algum apoio. Até que, um dia disse, eu chamei o ministro da Justiça, Antunes Maciel e disse: ‘Vamos resolver esse caso. Vocês querem ou não querem Getúlio?’ Já tinha estado lá o Flores da Cunha, que não queria Getúlio. Mas eu o convenci dizendo: ‘Você vai ter uma surpresa; se não for Getúlio, pode ser Góis’. (...) Eu já tinha ido com Getúlio ao Norte; ele teve muita receptividade lá. O Rio Grande do Sul não queria sua candidatura mas **o Norte tinha muita simpatia por ele, por causa dos açudes, da assistência à seca** (Grifos nosso). Isso levantou os brios do Rio Grande” (*apud* CAMARGO, 1984, p.241). Interessante ressaltar que é justamente na política de combate as secas – através das obras de solução hidráulica instituídas por José Américo na condição de ministro e de Getúlio como Chefe do Governo Provisório – o momento onde percebemos uma concatenação não só dos rumos que assumiram a carreira política dos dois, mas do início, até certo ponto, de um pensamento assistencialista/populista que marcou efetivamente a imagem desses baluartes da política brasileira, nos dois períodos em que estiveram juntos e, ao mesmo tempo, à frente do poder. Essa inter-relação nas carreiras políticas dos dois aparece não só no momento pós-“Revolução”, mas durante o segundo momento em que Getúlio Vargas tornou-se chefe do executivo nacional (1951-1954), nomeando José Américo novamente para o Ministério da Viação e Obras Públicas (1953-1954).

Brasileira. (...) As populações da zona flagelada do Nordeste guardarão, para sempre, o nome de V. Exa. (*apud* CAMARGO, 1984, p.33).

Como forma de gratidão pelos “serviços prestados” a nação – pois José Américo foi o único ministro a permanecer no cargo, desde o pós-“Revolução”, até o fim do Governo Provisório – Getúlio convida-o⁷⁰, nesse mesmo ano, para assumir a embaixada do Brasil junto ao Vaticano, convite que seria refutado⁷¹ por ele justificando não querer se afastar totalmente do *métier* da política nacional. No final de 1934, José Américo lança a sua candidatura para concorrer a umas das vagas ao Senado, durante as eleições que ocorreram em janeiro de 1935. Eleito para um mandato de 4 anos (1935-1939), foi empossado no cargo em maio desse mesmo ano, onde passou a lutar com o apoio de Getúlio Vargas para assumir a presidência do Senado Federal. Essa ambição assumida por José Américo rendeu-lhe algumas desavenças políticas, pois os políticos do estado de Pernambuco viram com grande ressalva a indicação do seu nome para a presidência do Senado. Na verdade, a figura de José Américo já havia alcançado um elevado prestígio, tendo sua imagem extrapolado os limites do Norte. Dessa forma, o papel de líder durante a “Revolução” de 1930 e a fama de suas ações à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas causou certo temor nos políticos pernambucanos que viram na sua projeção um maior desenvolvimento para o estado paraibano, proporcionado a partir de certos privilégios concedidos pelo presidente Getúlio Vargas, a exemplo da presidência do Senado Federal! Essa preocupação ficou evidente na carta⁷² escrita pelo interventor Carlos de Lima Cavalcanti – filho de usineiros, participou das conspirações ao lado dos aliancistas em 1930 – endereçada a Agamenon Magalhães, que depois a retransmitiu para Vargas:

Concordo plenamente em que caiba ao Norte a presidência do Senado, máxime tendo-se em vista a grande importância que a esta região assegurou o advento do governo revolucionário.

Adotado que seja o critério de conferir aos estados que oficialmente se insurgiram contra o governo passado as posições destacadas no atual regime, realmente a Paraíba estaria indicada para

⁷⁰ A carta-convite escrita por Getúlio Vargas à José Américo encontra-se no ANEXO G deste trabalho, p.273.

⁷¹ Interessante frisar que José Américo se arrependeu, anos depois, de não ter assumido a função de embaixador do Brasil, pois essa seria a grande oportunidade de sair do país, conhecer a cultura de outras nações, haja vista que ele nunca havia ultrapassado os limites das fronteiras brasileiras: “Caí na tolice de renunciar a embaixada, e foi o maior erro da minha vida política, porque perdi a oportunidade de viajar: não conheço nada na Europa. Perdi essa oportunidade, e eles me elegeram senador” (ALMEIDA *apud* CAMARGO, 1984, p.249).

⁷² A carta escrita por Carlos de Lima Cavalcanti a Agamenon Magalhães encontra-se no ANEXO H deste trabalho, pp.274, 275.

figurar na presidência do Senado. **Entretanto, poder-se-ia cogitar de outro nome, que não o do sr. José Américo.**

Pernambuco, e não eu pessoalmente, tem relevantes razões para assim opinar. **Durante a permanência desse político paraibano no Ministério da Viação, o nosso estado teve um tratamento que muito concorreu para que o seu desenvolvimento fosse entravado.** Na distribuição das verbas, como facilmente poderá o dr. Getúlio verificar mandando organizar quadros sobre o emprego dos créditos para as obras contra as secas, não teve Pernambuco, com três quartos de sua superfície sujeitos à calamidade, serviço de nenhum valor.

Há ainda a ponderar que a maior expressão política do Norte é, incontestavelmente, Pernambuco, que ainda tem, a seu favor, larga soma de serviços à revolução (*apud* CAMARGO, 1984, p.495).

Analisando as palavras do iminente interventor, fica claro que jamais a candidatura de José Américo seria reafirmada pela maioria dos políticos pernambucanos, até mesmo aqueles ligados a “Revolução”. Contudo, outra questão também foi levantada por Carlos de Lima: o maior beneficiamento do estado paraibano em relação às ações de combate a seca, mesmo possuindo um território – atingindo pela seca – bem menor do que a região afetada no estado de Pernambuco. Embora haja certo exagero em relação à participação pernambucana nos episódios que culminaram com a “Revolução”, é importante frisar que existe uma lógica concreta no discurso do interventor Carlos de Lima e isso se torna evidente nos dados relativos ao número de açudes e barragens construídas pela IFOCS no período em que José Américo esteve a frente do Ministério da Viação e Obras Públicas – disponibilizados anteriormente em nosso trabalho: Paraíba⁷³ (8 açudes públicos); Ceará (6 açudes públicos e 39 privados); Pernambuco (6 açudes públicos); Rio Grande do Norte (5 açudes públicos e 2 privados); Sergipe (1 açude público); e Bahia (3 açudes públicos e 1 privado) (DNOCS, 1982). Ao rebater as críticas do interventor pernambucano, José Américo dá o seu depoimento sobre o atrito:

O motivo era que eu, como ministro, não dava a Pernambuco exatamente o que Pernambuco queria. Mas minha dificuldade era essa: nunca se considerou o interior de Pernambuco como uma área seca nas campanhas anteriores; portanto, não havia projeto, eu não podia fazer obras sem projeto. Depois fiz muito por Pernambuco (*apud* CAMARGO, 1984, p.256).

⁷³ Não aparece a relação dos açudes privados construídos em parceria com a IFOCS, no relatório consultado por nós para a composição desse trabalho. O mesmo acontece com o estado de Pernambuco e Sergipe. Mais informações vide DNOCS. **Barragens no Nordeste do Brasil.** José Amaury de Aragão Araújo (Coord.) Fortaleza: 1982.

O fato é que além dessas pressões políticas, José Américo já havia se decepcionado com os rumos que a “Revolução” tomara não só em esfera nacional, mas também na Paraíba. Essas questões levaram-no a desistir da presidência do Senado, permanecendo nessa casa por apenas três meses⁷⁴. A recomendação do nome de Argemiro de Figueiredo para o governo da Paraíba terminou por afastá-lo da política paraibana, perdendo paulatinamente o poder político que construía nesses 4 anos à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Fiquei no Senado, mas depois que as coisas recaíam no que eram antes: a política era a mesma. A democracia não tinha lucrado muito; não se tinha aperfeiçoado. Eu tinha escolhido Argemiro de Figueiredo para governador da Paraíba contra a expectativa de amigos meus. E ele não estava dirigindo bem. Eu me desgastei muito com o caso da Paraíba também. Renunciei ao mandato de senador depois de três meses, renunciei também à chefia do partido da Paraíba e me afastei da Política (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984, p.244).

Nas palavras do então senador, a política brasileira havia tomado os mesmos rumos do período da chamada República Velha, possuindo os mesmos vícios característicos desse período: a retomada do poder, até certo ponto, pelas antigas oligarquias locais; arregimentação dos eleitores a partir da compra de voto, principalmente nos estados mais pobres⁷⁵, dentre outros. Perguntado, anos mais tarde, se o fracasso parcial da “Revolução” de 1930 poderia ter sido evitado, o ex-“revolucionário” afirmou:

Teria sido possível evitar, se tivesse havido a preocupação de fazer uma democracia pura, para servir ao povo. Aquela frase: ‘Vamos fazer a política dos pobres, porque a dos ricos já está feita’, define bem em que sentido eu via a democracia. No sentido das camadas mais necessitas (*apud* CAMARGO, 1984, p.245).

⁷⁴ Poucos foram os discursos proferidos por José Américo nesse curto mandato. Apenas 3 deles (18/05; 12/06; 20/06/1935) estão disponíveis no sítio oficial do Senado Federal. Mais informações sobre os esses discursos vide: http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/Consulta_Parl.asp?p_cod_senador=1878&p_ano=1935 Senado Federal (Data da consulta: 12/04/2011 – Hora: 14:40 min.).

⁷⁵ Na Paraíba, Argemiro de Figueiredo iniciou uma política de alianças com diversos grupos políticos: desde alguns aliancistas remanescentes, até mesmo as oligarquias contrárias aos ideais “revolucionários” de 1930, que voltaram a ocupar posições políticas estratégicas durante o seu governo, segundo José Américo: “Quando renunciei à chefia do partido, depois de eleito, **já estava descontente com o governo de Argemiro de Figueiredo, que se tinha aproximado demais dos adversários de ontem. Eu queria que eles tivessem bom tratamento, mas não que tivessem posições-chave**, devido à minha responsabilidade perante a família e os amigos de João Pessoa. Ele começou a chamar para auxiliares pessoas que se tinham incompatibilizado com a revolução. **Não me conformava com isso porque parecia, de certa forma, uma traição à memória de João Pessoa** (Grifos nosso)” (*apud* CAMARGO, 1984, pp.250, 251).

Será realmente que as palavras de José Américo condizem com as atitudes políticas assumidas por ele no período pós-“Revolução”, principalmente durante o período em que foi ministro? Ele condena, de forma veemente, as práticas políticas desenvolvidas durante a República Velha, entretanto, esquece que ele mesmo foi um dos responsáveis pelo “retorno” das antigas oligarquias ao poder, quando continuou mantendo vínculos políticos com os “carcomidos”, a exemplo da oligarquia epitacista⁷⁶. Além disso, a utilização da IFOCS serviu para alimentar essa política, pois beneficiando os fazendeiros, o ex-ministro consolidou a política de compra de favores, ou seja, os açudes eram construídos nas propriedades particulares, principalmente dos aliados políticos. Esses, por sua vez, “beneficiavam” as comunidades ao redor de suas fazendas, cedendo à água desses açudes em troca da mão-de-obra dos flagelados – cuidando do gado, construindo cercas, plantando alimentos, limpando os casarões das fazendas, dentre outros – e do voto! A partir de então, podemos afirmar que a “Revolução” de 1930 e a seca de 1932-1933, propiciaram os elementos essenciais para a retomada da indústria das secas nesse período, um sistema político totalmente antidemocrático, estabelecido sob os princípios essenciais do capitalismo, contra o povo, alicerçado na usurpação do trabalho braçal em troca até mesmo de alimentos, roupas e de um teto.

Após deixar o Senado⁷⁷ em 1935, José Américo solicitou⁷⁸ do Presidente da República a indicação de seu nome para o Tribunal de Contas da União (TCU), na tentativa de se refugiar, ainda que temporariamente, da política brasileira. Sua solicitação foi prontamente atendida por Vargas⁷⁹ e seu nome consolidado entre os ministros do TCU. Durante o período de permanência nesse cargo burocrático, lançou duas obras literárias de pouca projeção: *Boqueirão e Coiteros* (1935), duas novelas que não alcançaram a mesma projeção de sua maior obra literária, *a Bagaceira*.

⁷⁶ A manutenção das relações políticas com as oligarquias remanescentes da República Velha, principalmente a oligarquia epitacista – no pós-“Revolução” – abalou, em alguns momentos, o prestígio político do então ministro José Américo. Essa afirmação foi feita por ele mesmo, décadas depois, em uma entrevista realizada pela historiadora Aspásia Camargo: “Eu vim para o Rio, mas fiquei dirigindo a política na Paraíba até que fui para o Tribunal de Contas, em 1935. Eles (os políticos paraibanos) (Grifo nosso) me obedeciam, seguiam a minha orientação, embora tenha havido, logo no início, um momento em que eles, suspeitando de que eu estava condescendendo com os políticos (os “carcomidos”) (Grifo nosso), correram muito para Juarez – nesse tempo Anthenor Navarro era o interventor – porque diziam que eu tinha relações com Epitácio Pessoa” (ALMEIDA, 1984, p.248).

⁷⁷ Com a saída de José Américo, outro paraibano passou a ocupar a sua vaga: Francisco Duarte de Lima, inimigo político do ex-presidente João Pessoa, de José Américo e, por tabela, dos aliancistas “revolucionários”.

⁷⁸ A carta escrita por José Américo a Getúlio Vargas encontra-se no ANEXO I deste trabalho, p.276.

⁷⁹ A carta-resposta de Getúlio Vargas a José Américo, concedendo-lhe o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União, encontra-se no ANEXO J deste trabalho, p.277.

Em 1937, surgem os primeiros indícios de que José Américo sairia do seu auto-exílio, pois, não havia, até então, um homem com projeção política suficiente para enfrentar a máquina governamental estabelecida por Getúlio Vargas, durante os 7 anos ininterruptos de seu governo. Nesse momento, existia um descontentamento quase unânime entre os tenentes que haviam participado das conspirações “revolucionárias” de 1930, desapontados com as práticas políticas adotadas por Vargas. Dessa forma, as primeiras notícias da conspiração tenentista chegaram ao ex-ministro por intermédio do jornalista e amigo Assis Chateaubriand que, ao passar pelo estado da Bahia, afirmou ter presenciado um diálogo entre os conspiradores – encabeçados pelo governador baiano, Juracy Magalhães⁸⁰ – no sentido de reabilitar os preceitos políticos que permearam o projeto “revolucionário”, e para isso, era necessário indicar o nome de José Américo na condição de candidato representante dessas propostas para as eleições de 1938. Embora tenha o nome cogitado entre os tenentes, o ex-ministro exclamou para Chateaubriand: “Não tenho condições e, além disso, sou representante de um estado pequeno. Nem fale nisso, absolutamente” (*apud* CAMARGO, 1984, p.255).

Na Paraíba, seu nome tornou-se unanimidade entre os políticos situacionistas – ligados a Argemiro – e opositores que viam em José Américo a chance de colocar novamente a Paraíba no mais alto patamar da política brasileira, a presidência da República! Esse acontecimento tornou-se o elo que aglutinou as diversas oligarquias paraibanas em torno de um único objetivo, segundo a historiadora paraibana Eliete Gurjão:

Ocorreu, então, a união dos adversários ‘inconciliáveis’, que, esquecidos dos insultos mútuos durante as campanhas eleitorais, agora, festejavam sua unidade, promovendo, inclusive, suas conversões em exemplos de virtude e civismo (GURJÃO, 1994, p.180).

Assim, além do apoio das oligarquias paraibanas, a campanha em prol do nome de José Américo passou a ganhar força entre os estados da região Norte do país, que também viam na figura do ex-ministro nortista a chance de acabar com o monopólio das oligarquias sulistas que

⁸⁰ No mês de abril de 1937, José Américo escreveu uma carta ao governador Juracy Magalhães no sentido de articular a sua possível candidatura a presidência da República. Nela, o ex-ministro assumiu a condição de candidato e deixa claro que, outra vez, a Paraíba não fugiria de sua missão histórica: “Você bem sabe com que desambição me tenho portado, desde que se começou a cogitar do meu nome para a presidência da República. Mas, se considerarem útil essa solução, para o lançamento imediato, pondo cobro à inquietação dominante e, sobretudo, a versões perturbadoras da impossibilidade de qualquer coordenação, não terei outro remédio senão pôr-me às ordens dos amigos. (...) Eu, que nada represento pelos meus títulos próprios, seria, então, um símbolo. A Paraíba reassumiria, pelos autênticos valores que eu passaria a reconduzir, sua missão histórica” (*apud* CAMARGO, 1984, pp.504, 505). O documento na íntegra encontra-se no ANEXO K deste trabalho, pp.278-280.

sempre indicaram os nomes dos candidatos a presidência da República – política do “café com leite” – com exceção do paraibano Epitácio Pessoa (1919 a 1922), o único presidente eleito que pertencia à região Norte. No dia 25 de maio foi lançada oficialmente a candidatura de José Américo no Rio de Janeiro, durante uma convenção organizada pelo governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, evento que contou ainda com a presença dos governadores da Bahia e de Pernambuco. Em pouco tempo, a chapa encabeçada pelo ex-ministro da Viação e Obras Públicas já contava com o apoio da maioria dos governos estaduais de todo o país: “Dos vinte Estados, José Américo contava com dezessete, se sua campanha tivesse tido prosseguimento. Pela arregimentação de forças a vitória era inevitável e o Catete não ignorava essa tendência” (LUNA, 2000, p.59). Embora não ignorasse a campanha, Getúlio Vargas ironizou ao ser informado sobre a possível candidatura do seu antigo aliado, afirmando que o ex-ministro já era uma espécie de “carta fora do baralho” da política nacional: “Esse está arquivado no Tribunal de Contas” (*apud* CAMARGO, 1984, p.246). Outro importante apoio recebido partiu de dois, dos mais importantes jornais sediados na capital federal: o Diário Carioca e o Correio da Manhã.

No lado oposto, havia novamente⁸¹ a candidatura de outro representante dos cafeicultores paulistas, o governador de São Paulo e representante do Partido Constitucionalista, Armando de Sales Oliveira, chamado pelos tenentes de representante maior do capitalismo e da “plutocracia paulista”, apoiado apenas por dois estados: São Paulo e Rio Grande do Sul. Além da campanha paulista, surgiu a candidatura do jornalista e escritor Plínio Salgado, líder do movimento político denominado Ação Integralista Brasileira (AIB)⁸², ultra-nacionalista, que criticava a existência do pluripartidarismo e a democracia liberal, baseado em ideais propagados pelos regimes totalitários europeus. Segundo José Américo, Getúlio Vargas usou o movimento integralista para criar um ambiente de rivalidade e hostilidade durante a campanha:

⁸¹ Aqui aplicamos o termo “novamente” para relembrar ao leitor que um dos fatores que serviram de estopim para a “Revolução” de 1930, foi a indicação do nome de dois presidentes paulistas, sucessivamente, a Presidência da República: Washington Luís e Júlio Prestes.

⁸² Segundo o historiador Boris Koval, na obra intitulada “A Aliança Libertadora e as lutas revolucionárias de 1935”, os integralistas desejavam “(...) consolidar no Brasil a mais brutal ditadura fascista, liquidar os últimos direitos democráticos do povo e acabar a venda e a escravização da pátria ao capital estrangeiro” (KOVAL, 1982, p.290). Segundo ele, havia um antagonismo latente entre as propostas difundidas pelos revolucionários da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que atuaram no campo, com as massas assalariadas; no Nordeste com negros e índios, apesar de ser mais forte nas grandes cidades; e os integralistas com aspirações nazi-fascistas, anti-semitas que se concentravam principalmente na cidade Petrópolis. Mais informações sobre esses dois importantes movimentos políticos, vide KOVAL, Boris. A Aliança Libertadora e as lutas revolucionárias de 1935. In: **História do Proletariado brasileiro. (1957-1967)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, pp. 282-326.

O integralismo atuou como um instrumento de apoio à presidência de Getúlio, fazendo propaganda contra a democracia, contra os políticos. Foi um instrumento de Getúlio, naquela ocasião. Ele se apoiou no integralismo. A repressão contra os comunistas era violenta, mas os integralistas operavam impunemente naquelas manifestações de rua, provocações, ameaças, etc. Getúlio apoiou-se muito em Plínio Salgado; foi um dos instrumentos que ele teve para propaganda. E a coisa era de dentro do Exército (*apud* CAMARGO, 1984, p.258).

Como pano de fundo em relação a essas três campanhas, temos as articulações políticas instituídas por Getúlio Vargas e seus aliados – principalmente o exército brasileiro, nas figuras dos generais Eurico Gaspar Dutra (ministro da Guerra) e Góis Monteiro – que consolidaram paulatinamente um projeto ainda maior, um golpe de estado estruturado sob o pretexto do “perigo comunista”, temática explorada exaustivamente pelo governo, como uma espécie de “bode expiatório” para a consolidação dos planos varguista. Devemos ressaltar que, ao contrário do que muitos conjecturavam na época, o presidente nunca apoiou ou endossou efetivamente a candidatura de José Américo à presidência da República, embora figuras de peso ligadas ao presidente manifestassem apoio apenas ao ex-ministro paraibano, a exemplo de Osvaldo Aranha⁸³. O que Getúlio Vargas fez, a bem da verdade, foi confundir a opinião pública quando passou a convidar os líderes políticos de alguns Estados importantes para comparecerem a reuniões no Palácio do Catete – a exemplo do governador de Minas Gerais, Benedito Valadares e de Juracy Magalhães, governador da Bahia – com o intuito de sondar os nomes que ganhavam força para a campanha presidencial e, ao mesmo tempo, fazia de conta que apoiava todos os nomes postos a mesa por esses líderes, lançando os candidatos uns contra os outros em nome do seu apoio. Esse jogo político arquitetado por Vargas está presente no depoimento de Juracy Magalhães, quando esse se refere à autorização dada pelo presidente aos seus aliados para apoiar a candidatura de José Américo:

Era manobra dele para tirar os dois candidatos e ficar no poder. Aconteceu exatamente o que eu disse ao Armando: com duas candidaturas no palco político, o doutor Getúlio vai brincar. O José Américo sabia da conspiração do doutor Getúlio contra a candidatura dele e então, nos discursos, dava-lhe umas alfinetadas, acirrando-o mais contra si (*apud* CAMARGO, 1984, p.366).

⁸³ O fato é que Osvaldo Aranha escreve uma carta ao presidente Getúlio Vargas, deixando claro o seu apoio à candidatura de José Américo, embora com certas ressalvas. O documento na íntegra encontra-se no ANEXO L deste trabalho, pp.281, 282.

Realmente os discursos empreendidos por José Américo, durante a campanha, já davam indícios de que o rompimento entre ele e o presidente seria inevitável, pois o ex-ministro sabia, por fontes fidedignas⁸⁴, que Vargas não abandonaria o poder e que os alicerces para o golpe já estavam sendo paulatinamente consolidados. Utilizando-se de práticas políticas de cunho populista, José Américo passou a orientar os seus assessores no sentido de realizar os comícios da campanha, prioritariamente, em locais de baixa renda – favelas, bairros da periferia, dentre outros – e em locais públicos de grande concentração. Em julho de 1937, José Américo desferiu duras críticas ao *stablishment* varguista durante um de seus gigantescos comícios, reunindo milhares de pessoas na Esplanada do Castelo⁸⁵, no Rio de Janeiro, como conta o cronista Joel Silveira – um dos grandes nomes do “jornalismo investigativo”, ou “jornalismo literário” – no livro intitulado “Na fogueira: memórias” (1998): “Eu próprio estivera presente ao comício de José Américo, na Esplanada do Castela, e me espantara com a multidão, milhares e milhares de pessoas, que enchiam toda a Esplanada e se derramavam pelas ruas próximas” (SILVEIRA, 1998, p.160).

No discurso, o ex-ministro se voltou para as camadas mais pobres, para os trabalhadores rurais e urbanos, enfatizando que era preciso retirar o poder – estrutura político-econômica – das mãos dos grupos políticos sulistas:

O que sou, conseqüentemente, **é candidato do povo brasileiro, dos ricos e dos pobres, sobretudo dos últimos, dos que não esperam ser ricos mas esperam ser felizes. Candidato da grande maioria dos brasileiros que vivem na pobreza que é humildade e não demagogia.** Não porque me falem bens de fortuna, senão porque nunca deixei de nutrir o sentimento coletivo, como evidenciei, no tempo de ministro, **procurando desafogar as condições de vida das classes desamparadas**, barateando os preços de gás e luz, reduzindo as taxas postais e tarifas telegráficas, as taxas ferroviárias, os fretes marítimos, todos os serviços industriais a meu cargo. E tendo um gabinete de portas abertas; **indo socorrer em pessoas os sem trabalho, com risco de vida; amparando o direito dos mais**

⁸⁴ Entre essas fontes esteve um dos cabeças do golpe: o ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, que mesmo contrário a campanha do ex-ministro paraibano, o informou que o golpe seria desfechado, mais ou mais tarde, por ele e por Vargas. Essas informações são descritas em um dos depoimentos do próprio José Américo a historiadora Aspásia Camargo: “Tivemos, nessa época, eu e o general Dutra, um encontro, quando cheguei à evidência de que se conspirava contra a minha candidatura. Qualquer movimento dessa natureza só poderia ter êxito com o apoio das forças armadas. (...) Cheguei lá e, vendo-me em companhia de Luzardo, ele teve a primeira impressão que eu já estava ciente de tudo. Então, disse-me que seria dado o golpe para atender ao apelo popular, assim como se fizera a República. (...) Fiz-lhe ver que não queria, de maneira nenhuma, ser responsável pelo sacrifício da democracia no Brasil; que meu nome não seria impedimento. (...) Aí Dutra ponderou que já não dependia dele essa decisão, porque estava comprometido com Getúlio Vargas” (*apud* CAMARGO, 1984, pp.265, 266).

⁸⁵ A Esplanada do Castelo está localizada em uma das regiões mais antigas do Rio de Janeiro, denominada de “Morro do Castelo”, local onde surgiram as primeiras construções dessa bela cidade. Por volta do início da década de 1930, o morro foi demolido e em seu lugar foram construídas avenidas, residências e praças.

fracos e nunca deixando de fazer o bem para fazer o mal. Eis porque – não me canso de repetir – **sou candidato do povo, inclusive dos que votarão em mim levantando as mãos aos céus por não saberem ler nem escrever.** Não embairei sua boa fé. **Pior do que explorar o dinheiro dos ricos é explorar a boa fé dos pobres.** Se pensam que é com dinheiro que se ganha estão enganados. **Ganha-se é com o povo.** Nas eleições, o povo que nada tem é que dá tudo (Grifos nosso) (ALMEIDA, 1985, p.65, 66).

Se por um lado a campanha de Armando de Sales estava atrelada aos ideais propagados pelo *establishment* da região centro-sul do país – ligados aos interesses da classe empresarial, principalmente de São Paulo –, do outro, a campanha de José Américo ganhou cada vez mais o apoio do povo, principalmente nas regiões mais carentes, levando Getúlio Vargas e a seus aliados a procurarem uma alternativa para barrar, a todo custo, a projeção da imagem de José Américo. Devido o tom dos discursos proferidos pelo ex-ministro, a oposição e alguns importantes jornais da capital federal, a exemplo do Diário de Notícias⁸⁶ e do *Lux* Jornal, levantaram a hipótese de que a campanha de José Américo estava alicerçada sob propostas comunistas. Segundo o depoimento do governador baiano: “A candidatura José Américo assustou muita gente e foi muito aproveitada. João Alberto, por exemplo, fazia uma onda de que o José Américo estava pregando o comunismo, a revolução social, etc” (MAGALHÃES, *apud* CAMARGO, 1984, p.368). Para a população pobre, José Américo prometia construir conjuntos de casas populares, diferentemente das “casas de cachorro” construídas pelo governo do presidente Vargas. Quando perguntado de onde tiraria o dinheiro para essas construções, José Américo proferiu, ainda na Esplanada do Castelo, uma de suas mais célebres frases: “E o dinheiro? É sempre a pergunta mole, desanimada, a pergunta que fica no ar. É fácil. É facilímo. Eu sei onde está o dinheiro. Em vez de um arranha-céu, serão duzentas casas” (ALMEIDA, 1985, p.59).

O que José Américo e seu conselho nacional de propaganda⁸⁷ não tinha percebido é que embora os seus discursos possuíssem um caráter populista, eles também se aproximavam dos

⁸⁶ Em entrevista a historiadora Aspásia Camargo, José Américo contou às causas que levaram as críticas desferidas pelo jornal Diário de Notícias a sua campanha em 1937: “Porque eu havia rompido com o diretor desse jornal. Logo que cheguei ao ministério, fui procurado pelo primeiro diretor do *Diário de Notícias*. Ele me disse: ‘Estou sofrendo uma injustiça; há aqui uma comissão de inquérito contra mim, mas sou inocente’. Respondi: ‘Então fique tranquilo’. Na outra semana ele voltou: ‘É hoje que se vai resolver isso; não saio daqui sem resolver’. Eu disse: ‘Você sai agora, porque vou abrir a porta para você sair’. Juracy estava lá, já vinha para pegar. Eu disse: ‘Não, isso é comigo!’ Ele me atacou durante uns quatro anos” (ALMEIDA, 1984, p.271).

⁸⁷ Esse conselho nacional de propaganda era formado por: “Batista Luzardo, presidente (Partido Libertador – RS); Negrão de Lima (Partido Progressista – MG); Cincinato Braga (Partido Republicano Paulista); conde Pereira Carneiro (Partido Autonomista do Distrito Federal); Artur Neiva (Partido Social Democrático – BA); José de Sá

ideais propagados pela esquerda de Luiz Carlos Prestes⁸⁸: melhoria de vida para os pobres – “Eduquemos a pobreza (...) Ninguém grita de boca cheia (...) Os pobres comem pouco” (ALMEIDA, 1985, pp.65, 66) – maior distribuição de renda, aumento da oferta de empregos, amparo aos mais fracos, dentre outros. Essa ligação entre José Américo e os comunistas foi rapidamente difundida pelo presidente Getúlio Vargas e por seus aliados para legitimar e ampliar a repressão contra o “temor comunista”. A partir de então, os discursos oficiais giraram em torno da idéia de que havia no país uma espécie de complô comunista⁸⁹ que pretendia conquistar o poder através das armas, recebendo até mesmo o apoio de organismos internacionais, a exemplo do *Komintern* russo, ou Internacional Comunista, fundada por Lênin em 1919.

A criação da idéia de uma conspiração política que pretendia derrubar um determinado grupo e, em seguida, substituí-lo não era algo novo, pois esse exemplo brasileiro assumiu a mesma roupagem utilizada por outros regimes totalitários contemporâneos a esse período – o fascismo de Benedito Mussolini (1922-1943 e 1943-1945) e o nazismo de Hitler (1933-1945) – que se aproveitaram desse mesmo discurso político para eliminar os seus opositores. Outra questão que não poderia passar em brancas nuvens é a forte ligação mantida entre o presidente Getúlio Vargas e os Integralistas de Plínio Salgado.

Antes mesmo do surgimento dos regimes totalitários, casos semelhantes de construções de complôs e conspirações políticas já haviam ocorrido em outras partes do mundo e também

(Partido Social Democrático – PE); José Augusto (Partido Popular – RN) e Sebastião do Rego Barros (PE)” (CAMARGO, 1984, p.268).

⁸⁸ Em meados de março de 1935, o Partido Comunista do Brasil (PCB) fundou a Aliança Nacional Libertadora, “(...) uma coalizão política de partidos democráticos e organizações sociais progressistas, que lutavam pelo desenvolvimento do movimento antiimperialista, antifeudal e antifascista” (KOVAL, 1982, p.285). A ANL possuía uma pauta de reivindicações que exigia: 1º a nacionalização das empresas estrangeiras; 2º o cancelamento das dívidas externas; 3º a redução dos impostos; 4º o aumento dos salários; 5º o desenvolvimento da indústria, dentre outras. O líder da Aliança foi o tenente Luís Carlos Prestes, que combateu fervorosamente, nesse período, a ditadura Varguista, sendo caçado por vários anos e depois preso. Mais informações a esse respeito vide KOVAL, Boris. A Aliança Libertadora e as lutas revolucionárias de 1935. In: **História do Proletariado brasileiro (1957-1967)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, pp. 282-326.

⁸⁹ O temor aos comunistas foi materializado pelo presidente Vargas e pelos militares que o apoiavam, a partir da divulgação do chamado Plano Cohen, no dia 1º de outubro de 1937. Segundo a versão oficial, integrantes do Estado-Maior do Exército haviam descoberto uma espécie de complô comunista que pretendia tomar o poder a partir de instruções que partiram do *Komintern* russo, no dia 30 de setembro. Anos mais tarde, duas versões surgiram na tentativa de explicar a origem deste documento: a primeira partiu de um dos golpistas – o general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército – que afirmava “(...) tratar-se de um documento falso do qual tomou conhecimento através do capitão integralista Olímpio Mourão Filho. Vargas, ao decidir divulgá-lo, teria usado um ‘meio desonesto’ para decretar mais uma vez o estado de guerra e justificar a sua permanência. A segunda versão é de Mourão Filho, que afirma que o documento era, na origem, um trabalho de sua autoria destinado a integrar o boletim n.º 4 do serviço da Ação Integralista Brasileira, do qual era chefe. Através do general Álvaro Guilherme Mariante, Góis Monteiro tivera acesso ao documento, sabendo de suas origens. Isso não o impediu de apresentá-lo a oficiais do governo como um plano comunista” (CAMARGO, 1984, p.275).

mereceram a atenção especial dos historiadores, que passaram a configurá-las no âmbito do imaginário político e da história das mentalidades⁹⁰. Entre os estudos desenvolvidos sobre o referido assunto, destacamos a obra do historiador francês Raoul Girardet, intitulada “Mitos e mitologia política” (1987). O cerne da obra gira em torno dos mitos políticos historicamente construídos e registrados há pelo menos dois séculos na Europa Ocidental:

Denúncia de uma conspiração maléfica tendendo a submeter os povos à dominação de forças obscuras e perversas. Imagens de uma Idade de Ouro das qual convém redescobrir a felicidade ou de uma Revolução redentora que permite à humanidade entrar na fase final de sua história e assegura para sempre o reino da justiça. Apelo ao chefe salvador, conquistador da ordem ou conquistador de uma nova grandeza coletiva. A lista recapitulativa está longe de encerra-se (GIRARDET, 1987, p.11).

O mito político – enquanto sistema de crenças – pode e deve ser aplicado em relação a idéia de conspiração e complô estabelecidos pelo presidente Vargas e seus asseclas durante a campanha de 1937, envolvendo efetivamente a imagem de seu ex-ministro da Viação e Obras Públicas e de seus aliados. Essas acusações foram utilizadas pelo *stablishment* para justificar as perseguições, torturas e prisões dos suspeitos que foram acusados de manterem ligações com os ideais subversivos propagados pelo comunismo.

Todo mundo sabe: do terror jacobino ao terror stalinista, a acusação de complô não cessou de ser utilizada pelo poder estabelecido para livrar-se de seus suspeitos ou de seus opositores, para legitimar os expurgos e as exclusões, bem como para camuflar suas próprias falhas e seus próprios fracassos (GIRARDET, 1987, pp.49, 50).

⁹⁰ Corrente historiográfica que surge por influência da renovação teórico-metodológica empreendida pelo movimento dos *Annales* – Marc Bloch e Lucien Febvre (1929) – e pela *Nouvelle Histoire*. Entre os seus objetivos principais, destaca-se a necessidade da ampliação do campo de trabalho do historiador, fazendo emergir novas possibilidades de estudo a exemplo da substituição da noção de “sistemas de pensamento”, ou “história das idéias”, por uma história das mentalidades alicerçada sob a construção do pensamento racional. Mais informações sobre as diversas contribuições empreendidas pelo Movimento dos *Annales* e suas diferentes gerações, vide GIRARDET, Raoul. Para uma introdução ao imaginário político. In: **Mito e mitologias políticas**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp.9-24; BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. Tradução Nilo Odália. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997; REIS, José Carlos. **A Escola dos Annales – a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A 3ª Geração dos Annales: cultura histórica e memória. In: **Cultura Histórica e Historiografia: legados e contribuições do século 20**. Cláudia Engler Cury; Elio Chaves Flores; Raimundo Barroso Jr. (Organizadores). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010, pp.37-68; FONTANA, Josep. Cap.11: A Reconstrução III: A Escolas dos Annales. In: **História: análise do passado e projeto social**. Bauru, SP: EDUSC, 1998, pp.203-215; HOBBSBAWM, Eric. Cap.13: A história britânica e os Annales: Um comentário. In: **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.193-200. Sobre a excessiva fragmentação do conhecimento histórico a partir das influências dos *Annales*, vide DOSSE, François. **A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”**. Tradução Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

Exemplo disso foi o fechamento dos comitês de campanha de José Américo em julho de 1937, dentre eles o da União de Estudantes Democráticos, interdito pelos militares. Entretanto José Américo não baixou a guarda e na reta final da campanha denunciou⁹¹, durante o seu comício na Bahia, os acordos políticos que estavam sendo realizados por “debaixo dos panos” entre o governo e os militares, tendo como propósito final dar um golpe de estado e estabelecer uma ditadura militar no Brasil. Além disso, o governo e os militares procuravam confundir a opinião pública utilizando-se de um discurso que polarizou os candidatos em dois blocos: de um lado os camisas verdes, representantes do Integralismo de Plínio Salgado; e do outro os camisas vermelhas, ligados ao comunismo.

A vida política brasileira está precisando de diagnóstico. Esta crise política é uma desordem mental. São horas de confusão que poderiam criar um clima trágico dos profetas e dos aventureiros. (...) Está prestes a encerra-se o período presidencial e há ainda quem boateje: – “Não haverá sucessão.” Trocam-se túnicas e blusas pelas camisas verdes dos inimigos do regime e está vivo o olho de Moscou. Quem não é integralista é comunista, segundo o dilema capcioso. O chefe de uma conjuração grita no meio da rua que derrubará a democracia à mão armada e continua em boa paz com todos.
(...) O Brasil nasceu aqui. Vamos todos fazer com que renasça com o signo novo da verdadeira organização que nossa grandeza está pedindo (ALMEIDA, 1985, pp.70,71 e 78).

Outro agravante para a campanha de José Américo foi a traição cometida pelo secretário do conselho nacional de propaganda, o mineiro Negrão de Lima, cooptado de forma escandalosa por Getúlio Vargas para abandonar a campanha, passando para a função de mensageiro do governo. Em missão estritamente política, Negrão de Lima viajou para todos os estados do Norte – com exceção de Pernambuco e Bahia, aliados incontestes do ex-ministro – com o discurso de que todos os governadores que apoiassem o golpe de estado, arquitetado pelo presidente, permaneceriam no poder. Esse episódio ficou conhecido na história do país como a “Missão Negrão de Lima”. Até os aliados argemiristas que apoiavam a sua candidatura na Paraíba,

⁹¹ Décadas depois, em uma de suas entrevistas ao grupo de historiadores do CPDOC, José Américo re-afirmou essa mancomunação situacionista: “O integralismo já constituía um perigo. **Mas prevaleceu a falsa da ameaça comunista, que eu nego em todos os meus pronunciamentos, porque o comunismo não constituía um perigo naquela hora.** Nuca a posição de Prestes esteve tão debilitada. **Os comunistas eram quase inócuos; não tinham condição de derrubar governo. Foi um pretexto.** Mas convenceram Dutra do perigo comunista. E ele agiu aí conscientemente. Era inimigo do comunismo e opôs-se à minha candidatura, apesar de ser seu amigo, julgando que havia realmente perigo quando não havia, porque os comunistas estavam vazios, esfacelados (Grifos nosso) (apud CAMARGO, 1984, p.258).

traíram-no e se aliaram aos planos varguistas, assim o ex-ministro sofre mais uma decepção⁹². Sabendo do ocorrido, José Américo escreveu uma carta endereçada ao jornal Correio da Manhã denunciando a trama nefasta que se desenrolava nos bastidores da política brasileira e que o golpe de estado seria consolidado, mais ou mais tarde. Como num último suspiro, procurou o deputado Amando Fontes e solicitou que ele espalhasse pela Câmara que havia uma conspiração contra a sua campanha, encabeçada por Getúlio: “No dia seguinte, alguns deputados discursaram na Câmara, denunciando à Nação o que se premeditava. E automóveis distribuía boletins na rua verberando o que estava na iminência de rebentar” (ALMEIDA, 1985, p.28).

Dessa forma, com toda a estrutura político-ideológica montada a partir do arcabouço de um discurso político vinculado ao sentimento patriótico e anticomunista, se consolidou o golpe de Estado no dia 10 de novembro de 1937, suprimindo-se o poder legislativo e instituindo-se o chamado Estado Novo⁹³. A data prevista para o golpe seria o dia 15 de novembro, em alusão a Proclamação da República, porém as denúncias encabeçadas pelo ex-ministro da Viação junto a Câmara fizeram Getúlio e Dutra anteciparem-na. Segundo José Américo, a “Missão Negrão de Lima” e o Estado de Guerra⁹⁴ decretado no dia 2 de outubro, pelo presidente Vargas, consolidaram o golpe fatal sobre a democracia no país, por isso não houve reação:

⁹² “Se, inicialmente, José Américo contou, para a sua candidatura, com o apoio das bases argemiristas, 10 dias antes do golpe que instituiu o Estado Novo, Argemiro de Figueiredo é atraído, alinhando-se a Vargas e rompendo com o americanismo” (CITTADINO, 2006, p.73).

⁹³ Mais um regime ditatorial – repleto de inspirações nazi-facistas – que havia alcançado o poder antes da Segunda Guerra Mundial vir a tona (1939-1945). Embora tenha participado efetivamente do golpe, tornando-se um dos líderes do movimento, Góis Monteiro deixou um importante depoimento ao jornalista Lourival Coutinho sobre o que foi o período estadonovista para o país nesses 7 anos de sua existência: “(...) o presidente estava no auge do seu poderio. O DIP (Departamento Nacional de Imprensa e Propaganda), criado e chefiado em seus primeiros anos por Lorival Fontes, praticava sua arte com todo o esmero na propaganda e nas mistificações, sem conta do governo. A censura só deixava publicar o que convinha a este. Dispondo o Sr. Getúlio Vargas de um poder absoluto, as generosidades e liberdades para aqueles que o serviam bem, sobretudo os inimigos contritos, não tinham limites, em detrimento dos valores reais. Havia uma espécie de abulia de inconsciência. Os crimes praticados pelos serviçais, os pretorianos ou janízaros, se avolumaram. Para eles não havia punição. O adversário que não se submetia, cedo ou tarde teria o pescoço torcido. Os ‘nouveaux riches’ pululavam, pois a fraude e gatunagem escondiam as expectativas, como o crescente progresso nas demasias sociais, que culminaram com lucros e ganhos indevidos e devaneios orgíacos dos quais só desfrutavam os privilégios, parentes, aderentes, sócios de parentes, etc”. Mais informações sobre o depoimento revelador do general Góis Monteiro, vide COUTINHO, Lourival. **Góis depõe...** Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1955; SILVEIRA, Joel. **Na fogueira: memória**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, pp.161-165.

⁹⁴ Esse estratagema político foi criado por Getúlio Vargas, através de emenda constitucional, no dia 18 de dezembro de 1935. Nela, Getúlio havia definido que Câmara e o Senado Federal assumiriam o poder de autorizar a suspensão das mais diversas garantias constitucionais, a partir do aval do presidente da República. Cerca de três dias depois de votada a emenda, o presidente Vargas decretou estado de sítio, aumentando para 90 dias esse período que havia sido estabelecido a partir da Intentona Comunista, em novembro desse mesmo ano. Em março de 1936, dias antes do término do prazo de estado de sítio, Getúlio lançou mão do estado de guerra, “(...) tendo como justificativa o argumento de que teriam sido descobertos novos planos subversivos” (CAMARGO, 1984, p.273). Esse artifício político enfeixava todo poder nas mãos do presidente da República, uma espécie de ditadura camuflada. Dessa

Não houve nenhuma reação, porque já estava tudo manietado. Eu tinha combinado com Juracy a reação da Bahia, e eles estavam se arrumando. Quando apurei que ia ser dado o golpe, que tinham conseguido a adesão de Dutra, pensei na reação armada. Pensei em ir a São Paulo e conclamar o Brasil de lá contra o golpe. Mandeí avisar Eduardo Gomes. Mandeí o deputado Manuel Novais à Bahia, avisar Juracy para preparar o levante. Mas aconteceu que o governador de São Paulo, Cardoso de Melo Neto, apoiou o golpe. Não houve nenhuma reação (*apud* CAMARGO, 1984, p.274).

Depois desse desfecho traumático para a maioria dos brasileiros, o ex-“revolucionário”, que havia sido enaltecido pelos serviços prestados a nação na condição de “grande ministro das secas de 1932”, se afastaria da vida política brasileira e paraibana por 7 longos anos. Nesse período, embora não quisesse permanecer junto a qualquer função vinculada ao governo, voltou a ocupar o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União. Após o primeiro dia de trabalho no TCU, José Américo demonstrou em seus escritos a passividade com que a maioria dos políticos e do povo brasileiro recebera aquela notícia:

Era dia de sessão no Tribunal de Contas. Como se nada tivesse sucedido, saí para meu trabalho, com um carro de polícia atrás, a vigiar-me. Nenhuma novidade na rua. O povo de 19889 e 1937 estava ausente. Não se mexeu. A democracia era extirpada com as suas raízes e nem choro havia. Não vi gente andando, nem parada. Nenhum movimento. (...) Não se ouviu um tiro (ALMEIDA, 1985, p.30).

forma, em março de 1936, diversos direitos básicos destinados a população brasileira foram cerceados: “(...) liberdade de convicção política, de manifestação, de reunião e associação, o *habeas corpus* e o direito de ampla defesa aos acusados. Todas as publicações deveriam ser censuradas, e até mesmo a pena de morte tornava-se possível. O que mais protestos provocou, porém, foi a suspensão das imunidades parlamentares. De fato, dois dias depois da decretação do estado de guerra, cinco parlamentares oposicionistas foram presos sob a acusação de ligações com o comunismo (CAMARGO, 1984, p.273). Por todo o ano de 1936 o estado de guerra continuaria sendo prorrogado, chegando até março de 1937, sob a alegação constante de que a ordem deveria ser mantida no país, pois continuavam existindo planos elaborados pelos comunistas subversivos com o intuito de tomar de assalto o poder. Em outubro de 1937, o Plano Cohen cumpriu com o objetivo idealizado pelos golpistas, servindo de pretexto para a renovação do estado de guerra um dia depois da descoberta do referido plano, dia 2 de outubro. Em quase todos Estados da Federação, quem assumiu a execução do referido estratagema foram os governadores, que se tornaram uma espécie de sub-ditadores, apenas nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul é que poder ficou nas mãos de dois generais: no primeiro, assumiu o general Pargas Rodrigues e no segundo o general Daltro Filho. Na verdade, esse era um prenúncio do que viria a ser o Estado Novo, implantado pelo golpe de Estado em 1937! Mais informações a esse respeito vide CAMARGO, Aspásia. Cap.IX: O CANDIDATO E O GOLPE. In: **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, pp.253-278.

CAPÍTULO III – Disputas de vidas e mortes: a vitória do americanismo.

3.1 Composições partidárias e os resultados das eleições de 1945 na Paraíba: as primeiras vitórias da base americanista dentro da UDN.

No início do ano de 1945, a *débâcle* do Estado Novo (1937-1945)⁹⁵ e do longo período em que Getúlio Vargas permaneceu à frente da chefia do Executivo Federal (1930-1945) estava a caminho. O fim da primeira “Era Vargas” seria motivada, principalmente, pela célebre entrevista concedida pelo seu ex-ministro da Viação e Obras Públicas e ex-companheiro “revolucionário”,

⁹⁵ A partir da década de 1980, um número considerável de historiadores passou a se debruçar sobre o Estado Novo, buscando novas concepções históricas que explicassem efetivamente esse período. Até então os historiadores utilizavam, deliberadamente, diversos conceitos para definir esse importante momento político da nossa história: “populista, bonapartista, autoritário, fascista, totalitário” (CAPELATO, 1998, p.183). As críticas aos estudos sobre o Estado Novo se iniciam na década de 70, com o artigo de René Gertz, intitulado “Estado Novo: um inventário historiográfico” (1990). Nele o autor afirmou que “(...) os estudos sobre o regime são poucos, e especialmente quando comparados à vastíssima literatura relacionada ao nazismo e ao fascismo” (GERTZ, 1990, p.112). Dentre as principais obras historiográficas que lançaram um novo olhar sobre a primeira “Era Vargas”, além da referida obra de Gertz, destacamos: 1º Em relação aos estudos que se voltam para uma análise crítica sobre o movimento operário, recusando as antigas teses predominantes até os anos 60 e 70, que insistiam na fragilidade e na manipulação de Vargas sobre os sindicatos e sobre a massa trabalhadora - “Satisfeitos com alguns benefícios materiais, a legislação social em particular, eles (os trabalhadores), em troca, dedicaram a Vargas submissão e obediência política” (FERREIRA, 2001, p.61) – vide: GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: **O populismo e sua história: debate e crítica**. Jorge Ferreira (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp.17-57; FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: **O populismo e sua história: debate e crítica**. Jorge Ferreira (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp.61-124; CAPELATO, Maria Helena. Estado Novo: novas histórias. In: **Historiografia brasileira em perspectiva**. Marcos Cezar Freitas (Org.). São Paulo: Contexto, 1998, pp.183-213; 2º Sobre o poder que os meios de comunicação obtiveram durante a ditadura varguista, principalmente a partir da utilização da propaganda como uma espécie de aparelho ideológico montado por Vargas e seus asseclas, tendo como fonte de inspiração as idéias nazi-fascistas de controle ideológico sobre a população alemã e italiana, vide GARCIA, Nelson. O Controle Ideológico. In: **Estado Novo, ideologia e propaganda política**. Nelson J. Garcia (Org.). São Paulo: Loyola, 1982, pp. 97-121; CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. O Estado Novo, o D.O.P.S. e a Ideologia de Segurança Nacional. In: **Repensando o Estado Novo**. Dulce Pandolfi (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp.327-340; FERREIRA, Jorge. **Estado e repressão política no primeiro governo Vargas**. In Jorge Ferreira. **Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, pp. 91-122; CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: **Repensando o Estado Novo**. Dulce Pandolfi (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp. 167-178. Outras obras informações sobre o projeto político – nacionalista-desenvolvimentista – implantado por Vargas nesse período, vide CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: **Brasil em perspectiva**. Carlos Guilherme Mota (Org.). 17ª ed. São Paulo: DIFEL, 1988, pp. 256-282; LEVINE, Robert M. Os diferentes Getúlios. In: **Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas**. Robert Levine (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 141-160; MENDES, Oswaldo. **Getúlio Vargas**. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 1986. (Coleção - Polêmica), pp. 17-57. A propósito das barbaridades e atrocidades cometidas durante esse período, ver o longo depoimento de Graciliano Ramos – intelectual e escritor regionalista, autor de *Vidas Secas* – que se tornou um dos mais importantes opositores a ditadura varguista, sendo preso e torturado durante esse período: RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. São Paulo: Record, 2008.

José Américo de Almeida, ao jornalista Carlos Lacerda⁹⁶. As repercussões alcançadas por essa entrevista e os inúmeros protestos populares que explodiram em diversas partes do país – (...) a agremiação dos estudantes universitários, UNE, recentemente organizada no Rio de Janeiro, realizou um comício; uma demonstração semelhante, em Recife, provocou violências policiais e levou à morte dois estudantes (SKIDMORE, 1982, p.73) – enfraqueceram, em parte, o prestígio de Vargas que se viu obrigado a assinar o decreto-lei nº 7.586, no dia 28 de maio de 1945, marcando a data das eleições gerais para o dia 2 de dezembro, do corrente ano, levando ele a recuar em relação a sua possível candidatura. O decreto-lei passou a regular:

(...) o alistamento, o processo eleitoral e a organização dos partidos, procurando estimular, compulsoriamente, a criação destes em bases nacionais. Também restabeleceu a nova lei a justiça eleitoral, não prevista na Carta de 1937, incumbindo-lhe dirigir o pleito, apurar os votos, reconhecer e proclamar os eleitos. (...) A apuração dos votos, tanto nas eleições municipais, como nas estaduais e federais, ficou a cargo das juntas apuradoras, presididas por um juiz vitalício e integrada por mais

⁹⁶ A entrevista foi publicada pelo jornal carioca Correio da Manhã, no dia 22 de fevereiro de 1945, sob um título aparentemente inofensivo: “**A situação: declaração do sr. José Américo**”. Nesse momento, o ex-chefe da “Revolução” de 1930 no Nordeste, desferiu uma longa e tenaz crítica contra a política ditatorial empreendida por Vargas durante o período estadonovista, rompendo não só com o silêncio do seu auto-exílio da vida pública – um período de cerca de 8 anos –, como também, conseguiu romper o silêncio mordaz instituído pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), chefiado por Lourival Fontes, que já dava os primeiros indícios de um certo relaxamento em relação ao controle e censura sobre os meios de comunicação do país. Aproveitando o mote que dominava boa parte das notícias estampadas pela imprensa nacional – a realização do Congresso de Escritores Brasileiros – o então Ministro do Tribunal de Contas, José Américo, deixou claro que existia a inadiável necessidade de novas eleições no Brasil e que a candidatura de Getúlio Vargas, novamente a presidência da República, seria uma excrescência. “Todos devem intervir na vida pública, segundo sublinhou bem a Declaração de Princípios dos Escritores. Por isso mesmo saio do retraimento em que me tenho mantido para manifestar uma opinião sincera em relação ao problema fundamental do meu País. (...) Já todos sabem o que se está processando clandestinamente. Forja-se um método destinado a legalizar poderes vigentes, a manter interventores e demais autoridades políticas, pela consagração de processos eleitorais capazes de coonestar essa transformação aparente. (...) Mas – acentua – uma Constituição outorgada não será democrática porque lhe falta a legitimidade originária. (...) O Brasil vai ingressar no seu momento mais difícil. E precisa, sobretudo, da união nacional para encontrar os meios necessários a uma estruturação democrática apta a lhe dar substância que fundamente a obra de restauração do após-guerra. Faz-se necessário, para tamanha empresa, além do concurso de massas, a utilização de todos os elementos de cooperação capaz, de todos os valores mobilizáveis da nacionalidade. Precisamente isto – acentua – seria impossível se o atual Chefe do Governo se fizesse candidato”. (ALMEIDA, 1985, pp.313; 314; 316). Ainda segundo José Américo, a longa estadia de um poder discricionário a frente do Executivo Federal, havia viciado os elementos políticos e administrativos que compunham esse *regimém*, impossibilitando que o sistema político do país vivenciasse uma “renovação cívica e material”. Dessa forma, ele acrescentou: “Ora, um governo não se compõe de um só homem providencial e de um povo anestesiado. Já há dias lembrava o meu amigo Adolfo Konder que qualquer cidadão capaz pode ser Presidente da República – verdade elementar que íamos esquecendo” (ALMEIDA, 1985, p.318). Interessante ressaltar que, nesse mesmo dia, José Américo daria outra entrevista bombástica ao jornalista Edgar da Mata Machado, vinculado ao jornal O Globo. Mais informações a esse respeito, vide a entrevista completa em ALMEIDA, José Américo de. **A palavra e o tempo (1937 – 1945 – 1950)**. 2. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ed.: Fundação Casa José Américo, 1985, pp.313-325. Sobre as consequências dessa entrevista para a carreira política de José Américo, vide CAMARGO, Aspásia. **Cap. XI: CAI O ESTADO NOVO**. O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, pp.291-309.

dois cidadãos “de notória integridade moral e independência”, designados pelos Tribunais Regionais (LEAL, 1975, pp.235, 236).

Parte da população brasileira e algumas lideranças políticas importantes perceberam que o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) havia extinguido os sistemas ditatoriais, de cunho absolutista, por toda a Europa – a exemplo do nazismo de Hitler e do fascismo de Mussolini –, por tanto, segundo José Américo⁹⁷, tornou-se impossível uma nova candidatura varguista à Presidência da República:

Depois do aniquilamento do fascismo na Europa, o Brasil mantinha-se na mesma situação. Eduardo Gomes, Virgílio de Melo Franco, Juracy Magalhães e outros queriam que eu convencesse o general Dutra de que o Brasil não podia continuar a se perfilar com os inimigos da democracia, pois o mundo todo se libertava do fascismo (CAMARGO, 1984, p.298).

A partir de então, novas composições partidárias foram surgindo paulatinamente no país para a possível disputa a Presidência da República que provavelmente ocorreria ainda durante o ano de 1945. O primeiro nome lançado para presidente foi o do Brigadeiro Eduardo Gomes, comandante da Força Aérea e representante do grupo dos “constitucionalistas liberais” opositores ao Estado Novo que, posteriormente, lançariam a legenda política intitulada União Democrática Nacional (UDN), movimento esse que contou com a efetiva participação de José Américo em sua comissão diretora. Na condição de candidato da situação é lançada a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, pelo então governador de São Paulo, Benedito Valadares e pelo presidente Vargas, que declarou oficialmente apoio ao candidato em um comício realizado no dia 1º de maio. No dia 9, desse mesmo mês, surgiu o Partido Social Democrático (PSD), que seria composto por figuras políticas que haviam ocupado cargos estratégicos durante o Estado Novo e declarava apoio à candidatura de Dutra à Presidência da República.

Concomitantemente ao lançamento dessas duas candidaturas, surgiu um movimento – encabeçado por alguns próceres ligados ao Partido Comunista, que havia saído da clandestinidade com o retorno de Júlio Prestes do exílio, e por Hugo Borghi, deputado federal pela cidade de São Paulo e um dos organizadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – que buscou efetivar o

⁹⁷ Mais informações a respeito do convite feito por José Américo ao ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, para encabeçar a principal chapa de sucessão a Vargas nesse período, vide ALMEIDA, José Américo de. **Eu e Eles**. 3 Ed. João Pessoa: A União, 1994, p.100.

nome de Getúlio Vargas entre os candidatos a eleição presidencial na tentativa de “(...) ‘redemocratizar’ o país sob os auspícios do ditador” (SKIDMORE, 1982, p.75), tornando-o uma espécie de “(...) condutor dos trabalhos constituintes previstos para 1946” (GOMES, 1998, p.530). Esse grupo ficou conhecido como os “queremistas” devido ao refrão de uma marchinha criada para a campanha de Vargas: “Queremos Getúlio”⁹⁸.

Uma das manifestações programadas pelos queremistas, claramente apoiados pelo Ministério do Trabalho e financiados por setores empresariais, chamou-se Dia do Fico, pois pedia-se que Vargas ficasse para o “bem do povo e felicidade geral da nação”. (...) No Rio de Janeiro e em outras cidades do país, corriam muitos boatos sobre o futuro de Vargas, cuja saída do poder ameaçaria o destino dos trabalhadores, vale dizer, da legislação social-trabalhista. (...) O queremismo foi provavelmente, um dos indicadores mais evidentes da popularidade de Vargas (GOMES, 1998, pp.530, 531).

Embora a campanha pró-Vargas ganhasse a cada dia mais adeptos, a oposição se articulava no sentido de realizar, de todas as formas, as eleições antes da composição de uma nova Constituição encabeçada pelo ditador. No final do mês de setembro, a política brasileira experimentou mais uma intromissão *yankee*, depois que o embaixador dos Estados Unidos no país, Adolph A. Berle Jr., deu uma entrevista re-afirmando a necessidade da redemocratização do país a partir da realização de eleições livres. Essa intromissão estadunidense provocou a reação dos queremistas e dos comunistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que “(...) tacharam as eleições próximas como ‘maquinações reacionárias’” (SKIDMORE, 1982, p.75). Foi nesse momento de incertezas que, em junho de 1945, o ditador Getúlio Vargas lançou um pacote de medidas que causaram grande insatisfação entre os opositores se seu regime, principalmente os políticos e latifundiários ligados a UDN. Entre os decretos assinados pelo ditador, estava o decreto “antitruste” que criou uma comissão encarregada de...

(...) desapropriar qualquer organização cujos negócios estivessem sendo conduzidos de maneira lesiva aos interesses nacionais. O decreto que começou a vigorar a 1º de agosto tinha por objetivo estabilizar o custo de vida, proibindo a prática do monopólio. Mencionava especificamente “empresas nacionais ou estrangeiras sabidamente ligadas a associações, ‘trustes’ ou ‘cartéis’” (SKIDMORE, 1982, p.76).

⁹⁸ Mais informações sobre o movimento queremista e suas implicações para a política brasileira nesse período, vide GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. Lilia Moritz Schwarcz (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.489-558.

Além de atingir diretamente os latifundiários, a proposta varguista comprometeu, efetivamente, os interesses comerciais de grupos poderosos, principalmente advindos dos Estados Unidos, que esperavam ser beneficiados pelo governo brasileiro. Como forma de retaliação, políticos vinculados a UDN e a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes lançaram um protesto imediato contra as medidas varguistas, declarando-as “(...) ‘nada mais do que um instrumento do tipo nazi-facista, com que o ditador ameaça tôda a economia brasileira’” (SKIDMORE, 1982, p.76). Segundo José Américo, outro episódio teve uma repercussão negativa muito maior para a imagem de Vargas e, provavelmente, transformou-se no golpe de misericórdia sobre a política estadonovista, problemática essa curiosamente criada pelo próprio ditador ao nomear o seu irmão como Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, Benjamim Vargas, atribuindo-lhe a função de encabeçar o movimento queremista:

Desde que eu dei a entrevista e aboliu-se a censura, o prestígio de Getúlio passou a ser abalado. Antes não havia política nenhuma, mas daí por diante houve debates e ele foi perdendo terreno. Depois, ele pensou que podia afastar a candidatura de Dutra e organizou-se o queremismo com os amigos de Benjamim Vargas – doidos, agressivos, ameaçando. Mas o que foi decisivo para a sua deposição, em 1945, foi o erro que ele cometeu, nomeando Benjamim para chefe de polícia. Dutra e Góis consideraram essa nomeação uma vitória do queremismo, como se Getúlio estivesse querendo suplantar a candidatura de Dutra. E resolveram dar o golpe. Foi uma coisa muito simples: a nomeação de Benjamim desencadeou tudo (*apud* ALMEIDA, 1984, p.307).

Essa opinião defendida pelo então ministro do TCU também foi corroborada pelo historiador brasilianista, Thomas Skidmore, na obra intitulada “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)”:

A 25 de outubro Vargas deu outro passo mais audacioso, o que foi demais para os generais. Comunicou a João Alberto, chefe de Polícia do Distrito Federal, que este seria substituído por Benjamim Vargas, seu irmão e figura medíocre, conhecido por suas ligações com o lado mais sombrio dos negócios públicos (SKIDMORE, 1982, p.77).

Após essa decisão, assumida de forma unilateral por Vargas, formou-se uma conspiração entre os militares oficiais do Exército – dirigida pelo general Góis Monteiro – desejosos pela derrubada do ditador civil. No dia 29 de outubro de 1945, o general Dutra levou um documento a Vargas, comunicando-lhe a insatisfação desse grupo de militares que trazia também uma espécie

de ultimato: ou ele retirava a indicação do seu irmão ao referido cargo, ou seria deposto através de um golpe. Além de discordar daquela solicitação, Vargas acreditou que tudo aquilo não passava de um blefe, insistindo na indicação de Benjamim. A posição assumida por Vargas legitimou o golpe chefiado por Góis Monteiro, determinado no mesmo dia da visita de Dutra:

Naquela noite, mandou (Góis Monteiro) o General Oswaldo Cordeiro de Farias ao palácio presidencial, para informar a Vargas de que o seu período havia terminado. A princípio, Getúlio se recusou a aceder. Mas desistiu, quando o seu velho companheiro explicou que qualquer resistência seria impossível. Quando Cordeiro de Farias perguntou se o presidente havia pensado em seus planos para o futuro, Vargas respondeu: “Quero ir direto daqui para São Borja”. A partida de Vargas foi rapidamente arranjada, e, em 30 de outubro, êle entrou em seu “exílio”, no Rio Grande do Sul (SKDMORE, 1982, pp.77, 78).

Com o fim do estado Novo, diversos partidos foram criados, ou voltaram a compor os seus quadros políticos no país e, especialmente, no estado paraibano. Após a redemocratização, cinco partidos passam a liderar as disputas eleitorais no Estado: a União Democrática Nacional (UDN); o Partido Social Democrático (PSD); o histórico Partido Comunista do Brasil (PCB); o Partido Popular Sindicalista (PPS) e o Partido Democrata Cristão (PDC). Desses partidos, três legendas destacaram-se por suas atuações durante as sucessivas eleições que se realizariam ao longo da segunda metade da década de 1940 e início de 1950: PSD⁹⁹, UDN¹⁰⁰ e PCB¹⁰¹. Embora

⁹⁹ Como havíamos dito anteriormente, o Partido Social Democrático era formado, em sua maioria, por forças políticas ligadas diretamente ao Estado Novo. Na Paraíba era encabeçado pelo ex-interventor Ruy Carneiro e “(...) congregava as periferias urbanas do litoral, os pequenos e médios proprietários do interior e a maioria dos partidários da Revolução de 30” (MELLO, 2000, p.45). Entretanto também possuía em suas hostes, a exemplo da UDN, políticos conservadores, ligados diretamente a política ruralista/coronelísticas, como bem afirma a historiadora Monique Cittadino: “Na verdade, a presença dos representantes dos grupos oligárquicos é também marcante no interior do PSD: durante o seu governo, Ruy Carneiro procurou atrair os chefes políticos não prestigiados por Argemiro de Figueiredo buscando, em cada município, o apoio dos opositores locais ao argemirismo. Estes elementos, no momento da criação dos partidos, ingressaram no PSD, conferindo-lhe uma feição coronelística e, portanto, conservadora, neste aspecto não diferindo muito da UDN” (CITTADINO, 1998, p.31).

¹⁰⁰ A União Democrática Nacional era composta, quase exclusivamente, por grupos políticos e econômicos opositores ao regime estadonovista, responsáveis pela deposição de Vargas do poder. Na Paraíba, desde 1937, quando surgem os primeiros acordos para a organização da legenda no Estado, dois nomes de peso passaram a disputar a sua liderança: José Américo e Argemiro de Figueirêdo. Em 1945 o partido é fundado e o quadro político interno é composto sob duas alas majoritárias: a ala “americista” e a ala “argemirista”. Considerado o partido de maior projeção no Estado, forja-se sob “(...) uma frente integrada por todos os segmentos contrários ao Estado Novo – liberais, ex-perrepistas, tenentistas, comunistas, socialistas, radicais e o grosso da estudantada e bacharéis em Direito” (MELLO, 2000, p.44).

¹⁰¹ Nesse período, o movimento de esquerda no Estado paraibano – oposição as estruturas burguesas-coronelísticas – foi encabeçado pela União Socialista da Paraíba, vinculando-se posteriormente ao Partido Comunista do Brasil (PCB). O líder do PCB, em âmbito nacional, era Luiz Carlos Prestes, que rompe com os últimos fios do laço político que mantinha com a UDN, ao lançar “(...) a tese de ‘União Nacional com Vargas contra o facismo’... (quando)

a luta pela redemocratização do país tenha alcançado o seu objetivo – retirar Vargas do poder –, o que se viu foi a criação de chapas partidárias que continuaram representando os interesses das mesmas lideranças políticas conservadoras e de uma boa parte dos grupos econômicos que surgiram dentro do próprio Estado Novo, ou seja, percebemos que não houve mudanças efetivas e significativas com relação às estruturas de poder no país.

A exceção do Partido Comunista (PCB), pode-se afirmar que os demais partidos eram constituídos pelas lideranças políticas mais tradicionais e conservadoras, de um lado, e por membros gestados a partir da própria máquina que estava supostamente sendo implodida, de outro (CITTADINO, 1998, p.28).

No dia 02 de dezembro de 1945 ocorreram as eleições para o cargo de Presidente da República e para Assembléia Nacional Constituinte. Em âmbito nacional, o brigadeiro Eduardo Gomes e a UDN perderam as eleições para o general Dutra, eleito com ampla maioria dos votos: o primeiro obteve 2.039.342 votos (cerca de 35%); o segundo candidato foi eleito presidente com 3.251.507 (55% dos votos). Em todo o país foram registrados cerca de 5.870.668 votos. Curiosamente as eleições para o cargo de vice-presidente da República ocorreram através do voto indireto, ou seja, cabia aos políticos recém eleitos para a Assembléia escolherem entre os nomes de José Américo, candidato pela UDN, e de Nereu Ramos, do PSD. O primeiro nome havia sido indicado pelo líder da campanha udenista, Virgílio de Melo Franco, ganhando adeptos até mesmo entre os líderes do PCB, a exemplo de Luiz Carlos Prestes: “Um dia, Prestes chegou aqui – fui companheiro dele no Senado, a cadeira dele era atrás da minha – e disse: “Você é candidato à vice-presidência, e eu penso em apoiá-lo. Mas minha situação é muito difícil; só posso apoiar com segurança absoluta. Não posso sofrer mais uma derrota” (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984, pp.314, 315). O fato é que na reta final para a realização dessas eleições indiretas, Dutra lançou uma proposta tentadora ao PTB que, a princípio, apoiava a candidatura udenista: assegurou que se os líderes desse partido apoiassem o seu correligionário pessedista¹⁰², o PTB teria em suas mãos o Ministério do Trabalho. Dessa forma, no dia 19 de setembro de 1946, Nereu Ramos é eleito com 178 votos, seguido por José Américo com 139 votos, numa diferença de

desautorizou a utilização de seu nome pelos udenistas” (MELLO, 2000, p.44). A partir de então o partido segue com candidaturas próprias – a exemplo da campanha de Yedo Fiúza a Presidência da República em 1945 – até a cassação do seu registro em maio de 1947 e a supressão dos cargos ocupados por seus parlamentares.

¹⁰² Utilizaremos o termo pessedista, para designar os candidatos e aliados políticos do Partido Social Democrático (PSD).

apenas 39 votos que na opinião do derrotado só ocorreu porque na “(...) última hora, os trabalhistas esperaram por um ministério que lhes foi dado. Dutra não queria uma candidatura udenista. Eu tinha como certa a vitória, e perdi por uma margem de votos correspondente mais ou menos a esses elementos do PTB” (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984, p.315).

Na Paraíba, duas cidades encabeçavam o maior contingente eleitoral do estado: em primeiro lugar João Pessoa, com 19.034 eleitores; seguido da cidade de Campina Grande, com 18.304 eleitores (SYLVESTRE, 1982, p.37). No plano estadual, Odon Bezerra Cavalcanti (PSD) é nomeado, pelo presidente recém-eleito, para o cargo de Interventor do Estado. Após as eleições¹⁰³ verificou-se que a UDN tornou-se o partido vitorioso nesse estado, elegendo os dois senadores, para as duas vagas existentes, e cinco dos oito deputados federais. O fato é que os resultados das eleições de 1945 reforçaram, até certo ponto, as bases americista dentro da UDN, pois dois aliados de José Américo estavam entre os candidatos eleitos do partido: Verginaud Wanderley¹⁰⁴ (Senador) e Plínio Lemos (Deputado Federal). Esse acontecimento figura entre os primeiros indícios de que nunca houve espaço para os dois chefes políticos no mesmo partido.

3.2 Argemiro conquista a UDN, mas perde a Paraíba.

Passadas as eleições de 1945, uma nova forma de disputa começava a ser travada internamente na UDN. No plano federal, com o seu imenso prestígio político, José Américo representava o partido, embora não perdesse de vista as ações e acordos políticos estabelecidos no seu Estado. No plano estadual, o deputado federal Argemiro de Figueirêdo procurava manter o

¹⁰³ O quadro contendo os resultados das eleições de 1945 para os cargos de Senador e Deputado Federal encontram-se no ANEXO M, p.283.

¹⁰⁴ Em março de 1945 o prefeito da cidade de Campina Grande, Verginaud Wanderley, renuncia o cargo que ocupava desde 1941, rompendo com o ex-interventor Ruy Carneiro, seu antigo aliado político. Verginaud alia-se a União Democrática Nacional (UDN) - que estava, nessa época, sob a liderança do ex-ministro José Américo de Almeida e do ex-interventor Argemiro de Figueirêdo - e passa a encabeçar o movimento americista em Campina Grande. Entretanto uma pergunta surge: por que Verginaud rompe com Ruy Carneiro e alia-se a José Américo? A resposta a essa pergunta surgirá décadas depois (1980) quando Verginaud concede uma entrevista ao jornalista Josué Sylvestre. Ele afirma que a causa maior do rompimento estaria relacionada à divulgação - nos bastidores da política da época - de uma possível ligação entre Ruy Carneiro e Argemiro de Figueirêdo (ex-interventor), dessa forma a prefeitura de Campina Grande acabaria nas mãos do seu maior rival político. O fato é que essa aliança, entre Ruy e Argemiro, jamais se efetivara e Verginaud continuou do lado de José Américo. Mais informações sobre esse assunto vide SYLVESTRE, Josué. **Lutas de vida e de morte**; fatos e personagens da História de Campina Grande (1945/1953). Brasília, Senado Federal, 1982.

seu “curral eleitoral” em Campina Grande¹⁰⁵ que já era um núcleo eleitoral de extrema importância naquela época, abrigando cerca de 20.000 eleitores.

Durante o ano de 1946¹⁰⁶, várias reuniões e encontros foram realizados entre os líderes da UDN na tentativa de chegar a um acordo em torno do nome do candidato a governador para as eleições que se aproximavam. Com o intuito de manter-se informado sobre as articulações políticas que se desdobravam internamente na UDN paraibana e de amenizar os efeitos de sua ausência, José Américo – que estava vivendo no Rio de Janeiro há algum tempo – delegou a Plínio Lemos a incumbência de estabelecer e organizar os diversos diretórios americistas espalhados nos municípios do Estado. Essa mesma atribuição foi dada por Argemiro a João Agripino, já que aquele, eleito deputado federal em 1945, precisava se ausentar constantemente do Estado.

Esse quadro de instabilidade política entre as lideranças locais apresentava-se claramente nas eleições para Governador do Estado. (...) A UDN dividida entre as lideranças de José Américo e Argemiro de Figueiredo, cindiu-se em duas alas distintas, a americista e a argemirista, cabendo à ala argemirista a preponderância no interior do partido (CITTADINO, 1998, p.44).

Essa espécie de bi-polarização não foi positiva para o partido, pois segundo João Agripino, um dos representantes do argemirismo no Estado:

O partido tinha que ter um chefe, o chefe era uma pessoa (...) com esse sentimento da chefia, essa preocupação da chefia, a UDN da Paraíba ficou tendo dois chefes, que lamentavelmente não se entendiam na época. (...) Um morava em Campina Grande, outro no Rio de Janeiro. Isso dificultava muito as coisas. (*apud* CAMARGO, 1984, p.396)

¹⁰⁵ Embora fosse o maior e mais importante núcleo econômico do estado da Paraíba durante esse período, veremos que as práticas ligadas ao coronelismo continuaram atuando efetivamente em Campina Grande e nos municípios e distritos circunvizinhos. Conquanto suas conseqüências – políticas, sociais e econômicas – atinjam toda a vida política do Estado, “(...) o ‘coronelismo’ atua no reduzido cenário do governo local. Seu *habitat* são os municípios do interior, o que equivale a dizer os municípios rurais, ou predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria. Conseqüentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno” (LEAL, 1975, p.251). Mais informações sobre a atuação desses “coronéis” na região de Campina Grande e em toda a Paraíba, vide SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo & Coronelismo: fatos e personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954-1964)**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

¹⁰⁶ Segundo Osvaldo Trigueiro, no início da campanha para Governador, em 1946, José Américo já era cogitado como um candidato de peso por sua projeção nacional e penetração popular, sendo o seu nome proposto, na época, por João Agripino. Mais informações sobre esse assunto, vide MELO, Osvaldo Trigueiro de Albuquerque de A. José Américo de Almeida. In: **Galeria paraibana**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB/Conselho Estadual de Cultura, 1998.

Deve-se ressaltar ainda o fato de que tanto José Américo quanto Argemiro recuaram diante de uma possível candidatura isolada, pois ambos temiam uma derrota para oposição.

Diante dessa divisão interna do partido, a candidatura de um desses líderes ao Governo do Estado era inviável pois envolvia um razoável risco de derrota e significaria, em última análise, a cisão do partido à medida que a outra ala não apoiaria a candidatura lançada (CITTADINO, 1998, p.44).

A “unidade” fragilmente mantida em torno do partido só teria vida até a decisão do nome daquele que iria enfrentar o PSD nas eleições para Governador do Estado: o jurista Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, candidato único do partido.¹⁰⁷ Tal decisão aumentou ainda mais o desafeto entre José Américo e Argemiro de Figueirêdo haja vista que o primeiro pretendia lançar a candidatura do seu genro, Alcides Carneiro – que já era o candidato do PSD –, para Governador, estabelecendo-se, a partir daí, uma possível aliança entre os americistas/udenistas e o PSD, ação essa que não logrou êxito. Dessa forma, mesmo sem o apoio de José Américo, o nome do ex-prefeito de João Pessoa, Oswaldo Trigueiro – que ocupou o cargo por apenas um ano, durante a interventoria de Argemiro – estava definido. Segundo o próprio Oswaldo Trigueiro, o partido vivia dias tensos, “(...) dividido entre dois chefes que não se entendiam diretamente” (MELLO, 1988, p.139). O que restava da ala americista em João Pessoa ficou sob a batuta de Virgínio Veloso Borges¹⁰⁸ que atuava na região do município de Santa Rita. Apesar de continuar na UDN, o afastamento de José Américo do partido seria inevitável e irreversível.

Na reta final da campanha, Luis Carlos Prestes lança um manifesto aos companheiros do PCB em apoio à candidatura pessedista de Alcides Carneiro. A notícia trouxe enorme preocupação às hostes udenistas. Prevendo uma derrota nas eleições que se aproximavam, Argemiro lança a sua última cartada: aliar-se ao PTB. No último momento estabeleceu-se uma aliança com Eptácio Cavalcanti Sobrinho – o Eptacinho – “(...) pelo qual o PTB paraibano se aliaria à UDN, na disputa do governo estadual, e o seu chefe supremo viria à Paraíba para, em praça pública, manifestar o seu apoio ao candidato udenista” (MELLO, 1988, p.140).

¹⁰⁷ O fato de José Américo ter preterido a campanha do seu genro, não apoiando a candidatura de Oswaldo Trigueiro, causou a ruptura total entre esses dois. Sobre esse assunto ver MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque de A. José Américo de Almeida. In: **Galeria paraibana**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB/Conselho Estadual de Cultura, 1998.

¹⁰⁸ Em sociedade com o seu irmão, Manoel Veloso Borges, fundou a Fábrica de Tecidos Tibirí no município de Santa Rita. Maçom, conservador e elitista, ocupou os cargos de Deputado Estadual, Federal e Senador pela Paraíba em 1954 (com 101.871 votos), atuando por muito tempo com “mão de ferro” naquela região.

A promessa seria cumprida e, na noite do dia 11 de setembro de 1947, Oswaldo Trigueiro recebe o apoio decisivo e inesperado¹⁰⁹ do ex-ditador Getúlio Vargas – Senador eleito em 1945 – quando este compareceu ao gigantesco comício realizado em João Pessoa, mais precisamente no Parque Solón de Lucena (Lagoa). Para a surpresa da multidão que compareceu ao comício e, principalmente, para os pessedistas de plantão, Getúlio discursou a favor da campanha do candidato da UDN, reforçando em grande medida a aliança entre essa legenda e o PTB.

Ninguém esperava pelo desfecho e, até à parte final do discurso, muita gente esperava que Getúlio mandaria votar em Alcides Carneiro. Por isso a reação foi de desespero. Os pessedistas vaiaram o ex-Presidente e promoveram distúrbios e arruaças, que perturbaram o sossego da Capital por algumas horas (MELLO, 1988, p.140).

No dia 19 de janeiro de 1947, realizaram-se as eleições¹¹⁰ para Governador, Senador, Suplente de Senador e Deputados Estaduais¹¹¹. Oswaldo Trigueiro vence e elege-se Governador da Paraíba com um total de 80.368 votos em todo o Estado, seguido por Alcides Carneiro que obteve 69.683 votos, uma diferença de 10.685 votos. Para a terceira vaga de Senador¹¹², recém criada, elegeu-se José Américo¹¹³ – curiosamente candidato único a vaga – com 104.477 votos

¹⁰⁹ Inesperado pelo fato da UDN ter participado ativamente na campanha pelo fim do Estado Novo e a favor da deposição de Getúlio Vargas do poder. Por isso, o apoio do PTB à candidatura udenista só foi divulgada quando o ex-ditador chegou a João Pessoa. Segundo relato do próprio Oswaldo Trigueiro: “A minha surpresa foi maior que a dos pessedistas. Por um lado, eu não fora avisado da vinda de Getúlio à Paraíba. Por outro, não fui consultado previamente a respeito do entendimento havido entre as seções estaduais da UDN e do PTB. (...) Mas é óbvio que nada tinha a opor a manobra política, realizada em meu favor. Se tivesse sido previamente consultado, a ela teria dado plena aquiescência” (MELLO, 1988, pp.140 e 141). Esse apoio getulista a candidatura de Oswaldo Trigueiro não foi bem visto pela UDN nacional, que só perdoou a “heresia” por que esse conseguiu se eleger governador.

¹¹⁰ Curiosamente essa não foi a primeira eleição do ano de 1947. Nesse mesmo ano já havia ocorrido, no dia 23/03, eleições suplementares para o cargo de Deputado Estadual em oito municípios paraibanos: Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, João Pessoa, Misericórdia, São João do Cariri, Santa Rita e Mamanguape. Mais informações ver o sítio www.tre-pb.gov.br (Data da consulta: 26/05/2010 – Hora: 12:08 min.).

¹¹¹ As tabelas com os resultados das eleições de 1947 para os cargos de Governador, Senador, Suplente de Senador e Deputados Estaduais encontram-se no ANEXO N – QUADRO 10 deste trabalho, p.284.

¹¹² Um fato inusitado e nunca antes registrado na política paraibana envolveu a figura de José Américo no decorrer da campanha de 1947. Além do governador e dos deputados estaduais deveria ser eleito mais um senador – além de outros dois já eleitos em 1945 –, vaga essa recentemente criada pela Constituição de 1946. Na luta por essa vaga, tanto a UDN quanto o PSD brigavam para ter José Américo, o ex-candidato à Presidência da República, em 1937, como o terceiro senador em suas chapas. “O resultado disso foi que, durante a campanha, os oradores dos dois partidos antagônicos se esbofavam por demonstrar que José Américo era o candidato do seu partido e não do partido adversário” (MELO, 1998, p.105). Embora não tenha se pronunciado sobre tal situação, nem mesmo desobrigado qualquer um dos dois partidos, José Américo é eleito senador pela UDN, tomando posse do cargo no dia 06 de março de 1947.

¹¹³ Durante os três anos em que esteve à frente do cargo, José Américo manteve relações fraternais com o então governador Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, não fazendo críticas aos atos de sua administração nem publicamente, nem pessoalmente. Mais informações sobre esse período, vide MELO, Oswaldo Trigueiro de

em todo o Estado; recebendo só em Campina Grande 9.736 votos, mais do que os dois candidatos a Governador haviam recebido nesta mesma cidade durante o pleito (Oswaldo Trigueiro com 7.736 votos e Alcides Carneiro com 5.506 votos).

Embora José Américo usasse da prerrogativa de ser candidato único ao Senado Federal pelo Estado paraibano, as eleições de 1947 comprovaram a sua alta popularidade não só na maior parte do Estado, como também na cidade de Campina Grande que era na época “dominada” politicamente pela ala argemirista da UDN. Apesar de não ter alcançado o seu objetivo maior – que era aliar as duas maiores chapas em torno da candidatura do seu genro –, José Américo sai como um dos grandes vitoriosos com ampla aceitação em toda a Paraíba. Outra curiosidade está relacionada ao fato de que todos os suplentes de Senador eleitos nesse período possuíam ligações políticas com José Américo: Carlos Pessoa (UDN), suplente de José Américo, Antônio Pereira Diniz (PSD), suplente de Wergniaud Wanderley, e Eptácio Pessoa C. de Albuquerque (PTB), suplente de Adalberto Ribeiro.

No ano de 1947, ainda realizaram-se eleições para Prefeito¹¹⁴ e Vice-Prefeito, configurando-se uma espécie de declínio acentuado do poderio udenista nas duas principais cidades do Estado da Paraíba: João Pessoa (capital) e Campina Grande. Entretanto o poderio udenista ainda se manteve na maior parte dos municípios, ou seja, em 28 dos 41 municípios que compunham o Estado, sobretudo nas regiões do sertão e do curimataú.

Em Campina Grande, Argemiro de Figueirêdo aposta as suas “fichas” no seu cunhado, o major Veneziano Vital do Rego, para Prefeito. Na tentativa de concretizar o seu projeto maior – que era tornar-se Governador do Estado, sucedendo o seu amigo e correligionário Oswaldo Trigueiro – Argemiro deveria antes eleger o seu candidato naquela região, mantendo assim o seu “curral” eleitoral. Conseguir colocar um homem de confiança como Prefeito do município de maior importância econômica do Estado, o segundo em termos de contingente eleitoral, seria o primeiro passo para alcançar o executivo paraibano.

Para vice-prefeito da chapa udenista, Argemiro indica o nome de José de Brito, “(...) um comerciante, industrial e banqueiro, vitorioso homem de negócios, bastante ligado naturalmente às classes empresariais, mas distanciado do povo e conhecido somente no âmbito de suas relações

Albuquerque de A. José Américo de Almeida. In: **Galeria Paraibana**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB/Conselho Estadual de Cultura, 1998.

¹¹⁴ As tabelas contendo os nomes dos Prefeitos eleitos nos 41 municípios paraibanos, os partidos que estavam atrelados e as respectivas cidades – durante a terceira eleição do ano de 1947 – se encontram no ANEXO O – QUADRO 11 deste trabalho, pp.285, 286.

comerciais” (SYLVESTRE, 1982, p.105). Na verdade, ao indicar o nome de José de Brito, Argemiro realizava duas ações em uma: além de indicar o nome de um grande amigo e aliado fiel, ele mantinha ao seu lado o principal mantenedor financeiro das campanhas udenistas naquela região.

Embora essas indicações partissem de um dos principais chefes do partido no Estado, a UDN estava dividida e muitos partidários de Argemiro viam com desconfiança o candidato à prefeitura anunciado por ele. Essa desconfiança estava relacionada principalmente ao fato de que Veneziano nunca havia ocupado um cargo político, era um militar e desconhecia, até certo ponto, o *metiér* da política campinense. O primeiro a reagir contra foi o ex-deputado federal Acácio de Figueirêdo, irmão de Argemiro, que fez de tudo para que a decisão fosse revogada. Observando que o chefe da UDN não iria ceder às suas pressões, Acácio ameaçou afirmando que o embate entre os dois chegaria aos meios de comunicação da época. Não se intimidando com a pressão do irmão, Argemiro continuou insistindo na candidatura de Veneziano.

Aos poucos, outros correligionários e amigos passaram a romper com Argemiro e com a UDN, aliando-se ao grupo adversário, o PSD. Outro importante correligionário que também abandona o partido foi o seu cunhado, Agripino Agra. Diante de tantos protestos, Argemiro pensou em candidatar-se a prefeito, mas a idéia fixa de concorrer a governador do Estado nas eleições que se aproximava, o fez recuar.

Decidido a continuar com a campanha de Veneziano e percebendo que as brigas internas do partido estavam pondo em risco os seus planos, Argemiro apela para o povo de Campina Grande semanas antes do pleito. Através de um documento intitulado “Manifesto do Deputado Argemiro de Figueiredo ao Povo de Campina Grande”, divulgado no dia 11 de setembro de 1947, ele procura demonstrar quais foram as “verdadeiras” razões – pessoais e políticas – que o levaram a indicar o seu cunhado¹¹⁵.

¹¹⁵ A possibilidade de sair candidato a prefeito foi uma idéia ventilada pelo próprio Argemiro, como havíamos colocado anteriormente; entretanto, ocorre que nesse documento o chefe udenista não deixa transparecer a população de Campina Grande que a sua intenção maior era concorrer às eleições para o Governo do Estado, que se realizariam em 1950. Abaixo elencamos os dois principais motivos da sua não candidatura, expostos no documento: 1º Atribui a recusa de sua candidatura aos amigos líderes do partido em outras regiões do Estado que afirmavam serem imprescindíveis os seus serviços à Paraíba em esfera federal; 2º Ao povo é atribuída a vontade de continuar sendo o representante de Campina Grande no plano nacional: “Eu teria o direito de atirar-me espontaneamente até a obscuridade, mas, nunca o de estrangular a vontade do povo que me governa” (SYLVESTRE, 1982, p.81) O fato é que Argemiro escondia, até certo ponto, o seu plano mais ambicioso: ser eleito Governador pelo voto direto. Décadas depois, em entrevista ao jornalista Josué Sylvestre, o líder udenista deixa claras as motivações pessoais que o levaram a defender cegamente a candidatura do seu cunhado. Segundo o relato, um episódio fatídico estava prestes a acontecer na residência de Argemiro, pouco tempo depois da morte do Presidente João Pessoa, em 1930. Um grupo

No início do documento, Argemiro afirma que os candidatos do partido são “(...) todos dignos da confiança do eleitorado conterrâneo” (SYLVESTRE, 1982, p.81); porém, ainda no mesmo parágrafo, ele deixa claro – em letras garrafais – o nome de sua preferência (VENEZIANO VITAL DO RÊGO) sem ao menos citar o nome dos outros candidatos da UDN que pleiteavam o cargo. Assume com total parcialidade a indicação do seu cunhado e “amigo fiel”, rechaçando possíveis vozes discordantes dentro do partido.

Importante frisar que o verdadeiro motivo da não candidatura de Argemiro para prefeito de Campina Grande, indubitavelmente, foi o sonho de tornar-se Governador nas próximas eleições (1950). Argemiro já havia ocupado o cargo de Governador do Estado – através do voto indireto – no ano de 1935. Instaurado o Estado Novo – através do golpe encabeçado por Getúlio Vargas no dia 10 de novembro de 1937 – ele continuou no poder ocupando, a partir de então, o cargo de Interventor Federal, uma indicação direta do Palácio do Catete.

Ser eleito, através do voto direto, figurava como o maior desejo político almejado por Argemiro. Em um dos seus manifestos, ainda durante a campanha para prefeito de Campina Grande, o chefe udenista deixa clara tal pretensão.

Já esclareci, em comícios públicos, o verdadeiro significado da campanha em que estamos empenhados. Não estão em jogo simplesmente candidatos aos postos eletivos municipais. A LUTA É MAIS SÉRIA! O que Campina vai julgar, a 12 de OUTUBRO, É O MEU PRÓPRIO DESTINO POLÍTICO”.

Já o afirmei: a minha terra irá lavrar uma sentença histórica. Ela, ou terá de sustentar-me para que eu possa servi-la, ou terá de jogar-me ao ostracismo definitivo, como homem inútil aos interesses do seu progresso e do seu futuro. – Este é que é o dilema (SYLVESTRE, 1982, p.76).

A campanha para prefeito na cidade de Campina Grande “fervia” e as divergências internas na UDN enfraquecia o seu imenso poder naquela região. O pequenino PSD campinense – até certo ponto inexpressivo diante do partido rival – planejava uma candidatura de oposição em cima da desunião udenista. Os líderes pessedistas, Ruy Carneiro e José Joffily, vislumbravam uma possível e inesperada vitória.

Problemas internos não eram vivenciados apenas pela UDN, o PSD campinense também experimentava desse dissabor entre os seus próceres. Havia uma “richa” interna entre dois

de manifestantes liberais tentou invadir a sua casa a procura de José Agra, parente de Argemiro, acusando-o de ser um dos traidores do movimento “perrepista”. Foi nessa hora que Veneziano montou guarda no quintal da casa evitando, junto com outros parentes e amigos, a invasão.

importantes membros e ex-prefeitos de Campina Grande, decorrente do período de suas administrações: Antônio Coutinho e Severino Procópio.

Diversas cartas partiam dos correligionários para Joffily e Ruy a fim de solicitar-lhes providências no sentido de conter os ânimos mais exaltados. Essa preocupação fica clara na carta, enviada no dia 28 de abril de 1947, a Ruy Carneiro por um importante campinense, Nestor do Couto:

Nossos amigos, como pedi a Alvino Pimentel que lhe dissesse continuam fiéis, mais dispersos (...) José Joffily, conhecedor do ambiente e com as qualidades de organização e energia que lhe reconhecemos, é o elemento indicado para orientar-nos. (...) Será que teremos de apoiar o candidato da dissidência udenista, que será fatal se Argemiro persistir em apresentar Manoel Figueiredo ou Veneziano? (COUTO, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.86)

Temendo maiores repercussões sobre os fatos ocorridos, sendo filho da terra e profundo conhecedor dos bastidores daquela cidade, Joffily procurou unificar o grupo escrevendo cartas e telegramas aos correligionários campinenses. Tal ação surtiu um efeito inicial e Joffily torna-se o responsável pelo “apaziguamento” das divergências pessedistas, como afirma Severino Cruz, um dos envolvidos no embate, ligado a ala de Severino Procópio.

Confie e creia no velho Cruz. Eu, Lafayette e muitos amigos a quem tenho mostrado a sua ‘carta-circular’ ficamos magnificamente impressionantes com as suas instruções e as seguiremos à risca; (...) tranquilizi-se com o nosso desentendimento com o Dr. Coutinho que em nada afeta o nosso trabalho. (PROCÓPIO, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.86)

As próximas divergências estão ligadas a duas perguntas: 1. quem será o candidato do PSD para prefeito da cidade de Campina Grande? 2. Onde está e qual o peso de José Américo e da ala americista nessa decisão? Por ter sido o responsável direto pela “união” do partido em Campina Grande, José Joffily terá mais uma missão pela frente: encabeçar e comandar a sucessão municipal a frente do PSD e enfrentar o poderio, praticamente imbatível, da UDN naquela importante região¹¹⁶ do Estado.

Entre meados de abril até a primeira quinzena de julho de 1947, diversos nomes surgiram enquanto pré-candidatos a prefeito: Padre José Galvão; Lafayette Cavalcanti; os ex-prefeitos de

¹¹⁶ Aqui nos referimos à idéia de “região” pela importância política e econômica que a cidade de Campina Grande possuía sobre os diversos distritos circunvizinhos: Pocinhos, Puxinanã, Fagundes, Massaranduba, Queimadas, Lagoa Seca, Boa Vista, Galante, Caturité e Areial.

Campina Grande: Antônio Coutinho e Severino Procópio; Severino Cruz e Francisco Barreto Sobrinho; todos ocupando posições de grande influência no partido pessedista, detentores de micro-poderes espalhados por toda a região que, se conseguissem unir forças, vislumbrariam efetivamente a vitória nas eleições de outubro de 1947.

Cada um com suas idiossincrasias e desejo ardente pelo poder, aos poucos foram formando correntes internas que agregaram e dividiram os correligionários em torno de suas candidaturas. O primeiro entre os nomes ventilados foi o do padre Antônio Galvão que desenvolvia suas atividades religiosas no distrito de Pocinhos. Recebeu o apoio incontestado do irmão de José Joffily, Guilherme Joffily, que atuava como capitão do exército em Campina Grande, e do padre Severino Mariano, “(...) vigário da Matriz de Campina Grande e figura de real prestígio no seio da comunidade” (SYLVESTRE, 1982, p.87); e de Octávio Amorim, outro infleunte pessedista. Em uma carta escrita ao irmão, no dia 10 de julho de 1947, Guilherme Joffily deixa clara as suas intenções em relação ao padre Galvão: “(...) o candidato natural e que engloba possibilidades de vitória, aliás o único em condições de vitoriar é o Padre José Galvão. (...) tem a grande vantagem de se Padre, de contar com o apoio integral de Padre Mariano...” (JOFFILY, *apud* SYLVESTRE, 1982, pp.87 e 88). Outro candidato do PSD a prefeito da cidade foi o major Lafayette Cavalcanti, indicado por Nestor do Couto – um informante muito próximo de José Joffily – que se opusera a candidatura do padre Galvão. O nome de Lafayette surgiu por que esse tinha uma estreita ligação com os comerciantes e, principalmente, com os comerciários e as classes menos abastadas da cidade.

No final da segunda quinzena de junho, Joffily se reúne com Ruy Carneiro que lhe dá “carta branca” para assumir os encaminhamentos da sucessão municipal. Como forma de amenizar as tensões internas do partido, Joffily convocou uma reunião para o dia 26 de junho, com o comparecimento de grande parte dos correligionários pessedistas e a ala americista. A partir da reunião ficou acordado que a decisão final em relação aos nomes dos candidatos para a disputa do pleito em outubro seria adiada para o dia 26 de junho de 1947. Ganhar tempo era o principal objetivo de Joffily além de aguardar o pronunciamento do nome do candidato udenista.

Durante esse período, mais dois nomes surgiram para complicar ainda mais a situação do PSD e a decisão de José Joffily: Francisco Barreto e Lino Fernandes. O mês de julho tornou-se o período de maior ebulição dentro das hostes pessedistas, como afirma o Deputado Estadual Octávio Amorim, presidente do diretório municipal, em carta endereçada ao Deputado Federal

Joffily que se manteve no Rio de Janeiro por algumas semanas a fim de diminuir as pressões internas do partido.

Deputado Joffily
Gustavo Sampaio 107 apt 109
Rio – DF
Vi seu Guilherme mais advirto situação
aqui não comporta maior protelação candidato
adversário sairá segunda tensão nossos amigos
atingiu clímax caso queira evitar desastre total
venha imediatamente. Abraços Octávio.
(AMORIM, *apud* SYLVESTRE, 1982. P.91)

O mês de setembro tornou-se decisivo na escolha do candidato do PSD. O combate a Argemiro de Figueirêdo e ao seu candidato tornava-se o lema defendido na reta final da campanha pela ala americista comandada pelo Senador Verginaud Wanderley e pelo comandante do PSD naquele município, José Joffily.

A partir de então, duas alas forjaram-se efetivamente e a Coligação Democrática Campinense (CDC) estava formada. Sua base estava fixada sob dois pilares de sustentação: de um lado o PSD dirigido por dois filhos da terra, o Deputado Federal José Joffily e o Deputado Estadual Octávio Amorim; do outro a ala americista composta por dissidentes da UDN, representada por dois senadores: José Américo (líder do grupo) e Verginaud Wanderley. Somado a esse poderio maior, outros partidos de menor expressão política apoiaram a Coligação: o Partido Socialista Brasileiro (PSB); boa parte do Partido Trabalhista Brasileiro; o Partido da Representação Popular (PRP); e diversos “comunistas” que tiveram sua legenda caçada, tendo como um dos líderes desse grupo o estudante Félix Araújo.

Depois de inúmeros desentendimentos – e dentre tantos nomes – foram escolhidos os candidatos do PSD a prefeito e vice-prefeito de Campina Grande; respectivamente o médico Elpídio de Almeida e o capitão do exército Antônio Rodembusch. Essa decisão reforçou ainda mais a ala americista dentro da Coligação, pois Elpídio de Almeida além de ser sobrinho de José Américo – e um dos homens de sua confiança –, pertencia a dissidência udenista e era um médico de muito prestígio em boa parte da cidade. Antônio era um gaúcho da cidade de Bagé, que havia

chegado a Campina Grande em 1942, depois que essa última cidade passou a ser considerada uma área estratégica pelas Forças Armadas durante a Segunda Guerra Mundial¹¹⁷.

O respeito e a admiração que o povo dedicava Às Forças Armadas e a fama de ‘homem bom’ que Rodembusch havia adquirido trouxeram para a chapa da Coligação Democrática Campinense um contributo mais vantajoso em termos eleitorais do que a sustentação financeira que José de Brito dava à campanha de Veneziano (SYLVESTRE, 1982, p.107).

Outro nome, curiosamente, ganhou força durante a campanha eleitoral do PSD: o do estudante Félix Araújo¹¹⁸, ligado ao Partido Comunista. Orador brilhante, encontrou espaço na Coligação Democrática Campinense, onde ajudou a escrever diversos discursos e a compor o hino que se tornou o maior estandarte da campanha de Elpídio e Rodembusch. A partir desse mesmo hino – sofrendo as devidas alterações – estruturou-se o hino da campanha de José Américo a governador em 1950, como veremos adiante.

Embora a Coligação ganhasse força com a aglutinação dos diversos partidos e com nomes de peso entre as suas lideranças, a UDN argemirista ainda era considerado o partido de maior pujança. Em um dos manifestos endereçado “Ao Povo de Campina Grande”, no mês de setembro, Argemiro demonstra confiança na vitória do seu candidato.

Pequena é vossa força para impedir a vitória do nosso candidato, por ser digno e capaz, mereceu não só minha fiança, mas a de um partido inteiro, já triunfante em duas púgnas memoráveis.
Iremos esmagar-vos, nas urnas de 12 de Outubro, porque possuímos o que não tendes – a confiança e a solidariedade do povo campinense (FIGUEIRÊDO, *apud* SYLVESTRE, 1982 p.118).

Nesse mesmo manifesto Argemiro apela à sua “terra amada” e aos seus conterrâneos:

(...) Campina – o meu sonho, a minha esperança, a minha fonte perene de inspiração na vida pública! Tenho a consciência tranqüila – Nunca ofendi á minha terra – Nunca pleiteei o seu apoio, a não ser para servi-la – Os meus conterrâneos sejam os meus próprios juízes (ARGEMIRO, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.118).

¹¹⁷ Para uma melhor análise sobre os efeitos políticos, econômicos e culturais que a Segunda Guerra Mundial trouxe para o Estado da Paraíba, ver BARBOSA, Jivago C.; CITTADINO, Monique G. **Os efeitos da Segunda Guerra Mundial sobre a Paraíba**. Relatório Final. PIBIC/CNPq/NIDHIR/UFPB, 2004.

¹¹⁸ No ANEXO P, p.287, segue uma biografia sobre Félix de Sousa Araújo escrita por seu irmão, Mário de Sousa Araújo, em julho de 1976. Após o assassinato de Félix Araújo cometido pelo pistoleiro pernambucano “Zé Madeira” na Praça da Bandeira no ano de 1953, Mário Araújo assumiu, “como uma questão de honra”, as denúncias contra os mandantes do crime, além de dar continuidade aos projetos políticos do seu irmão. Posteriormente Mário Araújo será eleito quatro vezes Vereador pela cidade de Campina Grande.

As eleições (julgamento) aclamadas por Argemiro foram realizadas e a Campina Grande “amada” mostrou-se avessa às propostas argemiristas/udenistas. A “traição” partidária veio não apenas da ala americista, mas também dos seus conterrâneos que não deram ouvidos aos apelos escritos em seus manifestos e nem aos discursos proferidos nos comícios. Com 8.142 votos, Elpídio Josué de Almeida é eleito prefeito de Campina Grande, seguido pelo seu vice Antônio Rodembusch com 8.006 votos. O candidato da UDN, o major Veneziano Vital do Rêgo recebeu 6.456 votos, seguido do seu vice José de Brito Lira que obteve 6.495 votos (SYLVESTRE, 1982, p.130).

Após o encerramento da campanha e a oficialização dos nomes de Elpídio e Rodembusch, Argemiro¹¹⁹ lançou um terceiro manifesto intitulado “Ao Povo” de Campina Grande, descrevendo as “verdadeiras” razões da derrota do seu candidato, consequentemente a sua primeira grande derrota. Documento considerado um verdadeiro disparate e até mesmo “fantasioso”, nele o líder udenista elenca diversas causas para a derrota da sua chapa: “(...) arregimentação de todos os partidos existentes em Campina, traição da ala americista, influência da farda de Rodembusch, violência contra os seus correligionários e dinheiro que teria vindo do Rio” (ARGEMIRO, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.117). Entretanto uma questão chamou efetivamente a nossa atenção: a ideia de que a derrota da UDN se deu porque o PSD teria se aliado aos comunistas¹²⁰, arregimentando dessa forma centenas de votos a mais para a Coligação: “O que nos derrotou foi a contribuição comunista que deu aos nossos adversários mais de dois mil votos” (ARGEMIRO, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.117).

¹¹⁹ Segundo Oswaldo Trigueiro, embora tenha sido derrotado, indiretamente, nessas eleições, Argemiro possuía uma espécie de “trunfo” em suas mãos: vários udenistas de peso – José Targino, Renato e Úrsulo Ribeiro Coutinho, Osmar de Aquino, José Mário Porto, Ivaldo Falcone – que não se identificavam diretamente com os ideais argemiristas, continuavam a apoiar o partido, entendendo assim que o poder local não poderia voltar para as mãos do PSD. Curioso é que, dentre esses nomes está o de Ivaldo Falcone que ocupou o cargo de Delegado de Ordem Política e Social durante Interventoria de Ruy Carneiro, fundador e chefe do PSD nesse período. Mais informações a esse respeito, vide CITTADINO, Monique Guimarães; BARBOSA, Jivago Correia. **Estado Novo na Paraíba: a Interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945)**. Relatório anual. PIBIC/CNPq/NDIHR/DH/UFPB, 2003-2004.

¹²⁰ Não podemos esquecer que, embora a Segunda Guerra Mundial tivesse acabado desde 1945, o “perigo comunista” ainda era propagado pelos países capitalistas – principalmente pelos Estados Unidos e a Europa Ocidental – por todo o planeta. Esse medo, tão presente em nossa Paraíba durante esse período, continuará encontrando força para existir a partir do momento em que os Estados Unidos e a União Soviética iniciam a Guerra Fria, após o fim da Segunda Guerra Mundial, se estendendo até 1990, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviética e a queda do Muro de Berlim (1991). Para uma visão mais ampla sobre esse assunto ver HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

O fato é que por trás de todo o embate existia uma disputa “indireta” entre os dois nomes mais importantes da política paraibana naquele período: José Américo de Almeida (PSD) *versus* Argemiro de Figueirêdo (UDN). Esse rancor entre os dois foi habilmente utilizado por Ruy Carneiro e José Joffily quando indicaram o nome do médico Elpídio de Almeida – integrante do grupo americista e dissidente da UDN – como candidato a prefeito pelo PSD.

Além dessa, outra questão nos aparece aqui com uma maior relevância: embora a essa altura o PSD já congregasse nomes de peso entre os seus possíveis candidatos, assumir a campanha de um nome exclusivamente pessedista – sem consultar a ala americista e ao próprio José Américo – seria demasiadamente arriscado e colocaria em xeque o prestígio do partido se não lograssem êxito nas eleições que se aproximavam. O PSD sem José Américo e sua ala não possuiria forças suficientes para enfrentar o poderio udenista naquela região.

Assim não seria absurdo afirmarmos que o PSD só alcançou êxito durante a campanha e, sobretudo, nas eleições de outubro de 1947 para prefeito da cidade de Campina Grande, porque receberam efetivamente o apoio de José Américo e de sua ala.

3.3 “De pé ó pobres, vítimas da sorte”... Zé Américo é governador – as eleições de 1950.

Apesar de deposto pelo golpe, em 1945, Getúlio Vargas acabaria sendo um dos grandes vencedores das eleições realizadas em dezembro do mesmo ano. Foi eleito senador por dois Estados (Rio Grande do Sul e São Paulo) e deputado em vários outros. Mesmo ocupando a vaga de senador pelo primeiro estado – o lugar onde nascera – o ex-ditador pouco freqüentava o Senado. Em abril de 1950, João Goulart lança a candidatura de Vargas à presidência da República pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tendo como vice João Café Filho, do Partido Social Progressista (PSP). Nacionalmente, 14 partidos concorriam às eleições de 3 de outubro de 1950¹²¹:

¹²¹ Em todo o país, vários distúrbios – e inúmeros conflitos entre candidatos e partidários opostos – foram registrados durante a campanha de 1950. No Maranhão, foram registrados gravíssimos distúrbios em um comício do Partido Social Progressista (PSP), por ocasião da chegada do governador de São Paulo, o populista Ademar de Barros. A polícia, que tentava fazer a segurança do local, abriu fogo contra a multidão que se aglomerava no “Largo do Carmo”, matando uma pessoa e deixando vários feridos. “A multidão enfurecida investiu contra a redação do Diário de São Luiz, órgão do PSP, incendiando a caminhonete que estava defronte do jornal” (A União, 05/08/1950. p.01). Mediante os fatos, o governador do Maranhão, Sebastião Aucher, escreveu um relatório para o Presidente Eurico Gaspar Dutra e para o Ministro da Guerra, acusando Ademar de Barros e outros elementos progressistas, de serem os responsáveis pelo lamentável episódio. No Pará, o general Zacarias Assunção, candidato a governador, telegrafou às pressas ao Presidente Dutra informando que: “Rio, 14 - (...) por ocasião de sua chegada em Castanhal,

RIO, 2 – (...) Cinco apoiarão o sr. Cristiano Machado ou seja o PSD, PST, PR, PTN e PRB. Três apoiarão o brigadeiro Eduardo Gomes ou seja a UDN, PL, e PRP. Dois, o PTB e o PSP, apoiarão o sr. Getúlio Vargas enquanto um, o PSB, apoiará o sr. João Mangabeira. Entretanto, um deles, o PRT, pelo menos, em grande maioria, votará em branco obedecendo determinações de Luiz Carlos Prestes. (A União, 03/10/1950, p.01)

Embora o autoritarismo¹²² tenha servido de alicerce para a consolidação da política nacionalista-desenvolvimentista implantada por Vargas durante o Estado Novo, sobretudo a partir da utilização dos meios de comunicação de massa¹²³ – a exemplo do cinema, dos programas

em companhia dos deputados Epílogo Campos e João Botelho, soldados da Força Policial do Estado, embriagados, apagaram as luzes e metralharam em massa os correligionários, com grande pânico e pede providências (A União, 15/08/1950, p.01)”. Em São Paulo, no dia 13 de agosto, outro lamentável fato envolveu o então governador Ademar de Barros. Famoso pelo comportamento destemperado, acusado anteriormente de falcatruas por ocasião da luta pela vice-governadoria do Estado, Ademar mandou desligar todas as luzes das cidades de Franco da Rocha e São Miguel no momento em que se realizavam os comícios dos partidos de oposição. Em Uberaba, no triângulo mineiro, foram registrados graves distúrbios no dia 10 de setembro de 1950. Vários comícios estavam para acontecer naquela cidade e o candidato Getúlio Vargas era aguardado por uma multidão de pessoas que se aglomeravam no aeroporto. O prefeito da cidade, o sr. Bolanger Pucci, que pertencia ao partido de Ademar de Barros (PSP) e era candidato ao senado, antecipou-se à pista de desembarque para aguardar Vargas, sendo alvejado por vários tiros disparados, ironicamente, por um partidário do PTB, partido que fazia coligação com o PSP: “UBERABA, 11 - (...) aos 10 minutos antes da chegada do avião do sr. Getúlio Vargas, o sr. Boulanger Pucci desejou entrar na pista. Sem nenhuma discussão, o sr. Florêncio Alves, cunhado do presidente do PTB uberabense, sacou do revólver e o alvejou, atingindo mortalmente o prefeito (A União, 12/09/1950, p.01)”. No Estado de Goiás, após um tiroteio que deixou três pessoas feridas e dois mortos, entre eles o deputado estadual pessedista Getulino Artiaga, o Tribunal Regional Eleitoral solicitou ao Presidente Dutra, em caráter de urgência, tropas militares para assegurar as eleições. No Estado do Piauí, durante a visita do brigadeiro Eduardo Gomes e do ex-ditador Getúlio Vargas, duas pessoas foram mortas “por motivos partidários, ocorridos em Água Branca, no município de São Pedro” (A União, 24/08/1950). Após essas duas mortes, o total de vítimas durante a campanha já totalizava 25 pessoas, um número extremamente alto se comparado aos casos anteriormente citados. Na tentativa de solucionar esses graves problemas que atingiram quase todos os Estados, o Presidente Dutra determinou o envio de “observadores”, em sua maioria oficiais militares, para os 1.994 municípios existentes no país.

¹²² O Estado Novo compreende um tempo de repressão e perda de direitos, segundo a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, no texto intitulado “O Estado Novo, o DOPS e a ideologia da segurança nacional”. Esse período é definido por ela como: “Tempos que, ao contrário do que muitos querem fazer crer, simbolizam um período negro na história do Brasil. Tempos difíceis, duros, marcados pela repressão, pela censura, pelo anti-semitismo, pelo abuso do poder, pelos acordos de bastidores” (1999, p.327). Segundo Maria Luiza, um dos principais objetivos de Vargas era transformar as classes em uma única massa, o individual em coletivo, ou seja, uma construção ideológica onde o bem maior seria o Estado. Para a realização desse projeto político autoritário, o ditador Getúlio Vargas contava com instrumentos de coerção criados pelo Estado, a exemplo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) que tinha como objetivo principal silenciar os potencialmente perigosos, além de diluir os rumores de que o projeto estadonovista estava alinhado ao anti-semitismo – propagado na Europa – após Vargas negar abrigo aos judeus refugiados do nazi-facismo, a exemplo da judia Olga Benário Prestes, esposa de Luis Carlos Prestes que, mesmo grávida, foi deportada para a Alemanha nazista – governada por Adolf Hitler – a fim de que fosse julgada por sua atuação junto ao *Komintern* russo e aos idéias comunistas. Mais informações sobre esse assunto vide CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o D.O.P.S. e a Ideologia de Segurança Nacional. In: **Repensando o Estado Novo**. Dulce Pandolfi (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp.327-340. Sobre a belíssima história de vida e engajamento político de Olga Benário Prestes vide MORAIS, Fernando. **Olga**. 2a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹²³ Na obra intitulada “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”, a historiadora Maria Helena Rolim Capelato afirma que os meios de comunicação foram de grande importância para a estabilidade do Estado

televisivos e, especialmente, das propagandas veiculadas pelas rádios – para a propagação das mensagens oficiais, divulgando as realizações e benefícios do governo e através do controle e da censura posta em prática pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a impressionante notoriedade alcançada pelo ditador também deve ser explicada para além dessa campanha ideológica. As políticas públicas desenvolvidas substancialmente no campo social, durante esse período, ampliaram e fortaleceram significativamente a popularidade de Vargas. A criação de novos ministérios – a exemplo do Ministério do Trabalho, da Indústria e Comércio, da Educação e Saúde – serviu de instrumento para a consolidação da política populista/assistencialista encabeçada pelo “Pai dos pobres”, numa espécie de “relação de intimidade hierárquica”, segundo a historiadora Ângela de Castro Gomes:

Grandes hospitais, escolas secundárias e profissionais, pensões e aposentadorias, carteira de trabalho e estabilidade no emprego, e uma Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) atestavam o vínculo entre a pessoa do presidente e “as experiências imediatas das massas”. Estas, finalmente organizadas segundo arranjos institucionais efetivos, haviam sido retiradas do plano inferior em que se encontravam na democracia liberal, exprimindo suas aspirações e sendo ouvidas pelas elites políticas (GOMES, 1998, p.525).

Assim, a primeira “Era Vargas” – especialmente durante o período estadonovista (1940-1945) – havia resolvido, até certo ponto, a dicotomia existente entre o povo e o Estado, pois tanto as massas quanto as elites haviam ocupado o “seu espaço” dentro de um mesmo projeto político que seria controlado por um “Estado-presidente” de cunho efetivamente paternalista.

Por isso, a capacidade incomparável de Getúlio Vargas de se comunicar com todo o povo, que via nele o “chefe-guia” e o “amigo-pai”, o qual vibrava no mesmo compasso que sua “família”. É bom ressaltar que uma das imagens mais freqüentes a que os discursos estado-novistas recorriam para caracterizar o processo de construção do Estado Nacional, era a da formação de uma grande família. Nela, as lideranças sindicais eram como

Novo, tornando-se um dos pilares de sustentação do poder de Getúlio Vargas, e o principal instrumento de alienação e manipulação da massa populacional. Segundo a autora, “(...) o varguismo não se define como fenômeno facista, mas é preciso levar em conta a importância da inspiração das experiências alemã e italiana nesse regime, especialmente no que se refere à propaganda política” (1999, p.167). A historiadora deixa claro que os organizadores da propaganda varguista se inspiravam na política de propaganda nazi-fascista, adotando os métodos de controle dos meios de comunicação utilizados na Itália e Alemanha. Um exemplo disto foi a criação do D.I.P. (Departamento de Imprensa e Propaganda), que controlava os meios de comunicação e cultura e era o responsável direto pela produção e divulgação da propaganda estado-novista, tornando-se um órgão de controle e repressão. Mais informações a esse respeito vide CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: **Repensando o Estado Novo**. Dulce Pandolfi (Org.) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp. 167-178.

irmãos mais velhos, e o presidente, o pai de um povo nobre e trabalhador – “o pai dos pobres” –, a quem ele se dirigia com uma interpelação que se tornaria famosa: “Trabalhadores do Brasil!” (GOMES, 1998, pp.527, 528).

Durante as eleições de 1950, Vargas concorreu contra Cristiano Monteiro Machado do PSD (Partido Social Democrata), apoiado pelo presidente Dutra, e Eduardo Gomes da UDN (União Democrática Nacional). Entre os pilares de sustentação de seus discursos durante a campanha estavam a defesa da industrialização e a ampliação da legislação trabalhista, entretanto, Vargas também lançou mão do mesmo estratagema político que havia lhe dado grande popularidade outrora: as propagandas criadas pelo DIP, durante o Estado Novo. O fato é que essa publicidade alcançou o efeito desejado, pois os trabalhistas do PTB conseguiram aliar a imagem de Getúlio a dos trabalhadores do país, elegendo a marmita como um símbolo de sua campanha. Assim, a idéia de um estado forte, personificado na imagem do grande líder carismático, tornou-se a essência dos ideais de modernização da política brasileira, “(...) superando organizacional e simbolicamente a dicotomia entre o público e privado e promovendo a sua articulação” (GOMES, 1998, p.540).

Além do apoio popular, Vargas contou ainda com duas adesões estratégicas: a primeira partiu do governador de São Paulo eleito pelo Partido Social Progressista (PSP), o populista Ademar de Barros, que possuía uma indiscutível força política por todo aquele estado; a segunda surgiu, curiosamente, – e provavelmente foi o mais importante – dos militares liderados pelo general Góis Monteiro. O fato é que estes sempre estiveram presentes durante os momentos mais importantes da carreira política de Getúlio Vargas: na “Revolução” de 1930, quando foi empossado por um grupo de militares; em 1937, no momento em que deu o golpe de estado ao lado dos generais Dutra e Góis Monteiro; e em 1945, quando foi deposto por esses mesmo generais que o haviam apoiado na implantação do Estado Novo. Esse segundo apoio se tornou indispensável, pois garantiu que a sua campanha receberia o apoio de uma boa parcela dos militares e que o atual presidente, o general Eurico Gaspar Dutra não vetaria o seu nome para as eleições de 1950. Outro importante apoio surgiu da articulação de Vargas com os ex-interventores que, sem sua grande maioria, eram filiados ao partido PSD, a exemplo de Ruy Carneiro, na Paraíba, e Ernâni do Amaral Peixoto, candidato a governador da capital federal e genro de Vargas.

Lutando contra uma oposição¹²⁴ desarticulada, ambiciosa e débil – a exemplo da postura de Eduardo Gomes (UDN) durante a campanha, que “(...) chegou mesmo a defender o repúdio à lei do salário-mínimo. Por igual, aceitou o apoio formal da última leva de integralistas de Plínio Salgado, agora organizados como Partido de Representação Popular (PRP)” (SKIDMORE, 1988, p.106) – Getúlio Vargas vence as eleições¹²⁵ com um total de 125.467 votos, seguido pelo brigadeiro Eduardo Gomes, que obteve 108.832 votos e de Cristiano Machado, com 20.660 votos. Cinco anos depois de ser escorraçado do Palácio do Catete como ditador – deposto pelos mesmos militares que o colocaram no poder logo após a “Revolução” de 1930 –, Getúlio Vargas volta ao governo “nos braços do povo”, recebendo a faixa presidencial no dia 31 de janeiro de 1951.

Na Paraíba, dois candidatos de peso disputavam o governo do Estado. De um lado, José Américo de Almeida, homem de letras, escritor premiado, autor do romance “A Bagaceira” (1928), que “*abriu nova fase na história literária do Brasil*”, segundo Otto Maria Carpeaux (CARPEUX, *apud* ALMEIDA, 1997, p.xx)¹²⁶ e que já havia ocupado vários cargos importantes: Governador do Norte-Nordeste após a “Revolução” de 1930; Ministro da Viação e Obras Públicas do Governo de Vargas; candidato à Presidência da República em 1937 e, na época das eleições de 1950, senador eleito pela UDN na Paraíba em 1947. Do outro lado, encontrava-se Argemiro de Figueiredo, nome de grande importância na política paraibana, tendo ocupado o cargo de Interventor, nomeado por Vargas, de 1935 a 1939¹²⁷.

¹²⁴ A maior parte dos integrantes dessa oposição, encabeçada majoritariamente pelo PSD e pela UDN, foram facilmente cooptados pelos acordos, conchaves e por suas negociações habilmente articuladas por Vargas e pelo PTB. Segundo o historiador Thomas Skidmore: “(...) Vargas edificou uma formidável aliança, num casamento de conveniências, entre as forças políticas velhas e novas do Brasil. As velhas, representadas pelos políticos do estilo tradicional – especialmente do PSD – para quem a política era menos uma questão de diretrizes e princípios que de poder e empreguismo. Encaravam a vida pública como um processo para satisfazer aos seus “clientes”, geralmente os proprietários da estrutura social rural. As novas forças políticas eram representadas pelos políticos populistas, que haviam demonstrado capacidade de obter os votos das massas em crescimento inclusive a classe operária e a baixa classe média – nas cidades maiores. Ademar de Barros era o principal beneficiário dessa política de novo estilo. E o próprio Vargas assumiu esse papel, nos seus esforços para construir o PTB” (SKIDMORE, 1988, p.106).

¹²⁵ Os dados descritos acima se encontram no sítio www.tre-pb.gov.br (Acesso: 26/05/2010. Hora: 11:42 min.). O quadro contendo os resultados das eleições para a Presidência da República em 1950 encontra-se no ANEXO Q – QUADRO 12 deste trabalho, p.288.

¹²⁶ Ver também do mesmo autor: **Reflexões de um cabra** (novela-1922), **A Paraíba e seus problemas** (1923), **O Boqueirão** (romance-1935) e **Coiteiros** (romance-1935).

¹²⁷ Antes de Argemiro de Figueiredo, dois outros Interventores já haviam ocupado o cargo na Paraíba: Anthenor Navarro (1930-1932) e Gratuliano Brito (1932-1934). Sobre a Interventoria de Argemiro ver SANTANA, Martha M. F. de Moraes. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2000; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**. Dissertação [Mestrado em História]. PPGH/UFPB, 2007.

O pré-lançamento das candidaturas dos principais partidos¹²⁸ à Governador do Estado ocorreu a partir do mês de janeiro de 1949. Nesse período, Argemiro concede uma entrevista ao Diário de Pernambuco colocando mais lenha na fogueira da discórdia que inflamava, cada vez mais, os ânimos dos partidários da UDN e do PSD. Queixando-se da postura do ex-companheiro de partido, ele acusa José Américo de traição, desonra perante os antigos companheiros/aliados da UDN e violação de diversos acordos firmados durante as campanhas de 1945 e 1947.

Viola os compromissos que assume, e o tem feito nos últimos tempos, em proporções alarmantes. Arrolemos os mais importantes:

1. Violou o pacto que firmou com os meus amigos, por intermédio do Dr. Virgínio Veloso Borges, quando do nosso apoio ao brigadeiro Eduardo Gomes, pelo qual o candidato a governador da Paraíba seria escolhido privativamente, pelos meus correligionários.
2. Violou o compromisso assumido na Paraíba para a eleição do Sr. Oswaldo Trigueiro a governador do Estado, procurando afastar esse nome à última hora, para substituí-lo pelo seu próprio, pelos seus amigos e até pelo candidato pessedista, seu genro Alcides Carneiro.
3. Violou a palavra empenhada por intermédio do Deputado Renato Ribeiro, pela qual ficara escolhido o nome do Sr. Flávio Ribeiro para vice-governador do Estado.

¹²⁸ Embora a disputa, durante as eleições para governador do Estado em 1950, fosse travada efetivamente por dois grupos políticos ligados majoritariamente a “gente de posse” – “clãs” coronelísticos, empresários, industriários e fazendeiros – que integravam a UDN e a Coligação Democrática Paraibana, existiram também vozes discordantes que se opuseram a essas estruturas. Os comunistas paraibanos não se calaram diante da pressão exercida por esses grupos burgueses e nem mesmo diante do fechamento do partido no dia 7 de maio de 1947, e da cassação dos mandatos obtidos em todo o país. O protesto comunista viera em forma de panfleto/manifesto no dia 25 de fevereiro de 1949, distribuído na cidade de Campina Grande, denunciando os reais interesses dos grupos políticos majoritários e de alguns dos seus chefes – Oswaldo Trigueiro, Argemiro de Figueirêdo e Elpídio de Almeida – e apontava possíveis caminhos em oposição à situação político-econômica em todo o país durante o governo do General Dutra. No início do texto o manifesto alertava a classe operária para a reflexão sobre o desenrolar da política na cidade de Campina Grande nos últimos meses e que esses acontecimentos – Troca de desaforos e “arengas públicas, protegidas pela polícia” (SYLVESTRE, 1982, p.172) entre Argemiro de Figueirêdo e Ruy Carneiro – espelhavam o tipo de “democracia” que imperava por todo o país. Na Paraíba, situação e oposição estariam do lado da mesma moeda/“democracia”: “aquela que apertou o cinto da população” em relação ao aumento dos impostos pagos; que não defendia e nem escutava verdadeiramente o povo; que ajudavam o presidente Dutra a vender o país aos “capitalistas americanos”, nada fazendo “em defesa do petróleo nacional ameaçado pela Standard Oil”, uma empresa estadunidense; ou seja, um regime estabelecido no Brasil que prometia uma redemocratização, a partir do fim do Estado Novo, mas que entregava as riquezas do país ao capital estrangeiro e que alimentava “esta corja em cargos públicos sem nenhum serviço prestar a coletividade” (SYLVESTRE, 1982, p.172). Outro duro golpe é desferido sobre as figuras de Argemiro e Oswaldo Trigueiro. Segundo o manifesto um grupo de trabalhadores, “cansados de passar fome”, realizaram um comício em uma das grandes praças da cidade de Campina Grande (da qual não citam o nome) reivindicando o direito de greve, “(...) sagrado direito dos trabalhadores, assegurado pela Constituição, e a aplicação da lei do repouso remunerado, um prato mais de pão para os seus filhos”. Durante o pacífico protesto os trabalhadores foram surpreendidos pelo comandante da polícia local, o “facista Machado Rios”, e uma tropa de soldados que reprimiram violentamente o grupo de trabalhadores manifestantes a mando “do sr. Argemiro de Figueiredo macumunado com o sr. Oswaldo Trigueiro” (SYLVESTRE, 1982, p.172).

4. Violou o acordo escrito, firmado em presença do atual governador da Paraíba, pelo qual se obrigara a não fazer aliança, com o PSD, nas eleições municipais (Campina Grande), contra a UDN.

E sou eu o traidor! Eu nunca violei compromissos políticos, e que, mesmo nos limites da minha obscuridade, sempre honrei a palavra empenhada (Entrevista de Argemiro de Figueirêdo ao Jornal Diário de Pernambuco, publicada no dia 30 de janeiro de 1949, p.01).

Estava selado definitivamente o rompimento¹²⁹ entre os dois chefes políticos fundadores da UDN na Paraíba. A aliança entre Ruy Carneiro e ala americista foi enfatizada pelo próprio José Américo que admitiu, anos antes, em uma entrevista: “É um acordo latente da periferia para o centro, do plano municipal para o estadual, que já não há força humana capaz de abalar” (ALMEIDA, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.165).

Nesse mesmo ano, no mês de fevereiro, duas grandes festas marcaram o pré-lançamento das campanhas dos dois partidos. A cidade escolhida para ser o palco da estréia das candidaturas deveria ser aquela onde as últimas querelas políticas haviam sido travadas durante as eleições de 1947: Campina Grande. No dia 12, as representações do PSD – de diversos lugares do Estado – compareceram ao comício instalado na frente do Grande Hotel, com a participação do chefe do partido em âmbito estadual, o ex-interventor Ruy Carneiro. Aproveitando o ensejo, o Deputado Federal Octávio Amorim discursa a favor da aliança entre Ruy e José Américo na luta contra o “inimigo comum”, Argemiro. No outro dia, era inaugurada a nova sede do PSD na cidade. Com o intuito de não ficar por baixo – em um dos seus principais redutos eleitorais – o Deputado Federal Ernani Sátyro promove nesta mesma cidade uma festa de recepção ao futuro candidato da UDN Argemiro de Figueirêdo. Em maio de 1949, a ala americista – composta de dissidentes udenistas – se uniu mais uma vez ao PSD para derrotar o candidato da UDN à presidência da Assembléia Legislativa. Esse apoio dos pessedistas abalou efetivamente a confiança dos udenistas, a partir desse episódio.

A composição partidária chefiada pelo Senador José Américo viria a ser formada a partir da mesma Coligação que disputou as eleições de 1947, na disputa entre Elpídio e Veneziano. Essa vitória foi de fundamental importância para os grupos políticos que compunham a Coligação

¹²⁹ Mesmo que tenha sido efetivamente selado com a publicação dessa entrevista, esse rompimento já havia se concretizado desde o apoio de José Américo à Elpídio de Almeida (PSD) contra Veneziano Vital do Rêgo (UDN), durante as eleições para Prefeito de Campina Grande em 1947.

pois, como vimos em tópicos anteriores, representou a primeira grande derrota da UDN argemirista para o PSD de Ruy Carneiro¹³⁰ com o apoio de José Américo.

Para a definição da sigla foi necessário o poder de convencimento dos líderes da antiga Coligação Democrática Campinense, José Joffily e Octávio Amorim. Estes conseguiram demonstrar – à ala americista e aos outros partidos aliados – que os termos “Coligação” e “Democrática” tiveram grande importância para a vitória nas eleições de 1947, e que a única alteração que deveria ser efetuada era a substituição da palavra “Campinense”, num sentido mais local e restrito a uma parte do Estado, para a ampliação do termo em relação a todo o Estado: “Paraibana”!

A partir de agora, a Coligação Democrática Paraibana estava formada e seria composta pelos seguintes partidos e segmentos políticos: Partido Social Democrático (PSD), encabeçado por Ruy Carneiro e José Joffily; os dissidentes da UDN, batizados de “ala americista” – já descrita em tópicos anteriores e que estavam atrelados ao Partido Libertador (PL) –; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); o Partido Socialista Brasileiro (PSB); o Partido Democrata Cristão (PDC); alguns poucos militantes do movimento de esquerda (“comunistas”) e integralistas do Partido de Representação Popular (PRP) (SYLVESTRE, 1982, p.173).

Após um longo período de debates, viagens, banquetes, acertos, desacertos e inúmeras promoções políticas de toda ordem, os primeiros nomes estabelecidos pela Coligação para a disputa do pleito que se aproximava foram:

GOVERNADOR	José Américo: nome que já estava praticamente estabelecido desde o término das eleições de 1947. Segundo ele, uma “fórmula que lhe fôra imposta pelos seus correligionários, como a única salvadora” (ALMEIDA, 1994. P.109).
VICE-GOVERNADOR	João Fernandes de Lima: Deputado Estadual e presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba, pertencia a uma das famílias mais ricas do Estado. Empresário influente na região de Mamanguape e Rio Tinto, era um dos donos da usina Monte Alegre e foi um dos principais financiadores da campanha.
SENADOR	Ruy Carneiro: principal líder do PSD, populista e carismático, foi o último interventor durante o período estadonovista.

¹³⁰ Em entrevista, realizada vinte seis anos depois, em maio de 1976, aos historiadores Aspásia Camargo e Eduardo Raposo, José Américo afirma que o motivo maior do acordo com o ex-interventor Ruy Carneiro seria derrotar uma determinada “(...) ala da UDN composta por Oswaldo Trigueiro, então governador do Estado, e Argemiro de Figueiredo” (CAMARGO, 1984, p.328).

No dia 15 de agosto de 1950, uma sessão extraordinária do PSD em Campina Grande – ao lado dos demais partidos da Coligação – definiu o número de candidatos para os cargos de deputado federal e estadual. Para a ala americista foram disponibilizadas 15 vagas; para o PSD foram reservadas 25 vagas. Na ala americista o nome mais importante era o de Elpídio de Almeida, prefeito de Campina Grande e candidato a deputado federal.

Entre os nomes mais importantes do PSD campinense estavam: José Joffily, indicado a reeleição para o cargo de deputado federal e, para os cargos de deputado estadual, os nomes mais conhecidos da política campinense foram: Antônio Luiz Coutinho, Presidente da Câmara de Vereadores de Campina Grande, atuando com grande influência política sobre os distritos de Puxinanã, Pocinhos e Lagoa Seca, pertencente a uma das famílias anti-argemiristas daquela região (Os Coutinho); Octávio Amorim, um dos baluartes do PSD na campanha de 1947; o capitão do Exército Antônio Rodembusch, vice-prefeito de Campina Grande, também eleito em 1947; o coronel Severino Cabral e Francisco Barreto. Em relação ao apoio dos “Coutinhos”, percebemos que a manutenção das velhas práticas políticas desenvolvidas pelos coronéis e seus “currais eleitorais” foram amplamente utilizados pelos dois candidatos. Justificando tal afirmação, lançaremos mão da brilhante análise do historiador Alberto Torres – citado por Barbosa de Lima Sobrinho no prefácio da obra de Victor Nunes Leal, intitulada “Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo” (1949) – sobre a força desses potentados latifundiários não só na Paraíba, mas em todo o Nordeste brasileiro: ““(…) a base das nossas organizações partidárias é a politicagem local. Sobre a influência dos conselhos editoriais das aldeias, ergue-se a pirâmide das coligações transitórias de interesses políticos – mais fracos na segmentação do Estado, dependentes dos estreitos interesses locais: ténue no governo da União, subordinado ao arbítrio e capricho dos governadores”” (TORRES, *apud* LIMA SOBRINHO; LEAL, 1975, p.XIV).

Outro importante apoio surgiu do Partido Libertador segundo o udenista Osvaldo Trigueiro: ““Verginaud Wanderley e Plínio Lemos. No Estado havia outros líderes: (...) os Veloso Borges e muita gente do sertão (...). No estado-maior do PL figuraram Pereira Diniz e Ivan Bichara, que já era deputado estadual”” (TRIGUEIRO, *apud* CAMARGO, 1982, p.402).

Um dos responsáveis pelo desenvolvimento da campanha da Coligação Democrática Paraibana nos sertões do Estado foi José Joffily, que realizou constantes viagens com o intuito de

estabelecer e firmar parcerias com os chefes políticos locais, a exemplo dos candidatos a deputado estadual na cidade de Souza, Adenio Lima, e em Monteiro, Jacinto Dantas.

Além dos políticos carreiristas, diversos grupos sócio-econômicos estavam atrelados a Coligação durante a campanha: estudantes com grande articulação política, a exemplo de Félix Araújo¹³¹ – que fora candidato a constituinte no ano de 1945 e a deputado estadual em 1947 pela legenda do Partido Comunista¹³² –, um dos responsáveis pela elaboração da campanha de José Américo; intelectuais de renome, a exemplo do escritor José Lins do Rêgo¹³³ – amigo e grande admirador do escritor e político José Américo – que veio à Paraíba e discursou em vários comícios. Em um destes, proferiu uma frase que se transformou em manchete nacional: “Quem não votar em José Américo é porque não tem vergonha na cara!” (RAMOS, 1991, p.41).

Também apoiavam a campanha os pequenos e médios proprietários, empresários e comerciantes pertencentes aos diversos partidos que compunham a Coligação. Entre os empresários da região do brejo paraibano estavam o “Grupo dos Mota”, encabeçado por Francisco da Mota, dono do maior curtume de couro da região e um dos maiores do Brasil e o Grupo SB Cabral, dono das grandes agências de veículos Oliveira Ferreira e Companhia.

Outro importante apoio partiu de boa parte das periferias urbanas do litoral e das outras regiões do Estado. Segundo Pedro Gondim¹³⁴ – integrante das hostes americistas durante a campanha – que, posteriormente sucedeu José Américo no governo do Estado: “As forças

¹³¹ Mais informações sobre a vida e a trajetória política de Félix Araújo, vide CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **O PCB Paraibano no Imaginário Social: O Caso Félix Araújo na Fase da “Redemocratização” (1945-1953)**. Campina Grande: UEPB, 2006; MELLO, José Octávio de Arruda. **Nos tempos de Félix Araújo**. Estado Novo, Guerra Mundial e redemocratização (1937-1947). João Pessoa: SEC-PB/IPHAEP, 2003.

¹³² Além do apoio dos partidos anteriormente descritos, a campanha americista recebeu o apoio do Partido Comunista, segundo Joaquim Ferreira Filho, um dos responsáveis pela campanha José Américo. Em entrevista concedida a historiadora Aspásia Camargo, Joaquim Ferreira afirmou: “(...) O Partido Comunista, se bem que na ilegalidade em consequência do ato do governo Dutra, atuou na clandestinidade e apoiou José Américo. As forças de esquerda também o apoiaram (...). Liberais de esquerda, professores, intelectuais o apoiaram” (FILHO, *apud* CAMARGO, 1982, pp.403, 404).

¹³³ Sobre a fraterna amizade entre José Américo e José Lins do Rêgo ver o capítulo “**O CONTADOR DE HISTÓRIAS**”, uma crônica escrita por José Américo para o Jornal O Cruzeiro – dias depois da morte de José Lins do Rêgo – e publicada anos depois no livro **Eu e Eles** do próprio José Américo: “Adeus meu amigo. Prometo ficar pelo resto dos meus dias contando a tua história, como sabias contar a teus inúmeros convivas” (ALMEIDA, 1994, p.209).

¹³⁴ Para Pedro Gondim havia uma clara distinção ideológica entre as candidaturas de José Américo e a de Argemiro de Figueirêdo: ““(...) havia uma diferença de comportamento ideológico entre os candidatos. José Américo representava, não obstante a idade, - e quanto à idade eles estariam no mesmo nível –, uma mensagem e um protesto que se concretizou no anticoronelismo. Argemiro e seu modo político representavam mais a preservação das forças conservadoras e os compromissos mais antiquados. Do ponto de vista histórico e sociológico, José Américo era uma espécie de força nova, de quem a Paraíba muito esperava (...)” (GONDIM, *apud* CAMARGO, 1982, p.405).

populares estavam mais propensas a apoiar José Américo e deram disso a melhor demonstração” (CAMARGO, 1984, p.405).

A Coligação contava com o poder e a influência de um dos veículos de comunicação de massa mais importantes da época: o jornal O Norte¹³⁵, sediado na capital. De fundamental importância durante a acirrada campanha de 1950, o jornal O Norte divulgava diariamente manchetes relacionadas aos candidatos da Coligação, principalmente ao futuro Governador do Estado, José Américo de Almeida. Exemplo disso foi a reportagem – estampada na primeira página – sobre o grande comício realizado no dia 28 de maio na cidade de Campina Grande, onde uma multidão de mais de 20.000 pessoas escutava atenta as palavras do Senador. O discurso foi transmitido ao vivo pela Rádio Borborema e publicado na íntegra pelo jornal. Abaixo transcrevemos parte do discurso proferido por José Américo:

Direi a cada cidade e a cada burgo que o argemirismo é uma política que já morreu onde nasceu. Que Campina Grande, que é a sua terra, que o criou e o conhece, já o julgou, já o derrotou, já o condenou, tirando-lhe a autoridade política e a autoridade moral de pedir a estranhos que o socorra. (O NORTE, 30 de maio de 1950, p.01).

Outro importante apoio – se não o mais importante de todos – partiu do ex-ditador Getúlio Vargas, senador eleito em 1945 e candidato a Presidência da República pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)¹³⁶.

¹³⁵ Com mais de 100 anos de atuação no estado paraibano, o Jornal O Norte foi fundado no dia 7 de maio de 1908, na cidade de João Pessoa. Considerado como o mais antigo jornal de iniciativa privada do Estado, durante as eleições de 1950, foi “(...) adquirido por Virgínio Veloso Borges, Ivan Bichara Sobreira e Antônio Pereira Diniz” (LUNA, 1994, p.45). Fundiu-se em 1954, com outro sistema privado de comunicação encabeçado pelo jornalista Assis Chateaubriand Bandeira, paraibano de Umbuzeiro. A partir de então esse grupo de comunicação privada passou a se chamar Diários Associados, atuando no Estado até os dias de hoje. Mais informações sobre esse assunto, ver no sítio www.diariosassociados.com.br (Data da consulta: 16/06/2010 as 11:33 min.).

¹³⁶ O desempenho político de José Américo sempre esteve indissolúvelmente ligado à figura de Vargas e, sobretudo, à era getuliana. Dessa forma, o único candidato a governador da Paraíba que poderia receber o apoio de Vargas indiscutivelmente só poderia ser um, José Américo. Esse importante apoio, talvez o mais importante de todos, partiu do então Senador Getúlio Vargas – candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) à presidência da República – quando esteve em campanha na Paraíba no dia 25 de agosto, numa quinta-feira, percorrendo as cidades de Souza, Campina Grande e João Pessoa. Curiosamente antes da consolidação do nome de José Américo como candidato a Governador pela Coligação Democrática Paraibana, o seu nome havia sido indicado – como ele próprio afirma – “por intermédio de Danton Coelho e outros, para companheiro de chapa de Getúlio Vargas, como Vice-Presidente, lembrança que declinei” (ALMEIDA, 1994, p.109). Evocando a luta encabeçada pelos dois durante a “Revolução de 1930”, o jornal O Rebate, da cidade de Campina Grande, estampou a confirmação da aliança entre os dois candidatos: “Getúlio Vargas acaba de recomendar ao Eleitorado paraibano o nome de José Américo para Governador da Paraíba! Como em 1930, Getúlio Vargas e José Américo dão-se as mãos para a Divina Eucaristia da redenção do Brasil! Paraibanos, sentido! Por José Américo e Getúlio Vargas” (O Rebate, 19 de agosto de 1950, p.01). No mês de agosto, durante visita aos estados da Região Nordeste, Getúlio Vargas esteve no estado paraibano visitando a capital João Pessoa e Campina Grande. Nos dois grandes comícios que se realizaram a partir dessa visita, ele não só

Com relação à chapa oposicionista, denominada Aliança Republicana (AR), esta era formada principalmente por dois importantes partidos: a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Republicano (PR) que foi criado por alguns dissidentes pessedistas, dentre eles José Pereira Lyra, concunhado de Ruy Carneiro e Ministro Chefe da Casa Civil do governo do General Eurico Gaspar Dutra. Além desses importantes apoios a Aliança Republicana contava ainda com outro importante trunfo: ter a máquina governamental a seu favor, pois nessa época Oswaldo Trigueiro ainda era o Governador do Estado. Argemiro contava ainda com o importante apoio de 3 deputados federais e 14 deputados estaduais que fortaleciam o seu poderio em todo o estado da Paraíba¹³⁷.

Na região de Campina Grande, o poder e domínio da economia local estavam nas mãos dos grandes produtores de algodão, que monopolizavam a produção desse gênero agrícola naquela região. Entre os grupos que comandavam essa produção estavam: a “Família do Ó”, do industriário Edvaldo do Ó; o Grupo SANBRA S.A. (Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil), que se instalara na Paraíba quando Argemiro ainda era Interventor, recebendo diversos incentivos fiscais; e a Companhia de Comércio e Prensagem do Algodão, de José de Brito Lira. Além daquele vinculado ao algodão, outro importante grupo econômico ligado a área açucareira também exercia certa influência naquela região: a “família dos Ribeiro”, que era “representado” por Artur Freire de Figueirêdo (“testa de ferro” dessa rica família de usineiros), primo de Argemiro. Esses grupos sócio-econômicos apoiaram e financiaram a campanha de Argemiro durante as eleições de 1950. É interessante ressaltar que essa não era uma prática recente, pois esses financiamentos sempre estiveram presentes nas corruptas campanhas políticas da República

recomendava José Américo para governador, como também discursava a seu favor. “(...) O desejo de resolver o problema do Nordeste, prevalecendo sobre qualquer outro, foi um fator que me induziu a confiar a Pasta da Viação, onde sua personalidade se afirmou com relevo, ao Dr. José Américo de Almeida providencia, ao mesmo tempo, segura e metódica (LUNA, 2000, p.66)”. Interessante ressaltar que embora recebesse o apoio incondicional de Getúlio Vargas, José Américo não o retribuiu da mesma forma, não defendendo em nada a campanha varguista no seu estado. O PSD, que apoiou a campanha de José Américo na Paraíba, coligava-se à campanha de Cristiano Machado – candidato nacional do partido e adversário político de José Américo – para Presidente da República e esse teria sido o motivo pelo qual José Américo não firmara apoio à candidatura de Vargas. “Eu sei que houve certas acusações de que eu (José Américo) não teria votado nele. Mas, apesar de Getúlio ter apoiado meu nome em praça pública, na Paraíba, nesse nosso encontro no Rio eu lhe disse: ‘Não posso ajudá-lo nessa eleição, porque me comprometi com o nome de Eduardo Gomes’” (CAMARGO, 1984, p.332).

¹³⁷ Eram os deputados federais estavam: “Fernando Nóbrega, João Agripino e Ernani Sátiro”. Na ala dos deputados estaduais argemiristas estavam: “Renato Ribeiro Coutinho, Luiz Gonzaga de Oliveira Lima, Praxedes da Silva Pitanga, Isaías Silva, João Feitosa Ventura, Jacob Frantz, Clóvis Bezerra Cavalcanti, Hildebrando Assis, Antonio de Paiva Gadelha, Francisco Seráfico da Nóbrega, Flávio Ribeiro Coutinho, Álvaro Gaudêncio de Queiroz, Hiaty Leal e Antonio B. Santiago” (LEITÃO, *apud* CITTADINO, 1998, p.44).

Velha, perdurando mesmo após a tão propagada “Revolução” de 1930. Se os candidatos não possuíam dinheiro suficiente para bancar o alto investimento em suas campanhas, eles precisavam atrelar-se a grupos potentados, principalmente aqueles ligados aos latifundiários e as chamadas oligarquias rurais:

Se o potentado local não possuía recursos suficientes, não tem como acudir às necessidades de seus amigos e muito menos às despesas eleitorais, que muitas vezes se sente obrigado a satisfazer de seu próprio bolso, embora a criação de Partidos Políticos tenha concorrido para lhe atenuar os sacrifícios, através do fundo partidário, formado com as subscrições de grandes firmas, interessados em manter boas relações com os poderes públicos (LIMA SOBRINHO, *apud* LEAL, 1975, pp.XIV, XV).

Dessa forma percebemos que nas duas chapas existiam grandes latifundiários envolvidos e, até mesmo, compondo ambas as candidaturas, ou seja, o poder privado participava efetivamente do comando político de todo o Estado paraibano. Exemplo disso foram os candidatos a vice-governador e a senador escolhidos – não sem razão – pela Aliança Republicana para a disputa de 1950:

GOVERNADOR	Argemiro de Figueirêdo: chefe da UDN no Estado da Paraíba ocupava nessa época o cargo de Deputado Federal.
VICE-GOVERNADOR	Renato Ribeiro Coutinho: usineiro pertencente ao “Grupo da Várzea”.
SENADOR	José Pereira Lira: sobrinho do coronel Zé Pereira, tornou-se um dos mais importantes Ministros do governo de Dutra, gozando de grande influência no Palácio do Catete.

É importante destacar que o Presidente da República na época, o General Dutra, pertencia ao PSD nacional, porém na Paraíba ele apoiou a candidatura de Pereira Lira – ex-possedista, ligado agora a UDN brigadeirista¹³⁸ – ao Senado. Dessa forma a Aliança Republicana além de contar com o apoio do governador do Estado, contava também com a ajuda do governo federal. Na corrida pelo poder a Aliança possuía outro importante apoio: a parcialidade dos redatores do jornal “A Crítica”, grupo privado de comunicação que se tornou uma espécie de panfleto político da UDN que servia de divulgação das ações dos principais sindicatos ligados ao partido.

¹³⁸ “Brigadeirista” era o termo utilizado para designar a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) à presidência da República.

Promoções políticas de toda ordem eram estampadas nas manchetes desses jornais: comícios, inaugurações, passeatas, carreatas, banquetes, tudo para chamar a atenção da população na tentativa de mostrar que a Aliança Republicana e o seu candidato eram o mais forte. Os boletins e manifestos impressos colocavam “mais lenha na fogueira” da disputa entre as duas chapas. Acusações e insinuações partiam dos dois lados, a todo o momento, na tentativa de menosprezar e ridicularizar o adversário.

Como exemplo da utilização da máquina administrativa federal durante a campanha, verificou-se a inauguração do prédio dos Correios e Telégrafos em plena Praça da Bandeira, no centro de Campina Grande, figura entre os acontecimentos mais importantes. De forma estratégica e utilizando-se da prerrogativa de ser o Chefe da Casa Civil do General Dutra e candidato a senador pelo Partido Republicano, Pereira Lira marcou a inauguração do prédio para o mesmo dia do comício de seu partido (PR-UDN): dia 09 de julho de 1950.

Usando de sua influência junto ao Palácio do Catete, angariou os recursos necessários para a contratação de vários artistas de projeção nacional, dentre eles Emilinha Borba (uma das grandes divas dos programas de rádio no país), Luiz Gonzaga (que já alcançava a fama em várias regiões do país, principalmente no nordeste e sudeste) e Black Out. Embora os boletins impressos de promoção dos shows não divulgassem o nome desses artistas – e décadas depois em entrevista ao jornalista Josué Sylvestre, Pereira Lira afirmasse que não pretendia “misturar os dois eventos” – “(...) os textos das camionetas de propaganda baseavam seus anúncios convocatórios na presença dos cantores” (SYLVESTRE, 1982, p.193).

Aqui se percebe uma contradição clara entre a memória revisitada¹³⁹, através da entrevista, e os verdadeiros acontecimentos da época, até mesmo porque esse ato de unir o útil (a inauguração do prédio dos Correios) ao agradável (o comício da Aliança Republicana) permitiu que uma incontrolável multidão de pessoas se aglomerasse de forma desorganizada, transformando este evento em um dos principais fatores do incidente que analisaremos mais adiante. Não podemos esquecer que a memória coletiva pode ser considerada uma conquista, mas

¹³⁹ Para definir o que é memória, lançaremos mão do conceito elaborado pelo historiador Jacques Le Goff, que a define como: “Um conjunto de funções psíquicas graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele represente como passadas” (LE GOFF, 2008, p. 419). Na obra intitulada *História e Memória*, o historiador esboça a longa trajetória percorrida pela memória humana e suas evoluções – desde o desenvolvimento da memória nos povos sem escrita, até o desenvolvimento da memória na contemporaneidade. Mais informações a esse respeito, vide LE GOFF, Jacques. **Memória**. História e memória. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2008, pp.419-476.

também pode ser objeto de poder, quando se encontra sob a tutela dos dominantes, segundo o historiador Jacques Le Goff, em “História e Memória”:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominavam e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da memória são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (2008, p.420).

Percebendo a trama política que se constituía através dessa união entre o “útil e o agradável”, partidários da Coligação Democrática Paraibana – dentre eles Felix Araújo, um dos “cabeças” do movimento – apressaram-se na elaboração de vários boletins e manifestos na tentativa de mostrar a verdadeira intenção que estava por trás da inauguração daquela edificação pública. Segue abaixo algumas partes do documento:

Vem o Professor Pereira Lira à nossa terra num tempo que é, realmente, de LUXO E DE MISÉRIA. LUXO para meia dúzia. MISÉRIA para milhares.

O povo está passando FOME, na cidade e no interior, enquanto o governo dorme profundamente. O operariado vê as oficinas e as fábricas e as fábricas se fechando, dia a dia, sem nenhuma providência do governo do governo para evitar o desastre das indústrias e o desemprego dos trabalhadores. (...) Os trabalhadores da Paraíba estão saindo, como aves de arribação, em debanda para o Rio de Janeiro e para outras terras, porque não pode mais viver sem trabalho na terra onde nasceram (SYLVESTRE, 1982, p.196).

Durante a campanha, outros dois artifícios – dentre os vários utilizados pelas duas correntes políticas majoritárias – chamaram-nos a atenção: o uso da religiosidade e a propagação do temor aos comunistas. Sabemos que mesmo antes da campanha de 1950, em eleições anteriores, a religiosidade dos candidatos – enfatizada em seus discursos e propagandas de divulgação – sempre serviu para atrair os fiéis (majoritariamente católicos) numa mistura entre religiosidade e política. Mesmo num período ditatorial como o Estado Novo, essa prática continuou sendo desenvolvida por alguns interventores, a exemplo de Ruy Carneiro (1940-1945)¹⁴⁰.

¹⁴⁰ Na elaboração da Constituição de 1937 – assinada pelo ditador Getúlio Vargas – foram retirados de suas páginas todos os benefícios atribuídos a Igreja Católica que, além de perder os direitos elencados no papel, passaria agora a ser subordinada ao estado ditatorial varguista. Entretanto, os seus poderosos tentáculos continuaram esparramados por importantes setores desse novo regime. Na Paraíba, a ligação entre Ruy Carneiro e a Igreja Católica era extremamente forte, pois durante o tempo em que esteve a frente da interventoria da Paraíba, ele sempre buscou

A campanha em 1950 também não fugiu a essa “regra” e aproveitando da religiosidade de grande parte da população paraibana, os candidatos perceberam que essa seria uma importante “arma” na tentativa de arrebatar o voto dos católicos indecisos. Por que só os católicos e não os evangélicos, se todos são cristãos? Nessa época, a religião preponderante no Estado paraibano era o catolicismo e os dois candidatos que encabeçavam a disputa sempre enfatizavam a religiosidade cristã católica em seus discursos. Ser evangélico nesse período era algo impróprio, que motivava desconfiança, da mesma forma que se assumir comunista, como afirma o jornalista evangélico Josué Sylvestre: “As ‘profecias’, as insinuações, as acusações colocando no mesmo nível de anátema evangélicos e comunistas, se repetiam na imprensa e em boletins espalhados por toda a Paraíba” (SYLVESTRE, 1982, p.233).

demonstrar a sua religiosidade e a boa convivência que mantinha com os membros da Igreja. Exemplo disso foram os constantes encontros entre o interventor e membros da “*Enciclica Rerum Novarum*”, sempre presente nos principais eventos políticos do Estado. Quando esta ala da igreja católica – reacionária e retrograda – completou o seu cinquentenário, no dia 16 de maio de 1941, “A sessão solene foi presidida pelo Sr. Interventor Federal” (A União. João Pessoa, 16 maio 1941, p.01). Um mês após as comemorações do seu cinquentenário, Ruy Carneiro foi convidado para ser um dos paraninfos na sagração do bispo D. José Delgado, solenidade esta que se realizou na catedral Metropolitana: “O bispo D. José Salgado terá como paraninfos os exmos. Interventores Ruy Carneiro e Rafael Fernandes, chefes dos executivos paraibano e norte rio grandense” (A União. João Pessoa, 27 jun 1941, p.01). Em Recife, durante a interventoria de Agamenon Magalhães, esta instituição também teve grande influência na construção do pensamento das elites locais, segundo o historiador Ricardo Pinto de Medeiros: “No universo das representações que compunham o imaginário das elites dominantes do período em questão, destacou-se a influência do pensamento social da Igreja no imaginário político dessas elites, principalmente seguindo a orientação da *Encíclica Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, que defendiam uma justiça social distributivista e o combate ao consumismo” (MEDEIROS, 2001, p.171). Em âmbito nacional, embora o país estivesse emerso em um regime ditatorial, de exceções, a Igreja Católica recebeu do presidente Getúlio Vargas todas as garantias relacionadas a continuidade de sua atuação, numa espécie de compromisso assumido durante um jantar oferecido aos bispos brasileiros que se encontravam reunidos na capital federal para a realização do Concílio Plenário Brasileiro que ocorreu em julho de 1939 (BEOZZO, 1986, p.324). Durante esse encontro, o ditador deixou claro quais as condições que a igreja deveria seguir para que continuasse ocorrendo o “pacto de cordialidade” com o Estado: “Apesar de separados os campos de atuação do poder político e do poder espiritual, nunca entre eles houve choques de maior importância; respeitam-se, auxiliam-se. O Estado deixando à Igreja ampla liberdade de pregação, assegura-lhe ambiente propício a expandir-se e a ampliar o seu domínio sobre as almas; os sacerdotes e missionários colaboram com o Estado, timbrando em ser bons cidadãos, obedientes à Lei civil, compreendendo que sem ela – sem ordem e sem disciplina portanto, – os costumes se corrompem, o sentido da dignidade humana se apaga e toda a vida espiritual se estanca. Tão estreita cooperação jamais se interrompeu; afirma-se, de modo auspicioso, nos dias presentes e há de intensificar-se certamente no futuro, mantendo a admirável continuidade de nossa história” (VARGAS, *apud* BEOZZO, 1986, pp.324, 325). Oficialmente, as relações de cordialidade permaneceram inalterados durante todo esse período. É importante frisar que esse vínculo se tornou ainda mais próximo, a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial: “Em 1944, o Decreto-Lei 6535 cria o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas em operação de guerra. Em julho do mesmo ano, sai a Portaria nº6573 com as Instruções para o S.A.R. à Força Expedicionária Brasileira. Vinte e seis padres e dois pastores seguem juntamente coma F.E.B. para o *front* na Europa” (BEOZZO, 1986, p.326). Mais informações a esse respeito, vide BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a Revolução de 1930, o estado Novo e a redemocratização. In: **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III: o Brasil Republicano**. Boris Fausto (Org.) 4º volume – Economia e Cultura. São Paulo: Difel, 1986, pp.269-341. Sobre a questão do sagrado durante o Estado Novo, vide LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Papirus/Ed. Unicamp, 1986.

Na esteira dessas posições político-religiosas assumidas durante a campanha, a Coligação Democrática Paraibana supera os adversários – extrapolando também o bom senso – quando lança um boletim impresso com a foto de José Américo ao lado do cultuado Padre Cícero¹⁴¹, um verdadeiro “santo vivo” para a maior parte da população nordestina, em especial, para os sertanejos. A foto remetia-se ao encontro entre o então ministro da Viação e Obras Públicas do governo de Getúlio Vargas (José Américo) e o “santo padre” do Juazeiro durante o período das grandes secas que arrasaram a região nordestina em 1932. Uma curiosidade: no canto da foto, do lado esquerdo do ministro José Américo, encontrava-se o jovem Ruy Carneiro¹⁴² que, naquela época, estava entre os oficiais de gabinete do ministro da Viação e Obras Públicas.

Junto à foto, o texto enfatizava a luta contra a seca combatida pelos dois “amigos” e lançava uma profecia que estaria por realizar-se, segundo as palavras do próprio Padre Cícero, na cidade de Juazeiro quando a imagem foi capturada: “V. Excia. recebeu, neste momento, a missão histórica de salvar os nordestinos desta seca calamitosa, em 1950 será chamado para salvar a Paraíba de uma calamidade política” (Pe. CÍCERO, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.243). E agora nesta hora de incertezas: “Dezoito anos depois, o Senador José Américo volta às terras Paraibanas como candidato a Governador para realizar a sua missão histórica, profetizado pelo venerável Padre Cícero Ramão Batista” (SYLVESTRE, 1982, p.243).

O fato é que na construção do imaginário popular sobre o combate às secas na região Nordeste, José Américo ocupava – e ainda ocupa – um dos mais altos lugares no panteão das figuras políticas e religiosas que se tornaram emblemáticas na luta contra essa ação “natural”, muito mais forjada por questões políticas e econômicas do que propriamente “naturais”.

¹⁴¹ Cícero Romão Batista, o “Padre Cícero”, nasceu no Estado do Ceará, mais precisamente na cidade do Crato. Estudou as primeiras letras no Colégio do padre Inácio de Sousa Rolim na cidade de Cajazeiras, alto sertão paraibano. Cícero ordenou-se padre em 30 de novembro de 1870, passando a atuar no povoado de Juazeiro do Norte – distrito da cidade do Crato – a partir de dezembro de 1871. Além de atuar como padre, foi fazendeiro, dono – de muitas cabeças de gado – de muitos imóveis. Tornou-se o primeiro prefeito – através do Partido Republicano Conservador (PRC) – da cidade do Juazeiro do Norte, quando esta se emancipou da cidade do Crato. Sempre esteve atrelado a política dos fazendeiros/coronéis e ao conservadorismo local, atuando em prol destes valores no sertão do Cariri. Morreu no dia 20 de julho de 1934 na cidade de Juazeiro do Norte, onde até hoje é cultuado como um verdadeiro santo canonizado pela Igreja Católica no ano de 1977. (Sítio consultado: www.padrecicero.com.br – Dia: 17/05/2010, as 17:00 horas).

¹⁴² Ainda no início da década de 30, Ruy é convidado por José Américo de Almeida, Ministro da Viação, para ser um dos seus oficiais de gabinete no Rio de Janeiro. Esse cargo ele ocupou durante mais de quatro anos, permanecendo nele mesmo depois que Marques dos Reis ocupa o lugar de José Américo no Ministério. Para mais informações a esse respeito e sobre outros assuntos referentes a interventoria de Ruy Carneiro ver BARBOSA, Jivago C. CITTADINO, Monique G. **Estado Novo na Paraíba: a Interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945)**. PIBIC/CNPq/NIDHIR/UFPB. Relatório anual, 2003.

Reforçando esse nosso argumento, no final desse documento, a Coligação Democrática utiliza-se das questões relativas às secas para reforçar o apelo à campanha do “Grande ministro José Américo que salvou a Paraíba e o Nordeste em 1932”:

Paraibanos! Sertanejos! José Américo é o mesmo ministro de 1932 que nossa salvou da Grande tragédia das Secas

EM 3 DE OUTUBRO DE 1950

JOSÉ AMÉRICO SERÁ O VOSSO GOVERNADOR!

RUY CARNEIRO O VOSSO SENADOR! (SYLVESTRE, 1982, p.243).

Na tentativa de ridicularizar e mostrar que todas essas informações do boletim coligacionista não passavam de uma farsa, de verdadeira armação, a UDN lança um outro boletim impresso intitulado “A Profecia do Padre Cícero”, trazendo as seguintes colocações:

Quando o Dr. José Américo exercia as funções de Ministro da Viação, escreveu no “Correio da Manhã” do Rio de Janeiro, o seguinte sobre o Padre Cícero Romão: “Se eu tivesse as funções de Chefe de Polícia no Ceará, mandaria acabar com certos abusos do Padre Cícero do Juazeiro, a **facção!**” (CORREIO DA MANHÃ, *apud* SYLVESTRE, 1982, pp.234 e 244).

Nem mesmo a foto tirada em 1932 escapou das alfinetadas udenistas:

No entanto os caixeiros-viajantes do **Azarento** senador fabricaram um arranjo fotográfico em que aparece o Snr. Dr. José Américo e mais alguns suicidas ao lado do extraordinário PROFETA DO JUAZEIRO.

Tudo arranjo do truque fotográfico a serviço da arte de tapear. Padre Cícero nunca tirou retrato ao lado de Zé Ramona!¹⁴³ (GAZETA DO CEARÁ, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.244).

Outro panfleto elaborado e distribuído pela Coligação Democrática com conotação religiosa chamava a atenção da população para as cores usadas pelos dois candidatos e o sentido religioso dessas cores. Citando trechos da Bíblia, os coligacionistas relacionavam a cor branca, usada por José Américo, a pureza, a vitória. Contra a oposição (Argemiro de Figueirêdo), os

¹⁴³ “**Zé Ramona**” um dos tantos apelidos colocados em José Américo, durante a campanha, com o sentido depreciativo e pejorativo. Argemiro de Figueirêdo, nessa época, era chamado pelos coligacionistas de “**Amarelo**”, devido à palidez de sua pele. Já o Ministro Pereira Lira (UDN) era chamado de “**Cachimbeiro**” por causa do hábito de fumar cachimbo.

coligacionistas afirmavam que o amarelo era a cor do “cavalo da morte”, a mesma atribuída a este por sua palidez.

APOCALIPSE DE S. JOÃO
CAPÍTULO – 6

VERSÍCULO – 2

“Olhei, e eis um cavalo BRANCO; e o que estava assentado sobre ele tinha um arco; e foi-lhe dada uma coroa, e saiu vitorioso para que vencesse”.

VERSÍCULO – 8

“E olhei, e eis um cavalo AMARELO, e o que estava assentado sobre ele tinha por nome MORTE; e o inferno o seguiu; e foi-lhes dado poder para matar a quarta parte da terra, com espada, e com fome, e com mortandade, e com as feras da terra” (SYLVESTRE, 1982, p.238).

Um dos primeiros acontecimentos relacionados à presença dos comunistas durante as eleições foi na chacina da Praça da Bandeira. No dia 14 de julho o ministro José Pereira Lira concedeu uma entrevista ao jornal “A Manhã” – quando estava hospedado na residência de Argemiro, de onde partiria para o sertão no outro dia para fazer campanha – relatando a sua percepção sobre aquele triste episódio do dia 09 de julho. Segundo ele o comício realizado em Campina Grande, pela Aliança Republicana, teve uma linguagem de extrema serenidade, até mesmo o bispo daquela cidade, Dom Anselmo Pietrula, havia-lhe escrito uma carta reforçando esse discurso. Porém, nesse mesmo documento, o bispo D.Anselmo advertia-lhe que “(...) enquanto isso foram levados para Capina Grande, (...) ‘técnicas e processos (comunistas) inteiramente estranhos ao clima democrático e cristão em que vivemos’” (LIRA, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.215). Ainda na mesma entrevista, reforçando a tese da ligação entre a Coligação Democrática e algumas ações tipicamente comunistas, o ministro candidato ao senado afirma ainda que:

Não fomos nós que enchemos as paredes de Campina Grande com inscrições referentes à bomba atômica e à guerra da Coréia. Isto não cabe no clima democrático e **cristão** (grifo nosso) a que acima me referi. Ao contrário, isto é técnica estranha a esse clima com fundo de cumplicidade, com **tática subversiva alienígena** (grifo nosso) (A MANHÃ *apud* SYLVESTRE, 1982, p.215).

No início dessa mesma matéria, o jornal “A manhã” – do dia 15 de julho – reforçou ainda mais a tese de uma possível conspiração comunista que teria sido encabeçada pelo “(...)

conhecido agitador Félix Araújo, que, aliás, exerce cargo de confiança no gabinete do prefeito municipal Elpídio de Almeida” (A MANHÃ, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.215).

Não se contentando em atribuir a tragicidade do episódio a um “subversivo comunista”, o jornal levantou ainda outra relação entre um integrante do extinto Partido Comunista Brasileiro e o desfecho trágico do referido acontecimento. O elemento ligado ao PCB seria o mecânico de elevadores Oscar Coutinho, pernambucano, natural de Recife que estaria na cidade de Campina Grande para montar o elevador do novo prédio dos Correios e Telégrafos. O que o colocava entre os suspeitos em potencial, segundo o jornal, foi o fato da polícia ter tido: “(...) dificuldade de identificar o operário morto no conflito, em virtude de não se encontrar um só documento em suas roupas, deduzindo as autoridades tratar-se de verdadeira técnica comunista” (A MANHÃ, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.215).

Depois de vários interrogatórios, a polícia descobriu quem era aquela vítima fatal estendida no chão, crivada de balas, “vestido com custoso terno de linho branco, mas que não tinha dinheiro algum nos bolsos” (A MANHÃ, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.215). Finalizando, ainda sobre “os acontecimentos de Campina Grande”, o jornal afirmou que: “Posteriormente apurou-se tratar-se efetivamente de um elemento do extinto PCB, tendo tomado parte ativa na passeata que originou as desordens” (A MANHÃ, *apud* SYLVESTRE, 1982, p. 215).

Dois casos, narrados pelo jornal, chamaram-nos a atenção: o primeiro refere-se à participação ou não de Félix Araújo no episódio. Dois dias antes da publicação dessa matéria o “Centro Estudantil Campinense” lançou uma nota de repúdio em relação às acusações perpetradas contra Félix Araújo e a sua possível participação chefiando um grupo de agitadores. O documento afirmou que: “Naquela noite o aludido colega estava no Hospital Pedro I, com a sua digna esposa que havia sido operada. Esta é a verdade e, quem afirmar ao contrário, procurará também inverter a realidade das ocorrências” (SYLVESTRE, 1982, p.212).

A segunda questão, ligada a participação do operário morto durante o comício – o único que não pôde defender-se das acusações – pode ser observada sobre outra perspectiva: qual o perigo eminente exposto por um trabalhador “(...) que não tinha dinheiro algum nos bolsos, sendo encontrados apenas um espelho e uma lamina gilete”, como afirma o mesmo jornal que nem sequer indagou ao Ministro Pereira Lira sobre a participação de policiais civis e militares na chacina? Existiu verdadeiramente uma ação comunista ou coligacionista que justificaria esse crime político?

Uma terceira questão está relacionada diretamente a uma matéria estampada na primeira página do jornal da Arquidiocese da Paraíba (A Imprensa), onde se apelava para que os eleitores católicos não votassem nos candidatos “adeptos ao marxismo”, nem em “pastores evangélicos” ou até mesmo em simples adeptos ao protestantismo. Todas as agremiações e partidos que possuísse em suas hostes algum elemento com essas características, seria efetivamente rechaçado pelos eleitores católicos da capital paraibana.

Os eleitores católicos, disciplinados e conscientes, devem sufragar nas urnas nomes de candidatos, cujas idéias, tendências e normas de vida não constituam ameaça aos princípios e postulados da consciência cristã. Seria temerário votar em candidatos desconhecidos e, profundamente censurável, apoiar os seguintes candidatos a deputado estadual – João Cavalcanti Pedrosa, de passado notório de hostilidade á Igreja; Antonio Lucena, divorcista e adepto do marxismo, Firmino Silva, pastor evangélico, e Milton Ximenes, protestante. Que os eleitores católicos se decidam pelos candidatos que assegurem o respeito às suas crenças; os dissidentes e simpatizantes de teorias abstrusas e de sistemas subversivos elejam os seus. Uns e outros estarão coerentes consigo mesmos e bem, se possível, com a própria consciência. Outra coisa não esperamos (A IMPRENSA, 27 de setembro de 1950, p.01).

No mês de agosto de 1950, uma nova onda de acusações apontadas pela UDN reafirmava a ligação de Félix Araújo junto aos movimentos comunistas locais, procurando atingir diretamente a Campanha de José Américo. No dia 20 de agosto, Ivan Bichara – que era um dos principais candidatos à Deputado Estadual pela coligação democrática – lança no jornal O Norte uma nota de repúdio as insinuações “capciosas e levianas” criadas pela UDN contra “o grande tribuno campinense”.

(...) A tecla é uma só; a acusação, repetida, única, invariável; FÉLIX ARAÚJO é comunista. O grande tribuno campinense já fez declarações públicas de repúdio ao comunismo. Já explicou o seu drama diante da miséria que o conduziu à extrema esquerda, num impulso arrebatado. (...) No íntimo sabem que o ex-pracinha Félix Araújo não é mais comunista, mas continuam nessa faina de mentir a torto e a direito para que, dessas misérias todas resta alguma coisa (BICHARA, *apud* O NORTE, 20 de agosto de 1950, p.05).

3.3.1 Análise das músicas das campanhas eleitorais de José Américo (CDP) e Argemiro de Figueirêdo (AR).

Durante oito longos anos – de 1937 a 1945 – a população de todo o país, em especial da Paraíba, vivenciou um período ditatorial que restringia qualquer tipo de manifestação política e ideológica. Todas as músicas compostas no período do Estado Novo – além de peças teatrais, filmes, documentários e tantas outras manifestações culturais – passavam pelo crivo e, por diversas vezes, pela censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.), Órgão de repressão atrelado ao Executivo Federal mantido pelo ditador Getúlio Vargas, possuindo uma ramificação em cada Estado do país, chamado de D.E.I.P.: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Durante esse tempo a população esteve “amordaçada”, embora existissem inúmeras vozes discordantes ao regime estadonovista. Com a redemocratização do país, os anseios de liberdade de expressão através de manifestações políticas e ideológicas tornaram-se bandeiras de luta entre os diversos setores sócio-econômicos do país. As eleições de 1945, 1947 e 1950 serviram como uma espécie de “estréia” para as novas e inusitadas experiências democráticas.

A campanha eleitoral de 1950 também contou com outro importante elemento midiático: as músicas que se tornaram os hinos oficiais das duas candidaturas. Em relação ao hino da campanha da Coligação Democrática Paraibana, algumas importantes indagações podem ser postas: quem foi o verdadeiro compositor da “Marcha da Vitória”, o hino da campanha de José Américo de Almeida? Trata-se de uma inspiração própria deste compositor ou uma mera cópia de músicas de campanhas de outrora? Quais as frases de impacto e a relação destas com a história paraibana? E finalmente quem era a cantora da marchinha vitoriosa?

Para responder a primeira questão, precisamos retroceder a campanha de 1947, mais especificamente a importância e o papel de Félix Araújo nesse período. Como já relatamos, em tópicos anteriores, Félix foi um dos principais colaboradores da campanha do médico Elpídio de Almeida (primo de José Américo) em oposição ao grupo udenista/argemirista que indicara o nome do major Veneziano Vital do Rêgo, cunhado de Argemiro. Além de escrever a maior parte dos empolgantes discursos pronunciados pelos candidatos pessedistas, foi Félix Araújo quem também escreveu o hino da campanha de Elpídio. “Arguto e informado, Félix sabia que um hino de música vibrante e versos de empolgação, funcionaria como catalisador daquelas energias

acumuladas e daquele idealismo à espreita de uma causa para abraçar e defender” (SYLVESTRE, 1982, p.113).

Para a composição da melodia e ritmo do hino, Félix inspirou-se na música “Vassourinhas”, uma “(...) marcha que os adeptos do General Dantas Barreto, candidato a governador de Pernambuco em 1911, utilizaram como hino da campanha” (SYLVESTRE, 1982, p.113). Faltava agora a letra, a parte mais importante de uma música, a mensagem que ajudaria a somar os votos dos indecisos e reforçar a posição daqueles que já possuíam opinião formada sobre qual candidato escolher. Imbuído pelos ideais “comunistas” – pois nesse período ele figurava entre os membros do Partido Comunista Brasileiro, seção Campina Grande – Félix compõe a letra da música que se tornou um dos pilares de sustentação e difusão da campanha da Coligação Democrática Campinense.

Na campanha de 1950, Félix manteve a mesma melodia e partes da antiga música da campanha de Elpídio. Entretanto para a campanha da Coligação Democrática Paraibana ele compõe uma “nova” letra¹⁴⁴ levando em consideração a ampla atuação política do candidato que agora defendia. Certamente essa foi uma tarefa mais fácil para Félix, pois a vasta biografia de José Américo permitiu-lhe que abrangesse diversos assuntos relacionados à sua atuação política não apenas no Estado da Paraíba, como também sobre toda a região Nordeste.

Curiosamente, a cantora do hino da campanha de José Américo foi a mesma que embalou e empolgou a campanha do seu primo, Elpídio de Almeida, em 1947: Maria Mendes. Cantora da Rádio Borborema, situada na cidade de Campina Grande, gravou os hinos das duas campanhas tornando-se, a partir de então, uma prestigiada cantora em âmbito estadual, chegando ao estrelato nas rádios do Rio de Janeiro, Capital Federal, na segunda metade da década de 1950.

No início, a letra trazia uma crítica à política argemirista de arregimentação dos votos de grande parte da população campinense e dos municípios circunvizinhos, através do uso da força e imposição da estrutura coronelista ligada a UDN naquela região.

O Doutor José Américo, o Doutor José Américo vai vencer nas eleições.
Pelo voto independente, pelo voto independente dos sinceros corações.
Acenemos nossos lenços, acenemos nossos lenços com a chama do ideal.
Brindemos em dezonatas, os claristas, passeatas, essa volta triunfal!

¹⁴⁴ A letra da campanha de José Américo, composta por Félix Araújo, encontra-se no ANEXO S, p.291.

Havia nessa época uma confiança mútua entre o candidato da Aliança Republicana e os coronéis dos distritos próximos a cidade de Campina Grande que eram, em geral, parentes próximos ou amigos fiéis, devotos da política argemirista/udenista. Os distritos onde essa política atuava de forma mais efetiva/opressora e alguns dos seus respectivos “líderes”/coronéis eram: Boa Vista (Antônio Pereira de Almeida, o “Antônio Peba”, ex-prefeito); Caturité; Fagundes (João Figueirêdo, irmão de Argemiro); Galante (Flonilda Veiga Dunda e Gumercindo Barbosa Dunda, mãe e filho, amigos íntimos); Lagoa Seca (Américo Porto, amigo pessoal), Massaranduba (Pedro Ribeiro, primo); Pocinhos (Ottoni Barreto, um dos empresários financiadores da campanha); Puxinanã (Zacarias Ribeiro, primo); e Queimadas (Cesário Ribeiro, primo). “A concessão de favores, o exercício de pressões, envolvimento e ameaças, próprios dos métodos de ‘convencimento’ dos coronéis, representavam um seguro e confiável ponto de apoio para quem contasse com a solidariedade dos ‘donos’ dos votos dos distritos” (SYLVESTRE, 1982, p.145).

Ainda na primeira estrofe a música faz referência aos lenços brancos – “com a chama do ideal” – utilizados pelos coligacionistas nos comícios e passeatas. A cor branca sempre esteve presente durante a campanha e, curiosamente, na maioria das aparições públicas os candidatos da Coligação Democrática Paraibana usavam ternos de cor branca numa clara alusão a idéia de que o branco se remetia ao político de passado “limpo”, sem envolvimento com falcatruas ou “desvio de finalidades” (verbas). Concluindo esse trecho, Félix faz uma rima entre a palavra “ideal” com a idéia de uma “volta triunfal”, ou seja, o retorno daquele que possuía um passado histórico e político a altura dos anseios do povo.

O refrão é o trecho da música onde Félix Araújo deixa transparecer claramente as influências do pensamento comunista sobre o seu discurso. Convocando a população pobre do Estado a erguer-se diante do descaso e do abandono a que foram supostamente empurrados pela atual gestão governamental, do udenista Oswaldo Trigueiro, o hino invoca mais dois nomes para a composição de uma espécie de tríade indestrutível: 1. O povo pobre que mais sofria com a situação de abandono naquele momento; 2. O poder incomensurável de um Deus (católico) que está ao lado dos oprimidos; 3. e o poder e influência dos homens na terra, exercido aqui pelo grande político “Zé Américo”, o representante maior da “pobreza e da religião” no Estado paraibano.

De pé ó pobres, vítimas da sorte!
Com Deus e o povo contra opressão.
Zé Américo é o candidato da pobreza e da religião.

Pelo povo, contra fome, se levanta um grande nome!

Essa inspiração comunista é enfatizada pelo próprio irmão de Félix, Mário Araújo, quando se referiu ao conteúdo ideológico exposto na letra da “Marcha da Vitória”:

A música é a mesma, só a letra é que mudou. Agora na letra sobre José Américo tem muita coisa da primeira. (...) Esse pobreza e religião emendou muito porque Félix era o líder comunista local e era quem comandava a campanha de José Américo. Esse pobreza e religião fechou mesmo (Entrevista realizada no dia 20 de maio de 2010).

Embora fique nítida certa influência socialista em algumas passagens desse refrão – “de pé ó pobres”, “o povo”, “contra a fome” e “contra opressão” – não podemos esquecer que Félix, nesse momento, não estava mais atrelado ao PCB de Campina Grande e que na Coligação Democrática Paraibana convergiam interesses diversos em sua composição partidária: de empresários, militares e alguns setores da Igreja Católica que exercia forte influência, através do jornal *A Imprensa*, sobre a escolha dos candidatos entre os eleitores católicos.

Contudo, a temática que mais aparece e ganha força na composição de Félix foi a luta encabeçada por José Américo contra as secas, no período em que ele ocupou o Ministério da Viação e Obras Públicas¹⁴⁵, a pedido de Getúlio Vargas, em 1932. Conhecido e reconhecido – como veremos mais adiante em diversos discursos no Senado, no ano de 1949 – pelas medidas adotadas durante esse período, o ministro torna-se uma espécie de “salvador” dos sertanejos retirantes que abandonavam as suas casas em busca de uma vida melhor em outras regiões da Paraíba e, até mesmo, em outros Estados do país. Como a letra da música nos mostra, a sua área de atuação não se limitou apenas ao Estado onde nascera, mas atingir toda a região Nordeste.

Como outrora em 32, como outrora em 32, salva o povo do sertão.
Traz agora a nossa terra, traz agora a nossa terra esperança e a redenção.
Com o Dr. José Américo, com o Dr. José Américo a pobreza vencerá.
E o dinheiro que é do povo e o dinheiro que é do povo só ao povo servirá.
Paraíba escuta o canto, Paraíba escuta o canto que no sertão ecoou.

¹⁴⁵ Dessa primeira atuação de José Américo a frente do Ministério da Viação e Obras Públicas – diga-se de passagem, uma das pastas mais importantes entre todos os Ministérios naquela época – surge o livro **O ciclo Revolucionário do Ministério da Viação**, em 1932. Publicado pela primeira vez em 1934, numa edição restrita da “Imprensa Nacional”, trata-se de uma das obras menos conhecidas de José Américo. Nessa obra o autor procura “(...) documentar a sua passagem pelo Ministério da Viação naqueles anos difíceis e perturbados, através de uma coletânea de entrevistas, balanços financeiros e administrativos, explicações e discursos proferidos perante a Assembléia Nacional Constituinte, cartas e até projetos de decretos que constituem o conteúdo do livro” (AQUINO *apud* ALMEIDA, 1982, p.V).

Nas almas amarguradas que gritam pelas estradas Zé Américo nos salvou.
 Novamente a bandeira, novamente a bandeira na luta da redenção.
 Anuncia para o povo, Zé Américo vem de novo, para a nossa salvação.

Esse título de “salvador do sertão”, atribuído a sua imagem e difundido constantemente durante as promoções políticas da Coligação Democrática Paraibana (comícios, passeatas, dentre outros) surtirá, como veremos mais adiante, o efeito almejado. Isso fica claro ao analisarmos a votação de José Américo nos municípios sertanejos, ou seja, na quantidade de municípios onde ele consegue superar Argemiro com uma ampla aceitação popular. Não podemos deixar de observar que esse será um tema recorrente não só no hino composto por Félix, como também nos discursos proferidos por José Américo durante toda a campanha de 1950. O aprofundamento desta temática se dará no terceiro capítulo deste trabalho, quando analisaremos a ligação do então governador José Américo com a indústria da seca durante o período de estiagem que atinge diversos municípios paraibanos nos anos de 1951-52.

Diferentemente do hino elaborado para a campanha de José Américo – composta a partir da inspiração de um dos correligionários da Coligação Democrática Paraibana, Félix Araújo, e genuinamente paraibana – a canção¹⁴⁶ da Aliança Republicana foi encomendada pelo então Ministro José Pereira Lira a dois músicos e compositores de projeção nacional: Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira. Mas por que então o Ministro Pereira Lira procurou músicos que não eram do seu estado, se a Paraíba¹⁴⁷ sempre se configurou como um dos mais importantes celeiros do autêntico e bom forró, ritmo que embalou o hino da campanha?

As prováveis respostas para essa pergunta surgem a partir das diversas leituras realizadas, quando buscamos compreender o contexto histórico e político daquele momento específico. A primeira destas estaria ligada a figura de Luiz Gonzaga e sobre o prestígio musical alcançado por ele em todo o Brasil e, especialmente, no Nordeste brasileiro. O forró, desde o início do século XX, tornou-se o gênero musical de maior representação da cultura nordestina. Em meados da década de 1940, essa musicalidade passou a ganhar espaço em outras regiões do país e foi Luiz Gonzaga o principal responsável por essa propagação. “Um negro, mulato, pobre, ‘nortista’ muda

¹⁴⁶ A letra da música da campanha de Argemiro de Figueirêdo encontra-se no ANEXO T, p.292.

¹⁴⁷ Nosso Estado sempre produziu excelentes músicos e, mais especificamente, em relação ao forró, foram contemporâneos desse período grandes forrozeiros, a exemplo de Jackson do Pandeiro, Geraldo Correia, Zé Calixto, dentre outros. Mais informações a esse respeito e sobre a história do forró ver o artigo do Prof. Dr. José Jonas Duarte da Costa (UFPB), intitulado “**Paraíba meu amor. Para inglês ver**” (2007). Sítio consultado: <http://www.forroemvinil.com/?p=5885> (Data: 03 de maio de 2010. Hora: 00:45 min.).

a história do forró e da música brasileira. Primeiro o Rio de Janeiro pára pra ouvir aquele ritmo. Na época do impulso da indústria fonográfica foi rápido sair do Rio e conquistar o Brasil” (COSTA, 2007, p.2).

Enfrentando todos os preconceitos advindos de uma sociedade “sulista” (“classista e racista”), Luiz Gonzaga passou a conquistar não apenas os lugares mais humildes onde o forró já havia ganhado terreno, a exemplo das feiras livres e dos “cabarés de feiras” estabelecidos nas principais cidades do interior do Nordeste, como também os clubes restritos das elites econômicas da Capital Federal e, até mesmo, a intelectualidade elitista que se inspirava nos modelos culturais europeus.

No final dos anos 40 depois da Asa Branca, gravada em 1947, e início dos anos 50, Luiz Gonzaga tornou-se a maior estrela da música popular brasileira, bateu todos os recordes de venda de discos e o ‘Baão’ passou a ser ritmo de ‘doutor’, como dizia Gonzaga em suas apresentações. ‘Até Tom Jobim gravou baião’ (COSTA, 2007, p.2).

Por causa de toda essa influência e importância para a música popular brasileira e, especialmente, para a difusão da cultura da região Nordeste por todo o país, o então ministro Pereira Lira – Chefe da Casa Civil e candidato a Senador pela Aliança Republicana – encomenda uma música justamente a Luiz Gonzaga para a campanha de Argemiro de Figueirêdo, numa clara tentativa de apropriar-se da sua musicalidade, talento e do seu prestígio sobre todas as camadas sociais do estado paraibano.

A partir dessa encomenda “político-musical”, surge a música que levaria o nome do Estado de origem do ministro e berço de inúmeros compositores do autentico forró: “Paraíba”, composta numa brilhante parceria entre Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, e cantada pelo primeiro. Ao analisarmos atentamente a letra do hino aliancista, verificamos que o cerne da canção não está na figura da mulher paraibana, como algumas abordagens históricas, antropológicas e musicais enfatizaram, e sim, no contexto histórico e político vivenciado pelo Estado da Paraíba desde a Revolução de 1930 até o presente momento da campanha de 1950, e mais especificamente, sobre o papel da oligarquia “dos Pereira”, de Princesa Isabel, dentro desses importantes acontecimentos.

Diferentemente do hino da campanha da Coligação Democrática Paraibana, composto por Félix Araújo a partir do passado político e da vida do seu principal candidato, o então Senador José Américo de Almeida, a letra da música aliancista retratava muito mais a história pessoal e

política daquele que a encomendou, o candidato a Senador Pereira Lira, não possuindo, efetivamente, relação alguma com a história de vida e nem com a trajetória política do principal representante da Aliança Republicana, Argemiro de Figueirêdo.

No início a letra da música enfatiza a partida daqueles que, com o advento das secas, deixam a sua terra natal em busca de melhores condições de vida, levando consigo apenas a dor e a tristeza, por ter que deixar tudo para trás.

Quando a lama virou pedra
e Mandacaru secou.
Quando a Ribação de sede
bateu asas e voou.
Foi aí que eu vim me embora
carregando a minha dor.
Hoje eu mando um abraço
pra ti pequenina (“Paraíba” - Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, 1950).

Porém, quando analisamos o contexto político da época, veremos que as quatro últimas frases dessa primeira estrofe serviram como uma espécie de réplica em relação as diversas críticas desferidas contra o “professor Zé Lira” que há muito tempo havia deixado a Paraíba para morar no Rio de Janeiro, tornando-se um “(...) homem que desconhece as necessidades do Sertão (...) o POLÍTICO que só se lembra da Paraíba em tempo de Eleição” (SYLVESTRE, 1982, p.197), como enfatizava o trecho de um dos manifestos publicados durante a campanha pelos coligacionistas.

O refrão do hino aliancista receberá uma atenção maior em nossas análises, pois esse foi o alvo da maior parte das críticas elaboradas pelos coligacionista durante os quatro meses finais da campanha. A associação da imagem da mulher paraibana ao termo “mulher-macho”, causou – e ainda causa nos dias de hoje – verdadeira polêmica. A condenação da letra da música estava explícita em diversos manifestos que começaram a circular pelo Estado da Paraíba dias antes dias antes do fatídico comício realizado em Campina Grande no dia 9 de julho.

Em um desses manifestos, intitulado “HUMILHAÇÃO À MULHER PARAIBANA”, os coligacionistas campinenses procuraram influenciar o eleitorado feminino, chamando a atenção para a vergonhosa e indecorosa letra encomendada pelo “professor Zé Lira” a Luiz Gonzaga:

PADRE ALFREDO, tinha razão, quando em Dezembro de 1948, em Campina Grande durante a festa da Conceição, não permitiu que Luiz Gonzaga se exibisse no Pavilhão da Igreja, devido serem as suas músicas um tanto ‘pezadas’.

Agora vem o professor Zé Lira , desafiando tudo, porque não teme os pedidos dos Padres nem a ninguém, com Luiz Gonzaga e mais a escandalosa sambista Emilinha Borba, que todo o Brasil já conhece.

São componentes da trupe ***Catuca por Baixo***, pagos com o dinheiro da Nação, **humilhando a mulher paraibana, com êsse samba que é uma vergonha: MULHER MACHO** (grifo nosso).

(...) **A mulher paraibana, tem sentimento e pudor, e, no dia 3 de Outubro, dar-lhe-á a resposta nas urnas** (grifos nosso) (SYLVESTRE, 1982, p.195).

O fato é que o termo “mulher-macho” não foi criado pelos compositores da música “Paraíba”, essa associação entre feminilidade e força surgiu muito antes desse período. A imagem da mulher sertaneja corajosa, valente, surge na literatura brasileira no final do século XIX e início do século XX. Segundo a historiadora Alomia Abrantes¹⁴⁸, destaca-se, entre as diversas obras que abordavam essa temática, “(...) o romance Luzia-Homem, publicado em 1903, de Domingos Olympio, cuja protagonista é descrita com os traços e a ambigüidade, que reúnem singularmente atributos então considerados típicos do feminino e do masculino, resultando numa figura ‘extraordinária’” (ABRANTES, 2006, p.01).

Outras obras, dentro desse recorte temporal, passaram a descrever as dificuldades enfrentadas pelos sertanejos em uma terra castigada pelo sol e pela seca, onde as questões relativas à natureza daquela região passavam a definir o biótipo e o temperamento de todos que ali habitavam.

Com Luzia-Homem, Domingos Olympio participa, pois, da elaboração da figura da ‘mulher-macho’ sertaneja, que por sua vez será também agenciada na composição da imagem da mulher nordestina, que aparece nomeada a partir da década de 1920 (ABRANTES, 2006, p.4).

A partir dessa análise, percebe-se que os compositores não fugiram da imagem criada pelas narrativas literárias da primeira metade do século XX, recebendo forte influência para a composição da letra. Soma-se a isso outro importante aspecto: o poder e a influência que os meios de comunicação detinham ao descrever, de forma contraditória e tendenciosa, a atuação de diversas “mulheres-macho” no cangaceirismo nordestino décadas antes da elaboração da música.

¹⁴⁸ O texto intitulado “**Mulher-Macho, Sim Senhor!**”: história e literatura na construção de um corpo ambíguo, da Prof^a Dr^a Alômia Abrantes (UFPE) encontra-se no sítio http://www.comuniles.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=56&Itemid=39 (Data: 02 de maio de 2010 – Hora: 00:10 min.).

No livro “A Vida do Viajante”, Dominique Dreyfus – uma das mais importantes biógrafas da vida e obra de Luiz Gonzaga – relata que os compositores elaboraram a letra da música “Paraíba”, sob um duplo sentido previamente definido: o primeiro estaria ligado ao nome do Estado e o segundo referia-se ao termo “mulher-macho”. O nome Paraíba causava certa confusão entre os poetas e músicos da época, pois segundo Dominique, isso se devia ao fato das pessoas se referirem ao nome do Estado empregando uma terminologia feminina, ou seja, a Paraíba! Como isso poderia ocorrer se nos outros estados do país, batizados com o nome de alguns outros rios, a exemplo do Amazonas, Paraná e Pará, o gênero que predomina é o masculino, ou seja, o Estado do Amazonas, do Paraná e do Pará? A segunda questão estava relacionada ao termo “mulher-macho”, numa analogia a idéia de que as paraibanas eram, acima de tudo, mulheres corajosas, valentes, de fibra, características que configuravam – e que ainda ocupam lugar de destaque no imaginário popular, em diversas regiões do país – os discursos sobre as mulheres nordestinas.

Finalizando a nossa análise, retomamos um dos mais importantes trechos da música, uma espécie de discurso que refletia parte do contexto sócio-político da época: a passagem que retrata a importância do “clã” dos Pereira desde a “Revolução” de 1930, até a retomada do prestígio político dessa oligarquia através da figura do então ministro José Pereira Lira.

Eita pau Pereira,
que em princesa já roncou.
Eita Paraíba,
muié macho sim sinhô.
Eita pau Pereira,
meu bodoque não quebrou.
Hoje eu mando
um abraço pra ti pequenina. (“Paraíba” - Luiz Gonzaga e Humberto
Teixeira, 1950).

As primeiras frases dessa segunda estrofe, referem-se a luta encabeçada pelo coronel Zé Pereira – que monopolizou, política e economicamente, a cidade de São José de Princesa e os municípios circunvizinhos – contra as forças legalistas/situacionistas do então Presidente da Paraíba, João Pessoa. A música mostra que, embora o coronel tenha perdido essa batalha, o poder e a força da oligarquia Pereira Lira ainda se fazia presente através do prestígio político do sobrinho do coronel Zé Pereira, ou seja, daquele que pleiteava uma vaga para o Senado e que ocupava o cargo de Ministro da Casa Civil do General Dutra, José Pereira Lira.

A idéia de uma herança política “inquebrável” fica clara quando Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira lançam uma espécie de aviso contra a Coligação Democrática Paraibana: “Eita pau Pereira, que em Princesa já roncou. (...) Eita pau Pereira, meu bodoque¹⁴⁹ não quebrou” (“Paraíba” - Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, 1950).

Em diversos municípios e povoados os conflitos envolvendo as duas chapas partidárias foram ganhando proporções alarmantes, levando a exaltação dos ânimos, confrontos, brigas, tiroteios e mortes entre os partidários dos dois lados (Coligação e Aliança). Contudo, o maior confronto se deu em Campina Grande, mais precisamente na Praça da Bandeira, no dia 09 de julho de 1950.

Naquele domingo festivo e ensolarado, uma multidão de pessoas¹⁵⁰ chegava de todos os lugares do estado em caminhões e ônibus fretados pela Aliança Republicana. O ponto de concentração seria o Açude Velho, mais precisamente, entre as firmas SANBRA S.A. e Araújo Rique, onde a população aguardava a caravana que já havia partido da cidade de João Pessoa com destino a Campina Grande. Do Açude Velho a caravana percorreria as ruas Miguel Couto, Irineu Joffily e por último chegaria a Praça da Bandeira, o local escolhido para a instalação do grande palanque.

¹⁴⁹ **Bodoque:** arco para atirar bolas de barro endurecidas ao fogo, pedrinhas, etc. Atiradeira. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.102.

¹⁵⁰ Essa multidão de pessoas – em sua maioria, agricultores pobres vindos dos municípios e distritos circunvizinhos a Campina Grande – foram arregimentadas pelos políticos da Aliança Republicana, pelo simples fato de possuírem importância apenas nesse momento específico: as eleições! Essa cooptação – encabeçada pelos coronéis dessas regiões, ligados politicamente e economicamente a essa chapa – se explica pelo importante valor que os milhares de votos de cada trabalhador rural possuía nesse período, pois o voto deixou de estar atrelado ao poder aquisitivo do indivíduo desde a Proclamação da República, em 1889, estendendo esse importante direito a quase toda a população brasileira. A partir da promulgação do 1º Código Eleitoral instituído no Brasil, através do Decreto nº 21.076 e assinado por Getúlio Vargas no dia 24 de fevereiro de 1932, o sufrágio tornou-se universal, incluindo todas as mulheres e analfabetos. Por isso, corroboramos aqui da análise de Victor Nunes Leal sobre a ligação e dependência dos agricultores pobres junto aos potentados rurais: “Completamente analfabeto, ou quase sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o ‘coronel’ e pelo ‘coronel’. Aí estão os *votos de cabresto*, que resultam, em grande parte, da nossa organização rural” (LEAL, 1975, p.25). A inclusão desse volume de eleitores aumentou, significativamente, o número de “(...) incapacitados para o consciente desempenho de sua missão política, (...) Eis aí a debilidade particular do poder constituído, que o levou a compor-se com o remanescente poder privado dos donos de terras no peculiar compromisso do ‘coronelismo’. Despejando os seus votos nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais, os dirigentes políticos do interior fazem-se credores de especial recompensa, que consiste em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação no município. Essa função eleitoral do ‘coronelismo’ é tão importante que sem ela dificilmente se poderia compreender o *do ut des* que anima todo o sistema” (LEAL, 1975, p.253).

Se não foi absolutamente o maior, aquele comício nordestino, com artistas do Rio de Janeiro e numerosas caravanas do interior e da Capital do Estado, deve se situar entre as maiores concentrações políticas já ocasionadas em Campina Grande (SYLVESTRE, 1982, p.200).

Em importante entrevista concedida, o coligacionista Mário Araújo – ex-vereador de Campina Grande, por quatro vezes, e irmão de Félix Araújo – afirmou que:

Colocaram de 80.000 a 100.000 mil pessoas. A entrada da cidade era pela Rua João Pessoa, de minuto em minuto era ônibus e carro cheio de gente. Então eles colocaram uma multidão enorme, uma multidão que eles não tinham em Campina Grande. Humilharam mesmo o nosso pessoal. (Entrevista realizada no dia 20 de maio de 2010).

Em protesto contra essa caravana e, em especial, a presença do professor Pereira Lira naquela cidade, os partidários pessedistas/mericistas passaram a usar laços pretos nos paletós ou nos bolsos das camisas e as mulheres nos vestidos longos.

Embora aquele dia parecesse perfeito para uma festiva celebração cívica, o que se verificou – em alguns bairros da cidade – foram inúmeros desentendimentos e brigas que perduraram por todo o período da manhã até o termino dos shows, durante a noite, entre os partidários da Coligação e da Aliança. Segundo os coligacionistas as provocações da oposição começaram...

(...) cedo com a agressão ao filho do Sr. Alvino Pimentel (prócer coligacionista), com os tiros desfechados contra a “Sorveteria Polonô”, com as arbitrariedades praticadas no Bairro de “José Pinheiro”, no bairro da Liberdade e no Alto da Conceição (SYLVESTRE, 1982, p.214).

Entretanto o conflito mais violento de todos ainda estava por acontecer! O comício da Aliança Republicana transcorreu de forma tensa, embora os aliancistas tivessem a autorização das autoridades competentes para a realização do evento, na forma da legislação em vigor na época. Uma verdadeira multidão passou a assistir os discursos políticos e a vários artistas de rádio: “Cantores de projeção nacional, como Luiz Gonzaga, Emilinha Borba, Éster de Abreu e o acordeonista Sivuca, paraibano de Itabaiana (...)” (RAMOS, 1991, p.39).

A foto abaixo reforça as afirmações do senhor Mário Araújo – irmão de Félix Araújo – e do jornalista Josué Sylvestre de que a Aliança Republicana fez em Campina Grande o maior de seus comícios:



Multidão durante o comício da UDN, no dia 9 de julho, em Campina Grande. (CAMARGO, 1984, p. 333)

Quando aquela festividade cívica havia chegado ao fim, após a apresentação dos artistas, um grupo de partidários do lado da Coligação Democrática passou a avolumar-se no entorno da Praça da Bandeira. Com lenços brancos¹⁵¹ nas mãos, as centenas de pessoas passaram a dar “vivas ao Doutor José Américo” e outra parte do grupo passou a gritar “queremos passeata” (SYLVESTRE, 1982, p.201).

Segundo o relato de Mário Araújo, um dos coligacionistas que participou das manifestações durante aquele fatídico domingo:

Às seis horas terminou a promoção deles, a essa altura já muitos correligionários de José Américo já se movimentavam em todos os pontos da cidade, em pequenas passeatas. Quando terminou o comício deles que a Rádio Caturité, que pertencia ao professor Pereira Lira e Ernani Pereira Lira, saiu do ar, aí então os grupos começaram a sair em pequenas passeatas, de todos os cantos da cidade e encontrando outros grupos de americistas (Entrevista realizada no dia 20 de maio de 2010).

Em pouco tempo centenas de pessoas formaram uma massa humana que passou a percorrer as ruas perpendiculares e adjacentes a praça. A passeata foi avolumando-se e em menos de uma hora – mais precisamente entre as 20 e 21:00 horas – uma enorme multidão passou a ocupar a praça “dirigindo-se aos palanques, armados lado a lado, na esquina do Cinema Capitólio” (SYLVESTRE, 1982, p.202). Segundo relatos divulgados pelo jornal A União, o grupo, ao longo do caminho, dirigia insultos contra os seus adversários, chegando a tentar invadir as residências de alguns destes:

¹⁵¹ Uma analogia ao terno branco usado por José Américo durante toda a Campanha de 1950. O lenço branco remetia-se também – como se observa no “Manifesto da Coligação Democrática Paraibana”- ao “símbolo da paz e do civismo” (SYLVESTRE, 1982, p.214).

(...) entre as quais a do Sr. Artur Freire, onde se encontrava hospedado o deputado Renato Ribeiro, candidato a vice-governador do Estado pela União Democrática Nacional, e a dos srs. Veneziano Vital do Rego e Agripino Agra (A União, 11/07/1950, p.01).

Contrariando as ordens da polícia – pertencente ao governo udenista de Oswaldo Trigueiro – que havia proibido¹⁵² qualquer outro tipo de manifestação, além daquela propagada pela Aliança Republicana, os irmãos Dumerval e José Trigueiro (o “Zequinha”) subiram em um dos palanques e assumiram a organização do “evento” na qualidade de oradores e representantes dos ideais da Coligação.

Antes mesmo do término dos primeiros discursos, o delegado de polícia foi até o palanque e exigiu que o grupo descesse daquele local e não insistisse com a manifestação. Foi nesse momento que uma confusão generalizada tomou conta do ambiente: socos, chutes e outras formas de agressão iniciaram a pancadaria que só terminou quando foram escutados os tiros desferidos contra a multidão.

O deputado federal João Agripino (UDN), um dos líderes da campanha argemirista no Estado, que participou do comício, contou anos mais tarde em entrevista que: “Alguém impediu que o grupo da passeata tivesse acesso ao palanque, inclusive policiais impediram esse acesso. A proibição gerou discussão, conflitos, troca de tapa, tiro, e saíram todos aqueles ferimentos e mortes” (*apud* CAMARGO, 1984, p.408).

Os irmãos Trigueiro – acusados pelos udenistas de terem iniciado a confusão, quando ao invés de ocuparem o palanque da Coligação, subiram no espaço do grupo adversário – foram retirados debaixo das pancadas dos cassetetes dos policiais que não perdoaram ninguém que estava próximo do palanque e em cima dele. Rajadas de metralhadora, estampidos de revólveres e pistolas ecoavam ao lado dos gritos das pessoas desarmadas, indefesas e desesperadas que passaram a correr sem direção.

O saldo da tragédia: onze pessoas atingidas pelos tiros, das quais uma em estado grave e dois mortos; além de um bancário que foi espancado até a morte. Com relação aos verdadeiros culpados pela tragédia, muitas versões foram divulgadas. Tanto o lado da Coligação quanto o lado da Aliança passaram a trocar farpas e acusações mútuas, mas ninguém assumiu a

¹⁵² Cerca de cinco requerimentos foram formulados pela Coligação Democrática (PSD) e indeferidos pela polícia local, todos eles relacionados à tentativa de realizar manifestações paralelas a da Aliança Republicana naquele 9 de julho.

responsabilidade (e porque assumiria durante uma campanha eleitoral?). Abaixo descreveremos as principais alegações dos dois partidos em relação aos motivos que levaram ao fatídico 9 de julho:

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA PARAIBANA	ALIANÇA REPUBLICANA
1. a Polícia, arbitrariamente, arrastou Dumerval Trigueiro e Zequinha Trigueiro, de cima do palanque, começou a distribuir cacetadas em todos os circunstantes e depois passou a atirar em direção ao povo; 2. Manoel “Fala-Barato”, exaltado eleitor argemisita, jogou o seu automóvel (tipo “barata”), sobre a multidão, na parte central da Praça da Bandeira; 3. os “paisanos” que atiraram no povo, por trás dos palanques, eram investigadores de polícia, vindos de João Pessoa, como guarda-costas do Professor Pereira Lira, aliados e integrantes de uma prestigiada família local, ligada por estreitos laços de parentesco e amizade a Argemiro de Figueiredo; 4. a intenção de quem ordenou o espingardeamento do povo era sufocar o crescimento da campanha americista através da violência para implantar um clima de amedrontamento; 5. Félix Araújo não tomou parte na preparação da passeata, pois se encontrava em companhia de sua esposa, recolhida ao Hospital Pedro I; 6. a Nota da Delegacia de Polícia, datada de 30 de junho e assinada pelo delegado, tenente Maurício Leite, foi uma justificativa cuidadosamente arquitetada para as violências já então programadas, caso os coligados tentassem realizar alguma promoção política no dia 9 de julho.	1. a passeata da Coligação foi um desrespeito e uma provocação, desde o seu começo, pois na Praça da Bandeira ainda permaneciam muitos argemiristas e a autorização policial garantia a utilização daquele logradouro pela Aliança Republicana, durante o dia e a noite de 9 de julho de 1950; 2. por onde passava a passeata, as pessoas que estivessem vestindo roupas amarelas ou conduzissem outros símbolos dessa cor, eram achincalhadas e espancadas, o que teria ocorrido com empregados das residências dos Srs. Agripino Agra e Artur Freire; 3. a passeata, a partir de determinado ponto, foi comandado por Félix Araújo, que a idealizara; à altura da rua Venâncio Neiva, nas proximidades do Largo da Luz, Félix teria deixado o comando sob a responsabilidade de Dumerval, Zequinha e Mário Araújo, rumando então às pressas, de automóvel, para o Hospital; 4. a utilização do palanque da UDN foi uma provocação imperdoável, verdadeiro acinte, com destruição de cartazes e faixas; 5. quem deu o primeiro tiro foi um vereador do PSD, tentando evitar que os policiais desalojassem seus correligionários de palanque argemirista; 6. a partir do primeiro tiro, a polícia realmente bateu e atirou, para dispersar a multidão, manter a ordem e não ser desmoralizada.

(SYLVETRE, 1982, pp.204, 205)

Uma questão importante surgiu durante a pesquisa desenvolvida pelo jornalista Josué Sylvestre sobre esses acontecimentos. Embora fosse ligado ao argemirismo em Campina Grande – e essa parcialidade fica bem clara quando descreve de forma parcial e apaixonada o perfil político de Argemiro no livro *Lutas de Vida e de Morte* – Sylvestre não pôde analisar os autos do processo-crime que resultou na morte daquelas três pessoas e que feriram outras tantas, porque a principal documentação que ajudaria a esclarecer o ocorrido “sumiu”!

Para o jornalista, cinco pontos devem ser levados em consideração ao analisarmos o trágico episódio:

1. é óbvia e inegável a participação de policiais militares e civis no tiroteio; o que se discute é de quem foi a ordem para que se atirasse contra o povo;
2. Não é possível negar que houve irreflexão e imprudência por parte dos adeptos da Coligação;
3. é ilógico imaginar que o professor Pereira Lira e o deputado Argemiro de Figueiredo fossem permitir ou estimular o massacre contra o povo, pois a festa foi preparada para dar uma inequívoca demonstração de força eleitoral e marcar o início avassalador de uma campanha política que se imaginava vitoriosa;
4. é inconcebível acreditar que um humanista como Félix Araújo fosse capaz de arquitetar um plano diabólico, incluindo a possibilidade de resultar em grande mortandade, com o objetivo de tirar vantagens eleitorais para os candidatos que apoiava (SYLVESTRE, 1982, p.205).

O fato é que outras denúncias já haviam sido perpetradas contra os órgãos de repressão do Estado – polícias Militar e Civil – denunciando os abusos cometidos durante o início da campanha, visando provavelmente intimidar os opositores ao esquema udenista. Através do manifesto intitulado “AO POVO – Na defesa da liberdade individual e dos direitos dos CIDADÃOS”, a direção do PSD, em Campina Grande, denunciava os abusos cometidos pela polícia civil ao prender o operário Severino Sotero Gomes, no dia 13 de março, pelo simples fato dele defender as suas convicções políticas em prol da Coligação Democrática Paraibana. O documento deixava clara a ligação dessas ações, repletas de “efeitos eleitorais”, a figura do governador udenista Oswaldo Trigueiro.

Devemos ainda ressaltar que, por coincidência ou não, o Ministro José Pereira Lira já havia se envolvido em outro episódio idêntico ao da chacina da Praça da Bandeira. No ano de 1946, pouco tempo após a redemocratização do país, um grupo de operários realizou um protesto no Largo da Carioca¹⁵³, em plena Capital Federal, solicitando o aumento dos salários e melhores condições de trabalho.

Foi quando um grupo de policiais, por ordem do então Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, o mesmo José Pereira Lira – chegou ao local e acabou com o ato de protesto da mesma forma que a polícia paraibana agiu contra os partidários da Coligação Democrática na Praça da Bandeira, quatro anos depois: de baixo dos cassetetes, socos, chutes e tiros de metralhadora. Essa relação entre os dois episódios constituiu como um dos motes dos discursos de José Américo, principalmente no proferido no dia 30 de julho, 21 dias após a chacina: “Ódio é fuzilar multidões

¹⁵³ O Largo da Carioca é uma espécie de praça ampla localizada no “coração” da cidade do Rio de Janeiro, onde abriga intensa movimentação de trabalhadores, artistas populares e vendedores ambulantes.

na praça pública, como se estivéssemos num mundo de bárbaros. É a inconsciência da besta humana a espingardear um povo em peso, como se fez no Largo da Carioca e na Praça da Bandeira” (ALMEIDA, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.226).

O curioso é que dias antes do comício da Aliança Republicana na Praça da Bandeira, Félix Araújo parecia prever a tragédia ao alertar a população daquela cidade – através do manifesto intitulado “**TODOS DEVEM SABER**” – sobre o ocorrido no Largo da Carioca e a participação do então ministro Pereira Lira diretamente no episódio. Indagava o panfleto: “Por que José Pereira, não anda só pelas ruas do Rio de Janeiro? Quando necessita sair vai cercado de investigadores”. A resposta a essa pergunta, o próprio manifesto trazia:

Porque em 1946, quando era Chefe de Polícia no Rio, mandou metralhar operários no Largo da Carioca, quando eles se uniram, para pedir aumento de salários, porque estavam morrendo de fome. (...) Eis aí senhores o sanguinário aliado do sr. Argemiro de Figueirêdo.

Paraibanos, deve-se chamar com esse homem, o Carniceiro Humano, Deus nos defenda dessa Féra (ARAÚJO *apud* SYLVESTRE, 1982, p.195).

No caso da “chacina da Praça da Bandeira” – e não só nesse, como em outros episódios durante a campanha de 1950 – a polícia mostrou verdadeiro despreparo e enorme truculência no trato com a população, especialmente contra os partidários da Coligação Democrático Paraibana. Resquícios de um período ditatorial de mais de 10 anos (Estado Novo), recentemente “superados”? Quem deu a ordem para que a polícia acabasse com aquela manifestação? A que interesses essa briosa instituição estava atrelada?

Dez dias antes do comício da Aliança Republicana o delegado de polícia em exercício, Manoel Maurício Leite, havia expedido uma nota, parcial e tendenciosa, contra os partidários coligacionistas. Segundo o delegado:

A população nobre de Campina Grande, tem acompanhado e testemunhado o excesso de tolerância da policia, em face das desordens que estão sendo praticadas, diariamente, por elementos componentes de passeatas noturnas, realizadas pela Coligação Democrática.

Há poucos dias, esses elementos deixaram por terra, ensanguentada, a senhorita Cleonice Limeira, aquém feriram a pedrada.

Trata-se evidente, de um plano preconcebido de agitação e desordens. (...) Além das medidas de caráter preventivo, **a repressão aos desordeiros será feita com o rigor** (grifo nosso) que as circunstâncias impuserem. (LEITE, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.208).

Dos relatos que investigamos, algumas evidências do episódio mostraram-se comuns a todos: o primeiro deles refere-se ao momento em que alguns “policiais fardados foram vistos ajoelhados e fazendo pontaria em direção a multidão” (CAMPOS, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.202); o segundo está relacionado diretamente com a morte da terceira vítima do fatídico conflito, o bancário Rubens de Souza Costa, que foi visto sendo espancado até a morte pelos socos, coronhadas e bordoadas dos cassetetes dos soldados rasos e dos graduados da Polícia Militar. Uma das pessoas que assistiu o massacre dos policiais sobre a população e, em especial, sobre o bancário, foi o advogado e presidente do diretório do Partido Socialista Brasileiro, Aluísio Afonso Campos. Este tentou salvar a vítima que se encontrava caída ao chão, já desfalecida, como ele mesmo relatou em uma carta enviada ao Governador em exercício, José Targino, vice de Oswaldo Trigueiro, solicitando providências do Chefe do Executivo paraibano em relação ao episódio, dando ênfase a violenta ação policial. “Apanhei nos braços um bancário pacato, arrimo da sua pobre mãe e de irmãs solteiras, com a cabeça esmigalhada pelo porrêto de um policial, tendo eu presenciado à distância o golpe desferido” (CAMPOS, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.210).

O testemunho de Aluísio Campos tornou-se essencial para que entendêssemos melhor os motivos que geraram o conflito e a atitude totalmente parcial assumida pela polícia diante da situação caótica. Além de ser testemunha ocular dos diversos acontecimentos daquele domingo sangrento, ao que parece, Aluísio Campos não estava ligado politicamente a nenhuma das duas correntes majoritárias que disputavam a campanha e que haviam protagonizado o confronto na Praça da Bandeira, e isso ficou claro.

Não sou coligacionista nem adversário da chamada Ala Republicana, liderada pelos deputados Argemiro de Figueirêdo e Ministro-Pereira Lira. Pertença ao Partido Socialista Brasileiro, cuja Seção tenho a honra de presidir na Paraíba e que ainda-não tomou posição na luta pela sucessão do governo estadual (SYLVESTRE, 1982, p.210).

Na mesma carta ele afirma que em nenhum momento houvera provocações desmedidas dos “coligacionistas”, pois a passeata improvisada de estudantes em prol de José Américo só aconteceu horas depois do término dos shows do comício da Aliança Republicana. O único ato deliberado pelo grupo de estudantes, segundo Afonso Campos, foi o de balançar os lenços brancos ovacionando o nome do seu candidato preterido quando, “(...) minutos depois de estacionada, essa passeata era tiroteada barbaramente. (...) Nunca testemunhei facínoras fardados

investiram de modo tão selvagem sobre o povo para matá-lo friamente” (SYLVESTRE, 1982, p.210).

Estarrecido diante dos acontecimentos e, principalmente, depois de ver com tristeza e revolta o sangue de uma gente inocente e indefesa sendo derramado “(...) pelos defensores da ordem e da segurança pública” (SYLVESTRE, 1982, p.210), Aluízio Campos apela para o bom senso do delegado de polícia de Campina, o major Ascendino Feitosa, e solicita que o governador abra um inquérito para apurar o ocorrido de forma mais imparcial possível. Porém o próprio Aluízio demonstra, em suas palavras, dúvidas em relação a imparcialidade, pois a polícia sempre se configurou – até o presente momento – como o braço armado do Estado, governado na época pelo grupo udenista.

Por isso apelo para que V. Excia. Restaure definitivamente a ordem e seja imparcial. Mas si não quizer ou não puder sê-lo, apelo para que, pelo menos, não seja o seu governo um governo policial – criminosamente policial, homicidamente policial (CAMPOS, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.210).

Duas testemunhas oculares do episódio – Mário Araújo e sua esposa, na época namorados – presenciaram a participação direta das polícias Militar, Civil e Federal durante o referido massacre, reforçando em seu depoimentos o importante papel assumido por Aluízio Campos no exato momento do confronto:

Dizem que Aluízio Campos se apropriou dos fatos, mas ele enfrentou, ele enfrentou e ainda estavam atirando. Pistoleiros bem vestidos, de gravata, vestidos a rigor, que eram membros da polícia especial do Rio de Janeiro. Ajoelhados e atirando contra o povo e a gente vendo, eu vi. E vi quando Aluízio Campos desceu de uma camioneta, vindo contra a multidão que corria, gritando: ‘Não atire contra o povo’. Dizem que Aluízio teria se aproveitado (do episódio), mas ele enfrentou, enfrentou de verdade! Eu estive lá, eu e ela, minha esposa (Entrevista realizada no dia 20 de maio de 2010).

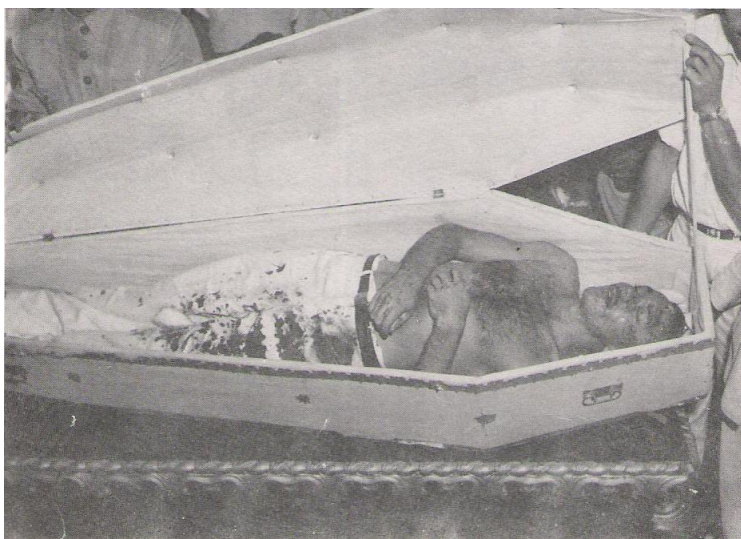
Ainda sobre a morte do bancário Rubens Costa, o ex-Vereador Mário Araújo afirma que: “Rubens Costa, o bancário, caiu nos meus pés. Eu o ajudei, fui eu quem o reconheci. Eu era bancário também, ele era da casa bancária Magalhães Franco, fui eu quem o apanhei” (Entrevista realizada no dia 20 de maio de 2010).

Além da morte do bancário, mais dois trabalhadores foram mortos durante a “chacina da Praça da Bandeira”: o operário chamado José Ferreira dos Santos, de apenas 16 anos, que

trabalhava em uma oficina de fundição na Avenida Getúlio Vargas, chamada Thomas Shaefer, na cidade de Campina Grande; e o mecânico Oscar Coutinho da Silva¹⁵⁴ que veio do Estado pernambucano (Recife) para instalar o elevador do novo edifício dos Correios e Telégrafos, inaugurado. Uma triste ironia do destino ou uma ação destemperada e arbitrária das Polícias Militar, Civil e Federal?

A partir das análises empreendidas até o presente momento, fica evidente que houve sim a participação das polícias durante a “chacina da Praça da Bandeira”. O exemplo (familiar), relatado por Mário Araújo, durante entrevista concedida a nossa pesquisa, reforça ainda mais essa tese:

Tem um parente dela (esposa) que chegou a ser coronel da polícia, Cícero Pereira de Andrade, ele era sargento, sargento Cícero. Eu vi Cícero ajoelhado atirando contra o povo. E um belo dia ele almoçou na minha casa, eu morava em outra casa no centro da cidade. Eu não me agüentei, comendo uma buchada lá em casa, falei para ele: cumpadre Cícero eu não posso olhar para você rapaz, vendo você ajoelhado atirando contra o povo na Praça da Bandeira. ‘Eu não atirei não’! Atirou e eu vi! Aí ele levantou-se, não almoçou e foi embora. Mas eu disse! Ele era primo legítimo dela (esposa) (Entrevista realizada no dia 20 de maio de 2010).



Cadáveres de duas, das três vítimas fatais: o mecânico pernambucano Oscar Coutinho, acusado de ser um dos supostos “agitadores comunistas”.

¹⁵⁴ Interessante ressaltar a publicação de uma das matérias do jornal A Manhã, no dia 15 de julho de 1950, mais especificamente, a forma como esse órgão a imprensa tratou da morte desse trabalhador, acusando o operário de ser um agitador comunista filiado ao extinto PCB (SYLVESTRE, 1982, p.215).



E o operário campinense José Ferreira dos Santos. (SYLVESTRE, 1982, p.222).

A tragédia abalou profundamente todo o Estado paraibano e, em especial, a cidade de Campina Grande. No dia seguinte após o corrido, a cidade estava “deserta”, o medo de novos confrontos e o luto pelas perdas humanas fizeram de Campina Grande um cenário desolador. A polícia local recebera reforços, pois inúmeros foram os boletins e notas de repúdio – elaborados pelos coligacionistas – contra a ação nefasta realizada por aqueles que deveriam proteger os cidadãos campinenses. Os partidários do ministro Pereira Lira – dentre eles jornalistas, repórteres de diversas rádios e comentaristas políticos – divulgavam que o trágico episódio fora encabeçado pelo coligacionista Félix de Sousa Araújo e que “tudo não passava de uma ação subversiva de conhecidos agitadores comunistas” (SYLVESTRE, 1982, p.206). O jornal *A Manhã* foi um destes meios de comunicação que acusou Félix Araújo de ser um dos responsáveis pelo ocorrido: “Comenta-se a ação comunista nos casos aqui ocorridos, pela presença nesta cidade do conhecido agitador Félix Araújo” (*A MANHÃ*, 15 de julho de 1950, p.03).

Do outro lado, a maior parte dos líderes da Coligação Democrática Paraibana fizeram-se presentes durante o enterro das vítimas. O curioso é que o cortejo fúnebre partiu da casa do candidato a deputado estadual coligacionista Severino Cabral, que não possuía parentesco algum com nenhuma das vítimas, numa clara apropriação daquele triste evento em prol da campanha de José Américo. Esse episódio foi denunciado em um manifesto publicado pela UDN, no dia 12 de julho, e assinado pelo ministro Pereira Lira. Já no final, o documento afirmava:

Foram eles que realizaram a passeata e o comício proibidos pela Polícia, em franca atitude de provocação e de desordem. Foram eles que, ainda agora, insuflando a massa por ocasião do sepultamento das pessoas mortas no conflito, realizaram, em pleno cemitério, verdadeiro comício político,

onde se ouviram até palmas estrepitosas dos assistentes (LIRA, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.211).

Diante do trágico acontecimento, o Governador José Targino, substituto de Oswaldo Trigueiro, solicitou ao Tribunal de Justiça uma “Comissão Judiciária” para que se abrisse um inquérito e apurasse quem foram os verdadeiros culpados. Porém o seu pedido foi negado. Não obtendo tal êxito, designou uma comissão chefiada pelo promotor Aurélio Moreno de Albuquerque.

Durante boa parte da última quinzena do mês de julho, uma sucessão de discursos invadiu a Assembléia Legislativa do Estado, a Câmara dos Deputados Federais e o Senado. Cada grupo político procurava demonstrar – a partir das suas percepções e dos seus interesses – os fatos que levaram a tragédia. Percebendo a rápida repercussão dos acontecimentos, pois os jornais da Capital Federal já noticiavam a violência na Paraíba, José Américo enviou um telegrama ao governador, solicitando que os fatos fossem apurados com a maior imparcialidade possível.

Basta um gesto seu, afastando as autoridades facciosas e criminosas, colocando elementos que saibam cumprir suas ordens nesta hora de comoção do Brasil espantado com o sangue derramado de nossos conterrâneos. Cordiais saudações. José Américo (A União, 14/07/1950, p.01).

Notícias circulavam a todo o momento e muitas relatavam um possível descaso das autoridades na apuração dos fatos. Dias depois, o deputado José Jofily e o prefeito de Campina Grande, Elpídio de Almeida, se pronunciaram através de “reclamações telegráficas” ao governador exigindo mais rigorosidade na apuração dos fatos e punição urgente para os culpados.

No Rio de Janeiro, José Américo acusa o ex-governador Oswaldo Trigueiro, o deputado Argemiro de Figueiredo e o ex-ministro Pereira Lira de terem sido os instigadores da perturbação que atingira Campina Grande e, ainda, escreve uma “Carta a todos os paraibanos” (CAMARGO, 1984, p.532)¹⁵⁵ rompendo definitivamente com Oswaldo Trigueiro e a UDN. Revoltado com a acusação, Oswaldo Trigueiro publica uma carta com mais de três páginas no jornal “A União”, rebatendo as acusações feitas pelo senador.

(...) Assim como a Ruy Carneiro considerava ‘um cachorro que vivêra a lamber-lhe os pés’, resolveu apontar-me á execração do país, (...) A opinião da Paraíba há de achar estranho que me considerem responsável pelos fatos ocorridos em Campina Grande (...) Eu já não era governador e,

¹⁵⁵ O documento na íntegra encontra-se no Apêndice 24 do livro CAMARGO, Aspásia, 1984, p.536.

em Campina Grande, já nem sequer havia autoridade por mim nomeada (A União, 18/07/1950, p.01).

O que antes era antes uma questão de desavença no campo político, passava, a partir de então, para a divulgação de questões pessoais entre os dois políticos. Ainda na referida carta, Oswaldo Trigueiro desfecha duras críticas às posições adotadas por José Américo enquanto homem público.

(...) Afirmou o senador José Américo que lhe devo o primeiro emprego que consegui na vida pública. (...) Meu primeiro emprego foi o de promotor de justiça na Comarca de Teófilo Otoni, Estado de Minas, cargo que fui nomeado pelo então presidente Melo Viana (...) Nessa época remota, o dr. José Américo, simples advogado nesta capital, ainda não desempenhava as funções de gestor do sistema planetário (A União, 18/07/1950, p.03).

Para piorar ainda mais o clima da campanha política na Paraíba, a carta é lida na sessão da Câmara Federal, no dia 20 de julho, pelo então deputado udenista Ernani Sátiro, e divulgada, no dia seguinte, na imprensa carioca através do jornal A Manhã. Tais desavenças perdurariam até o fim das eleições, em outubro de 1950.

Ainda nesse mesmo período, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), através da sua comissão municipal – presidida em Campina Grande pelo advogado Aluizio Campos –, lança um manifesto de repúdio às medidas tomadas pelo delegado de Campina Grande, major Ascendino Feitosa, dias depois da tragédia. Segundo o documento, o delegado proibira qualquer tipo de manifestação política (passeatas, comícios, dentre outros), além de praticamente decretar um verdadeiro estado de sítio naquele município, oprimindo a população ao invés de tranquilizá-la, e ameaçando “a liberdade de reunião e à livre manifestação do pensamento, garantidas pela Constituição da República e pela legislação e instruções eleitorais, especialmente em período de propaganda política” (CAMPOS, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.213). Finalizando o documento, os partidários do PSB convocavam a população para comparecerem “Sem medo” as urnas no dia 3 de outubro, deixando também um recado enfático para o delegado e a UDN:

Os que ousam amedrontar, só pretendem colher os frutos do temor ou da capitulação; só lhes interessa que os eleitores se acovardem, votando contra a consciência, ou deixando de votar. O bravo povo de Campina, esse povo que aprendeu a ter vontade e sabe dirigir-se a si mesmo, não capitulará.

A morte dos mártires de 9 de julho não abalará as suas determinações (CAMPOS, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.213).

As atitudes coercitivas e de repressão exercidas pelas polícias do Estado jamais seriam aplicadas para todos os partidos e alianças, isso fica claro nas atitudes assumidas pelos udenistas após a chacina. Usando da prerrogativa de estarem à frente do poder executivo paraibano, a UDN continuou atacando os seus adversários (Coligação Democrática Paraibana) lançando – dias depois do comunicado expedido pelo delegado – uma nota na Rádio Borborema repleta de insinuações contra a oposição: “CAMPINENSES: – PARA TUA TRANQUILIDADE A COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA NÃO REALIZARÁ MAIS PROVOCADORAS PASSEATAS” (SYLVESTRE, 1982, p.213).

Outro importante acontecimento que mostra como o governo da UDN agia – de forma totalmente parcial – durante esse período foi o afastamento e substituição do juiz do município de São João do Cariri, Sr. José Demócrito. Este, após barrar alguns “alistamentos irregulares” dos filiados udenistas, e ter reclamado da falta de garantias para a realização pacífica das eleições que ainda iriam acontecer, foi, sem demora, afastado de suas funções pelo Tribunal de Justiça a pedido do Governador udenista, José Targino, e “(...) punido com uma suspensão de 60 dias. Após, será removido para uma comarca de igual entrância ou posto em disponibilidade na forma da legislação vigente” (A União, 25/08/1950, p.01).

Esse era o “fim” de algumas pessoas que se opuseram a “máquina” udenista durante a campanha, daí José Américo ter afirmado em uma entrevista, décadas depois, que: “A campanha de 1950 foi duríssima. Travei luta contra Dutra e contra Oswaldo Trigueiro. Foi a campanha mais violenta que eu ganhei” (*apud* CAMARGO, 1984, p.330).

Embora o retrospecto da campanha eleitoral não tenha sido favorável a um ambiente de paz e tranqüilidade, na Paraíba as eleições¹⁵⁶, propriamente ditas, transcorreram de forma pacífica. Com o término das votações e apuradas todas as urnas estabelecidas nos diversos municípios do Estado, o povo elegeu, em 03 de outubro de 1950, com 147.093 votos, José Américo como novo governador do Estado, tendo como vice-governador João Fernandes de Lima, importante figura no meio político, proprietário da Usina Monte Alegre. João Fernandes possuía grande influência política na região de Mamanguape, exercendo o mandato de deputado estadual pelo PSD e presidente da Assembléia Legislativa. A Aliança Republicana representada por Argemiro de Figueirêdo e Renato Ribeiro Coutinho receberam 111.152 votos. Dessa forma

¹⁵⁶ As tabelas com os resultados das eleições de 1950, para os cargos de Governador, Vice-Governador, Senador, Deputados Federais e Estaduais encontram-se no ANEXO U – QUADRO 13, p.293-295.

verifica-se a vitória da Coligação Democrática Paraibana com uma diferença de 35.941 votos em relação à oposição.

Mas a maior de todas as vitórias dos coligacionistas se deu no próprio terreno argemirista, ou seja, no berço da atuação de Argemiro no Estado paraibano: a cidade de Campina Grande. Sem sombra de dúvidas, esse acontecimento configura-se como a mais amarga de todas as derrotas¹⁵⁷ já experimentadas por Argemiro frente ao poderio americista/pessedista nesses cinco anos após a redemocratização do país e criação da UDN em 1945.

Com uma diferença de 4.478 votos, José Américo (17.248 votos) supera Argemiro (12.770 votos). Ninguém jamais poderia imaginar – e nem mesmo o próprio Argemiro – que uma façanha destas poderia ocorrer, pois “(...) perder no Estado era uma contingência da luta. Perder na sua terra jamais lhe ocorrera essa hipótese” (SYLVESTRE, 1982, p.259).

Quando comparamos o desempenho dos dois partidos majoritários no Estado da Paraíba (UDN/AR e PSD/CDP) durante as eleições de 1947 e 1950, percebemos efetivamente uma ascensão pessedista/coligacionista em todos os números até então apresentados nesta última eleição. Mais uma vez os dados comprovam o peso político da dissidência americista e, principalmente, do seu maior representante – o Governador eleito, José Américo de Almeida – a partir do momento em que se aliaram aos integrantes do PSD – do Senador eleito, Ruy Carneiro – e deram mais força a antiga Coligação Democrática.

¹⁵⁷ Novamente após ser derrotado – pela segunda vez – em sua cidade natal e berço do seu poder político, Argemiro lança um manifesto “AOS PARAIBANOS” e, em especial, a população de Campina Grande. Dirigindo-se a população paraibana “(...) sem distinção de suas preferências partidárias” (SYLVESTRE, 1982, p.263), o candidato derrotado levanta suspeição em relação ao número de votos obtidos pela Coligação Democrática Paraibana naquela cidade: 17.248 votos. Segundo Argemiro: “A Paraíba já está ciente e consciente dos fatores que abateram á gloriosa ALIANÇA REPUBLICANA. Os cicoenta mil eleitores que **votaram em separado**, por não serem eleitores das secções onde votaram, explicam e ilustram, em grande parte, as razões da derrota” (ARGEMIRO, *apud* SYLVESTRE, 1982, p.263). Teria realmente procedência essa denúncia candidato derrotado, ou esse seria mais um daqueles manifestos escritos por Argemiro no calor da hora, repleto de insinuações capciosas contra José Américo, como os distribuídos em 1947 após a vitória de Elpídio (PSD) sobre Veneziano (UDN)? O que os dados mostram é que Argemiro de Figueirêdo tentou, em vão, desprestigiar a vitoriosa campanha de José Américo (CDP) sobre o imenso poderio aliancista/udenista no Estado da Paraíba. Como o próprio José Américo descreve, décadas depois, em seu livro “A Palavra e o Tempo (1937-1945-1950)”: “(Tive) que topar forças consideradas invencíveis: o Governo Federal, o Governo Estadual, quase todas as prefeituras, o que havia de mais forte e aparelhado para vencer. A U.D.N. deixara-se impressionar pela suposta popularidade do meu competidor e deu as costas a um dos seus antigos presidentes. Fiz aliança com o P.S.D., secção do Estado, que se achava de baixo, além de ter perdido vários elementos influentes atraídos pelo Catete. (...) Fiz a campanha mais vivo e vigoroso do que nunca. Varava o sertão com sol batendo na cara, comendo poeira, como nos dias combativos de 1930. Derramou-se sangue nas ruas. Jogaram lama na minha comitiva, (...) Fizeram de tudo e perderam feio. Deu-me trabalho, mas venci...” (ALMEIDA, 1985, pp.298, 299).

Além de conseguir eleger os seus candidatos para os cargos mais importantes do Executivo Paraibano – Governador, Vice-Governador – a Coligação Democrática Paraibana elegeu o único Senador (Ruy Carneiro), além de 6 Deputados Federais (contra 4 da AR/UDN), empatando apenas no número de Deputados Estaduais com a Aliança Republicana: 20 eleitos para cada chapa.

Contudo, ao analisarmos os quadros¹⁵⁸ de votação nos 41 municípios paraibanos onde ocorreram as eleições, percebemos que a maior de todas as diferenças entre os candidatos concorrentes se deu nas eleições para Governador do Estado. A campanha liderada por José Américo surtiu efeito em mais de 50% dos municípios existentes, ou seja, o candidato da Coligação Democrática Paraibana¹⁵⁹ superou a oposição em 31 municípios¹⁶⁰ do Estado: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Antenor Navarro, Areia, Bananeiras, Batalhão, Bonito de Santa Fé, Cajazeiras, Campina Grande, Conceição, Guarabira, Ibianópolis, Ingá, João Pessoa, Jatobá, Mamanguape, Monteiro, Patos, Piancó, Picuí, Pilar, Pombal, Princesa Isabel, Santa Luzia, Santa Rita, Sapé, Serraria, Souza, Tabaiana (Itabaiana), Teixeira e Umbuzeiro. Os municípios onde a Aliança Republicana saiu vitoriosa foram: Araruna, Brejo do Cruz, Cabaceiras, Caiçara, Catolé do Rocha, Cuité, Esperança, Maguari, Misericórdia e São João do Cariri.

No dia 01 de fevereiro de 1951, José Américo chegou a João Pessoa vindo do Rio de Janeiro, Capital Federal, desfilando em carro aberto pelas principais ruas da cidade. Os primeiros discursos foram proferidos na Praça Bela Vista¹⁶¹, em Jaguaribe, pelo deputado Pedro Gondim e pelo prefeito de João Pessoa, Oswaldo Pessoa. Da praça o cortejo seguiu pela Rua das Trincheiras até a Assembléia Legislativa, onde uma multidão aguardava o governador. Em praça pública os dois assinaram o termo de posse dos cargos¹⁶². O evento foi transmitido ao vivo pelas

¹⁵⁸ Os quadros contendo todos os resultados das eleições de 1950 para Governador do Estado, nos 41 municípios paraibanos existentes nesse período, encontram-se no ANEXO V – QUADRO 14, p.295-305. Curiosamente nos registros do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba não constam os dados eleitorais do município de Sumé, referentes ao ano de 1950.

¹⁵⁹ Importante articulação política configurou-se no apoio do líder do “Grupo da Várzea”, o industrial Virgínio Veloso Borges que, embora fosse um dos líderes da UDN na Paraíba, declarou abertamente o seu apoio ao Governador José Américo no dia de sua posse.

¹⁶⁰ As tabelas contendo os dados dos municípios que registraram as maiores diferenças no número de votos entre José Américo e Argemiro de Figueiredo encontram-se no ANEXO X – QUADRO 15, p.307.

¹⁶¹ O Flagrante do momento em que José Américo discursava na Praça Bela Vista ao lado de seu Oficial de Gabinete, Josmar Toscano Dantas, encontra-se no ANEXO R deste trabalho, p.290.

¹⁶² Como discurso norteador para o seu programa de governo, José Américo elegeu três prioridades que seriam os pilares de sustentação para desenvolvimento do Estado da Paraíba: Produção, Saúde e Assistência, “(...) entendida esta última no seu sentido mais lato: de amparo e valorização do homem e de justiça social” (ALMEIDA, 1951. P.15). Dessa plataforma de governo apontada pelo novo governador, nos debruçaremos efetivamente sobre a última

rádios Tabajara, Arapuan, Cariri e Borborema de Campina Grande. Em um discurso memorável, José Américo fala dos problemas que enfrentou durante a campanha mais violenta que já se verificou no estado paraibano:

Prometo acima de tudo um regimen de moralidade. Não venho praticar violências. Não guardo ódio nem rancores. Mas, ninguém deverá estranhar a severidade das minhas sanções contra o crime e a desonestidade (Do discurso do Gov. José Américo de Almeida) (A União, 01/02/1951, p.01).

base de sustentação, pois a partir da análise das fontes primária e secundária, percebemos que os discursos e práticas de cunho assistencialista perpassam boa parte do projeto governamental americista, especialmente, quando o assunto são as ações de combate a seca de 1951-1952. No campo das medidas relacionadas à idéia de moralidade pública, instituídas por José Américo – ou por sua influência direta – no início do seu governo, destaca-se a prisão de vários policiais militares envolvidos no episódio do dia 09 de julho de 1950 na cidade de Campina Grande, fato mais conhecido como a “chacina da Praça da Bandeira” e que marcou profundamente a história da política paraibana. No final do mês de fevereiro de 1951, o juiz titular da 2ª Vara da Comarca de Campina Grande, Darcy Medeiros, decretou a sentença de prisão dos envolvidos naquele trágico acontecimento. Entre a noite do dia 03 e a madrugada do dia 04 de março, foram presos e enviados para o quartel da Praça Pedro Américo, em João Pessoa, nove, dos vários policiais que abriram fogo contra a multidão. Entre os envolvidos estavam: “Majores Ascendino Feitosa e João Gadelha de Oliveira, tenente Maurício Leite e Albertino Francisco dos Santos; sargentos Antonio Ferreira Barros, Valdevino Arruda Novo, Severino Gomes Inácio, Joél Basilio da Costa e Arcelino de Brito Primo” (A UNIÃO, 04/03/1951. P.01). Três dias depois, outro policial – também acusado de participar da chacina – foi preso na cidade de Recife e transferido para Campina Grande. Tratava-se do “(...) ex-cabo e ex-sargento da Polícia Militar do Estado (que depois de cometer o crime, foi promovido pelo governo passado) de nome José Pereira da Silva” (A UNIÃO, 07/03/1951. P.04).

CAPÍTULO IV - Obras, assistencialismo e a imprensa no Governo José Américo.

4.1 “Herança maldita”, austeridade e assistencialismo – marcas do novo governo.

Ao receber as “chaves” do Palácio da Redenção, como medida prioritária, José Américo determina um completo levantamento de todas as contas dos dois governadores udenistas anteriores¹⁶³: Oswaldo Trigueiro e José Targino. Os problemas gerados pela construção da barragem de Marés e outros gastos financeiros de menor porte levaram o novo governador a expor para toda a população paraibana, através do veículo de comunicação de maior propagação na Paraíba, o jornal A União, a “real”¹⁶⁴ situação orçamentária do Estado, exibindo as receitas previstas, as despesas e os déficits. Com propriedade podemos afirmar que a barragem de Marés se tornou o caso mais emblemático entre os rombos deixados pelos dois governos udenistas aos cofres públicos do executivo paraibano. A nossa afirmação parte do princípio de que o custo total para a construção da nova barragem, que “(...) previa nova captação em barragem a ser construída, no Rio Marés, estação de tratamento e filtros, usina elevatória e linha adutôra em tubos de aço, com cinco quilômetros de extensão” (A UNIÃO, 28/01/1950, p.1), chegaria à vultosa soma de Cr\$ 13.700.000,00 (treze milhões e setecentos mil cruzeiros), segundo o levantamento realizado pelo Escritório Saturnino de Brito – construtora sediada na capital federal, contratada para a realização das obras – e que foi entregue ao governo do Estado no dia 1 de outubro de 1948.

¹⁶³ O primeiro governo foi o do jurista e ex-prefeito de João Pessoa, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello, eleito no dia 19 de janeiro de 1947 – curiosamente como o primeiro governador eleito pelo voto direto após a redemocratização –, tomou posse no dia 06 de março desse mesmo ano, permanecendo no cargo até o dia 30 de junho de 1950, quando renunciou; o segundo governo, o de José Targino, que ocupou o cargo durante um curto espaço de tempo, entre 1 julho de 1950 e 30 de janeiro de 1951, durante exatos sete meses. Membro da ala argemirista da UDN, a indicação de seu nome ao cargo de governador substituto causou estranheza, dúvidas e contestações no seio do partido. Herdou do seu amigo e aliado político um Estado endividado com cerca de “(...) 40 milhões de cruzeiros de atrasados que vinham dos meses de crise de renda do Estado” (A UNIÃO, 01/02/1951, p.01), além dos problemas gerados pela construção da barragem de Marés que se iniciou no dia 01 de dezembro de 1948, ainda durante a gestão de Oswaldo Trigueiro, e que também não foi concluída durante a sua curta passagem pelo governo. Vale salientar que, incluindo o governo anterior, até o final do mandato de José Targino, já haviam sido gastos cerca de 15 milhões de cruzeiros destinados a obra, através de um empréstimo concedido pelo governo federal, e mais 3 milhões de cruzeiros retirados dos cofres do Estado.

¹⁶⁴ Não podemos esquecer que o jornal A União pertencia – e ainda pertence – ao Governo do Estado da Paraíba. Veículo de comunicação impresso que se tornou um verdadeiro panfleto de divulgação das obras dos governadores, desde a sua fundação no dia 02 de fevereiro de 1893, pelo então presidente da Província, Álvaro Machado. Curiosamente A União é o único jornal oficial que ainda circula no Brasil. Mais informações a esse respeito, vide o sítio <http://pt.io.gov.mo/Links/record/495.aspx> (Data da consulta: 25/11/2010 - Hora: 16:45 min.).



Vista aérea da construção, ainda em andamento, da barragem de Marés (A União, 28/01/1951, p.1).

Desde o mês de julho, desse mesmo ano, o governador Oswaldo Trigueiro já havia contraído um empréstimo junto a Caixa Econômica Federal no valor de 15 milhões de cruzeiros, ou seja, com uma folga financeira de 1 milhão e 300 mil cruzeiros para as despesas extras. O fato é que passados 15 meses, desde o dia 4 de outubro de 1948, data em que foi assinado o contrato com o Escritório Saturnino de Brito, até o dia 30 de janeiro de 1950 – último dia da gestão de José Targino –, as obras da barragem ainda não haviam sido concluídas efetivamente e os gastos com a obra chegavam à exorbitante quantia de Cr\$ 15.142.000,00 (quinze milhões cento e quarenta e dois mil cruzeiros). A partir dessa análise surgem algumas questões: por que o custo da obra ultrapassou significativamente o valor estipulado nos estudos empreendidos pela firma contratada e entregues ao governo udenista? Por que a obra, que já havia entrado para o seu décimo quinto mês, não havia sido entregue durante as gestões dos dois governadores udenistas, já que a inauguração desta consequentemente ficaria a cargo do governo sucessor, o inimigo político, José Américo?

A resposta para essas indagações nem mesmo o jornal A União, nos últimos momentos das gestões udenistas, conseguiu responder satisfatoriamente: “Por motivos de natureza diversa, a conclusão dessas obras está retardada de vários meses, de modo que a atual administração não poderá deixar o novo serviço em funcionamento como era de seu propósito” (A UNIÃO, 28/01/1950, p.01). Para piorar ainda mais a situação, o Escritório Saturnino de Brito afirmava que, para conclusão das obras, era necessário gastar ainda cerca de Cr\$ 2.100.000,00 (dois

milhões e cem mil cruzeiros), ou seja, os gastos com as obras da barragem de Marés chegariam a Cr\$ 17.242.572,50 cruzeiros.

A saber, a dívida do Estado da Paraíba, “herdada” por José Américo, cresceu sensivelmente desde o governo de Oswaldo Trigueiro até a data de sua posse, segundo o balanço realizado a partir do dia 01 de fevereiro pelo novo Secretário de Finanças, João Jurema. Esses dados foram divulgados¹⁶⁵ dez dias depois para toda a população paraibana através do jornal A União:

QUADRO 16 – DÍVIDAS “HERDADAS” AO ASSUMIR O GOVERNO DA PARAÍBA		
Governadores	Oswaldo Trigueiro	José Américo
Data da posse	06 de março de 1947	01 de fevereiro de 1951
Valor total do débito ao assumir o poder (em cruzeiros)	Cr\$ 22.197.129,20	Cr\$ 83.661.909,20

(Fonte: A União, 07/03/2010, p.03).

Esses valores mostram que houve um sensível crescimento da dívida passiva do Estado, alcançando o valor total de Cr\$ 61.464.780,20 cruzeiros entre os anos de 1947-1950. Esse déficit orçamentário – que já vinha rolando desde a redemocratização do país – trouxe inúmeros transtornos para a Paraíba durante os últimos meses das administrações udenistas, segundo o governador José Américo, que os acusou de “desvio de finalidades”:

Ocorreram graves transtornos, como a paralização de obras iniciadas, o atraso no pagamento das contas e do funcionalismo, etc., o que deu lugar, entre outras ilegalidades, a apropriação de depósito de verbas federais para despesas ordinárias. (ALMEIDA, 1951, p.5).

¹⁶⁵ A “resenha diária do tesouro do Estado”, ou seja, as demonstrações da receita arrecadada e das despesas efetuadas pelo Estado tornaram-se uma constante entre as matérias veiculadas quase que diariamente pelo jornal A União, seção do Diário Oficial, durante o governo de José Américo. Vale a pena ressaltar que a idéia de publicar a “resenha diária do tesouro do Estado” não foi uma atitude que surgiu durante o governo americista. Segundo o jornal A União, ela nasceu durante o governo de João Pessoa: “O Governador José Américo extranhou, ao assumir o cargo, a negligência na divulgação diária da referida resenha financeira, pelo qual o povo pode acompanhar o fluxo e refluxo das rendas do erário e, necessariamente, formular juízo quanto às normas adotadas pela administração no controle dos gastos. A restauração da nota diária do Tesouro, cuja publicação, conforme salientou, **numa evocação sentimental** (Grifo nosso), o chefe do executivo foi instituída na Paraíba por João Pessoa, não é nada e significa tudo. Significa o empenho de concertar e reajustar os interesses do povo, onde quer que se encontrem” (A União, 14/03/1951, p.5).

A partir do mês de março, o jornal A União passa a veicular uma série de reportagens que iriam “estardecer a opinião sensata de nossa terra” sobre o desvio de finalidades e desaparecimento de parte das verbas federais destinadas ao progresso econômico do Estado, denúncia essa entregue pessoalmente pelo governador José Américo a Assembléia Legislativa:

Do depósito especial de Cr\$ 10.000.000,00, por exemplo, recebido em 29 de outubro de 1949 como ‘Auxílio Federal para desenvolvimento econômico da Paraíba’, foi entregue ao Departamento Estadual de Estradas e Rodagem a quantia de Cr\$ 4.524.092,10 que a empregou de acordo com a sua finalidade. A quantia de 5.000.000,00 foi, porém, utilizada no pagamento de despesas comuns do Estado, inclusive vencimentos do funcionalismo (ALMEIDA, 1951, p.07).

Reforçando ainda mais essas denúncias, o jornal A União abre um espaço entre as suas matérias – uma espécie de coluna política, que a partir do referido mês passa a compor os espaços da terceira página do jornal – para a divulgação da opinião de um aliado de peso do governador José Américo: o grande escritor regionalista, paraibano da cidade de Pilar, José Lins do Rêgo Cavalcanti que, desde 1946, vivia na capital federal e escrevia os seus artigos para os jornais cariocas. Uma sequência de denúncias é encabeçada por José Lins contra aqueles que deixaram o...

(...) Estado em situação de miséria. **Cofres vazios**, apesar da arrecadação acima de todas as expectativas. Mas a imprevidência e as lutas políticas tinham perturbado o bom senso dos administradores, **a ponto de conduzirem as verbas para o funcionalismo a somas absorventes. O Estado quase que só arrecada para pagar um pessoal numeroso, que se fez cliente do erário público**, sugando as energias de um povo que trabalha dia e noite. (...) Tomaram as vacas gordas como a normalidade e abusaram dos tempos de fartura. E o resultado é este que está aí. A nossa querida Paraíba, numa petição de miséria (Grifos nosso) (CAVALCANTI *apud* A UNIÃO, 03/03/1951, p.3).

Para resolver essa situação de “falência” sócio-econômica do Estado paraibano, José Lins passa a evocar a imagem do “grande José Américo”, aquele que sabia, “como poucos brasileiros, o que é administração”. Finalizando seu artigo-denúncia, o escritor paraibano afirma que em pouco tempo José Américo já estava a par de toda a calamidade que havia se instalado durante os governos anteriores¹⁶⁶ e que: “A sua querida Paraíba não está estendendo a mão à caridade

¹⁶⁶ Interessante ressaltar que em nenhum momento José Lins do Rêgo cita o nome dos governadores anteriores e o partido ao qual estavam atrelados. As duras críticas desferidas pelo escritor nunca eram direcionadas a UDN.

pública, está somente chamando a atenção dos maiores responsáveis para uma situação de gravidade (CAVALCANTI, *apud* A UNIÃO, 03/03/1951, p.3).

Abaixo seguem dois quadros que reforçam ainda mais a tese de “desvio de finalidades” praticadas pelos governos udenistas: o primeiro descreve o orçamento previsto para o ano de 1950, composto a partir dos dados apresentados em 1949; e o segundo é composto a partir do levantamento financeiro e da análise empreendida pela Secretaria de Finanças do novo governo:

QUADRO 17 – ORÇAMENTO PREVISTO PARA O ANO DE 1950 (OBS: prevista a partir da prorrogação do ano de 1949)	
<i>Receita Prevista</i>	Cr\$ 117.465.648,00
<i>Despesa Prevista</i>	Cr\$ 121.465.648,00
<i>Déficit Previsto</i>	Cr\$ 4.000.000,00

(Fonte: ALMEIDA, 1951, p.5)

QUADRO 18 – ORÇAMENTO “REAL” COMPOSTO A PARTIR DOS DADOS LEVANTADOS PELO GOVERNO DE JOSÉ AMÉRICO APÓS A POSSE	
<i>Receita Arrecada</i>	Cr\$ 152.670.858,90
<i>Despesas</i>	Cr\$ 157.700.557,50
<i>Déficit</i>	Cr\$ 5.029.698,60

(Fonte: ALMEIDA, 1951, p.5)

Em meio a esse levantamento das dívidas “herdadas”, surgiu outro problema relacionado à construção da barragem de Marés: a “Comissão de Saneamento de João Pessoa” – criada após a posse de José Américo – verificou que a compra dos canos de aço para a tubulação da adutora de Marés tinha sido cancelada por falta de pagamento por parte do governo anterior junto à multinacional ARMCO, fabricante dos canos. Na mensagem a Assembléia Legislativa, José Américo afirmou: “E, apesar de já ter sido dado como pronta e inaugurada, verificou-se serem necessários cêrca de dezoito meses para a sua conclusão, com um dispêndio de aproximadamente Cr\$ 3.534.784,00” (ALMEIDA, 1951, p.78).

Dessa forma, na tentativa de agilizar os trabalhos de conclusão da obra, o governador autorizou a contratação de um número maior de funcionários, elevando os gastos com a mão-de-obra que passaram de Cr\$ 150.000,00, para 250.000,00 cruzeiros, no qual os salários deixam de ser pagos mensalmente e passam a ser quinzenalmente pagos. Conseguiu também, junto ao DNOCS, dois caminhões caçamba e uma escavadora que ficariam encarregados de acelerar o processo de aterro do local. Junto a Companhia de Siderurgia Nacional, providenciou o processo de envio do aço necessário para a ARMCO, empresa responsável pela fabricação dos canos da adutora. Com o intuito de não interromper o abastecimento de água da capital, foram instaladas provisoriamente algumas bombas que passaram a canalizar as águas do rio Marés. Para conclusão da obra, também se fazia necessário investir cerca de Cr\$ 2.000.000,00 de cruzeiros na construção de um reservatório elevado, além da necessidade de desapropriar várias famílias que habitavam nas imediações da barragem (ALMEIDA, 1951, pp.78, 79).

A partir da análise dos valores empregados nas obras de construção da adutora de Marés, podemos afirmar que a referida obra tornou-se um verdadeiro escoadouro do dinheiro público federal e estadual, uma espécie de catalisador das verbas federais que se “perderam” ou foram empregadas em diversas outras finalidades durante o período de sua construção, por mais de 15 meses das administrações dos governantes ligados a UDN na Paraíba. Esses números trazem a tona outra importante questão: eles são a prova de que a indústria da seca ainda permanecia atuante no estado paraibano, após o período de redemocratização do país.

4.2 No rastro da Indústria das Secas: obras e discursos do “beneficiador do Nordeste”.

O fenômeno das secas no nordeste brasileiro não é algo recente e os primeiros registros da exploração político-econômica dos seus efeitos foram registrados ainda na segunda metade do século XIX, mais precisamente durante a grande seca de 1877-79. Nesse mesmo século se registra a primeira política pública de combate a seca, intitulada como “política de socorros públicos”, implementada desde o governo imperial, durante as secas de 1877-79 e de 1888-89, perdurando até a implantação da República, quando volta à tona durante a seca de 1903-04. Possuía “(...) um caráter puramente assistencial, quase caritativo, com distribuição de gêneros alimentícios e remédios” (FERREIRA, 1993, p.61). É justamente durante a seca de 1877-79 que

se iniciou a indústria da seca e os principais fatores estruturais que levaram ao surgimento desse fenômeno político-social, segundo o historiador Roger Cunnif são:

1. A grave crise econômica nordestina, ampliada “(...) pelas estiagens prolongadas”.
2. A criação de uma política estatal voltada “(...) para atender aos interesses privados de determinados segmentos da sociedade em detrimento dos demais”.
3. “(...) e a criação de um *lobby*, sempre a postos para carrear recursos para a região Nordeste” (CUNNIF, *apud* FERREIRA, 1993, pp.72 e 73).

Esse terceiro ponto fica ainda mais nítido quando analisamos a questão econômica brasileira durante a República Velha. O café, nesse período, passou a ser o gênero econômico de maior importância levando os cafeicultores a tornarem-se o grupo político-econômico de maior força. Nesse momento, o governo passou a adotar medidas protecionistas com o intuito de favorecer ainda mais os cafeicultores. “O Nordeste, com seus produtos em crise, não conseguia nenhuma medida protecionista e passou a se utilizar dos períodos de estiagem para reivindicar ajuda financeira da União” (FERREIRA, 1993, p.31). Dessa forma, cada uma dessas regiões do país passou a arrebatar a sua parte dos cofres públicos, o Sul utilizando o discurso do café e o Norte (Nordeste) alegando os problemas gerados pelas infundáveis secas.

Para a historiadora Lúcia Guerra (1993, p.61) esse fenômeno político deve ser ainda observado sobre dois níveis:

1. (...) o local, onde ocorriam os desvios diretos de verbas e gêneros alimentícios por membros das comissões de socorros públicos, justamente com tropeiros e comerciantes.
2. E (...) por um nível mais amplo, com a conscientização dos representantes nordestinos no sentido de aproveitar e usar as secas como meio de conseguir investimentos governamentais na região.

Partindo dessas análises¹⁶⁷ – que focam as secas a partir de algumas instâncias políticas – podemos afirmar que a indústria da seca é a manipulação dos recursos públicos em prol das elites

¹⁶⁷ Segundo Lúcia Guerra, as secas no Nordeste brasileiro e, em especial, na Paraíba podem ser compreendidas a partir da leitura de duas correntes historiográficas existentes que se debruçam sobre o referido assunto: 1. “(...) a que encara prioritariamente sob o aspecto climático e como causadoras de todos os males econômicos e sociais da região Nordeste; e a que percebe as secas em um contexto mais amplo, e sem colocá-las como fator determinante da situação sócio-econômica nordestina” (FERREIRA, 1993, p.14). Ainda segundo a historiadora, duas obras – de inúmeras outras – serviriam de aporte teórico para a constituição da primeira corrente: “Notas sobre a Parahyba” (1892), de Irineu Joffily; e “A Paraíba e seus problemas” (1923), de José Américo. A segunda corrente historiográfica seria encabeçada pelo paraibano Celso Furtado, por Rômulo Almeida, e por Francisco de Oliveira,

nordestinas, onde as suas raízes e as primeiras formas de atuação foram verificadas a partir da grande seca de 1877, com o início da intervenção estatal através da criação do “sistema de socorros públicos” e, posteriormente, através da criação de outros órgãos oficiais para combater as secas: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) e a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Desde 1922¹⁶⁸ que as secas no nordeste brasileiro assumiram um caráter cíclico que, curiosamente, eram verificadas a cada dez anos: 1922, 1932, 1942 e 1951-1952 (A UNIÃO, 13/03/1951, p.4). Os anos de 1951 e 1952 foram marcados por um período de grave estiagem que atingiu todos os estados nordestinos, afetando as diversas mesorregiões. No Piauí, a seca atingiu violentamente o rebanho bovino que sofreu com os efeitos de uma epidemia que passou a dizimar o gado. Levas e mais levaras de homens e mulheres passaram a se deslocar sem rumo por todo o estado durante os meses de janeiro e fevereiro de 1951, e a cidade de Parnaíba – situada no litoral do estado – passou a receber centenas de flagelados e retirantes que perambulavam diariamente por suas ruas a procura de trabalho e comida. Em Teresina, as praças já abrigavam centenas de famílias numerosas e famintas. “Na estação ferroviária São Luiz – Terezina foram improvisados campos de convergência de imigrados, sendo que já ocorreram várias mortes por inanição” (A UNIÃO, 25/03/1951, p.1).

No interior do Ceará, as últimas esperanças de chuva esvaíram-se com a passagem do dia de São José¹⁶⁹, sem uma gota de chuva cair do céu, “terrivelmente” limpo. A maior parte dos municípios do interior do estado se encontrava numa situação de extrema calamidade, os centros das maiores cidades foram invadidos por retirantes que perambulavam numa espécie de peregrinação sem fim, atrás de comida e trabalho. A maior parte do comércio dessas cidades

mas precisamente através da obra “Elegia para uma re(li)gião”. É essa última corrente que norteia os estudos encabeçados por Lúcia Guerra.

¹⁶⁸ Essa será a última seca da Primeira República, período que marca também término das intervenções estabelecidas pelo Executivo Federal em relação à problemática das secas. (FERREIRA, 1993, p.16).

¹⁶⁹ O mês de março é considerado decisivo pelos agricultores nordestinos, pois existe uma crença ligada ao dia 19 de março, dia de São José, que afirma que se não chover até essa data, as plantações serão castigadas pelo verão intenso e esse não será um bom ano para as plantações, afetando diretamente as colheitas. Na Paraíba, o jornal A União passou a alimentar essa crença, durante a seca de 1951-1952, afirmando que “(...) esperança ainda não esta morta como, literariamente, como já o fizeram com a província, até que o dia 19 de março traga aprova final do que reserva a sorte, no corrente ano, aos sertões. (...) Assim é que, a expectativa de hoje até o próximo dia de São José é das mais febricitantes” (A UNIÃO, 01/03/1951, p.4). Essa crença relacionada ao dia 19 de março foi imortalizada numas das belas poesias do cearense Patativa do Assaré – A Triste Partida – que foi transformada em música por outro cearense, Luiz Gonzaga: “Sem chuva na terra/ Descamba Janeiro/Depois fevereiro/E o mesmo verão/Meu Deus, meu Deus/Entonce o nortista/Pensando consigo/Diz: “isso é castigo não chove mais não”/Ai, ai, ai, ai/Apela pra Março/Que é o mês preferido/Do santo querido/Sinhô São José/Meu Deus, meu Deus/Mas nada de chuva/Tá tudo sem jeito/Lhe fuge do peito/O resto da fé/Ai, ai, ai, ai” (Composição: Patativa do Assaré – Música: Luiz Gonzaga – 1964).

encerrava as suas atividades mais cedo e muitas lojas e armazéns não abriram as suas portas durante um bom tempo, tudo por causa dos saques que já ocorriam na região.

A situação se agravou efetivamente a partir do mês de março, quando vários veículos de comunicação de todo o país – a exemplo do Jornal do Brasil, Diário Trabalhista, dentre outros – passam a noticiar diariamente a migração de centenas de retirantes nordestinos¹⁷⁰ que partiam para outras regiões do país, a exemplo da capital federal, o Rio de Janeiro, e diversas cidades do estado de São Paulo.

S. PAULO, 6 (M) – Quem visita a estação Presidente Roosevelt de manhã, fica admirado com o grande número de imigrantes nordestinos que se espalham pelos pátios dos quais sujos, esfarrapados e famintos. São baianos, pernambucanos, cearenses, e s e r g i p a n o s. (...) Diversos estão sendo enviados para Santos e Jundiá para trabalhar nas plantações de bananas (A UNIÃO, 07/03/1950, pp.1, 6).

Assaltos em massa eram praticados pelos retirantes famintos nas vilas e cidades por onde a “caravana da fome” passava a procura de água, comida e emprego. Na cidade de Campos Sales (CE), divisa com o estado do Piauí, 755 flagelados ameaçavam invadir “(...) o comércio e casas residenciais se o Governo não prestasse assistência imediata” (A UNIÃO, 25/03/1951, p.1). Segundo outro trecho dessa mesma reportagem, 8 milhões de homens e mulheres já haviam deixado os campos e fazendas de vários estados nordestinos em busca de água e comida. O deputado estadual paraibano, João Carneiro de Freitas (eleito em 1950), já declarava que: “se o Governo Federal não agir com presteza para enfrentar a seca e suas conseqüências, sobretudo socorrendo as populações nordestinas, verificar-se-á o maior êxodo de todos os tempos. (...) onde toda a economia do Nordeste será arrasada” (FREITAS, *apud* A UNIÃO, 25/03/1951, p. 01).

Na Paraíba, os efeitos dessa calamidade foram sentidos principalmente nas seguintes “Zonas Fisiográficas”: “Agreste e Catinga Central; Médio Sertão dos Cariris Velhos; Seridó; Baixo Sertão do Piranhas; e o Alto Sertão” (ALMEIDA, 1951, p.92). Uma fase mais intensa de estiagem e outra mais amena marcaram as secas de 1951-52, no período em que José Américo esteve à frente do Executivo paraibano.

¹⁷⁰ Embora considerados fenômenos corriqueiros de mobilidade, as migrações assumem papel de destaque na região Nordeste. A busca por melhores condições de vida e trabalho há muito tempo tornou-se algo corriqueiro na vida das populações que habitam o Semi-Árido nordestino. Entre 1950-1960, período que abrange o recorte temporal estudado por nós nesse capítulo, “(...) a taxa de crescimento urbana foi de 5,3% enquanto, para a população rural, mal atingiu 1,2%. Em relação ao total dos habitantes da região, esse índice foi de 2% (DNOCS, 1982, p.29).

Nos primeiros meses da administração americista, o retrato da paisagem desoladora vivenciada diariamente por uma grande parcela dos habitantes do estado paraibano e da maior parte da região Nordeste, ou que já observaram à distância em alguma fotografia, documentário, filme, ou leram em alguma obra literária ou científica, foi muito bem descrita pelo grande autor regionalista, José Lins do Rêgo em uma matéria publicada pelo jornal A União durante esse período de estiagem:

As histórias de Raquel de Queiroz, de José Américo, de Graciliano Ramos, passam da ficção vigorosa para a realidade pungente. As retiradas se farão com as vias-sacras de um povo que morre aos pedaços. Os lares se desfazem, as pestes se concentram, a terra abandonada se reduz a nada. Sol e fome, sol e doença, sol e morte de todos os tamanhos. (Trecho do artigo escrito por José Lins do Rêgo, intitulado “Seca no Nordeste”. A União, 16/03/1951, p.3)

É a repetição de um “fenômeno natural” que provavelmente teria os seus efeitos amenizados e até mesmo cessados, se não fosse a inoperância dos poderes públicos, o descaso das autoridades e a ambição dos grupos oligarcas que ainda se mantêm sob a égide da indústria das secas implantada desde 1877.

A seca enfrentada pelos paraibanos durante o governo de José Américo de Almeida – mais especificamente entre os anos de 1951-52 – se inicia meses antes de sua posse, verificada no dia 01 de fevereiro de 1951. Os primeiros indícios de uma calamidade iminente foram sentidos em alguns municípios do interior do Estado ainda na segunda metade do ano de 1950. Embora as primeiras notícias referentes a essa problemática tenham surgido ainda no governo do udenista Osvaldo Trigueiro, passando pelo curto período da administração de seu sucessor e vice-governador, José Targino, os problemas relacionados a esse prenúncio de grande estiagem só receberam a atenção merecida a partir dos primeiros meses da gestão americista.

Essa afirmação é facilmente comprovada ao compararmos a quantidade de matérias, relacionadas à seca, publicadas pelo jornal A União, durante o último mês da gestão de José Targino (janeiro) e os três primeiros meses do governo de José Américo:

QUADRO 19 – QUANTIDADE DE MATÉRIAS PUBLICADAS SOBRE OS EFEITOS DA SECA NO INÍCIO DE 1951			
JANEIRO (José Targino)	FEVEREIRO (José Américo)	MARÇO (José Américo)	ABRIL (José Américo)
3 notícias	11 notícias	94 notícias	87 Notícias

(Fonte: A UNIÃO, 01/01/1951 a 30/04/1951)

Durante o ano de 1951, teremos dois momentos de grande devastação sócio-econômica causada pela seca: o primeiro deles, que vai de fevereiro a maio, com interrupção a partir do mês de junho, quando teremos uma trégua com a chegada das chuvas na maior parte das regiões do Estado; e outro período de intensa estiagem, que se inicia em setembro, perdurando por todo o resto do ano de 1951 e início de 1952.

Entre as primeiras medidas adotadas pelo governador José Américo, destaca-se a “política de combate a carestia” de preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Durante os primeiros dias de sua gestão, José Américo passou a visitar¹⁷¹ as principais feiras livres e mercados públicos de João Pessoa a fim de limitar a crescente inflação que atingia o custo de vida da população não só da capital, mas de toda a Paraíba. Segundo o jornal A União:

Os generos tem subido assustadoramente, e os órgãos encarregados de regular o custo da vida e combater á extorsão, vem falhando na adoção de medidas concretas e objetivas destinadas a por um fim a sucessiva oscilação de preços, ou reprimir o câmbio negro. (...) O governador José Américo, sentindo a gravidade do problema em toda a sua plenitude, achou, acertadamente, de considerá-lo como o mais instante, o mais sério e o que está a exigir o mais imediato exame e pronta solução. (A UNIÃO, 04/02/1951, pp.3, 5).

A proibição da evasão de gêneros alimentícios de primeira necessidade para outros Estados fronteiriços, figurou – entre outras medidas do referido programa – numa importante ação estatal, pois além de assegurar a presença desses alimentos nas diversas regiões paraibanas, trouxe um consequente barateamento do custo de vida da população. O período da Semana Santa tornou-se uma espécie de termômetro para essas ações fiscalizadoras que ficaram a cargo da polícia militar e civil, sob a direção do delegado do DOPS, como afirmou a circular veiculada

¹⁷¹ Na tentativa de mostrar a eficácia dessa política de combate aos preços altos, o jornal A União passou a divulgar fotos das visitas realizadas por José Américo e pelo prefeito de João Pessoa, Osvaldo Pessoa, inspecionando os açougues do Mercado Central. Ver uma dessas fotos no ANEXO R deste trabalho, p.289.

pelo jornal A União: “Será exercida rigorosa fiscalização sôbre os açambarcadores, estando neste sentido o Delegado da Ordem Política e Social, dr. Walter Arcoverde, encarregado de cumprir à risca as determinações do Governador” (A UNIÃO, 10/03/1951, p.1).

Durante o mês de março de 1951, foi criada, por intermédio da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, a Comissão Estadual de Preços (C.E.P.), sob a presidência do Prefeito de João Pessoa, Oswaldo Pessoa, aliado político de primeira ordem do governador José Américo. Dentre as principais medidas estabelecidas durante a primeira reunião de sua criação, destacou-se o “(...) tabelamento para os gêneros e artigos de primeira necessidade, principalmente aquilo que é considerado de indispensável á população pobre” (A UNIÃO, 01/04/1951, p.3). A partir de então, uma série de alimentos – arroz, açúcar, bacalhau, batatinha, batata doce, carne verde, dentre outros – passaram a ser inspecionados, desde a sua produção até o custo de revenda. Foi eleito um grupo de representantes dos produtores desses gêneros alimentícios tabelados que, constantemente, eram chamados para participarem das reuniões mensais da CEP no Paço Municipal. Até a exportação da pasta de algodão (base alimentar para o gado nos períodos de estiagem) passou a ser fiscalizada, sendo os grandes produtores e industriais daquele gênero agrícola, convocados a participarem das referidas reuniões. Como base para o tabelamento de preços, a Comissão trazia as relações de preços das cidades de Patos, Campina Grande, João Pessoa e até mesmo de outras capitais nordestinas, a exemplo de Recife e Natal.

As primeiras manifestações da crise sócio-econômica relacionadas à seca surgiram efetivamente no mês de março quando os primeiros pedidos de socorro solicitando auxílios e providências encaminhados ao governador, vindos da região sertaneja, relatam o agravamento do problema. A partir do dia 01¹⁷², inúmeros telegramas são endereçados ao chefe do executivo paraibano, informando-o sobre o princípio de caos que atingia diversos municípios, a exemplo da cidade de Itaporanga¹⁷³ que já havia recebido – sem as necessárias e devidas condições – cerca de 2.600 flagelados (ALMEIDA, 1952, p.19).

¹⁷² Mais informações sobre os efeitos da seca, em relação ao Estado da Paraíba, durante o primeiro trimestre do governo de José Américo, vide ALMEIDA, José Américo de. **Um trimestre de administração**. Mensagem do Exmo. Sr. Governador José Américo de Almeida, enviada, em 1 de junho de 1951, á Assembléia Legislativa. João Pessoa, Divisão de Imprensa Oficial do Estado da Paraíba, 1951.

¹⁷³ Além da cidade de Itaporanga, as cidades de Cajazeiras e Catolé do Rocha já abrigavam milhares de pessoas famintas no início do mês de março. Só nesse último município, a concentração de famintos chegava a 1.140 pessoas que ameaçavam invadir e assaltar o comércio da região. Do dia para noite, amontoavam-se nas ruas das cidades, nas praças e nas margens dos açudes – públicos e privados – que ainda possuíam um pouco de água para beber. Mais informações sobre a aglomeração de flagelados nessas cidades, vide ALMEIDA, José Américo de. **Mensagem a**

E é nesse momento que o governador viaja em direção ao alto sertão paraibano para verificar *in loco* a situação sócio-econômica das regiões atingidas pela estiagem, incluindo aí, a análise de ações relativas à utilização da mão de obra dos flagelados, evitando-se provavelmente o êxodo para outros estados do nordeste e, até mesmo, para outras regiões do país. Depois de percorrer a maior parte dos municípios afetados, o governador percebe que a situação sócio-econômica já era estarrecedora e que a maior parte das populações atingidas já passava sérias privações. Após o regresso de sua viagem, José Américo concede uma entrevista à rádio Arapuan, onde faz um apanhado da real situação vivenciada nas regiões afetadas. De imediato, o governador deixa claro que “(...) os fazendeiros que vinham, assim mesmo, com exaustivos sacrifícios mantendo os trabalhadores, já estão esgotados”. Para evitar a migração dos flagelados seria necessário iniciar uma série de construções públicas – açudes, estradas e edifícios – para o emprego dessa mão de obra excedente, pois segundo ele: “Já é horrível o que se vê. Já se passa fome de verdade. E essas sombrias condições são agravadas pelo esgotamento geral e pelo exagerado custo de vida” (A UNIÃO, 17/03/1951, p.6).

Desse momento em diante, uma série de medidas urgentes começaram a ser veiculadas através de diversos telegramas entre José Américo e o Presidente Getúlio Vargas. Com o aumento significativo de correspondências/apelos, que partiam de vários municípios do sertão, o governador, no intuito de organizar uma frente estadual de combate a seca e com receio de que se efetivasse a migração em massa dos flagelados, determina a paralisação de várias iniciativas estatais, que estavam em andamento naquele período, autoriza o início da construção do açude “Espinho Branco”, no município de Patos, e estabelece como uma das primeiras medidas de urgência – por conta do Estado – a criação de “créditos extraordinários” no valor de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), ou seja, uma “(...) uma importância correspondente à terça parte da quota constitucional reservada para este estado de emergência” (ALMEIDA, 1952, p.20). Esses “créditos extraordinários” foram abertos com os seguintes propósitos:

- a) assistência aos inválidos e familiares sem arrimo;
- b) abastecimento, mediante revenda ao preço de custo, de gêneros de primeira necessidade;**
- c) admissão de médicos e auxiliares para a assistência médico-sanitária;

- d) fornecimento d'água às localidades que tiverem seus mananciais exgotados;**
- e) localização de flagelados em fazendas do Estado ou particulares que estiverem em condições de recebê-los;**
- f) aquisição ou locação de viaturas para transporte de gêneros alimentícios e de flagelados;** (Grifos nosso)
- h) admissão de engenheiros, agrônomos e técnicos agrícolas e aquisição de instrumentos agrários (ALMEIDA, 1951, p.34).

Outra medida de emergência foi adotada no dia 17 de março pelo governador, quando criou as “Comissões de Socorro” que seriam estabelecidas nos municípios mais afetados. Para a organização e inspeção dessas comissões ficou como encarregado o diretor do Departamento de Saúde, Lúcio Costa. Cada comissão municipal seria composta pelas:

(...) **pessoas mais representativas** (Grifo nosso), inclusive de elementos oposicionistas, com o fim especialmente de fixar a população, evitando, dessa maneira, as debandadas históricas que, em outros lances, invadiam todos os recantos do Estado, desorganizando o seu ritmo de vida (ALMEIDA, 1951, p.34).

A partir da análise dessas medidas iniciais de emergência, percebemos que as primeiras soluções em relação à problemática da seca, nesse período, giram em torno de algumas questões pontuais: 1. a venda de alimentos subsidiados pelo Estado; 2. o abastecimento temporário de água para as regiões mais afetadas; 3. o deslocamento e alocação das vítimas da seca em instituições públicas (as Fazendas do Estado) e privadas (fazendas particulares); 4. e a criação dessas “Comissões de Socorro”.

Em relação ao primeiro ponto, a idéia de o Estado subsidiar a venda de alimentos, diminuindo o preço de revenda, estava provavelmente relacionada a dois aspectos: 1. o alto índice de desemprego, pois as migrações elevavam o contingente populacional dos municípios nas áreas afetadas; 2. e o aumento do custo de vida a níveis extremos, gerado pela escassez de alimentos e má distribuição de renda.

Em relação a segunda e a terceira questão – abastecimento de água e deslocamento populacional – percebe-se uma repetição das ações estatais estabelecidas, pois medidas idênticas a essas já haviam sido tomadas durante secas passadas e não lograram o êxito esperado. Medidas paliativas, de caráter puramente assistencialista, que se repetiam nos períodos de estiagem, desde o final do Império e início da Primeira República. Um exemplo disso foi a política de combate à seca implantada por Epitácio Pessoa quando esteve a frente do Executivo Federal, na qual:

(...) as obras de açudagem, as estradas, os poços, consolidavam os redutos de seus correligionários, e, por extensão, o seu grupo, que constitui a oligarquia mais sólida e duradoura no controle do aparato de Estado na Paraíba (SILVEIRA, *apud* FERREIRA, 1993, p.11).

A última questão está diretamente ligada aos representantes dessas Comissões, pois deveriam ser compostas pelas “pessoas mais representativas” de cada município, ou seja, prioritariamente organizadas a partir do comando dos fazendeiros, pois só eles conseguiriam resolver a problemática do desemprego nas regiões afetadas, segundo as diversas notícias publicadas pelo jornal A União. Um exemplo claro desse discurso encontra-se na matéria escrita pelo cronista político Lopes de Andrade, intitulada “A Grande Maioria Abandonada”. Segundo ele, o sistema capitalista impôs um modo de vida rígido aos sertanejos de todo o Nordeste e a estes só restaria duas alternativas: “(...) ou é senhor de terras e gado ou é deste dependente”. Ao mesmo tempo em que “critica” o sistema de servidão estabelecido pelo sistema capitalista através dos “senhores do gado” – os fazendeiros/latifundiários – que exploram a mão de obra dos flagelados, ele afirma que apenas estes senhores podem, com o auxílio do governo, ajudar esses indivíduos famintos a superar essa situação de miséria:

E devemos ter a coragem de afirmar que o comportamento deste senhor, em relação a seus dependentes, está longe de ser o que dele se espera. Há exceções, sem dúvida, mas via de regra ele abandona seus dependentes á própria sorte e é o primeiro a gritar por socorro ao Governo. **E pouco adianta o lero lero de que eles são “exploradores do povo”. A verdade incontestada é que os senhores da terra e do gado são o elemento mais capaz dentro desse sistema das secas e que o primeiro dever do Governo é, sem dúvida nenhuma, ajudá-los** (Grifos nosso) (ANDRADE, *apud* A UNIÃO, 29/03/1951, p.04).

O que se torna evidente, a partir da veiculação desse discurso, é a tentativa de induzir o leitor a acreditar no determinismo sócio-econômico em que estaria lançada toda a população flagelada, vítimas da seca e da inoperância dos governantes, por décadas. Uma verdadeira incoerência que só reafirmava e reforçava o poder da indústria das secas, levando essas pessoas a acreditarem que só existiria um caminho possível: o trabalho pesado nas fazendas. Esse discurso servia (e ainda serve, indubitavelmente) como uma forma de manter o poder oligárquico operando nas regiões castigadas pelas secas, se aproveitando não só da mão de obra barata e abundante, mas também das relações de mão dupla (benesses) estabelecidas com o governo de José Américo.

É nesse momento de incertezas que o Presidente Getúlio Vargas envia uma carta¹⁷⁴ a José Américo solicitando mais informações a respeito da real situação em que se encontrava o Estado da Paraíba e os demais estados da Região Nordeste do país:

Estou impressionado com o noticiário da imprensa relativo ao alastramento da seca. Desde a partida do Diretor do D.N.O.C.S. não recebo comunicação sobre as medidas tomadas por aquele Departamento em coordenação com os outros órgãos federais. Desejaria ser informado sobre o encaminhamento das providências, bem como sobre outras recomendações que parecem oportunas na atual emergência. A palavra autorizada de V. Excia, pelo seu conhecimento do problema, pelas funções já exercidas, como pela sua autoridade moral, tem grande valor para a orientação do Governo. Cordiais saudações. (as.) GETÚLIO VARGAS. (VARGAS, *apud* ALMEIDA, 1951, p.29).

O documento termina comprovando o prestígio que José Américo possuía com o governo de Vargas, especialmente quando o assunto estava relacionado às secas no Nordeste brasileiro. Embora existisse um diretor – constituído de poderes e imbuído de minimizar os problemas gerados pela seca – que comandava o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Vargas não deixou de pedir auxílio ao seu antigo Ministro da Viação e Obras Públicas, solicitando sugestões para remediar imediatamente o problema que se agravava.

Em resposta ao Presidente Vargas, José Américo escreve uma carta¹⁷⁵ trazendo uma descrição, pois o governador havia visitado as regiões afetadas, dias antes de escrever o documento, sobre a real situação de emergência vivenciada pelas populações dos diversos municípios paraibanos e descreve, pontualmente, um resumo do diálogo que manteve com o Diretor do DNOCS e com os respectivos chefes dos diversos distritos onde esse órgão estatal realizava as suas obras.

No início do documento, o governador se remete a rigidez do programa federal de combate às secas que, a priori, não permitia uma ampliação das ações nos Estados, e faz uma série de críticas a essas restrições, pois as populações só poderiam receber maiores benefícios se os governadores das regiões afetadas decretassem estado de calamidade pública. Segundo José Américo: “Ficava assim adstrito à sua orientação técnica, embora autorizando o refôrço do

¹⁷⁴ Nesses três primeiros meses da gestão de José Américo a frente do executivo paraibano, verifica-se um sensível aumento no número de correspondências trocadas entre o Governador e o Presidente Getúlio Vargas. Essas cartas trouxeram muitas informações importantes sobre os rumos da política na Paraíba e no Brasil.

¹⁷⁵ A carta na íntegra encontra-se no ANEXO Y, p.307-309.

peçoal das obras existentes, surgindo, em consequência, vários problemas correlatos sem as necessárias providências” (ALMEIDA, 1951, p.30).

O fato é que o raio de ação instituído por esse programa federal de combate às secas era bastante limitado e não abarcava as demandas mais urgentes segundo o governador. Outra crítica é desferida pelo mesmo contra o programa encabeçado pelo Diretor do DNOCS:

Declarou-me não se responsabilizar pelo deslocamento de flagelados, já concentrados em algumas cidades, para os setores de trabalho, com ameaças de perturbação da ordem pública; nem pelo abastecimento, que assume nêstes momentos anormais excepcionais proporções, ainda mais agora devido ao exagerado custo de vida e esgotamento geral; e tão pouco pela assistência à população marginal de inválidos e famílias sem arrimo, a maior vítima de contingências da sêca. (ALMEIDA, 1951, p.30).

Contudo, se analisarmos essas medidas por outro ângulo, percebemos que elas ampliavam as possibilidades de se instituir a indústria das secas nas regiões afetadas, pois os deslocamentos populacionais e a distribuição dos alimentos e da água ficavam a cargo dos chefes políticos de cada Estado nordestino. Outro fator que reforça essa idéia é a utilização da mão de obra dos flagelados (fragilizada e abundante), a pedido de José Américo, em obras públicas e, até mesmo, em construções privadas. Essa afirmativa está expressa em outro telegrama enviado a Getúlio Vargas:

Em complemento ao meu telegrama anterior, tomo a liberdade de sugerir a colocação de trabalhadores nas obras públicas da região das secas, embora sejam admitidos com a condição de dispensa, caso venha a chover, como medida de economia e interesse da produção. (ALMEIDA, 1952, p.20).

Não se contentando com a escassa ajuda proposta pelo diretor do DNOCS, o governador procurou estabelecer mais duas parcerias: a primeira, com o engenheiro Antônio Baltar, chefe do Quarto Distrito do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), localizado no Estado de Pernambuco, que se comprometeu em atender algumas regiões do estado paraibano, afetadas pela seca; e a segunda, com o agrônomo Guimarães Duque, chefe do Serviço Agro-Industrial do Departamento de Secas, que se prontificou em acolher cerca de 1.500 retirantes nos postos de produção agrícola estabelecidos pelo governo federal em várias regiões do estado (ALMEIDA, 1951, pp.30, 31).

Dessa forma, foram enviados vinte e seis caminhões de flagelados da cidade de Patos para o entorno da cidade de Piancó, transporte esse realizado através de caminhões do estado e de particulares. Entretanto, como a própria carta registra, essa medida trouxe alguns problemas para os retirantes, pois estes se viram obrigados a trabalhar em troca de um salário de fome: Cr\$ 12 (doze cruzeiros) que, com os descontos, chegava a oito cruzeiros e sessenta centavos. Salário refutado pelo próprio governador após receber inúmeras reclamações das “pessoas representativas” daquele município: “Realmente essa remuneração não atende às necessidades de subsistência, num meio onde a carestia de vida se elevou a níveis incomuns” (ALMEIDA, 1951, p.31).

A utilização dos aviões da FAB figura noutra forma de transporte para as “vítimas da seca” de um município para o outro, a exemplo de um grupo de pessoas que foram levados de Catolé do Rocha “(...) para regiões onde os serviços federais e estaduais foram postos a funcionar, em caráter de emergência, para dar trabalho e amparar as famílias deslocadas em consequência da calamidade” (A UNIÃO, 30/03/1951, p.4). Além do transporte dos flagelados, os aviões passaram a levar para o alto sertão paraibano, vários médicos, enfermeiras, gêneros alimentícios, vacinas e medicamentos de urgência. Dessa forma, o Governo procurou combater os efeitos da seca sob duas frentes: “(...) na salvação das populações famintas que procuram fugir do maior dos flagelos e na recuperação do muito que foi perdido em tão poucos anos” (A UNIÃO, 30/03/1951, p.04).

Respondendo a indagação feita pelo Presidente Vargas, na carta citada anteriormente, sobre quais medidas que o seu antigo Ministro da Viação adotaria em relação à seca iminente, José Américo escreve:

Iniciaria eu, igualmente, além de estradas, a construção de açudes em cooperação, suscitando outras atividades como a cultura irrigada por meio de bombas a motor, a mineração, o desenvolvimento da indústria do caroá, tudo afinal que comportasse uma extensa mão de obra. (...) O que mais interessa é transportar estoques para todo o nordeste, destinado à revenda com margem limitada de lucro, resolvendo-se, desde logo, o mais angustioso problema nacional que é o do custo da vida, sempre a gravado no nordeste nas irrupções de seca, mormente nesta hora de exaustão (ALMEIDA, 1951, p.31).

Nesse trecho, percebemos que o governador reforça o discurso do emprego da mão de obra excedente (dos retirantes) na construção de estradas e açudes, e da revenda de alimentos

subsidiado pelos Estados assistidos por essa política. Porém, o que não fica claro na carta é como seria estabelecida essa “cooperação”¹⁷⁶ e quais os municípios, ou regiões, que deveriam ser beneficiados por ela.

Dando continuidade aos conselhos enviados ao Presidente da República, José Américo faz referência às medidas adotadas por ele, enquanto Ministro da Viação e Obras Públicas, que haviam surtido efeito positivo durante a seca de 1932, e que deveriam ser adotadas novamente em meio a esse período de seca.

Seriam então organizados os serviços públicos de preferência os de evidente utilidade, abrangendo o maior número de municípios, para evitar a mobilidade interna e as migrações entre os Estados, fatores de agravamento do problema. **O ministério da Educação mandaria missões médicas e enfermeiras, como em 1932, para a vacinação sistemática e completa assistência médico-sanitária, conjurando-se os surtos epidêmicos,** (Grifo nosso) como já se vem manifestando no açude ‘Condado’. Nessa emergência, a população desamparada, como os inválidos e as famílias sem arrimo, exige uma assistência racional de grandes proporções, por se achar esgotada a própria capacidade de dar esmolas (ALMEIDA, 1951, p.32).

Finalizando o documento, José Américo relata a profícua parceria estabelecida entre o seu governo e o Fundo Internacional de Socorro a Infância (FISI), órgão pertencente a Organização das Nações Unidas (ONU), representado no país por Ismael Martinez SottoMayor. Segundo o governador, ficou acordado, em caráter de emergência, a distribuição de algumas toneladas de leite para as crianças vítimas da seca, pois só no município de Patos, morriam cerca de vinte crianças todos os dias (ALMEIDA, 1951, p.33). Além de frisar a importância do apoio do Chefe Executivo Federal, José Américo reforçava a ideia de que cada Governador, dos respectivos estados afetados pela seca, deveria chamar também para si parte da responsabilidade e das ações de emergência, pois só através dessa cooperação mútua haveria salvação!

O fato é que os pedidos e encaminhamentos explanados por José Américo, durante esses primeiros meses de governo, receberam rápido retorno do Presidente Vargas, que prontamente incumbiu Roberto Alves, seu secretário, de tomar as providências necessárias para efetivação das sugestões. Durante pouco mais de três dias várias ações de emergência foram acordadas através de alguns telegramas entre o governador e o secretário do Presidente Vargas. Uma nova lista de

¹⁷⁶ A palavra “cooperação” estaria ligada a ideia de uma parceria entre o governador e os prefeitos dos municípios aliados, além da aliança público-privada, levando um maior benefício aos grupos político-econômicos que estivessem atrelados, de alguma forma, ao governador José Américo.

sugestões e solicitações é elaborada a partir de um levantamento prévio de tudo o que era preciso ser feito de imediato para amenizar os efeitos da seca nas diversas regiões do estado da Paraíba.

Abaixo segue o quadro (19)¹⁷⁷ contendo as solicitações encaminhadas por José Américo a Presidência da República:

<u>SAÚDE</u>
<u>Demandas solicitadas:</u> 1. Uma equipe de médicos e enfermeiros do Ministério da Educação; 2. Vacinas: anti-variólicas e anti-tíficas; e remédios para tratamento de disenteria, cloromicetina, sulfas, vitaminas, etc..
<u>Objetivos:</u> uma campanha de vacinação preventiva, pois já havia a confirmação de alguns casos de febre tifóide no açude de Condado e outros tipos de febre, ainda não especificadas, no município de Patos. “Lembraria, ainda, que a missão de saúde se incumbisse também do serviço de assistência social, fornecendo alimentação aos inválidos e famílias sem arrimo, enfim aos incapacitados” (P.37).
<u>ALIMENTAÇÃO</u>
<u>Demandas solicitadas:</u> 1. grandes partidas de charque, arroz, feijão, farinha de mandioca; 2. trazer um contingente de pessoas do SESI de São Paulo, com experiência no preparo “da ração de operários”.
<u>Objetivo:</u> 1. encaminhar esses alimentos com urgência para os municípios de Cajazeiras e Antenor Navarro, que haviam solicitado do governador rapidez nessa ação, e demais municípios afetados; 2. trazer técnicos do SESI especializados na produção de alimentos para grandes concentrações de trabalhadores nas obras de açudagem, estradas, dentre outras.
<u>OUTRAS ASSISTÊNCIAS</u>
<u>Demandas solicitadas:</u> 1. intervenção federal no sentido de solicitar ao representante da FISI, em esfera nacional, que disponibilize as duas ambulâncias pertencentes a essa instituição – que estavam paradas no Porto de Cabedêlo. 2. Solicitação de alguns carros-tanques para o abastecimento de água.

¹⁷⁷ Quadro construído a partir dos dados obtidos em ALMEIDA, José Américo de. **Um trimestre de administração.** Mensagem do Exmo. Sr. Governador José Américo de Almeida, enviada, em 1 de junho de 1951, à Assembléia Legislativa. João Pessoa, Divisão de Imprensa Oficial do Estado da Paraíba, 1951, pp.34-38.

Objetivos:

1. Auxílio as vítimas nas regiões mais afetadas, pois o Estado dispunha de um número reduzido de ambulâncias.
2. Distribuição imediata de água, pois um novo problema agravava ainda mais a situação: “(...) o esgotamento quase generalizado dos mananciais, inclusive nas localidades mais próximas da capital, o Estado está fornecendo água transportada de grandes distâncias, de maneira precária” (P.37).

Nessas trocas de telegramas, um fato curioso chamou-nos a atenção: o governador deixa transparecer sua preocupação em relação à distribuição dos medicamentos e mantimentos. A experiência em outras ações de combate as secas passadas – e provavelmente com relação à atuação da indústria das secas estabelecida também nesses períodos – tornou-se fator determinante para a solicitação de uma equipe de pessoas, composta por um corpo de funcionários públicos federais que não atuassem na Paraíba, para coordenar a comissão de distribuição desses auxílios. “Para o abastecimento conviria mandar uma pequena comissão chefiada por pessoa idônea, trazendo alguns caminhões para a distribuição, devido a exorbitância dos preços dos fretes, no interior” (ALMEIDA, 1951, p.36). Além desta, outra comissão é solicitada pelo governador no intuito de organizar e tabelar os preços dos mantimentos enviados pelo governo federal, subsidiados pelo governo paraibano e revendidos a preço de custo. “A fiscalização da margem de lucro poderia ser confiada aos coletores federais” (ALMEIDA, 1951, p.36).

Entretanto, segundo José Américo, a primeira medida que o Presidente Getúlio Vargas deveria tomar, antes de qualquer outra, seria enviar – diga-se de passagem, “em um avião militar” – uma pessoa de sua confiança que possuísse a:

(...) a capacidade de observação para examinar a situação e as condições locais, colhendo elementos que inspirariam uma organização definitiva dos Serviços de assistência destinados ao Nordeste. Estou disposto a acompanhá-lo, facilitando êsse trabalho, dentro no máximo de quatro dias” (ALMEIDA, 1951, pp.37, 38).

Essas palavras refletiam certa desconfiança, por parte de José Américo, em relação ao trabalho desenvolvido pelo diretor do DNOCS na Paraíba. Esse sentimento provavelmente surgiu quando este divulgou, em reunião na cidade de Patos com alguns secretários do governo, que os trabalhos daquele departamento estavam acontecendo de forma satisfatória e eficaz em todo

território paraibano. Informação essa contestada pelo governador, quando escreveu para o Presidente Vargas afirmando que:

(...) o Departamento de Sêcas está desaparelhado por falta de veículos e não ter postos locais para essa distribuição, salvo os açudes Condado, São Gonçalo, Curema, Santa Luzia e Pilões, e alguns apenas com zeladores. Além disso o presidente precisa saber que só há até agora organização de serviço de secas no ramal de Piancó (ALMEIDA, 1951, p.35).

Assim, dias depois do primeiro telegrama, o Presidente Vargas enviou à Paraíba 8 aviões levando a Comissão Médica Federal, chefiada pelo médico Arlindo de Assis, acompanhado por outros médicos e enfermeiros, além de diversos medicamentos do Serviço Nacional de Saúde, órgão pertencente ao Ministério da Educação e Saúde. Os aviões também trouxeram os mantimentos solicitados pelo governador, sendo desembarcados no aeroporto de Santa Rita, na capital, aos cuidados do Secretário de Agricultura, Pedro Gondim.

As comissões solicitadas por José Américo para fiscalizar a entrega dos medicamentos e alimentos não vieram da capital federal, elas teriam de ser criadas a partir da determinação do próprio governador, segundo Roberto Alves.

De ordem do sr. Presidente da República, a distribuição de gêneros alimentícios ficará sob vossa orientação em colaboração com o chefe de serviço de Obras contra as Sêcas. Partirei agora mesmo para S. Paulo afim de providenciar a remessa por via aérea de acordo com os desejos de V. Excia. e tomar outras providências para o imediato embarque por via marítima (ALVES, *apud* ALMEIDA, 1951, pp.38, 39).

A Comissão Médica Federal desenvolveu um importante trabalho durante os primeiros meses do governo de José Américo, especialmente em relação ao controle dos surtos epidêmicos que sempre encontram espaço fortuito durante os períodos de secas, fato esse registrado desde a segunda metade do século XIX (1877). Localizada em um dos epicentros da seca, a cidade de Patos¹⁷⁸ foi estrategicamente preparada para ser a sede da Comissão, de onde os médicos e enfermeiros partiram para as cidades e distritos de “(...) Condado, Piancó, Pombal, São Gonçalo,

¹⁷⁸ Boa parte da região do cariri e outros importantes municípios do sertão, incluindo Patos e Monteiro, foram chefiados, entre os anos de 1945-1950, pelo então Deputado Federal Ernani Sátiro. Desde as primeiras eleições para Prefeito no ano de 1947 – após o fim do Estado Novo e redemocratização do Brasil – a cidade de Patos era governada pelo Prefeito Clóvis Sátiro e Sousa. Essa realidade mudaria a partir das eleições de 1950, quando José Américo vence Argemiro de Figueirêdo em todo Estado e também naquele município (José Américo = 6.114 votos; Argemiro = 5.233 votos). Mais informações sobre as votações para Governador nos municípios paraibanos, vide o sítio www.tre-pb.gov.br (Data da consulta: 26/05/2010 – Hora: 12:08 min.).

Souza, Pilões, Piranhas, Curema, Uiraúna, Cajazeiras, Jatobá, Catolé do Rocha, Riacho dos Cavalos, Jericó, Brejo do Cruz, Taperoá, Bom Sucesso e outras menos importantes” (ASSIS *apud* ALMEIDA, 1951, p.40).

Segundo o relatório do próprio diretor da Comissão Médica, Arlindo de Assis, o grupo teria alcançado a importante marca de 21.382 vacinações, sendo “(...) 13.460 imunizações completas contra as febres do grupo coli-tifoidico” e cerca de “20.632 vacinações e re-vacinações anti-variólicas” (ASSIS, *apud* ALMEIDA, 1951, p.41). Na opinião do governador, essa ampla campanha de vacinação esteve entre as ações mais positivas e eficientes no combate aos efeitos da seca durante o início de sua gestão. Para agradecer essa importante ajuda do governo federal, José Américo telegrafia para o Presidente Vargas relatando a colaboração dessa Comissão em solo paraibano.

Ao se encerrarem os serviços da Comissão Médica Federal que Vossa Excelência houve por bem nos enviar nesse momento em que se formavam grandes concentrações vítimas da estiagem, venho traduzir tôda a sensibilidade do povo paraibano, principalmente da população do interior por esse extraordinário benefício. (...) E desenvolveu-se a assistência desde a sua organização modelar, graças à proficiência do professor Arlindo Assis, Diretor do Departamento Nacional de Saúde, até a atuação dos médicos e enfermeiras, cujos nomes tenho a honra de recomendar a Vossa Excelência de maneira inolvidável pela sua extensão eficiência (ALMEIDA, 1951, p.41).

Interessante ressaltar que, das 17 localidades assistidas por essa Comissão Médica, descritas no relatório do Diretor Arlindo de Assis, eram considerados municípios as cidades de: Patos, Piancó, Pombal, Souza, Cajazeiras, Jatobá, Catolé do Rocha e Brejo do Cruz. Curiosamente, dos oito municípios assistidos, seis figuravam entre as cidades onde José Américo havia vencido Argemiro de Figueirêdo, como mostra o quadro com os resultados das eleições de 1950¹⁷⁹: Patos, Piancó, Pombal, Souza, Cajazeiras e Jatobá, redutos eleitorais de José Américo nesse período. Apenas dois municípios ligados a oposição – e que figuravam entre os municípios onde o poderio udenista/argemirista fazia-se presente – foram assistidos nesse período: Catolé do Rocha e Brejo do Cruz.

A partir da análise desses dados, surgem algumas perguntas: qual o critério de merecimento para que os municípios afetados recebessem essa importante assistência? Por que

¹⁷⁹ As tabelas com os resultados das eleições de 1950, para o cargo de Governador, em todos os municípios paraibanos, encontram-se no ANEXO V – QUADRO 14, p.295-305.

outros municípios, que também foram afetados pelos efeitos da seca, não receberam esse tipo de assistência? O fato é que o planejamento das ações acordadas e estabelecidas entre José Américo e o secretário do Presidente Vargas, Roberto Alves, atenderam apenas uma parte das vítimas da seca na Paraíba. Assim, no final do mês de março, apesar da esperança da chegada das chuvas (que até então vinha caindo em alguns municípios isolados) a seca atingiu o seu auge, os recursos esgotaram-se e as previsões estipuladas pelo governador e pelos Chefes dos Serviços Federais, em relação ao período de vigência da estiagem, falharam! Novamente o governador voltou a pedir auxílio ao Presidente Vargas.

Na esperança de acelerar o processo de envio de mais ajuda para o estado, o chefe do executivo paraibano encaminha um novo telegrama, agora endereçado aos deputados federais e ao Senador Ruy Carneiro. Nele, o governador afirmava que o Estado já não possuía mais recursos para assumir a “(...) a responsabilidade de toda a assistência social” (ALMEIDA, 1951, p.42) como já vinha administrando com a ajuda das comissões de socorro em quase todos os municípios paraibanos. Nesse documento, percebe-se novamente que não havia simbiose nas relações entre o governador e o DNOCS, pois novas críticas são desferidas contra este departamento. Segundo José Américo, diante da situação de caos que se instalara no estado, o DNOCS passou a limitar-se apenas “(...) as suas obras, incumbindo-nos à mobilização do pessoal para dissolver as concentrações que estão sempre se formando, bem como os transportes, inclusive das viaturas militares que acarretam despesas de combustível e reparos” (ALMEIDA, 1951, p.42).

A seca havia chegado a um grau extremo, um amontoado de flagelados aglomerava-se entre os animais que resistiam (cachorros, galinhas, porcos, bois) às margens das barragens e açudes que ainda possuíam um pouco de água reservada. Só na região do açude de São Gonçalo, foi registrada a presença de mais de mil e duzentas pessoas, vindas de várias partes do estado¹⁸⁰. O Departamento Estadual de Estradas e Rodagens já abrigava, sem dispor das condições necessárias, a mão de obra de “(...) seis mil homens, recebendo-se notícias de que chegam novas levadas. Para não deixar as populações abandonadas estamos admitindo pessoal até para a conservação de estradas municipais” (ALMEIDA, 1951, p.43).

¹⁸⁰ O município de Catolé do Rocha registrou, no final do mês de março e início de abril, um crescente aumento no número de flagelados, com a chegada de mais de 3.000 pessoas na cidade. Essa “invasão” foi registrada respectivamente durante os dias: 21/03 (200 pessoas); 25/03 (800 pessoas); 28/03 (1.000 pessoas); e 07/04 (1.000 pessoas) (ALMEIDA, 1952, pp.19-24).

Em um gesto de desespero, José Américo afirma que: “Só o abastecimento feito pelo Governo Federal é verdadeiramente providencial”, passando a solicitar dos seus aliados políticos na representação federal, que:

(...) se reúna toda a representação, sem distinção de côr política e vá incorporada ao presidente da República o apêlo que agora formulo. (...) Conhecem bem os representantes da Paraíba o seu Estado para compreenderem que a quase totalidade do seu território está sem assistência, fóra da nossa que já não dispõe de recursos. (ALMEIDA, 1951, p.44)

Atendendo ao apelo do governador, o Diretor do DNOCS autoriza o início dos trabalhos de construção da rodoviária do município de Catolé do Rocha e emprega algumas centenas de flagelados em outras obras, a exemplo das construções de estradas e açudes. Também ficou acertado a aceleração dos trabalhos na construção da barragem de Boqueirão, compromisso assumido pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, o engenheiro Álvaro de Sousa Lima.

Neste momento, em junho de 1951, o governador José Américo entregou ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, o relatório referente ao primeiro trimestre de sua administração, em cujo item 3 verificamos o Programa de Trabalho para os próximos anos de sua gestão. Duas questões importantes estão ligadas a este item e ao nosso propósito diante de sua análise: 1. relatar as ações propostas por essa nova gestão, que se propunha “como outrora em 32, salvar o povo do sertão”, trazendo novamente a “esperança e a redenção” para os flagelados – vítimas da seca (?) – e para o estado pobre, onde o governador nascera. Não esqueçamos que a temática das secas se constituiu no grande *slogan* da campanha americista, durante as eleições de 1950. 2. Analisar se as referidas ações foram efetivamente cumpridas e se realmente elas seriam a melhor solução para os problemas sócio-econômicos e políticos gerados durante esse período de seca.

A idéia de um “Programa de Trabalho” – uma espécie de planejamento das futuras ações – não era algo novo, se constituía numa espécie de obrigação atribuída ao Chefe do Executivo Estadual e a seus secretários, como consta no Artigo 144 da Constituição do Estado, vigente nesse período. Dentre as principais ações presentes nesse programa, encontram-se as obras de açudagem e abastecimento de água em diversas regiões do Estado.

Desde muito cedo, o governador José Américo passou a enfrentar os problemas relacionados aos efeitos da seca que se instaurou na Paraíba, a partir do segundo semestre do ano

de 1950. No mês de fevereiro de 1951, no início do mandato, já existia denúncias em relação a uma espécie de ágio cobrado sobre o preço da água que estaria sendo revendida para a população no interior do estado. Nos municípios de Soledade, Santa Rosa e Arara a situação tornou-se insustentável e parte da população passou a escrever telegramas para a Secretaria de Agricultura solicitando medidas “(...) contra o preço de dez e doze cruzeiros para uma carga d’água de má qualidade” (A UNIÃO, 24/02/1951, p.3). No final do mês de março a situação era a mesma, na vila de Galante os moradores também se viram obrigados a pagar “(...) com sacrifício uma carga d’água por dez cruzeiros, quando por milagre aparece um vendedor” (A UNIÃO, 29/03/1951, p.5). Em caráter de emergência, o secretário de Agricultura, Pedro Gondim, enviou viaturas equipadas com depósitos de água potável para cada uma dessas localidades, além de conseguir do 7º Batalhão de Engenharia, sediado em Campina Grande, um carro-tanque para ampliar a distribuição nesses municípios e distritos.

Entre as medidas de emergência que seriam adotadas em relação ao projeto de saneamento para as cidades atingidas pela seca, estava:

(...) o grande plano do governador José Américo de Almeida, no sentido de dotar as principais cidades do interior do Estado de um perfeito serviço de abastecimento d’água.

Nas cidades onde já existiam estudos feitos as obras estão sendo iniciadas, enquanto que em outras, os referidos estudos estão se processando (A UNIÃO, 13/03/1951, p.3).

Curiosamente, três cidades e um distrito da capital¹⁸¹ foram alvos dos primeiros projetos de estruturação e ampliação do saneamento: João Pessoa, Campina Grande, Mamanguape e Cabedelo. Em relação à capital paraibana, o governador estava dando continuidade às obras da barragem de Marés, pois, desde 1948, estas foram iniciadas e ainda não tinham sido concluídas. Em apenas um ano e quatro meses o governo americista já havia investido mais na construção da

¹⁸¹ Fundada em 1580, ainda no século XVI, o povoado de Cabedelo sediava o principal forte que protegia a desembocadura do Rio Paraíba e a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa, dos contrabandistas e invasores franceses (aliados aos indígenas), holandeses e espanhóis: Forte do Cabedelo ou Forte de Santa Catarina do Cabedelo. No século XX, mais precisamente no dia 17 de março de 1908, foi elevado de povoado a vila. Vinte anos depois, no dia 20 novembro de 1928 perdia o status de vila, através da Lei Estadual Nº 676, voltando a ser anexado ao território que pertencia ao município da Parahyba, capital do estado. Em 1933 voltou a ser considerado distrito de João Pessoa, nome dado a capital do estado paraibano em homenagem ao governador João Pessoa, eleito em 1928 e morto no dia 26 de julho de 1930. Até a primeira metade da década de 1950, Cabedelo ainda era considerado distrito de João Pessoa. No ano de 1956, mais precisamente no dia 12 de dezembro, foi assinada a Lei Estadual Nº 1631, elevando mais uma vez Cabedelo a categoria de município. Mais informações a esse respeito, vide o sítio: www.cabedelo.pb.gov.br (Data da consulta: 12/11/2010. Hora: 12:30 min.).

barragem de Marés do que os três anos e onze meses das duas gestões udenistas anteriores. E vale salientar que o prazo estipulado pelo novo governador para o término da obra seria o segundo semestre de 1952.

Abaixo seguem os valores investidos nesses dois períodos:

QUADRO 21 – VALORES GASTOS NA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE MARÉS (1947-1952)		
<i>Governadores</i>	Oswaldo Trigueiro/ José Targino	José Américo
<i>Períodos</i>	De 06/03/1947 a 30/06/1950	De 01/02/1951 a 01/06/1952
<i>Valores gastos oficialmente</i>	Cr\$ 11.359.486,30	Cr\$ 11.395.473,40
<i>TOTAL</i>	Cr\$ 22.754.959,70	

(Fonte: ALMEIDA, 1952, p.4)

Em relação a Campina Grande, desde o início de fevereiro, o governador José Américo já havia entrado em contato com a firma Saturnino de Brito – a mesma firma contratada para dar continuidade às obras de Marés – para ampliar o sistema de abastecimento de água daquela cidade. Pela importância que possuem e por serem as maiores cidades do estado, o governador, através dessas medidas, beneficiaria não só as populações pessoense e campinense, mas também as regiões circunvizinhas de João Pessoa (Santa Rita, Bayeux e Cabedelo) e de Campina Grande (Pocinhos, Puxinanã, Fagundes, Massaranduba, Queimadas, Lagoa Seca, Boa Vista, Galante e Caturité).

O problema residia na escolha dos dois últimos nomes: Cabedelo e Mamanguape. Qual a importância real dessas duas localidades, nesse período, para os demais municípios limítrofes? Se as medidas possuíam um caráter de urgência, trazendo benefícios para as populações dos municípios do interior onde a seca devastava, quase que por completo, a vegetação, o gado e os flagelados, qual o verdadeiro motivo de inserir, neste programa, duas cidades litorâneas que pouco – ou quase nada – sofreram com a ação devastadora da seca de 1951-1952? A resposta para essa questão está diretamente ligada a uma série de articulações e benefícios para determinados grupos políticos e sócio-econômicos atrelados a essas localidades.

Cabedelo sempre foi um ponto estratégico para a vida econômica do estado paraibano, pois era nesse distrito que se desenvolviam todos os serviços de operações portuárias (o único

porto do Estado ainda está localizado em Cabedelo) além de concentrar a comercialização da maior parte da pesca realizada no litoral paraibano. Sua posição geográfica, embora peninsular, já possuía uma importância estratégica: está a oeste dos municípios de Lucena e Santa Rita – sendo separada pelo Rio Paraíba – e ao sul, através do continente, liga-se a capital João Pessoa. Embora hoje a Paraíba conserve apenas um pequeno ramal de trens metropolitanos para transporte de passageiros¹⁸² (Santa Rita-Cabedelo), até 1970 existiam os trens de passageiros que ligavam a Paraíba a longas distâncias: João Pessoa a Campina Grande, a Recife e a Natal. Dessa forma, a produção agrícola e de minérios que eram produzidos e comercializados no estado, antes de serem exportados pelo porto, passavam pelo distrito de Cabedelo. Por estar localizada na região costeira, a população desse distrito pouco sentiu os efeitos da estiagem nesse período. Não foram relatados casos de migrações populacionais, epidemias ou fome extrema decorrentes da seca.

Em relação à Mamanguape, a questão estava muito mais ligada ao plano político-econômico do que propriamente social. Localizada no litoral norte do estado paraibano, tornou-se a maior e mais importante cidade do chamado “Vale do Mamanguape”. É também a cidade natal do então vice-governador João Fernandes de Lima, que, na época das eleições de 1950, era Deputado Estadual e ocupava a presidência da Assembléia Legislativa da Paraíba (1949-1950), tornando-se um dos principais financiadores da campanha de José Américo ao governo do Estado. Empresário influente na região de Mamanguape e Rio Tinto, ele pertencia a uma das famílias mais ricas da Paraíba, proprietária da usina Monte Alegre. Pela economia desenvolvida, por estar localizada nas bacias hidrográficas dos rios Mamanguape e Camaratuba, por ter um clima do tipo tropical chuvoso, “(...) onde o período chuvoso começa no outono tendo início em fevereiro e término em outubro”, e por ter uma “(...) precipitação média anual de 1.634.2 mm” (CPRM, 2005, p.4), podemos afirmar que existiam dezenas de outras cidades e localidades que precisavam muito mais do apoio dos governos, estadual e federal, para diminuir o sofrimento causado pela seca, do que o município de Mamanguape.

As atenções se voltam para esse município a partir do início do mês de março quando, mais uma vez, José Américo contrata o escritório “Saturnino de Brito & Filho” para realizar os estudos técnicos necessários para dar início ao plano de abastecimento daquela cidade. Segundo o jornal A União, essa obra teria sido idealizada por José Fernandes de Lima – irmão do vice-

¹⁸² Mais informações a esse respeito, vide o sítio: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/paraiba/cabedelo.htm> (Data da consulta: 12/11/2010. Hora: 12:00 hs.).

governador João Fernandes de Lima – quando ocupara o cargo de prefeito da cidade, mas que não havia conseguido realizá-la:

Às águas para o abastecimento de Mamanguape, virão do lugar denominado ‘Sertãozinho’, (...) onde dentro de 8 ou 10 meses, todos os serviços de construção, estarão concluídos, depois dos estudos complementares. A obra, será feita na base de acordo, entre a Municipalidade e o Estado (A UNIÃO, 17/03/1951, p.5).

Não podemos esquecer de frisar que José Américo também venceu as eleições contra Argemiro de Figueirêdo, nesse município, em 1950. Em nossa análise, identificamos alguns traços da típica sociedade nordestina remanescente da Primeira República, ou seja, a continuidade do sistema oligárquico que se perpetuou ao longo de décadas e que muitas vezes colocou o Estado numa posição de subordinação em relação aos interesses de grupos privados: fazendeiros, usineiros, grandes comerciantes, dentre outros.

Segundo a historiadora Lúcia Guerra: “O que caracteriza fundamentalmente o Nordeste durante a Primeira República é o tipo de sociedade – agrária – onde a classe dos grandes proprietários de terra é hegemônica no campo e nos pequenos núcleos urbanos” (FERREIRA, 1993, p.41). Longe de cometermos um anacronismo, o que pretendemos mostrar, através desse exemplo, é que além de assumir boa parte do poder econômico dessas regiões, essas grandes famílias, em sua larga maioria, passaram a dominar também o poder político em diversos municípios do estado paraibano. A família Fernandes de Lima tornou-se um típico exemplo dessa elite proprietária de terras, estendendo os seus tentáculos por todo o Vale do Mamanguape, dominando as maiores propriedades rurais, inserindo os seus “patrícios” em importantes cargos públicos estaduais e municipais.

Erguendo a bandeira de “valorização da terra”, o governador expõe à Assembléia Legislativa as obras de açudagem que seriam realizadas nos próximos meses de sua gestão, medidas essas que evitariam, segundo ele, as migrações populacionais que já vinham ocorrendo em larga medida desde o ano de 1950. Na visão do governador, a questão do desemprego – que tomava proporções alarmantes no período das secas – surgia “(...) por não poderem os fazendeiros, a falta de reservatórios, pequenos que fôssem, manter seus trabalhadores”. Para solucionar esse problema, “(...) vai o Governo empenhar-se numa campanha de açudagem” (ALMEIDA, 1951, p.98). Além dos açudes, construídos nas fazendas e em propriedades públicas, seriam adquiridas diversas máquinas que provavelmente levariam benefícios às várias

regiões do estado, principalmente a Caatinga, o Cariri e o Alto Sertão¹⁸³. Também foi anunciado o aproveitamento do lençol freático, presente em diversas regiões do estado, através de bombas d'água para uma maior irrigação do solo. Parte desse material já havia sido adquirido pelo Ministério da Agricultura e entregue ao núcleo estadual de Fomento Agrícola Federal.

Além do governador, o jornal *A União* passa a difundir a visão de que os açudes tornariam-se a melhor solução para a problemática da seca. Segundo o jornalista Lopes de Andrade, o Governador José Américo e o Diretor do DNOCS esperavam que “(...) os Açudes cumprissem a sua missão, absorvendo os retirantes e oferecendo-lhes trabalho, refrigério e alimentos (*A UNIÃO*, 20/03/1951, p.4). Para a construção dos açudes, ficaria encarregado o DNOCS de enviar à Paraíba uma “turma de reconhecimento” para avaliar e escolher os melhores locais, de preferência, próximo aos municípios mais povoados. Como exemplo dessas ações, o governador cita a construção do açude “Barra do Tamanduá”, localizado no município de Monteiro, que seria construído numa parceria entre a sua gestão e o Governo Federal. A obra teve início no mês de março de 1951 e o valor orçado ficou na casa de Cr\$ 1.399.000,00 (Cruzeiros).

No exemplo citado pelo governador, em relação ao início das obras, uma questão não poderia passar despercebida: quando analisamos mais uma vez os resultados da campanha eleitoral de 1950 para Governador do Estado, percebemos que Monteiro consta entre os municípios onde José Américo também vencera as eleições contra Argemiro de Figueirêdo com o apoio do prefeito Sebastião Cesar de Melo, eleito em 1947. Diga-se de passagem, um dos municípios onde se registrou a maior diferença entre os dois candidatos¹⁸⁴.

Dessa forma, percebemos que o governador José Américo procurou legitimar o discurso de que a problemática do desemprego no estado paraibano, durante esse novo período de seca, estaria ligada a falta de açudes nas propriedades particulares, deixando claro que os fazendeiros receberiam do Estado todo o apoio necessário para essas construções. A partir da leitura de alguns livros e jornais sobre o referido assunto¹⁸⁵, se torna visível que essa não era uma medida

¹⁸³ O Estado da Paraíba possuía, nessa época, uma extensão de 52.282 quilômetros quadrados, divididos em 8 “Zonas Fisiográficas”/Mesorregiões: Litoral e Mata; Agreste e Catinga Litorânea; Brejo; Agreste e Catinga Central; Médio Sertão dos Cariris Velhos; Seridó; Baixo Sertão do Piranhas; e o Alto Sertão” (ALMEIDA, 1951, p.92).

¹⁸⁴ No município de Monteiro, José Américo venceu as eleições com um total de 6.018 votos, seguido por Argemiro que recebeu 3.631 votos. Como podemos ver, o primeiro candidato atinge quase o dobro do número do seu principal adversário. Mais informações sobre as sucessivas eleições após a redemocratização do país, em 1945, vide o Capítulo III dessa dissertação. As tabelas com os resultados das eleições de 1950 para o cargo de Governador, em todos os municípios paraibanos, encontram-se no ANEXO V, p.295-305.

¹⁸⁵ Mais informações a esse respeito vide FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993. OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re (li)**

inovadora, pelo contrário, soluções hidráulicas – de açudagem e perfurações de poços – foram pensadas e postas em prática desde o século XIX, porém sempre serviram para ampliar e desenvolver a indústria da seca no nordeste brasileiro.

A política de combate às secas adquire foros institucionais, federais e a política de açudagem é formulada, desde o início, já com um direcionamento claro para beneficiar os proprietários, restringindo o acesso à população mais necessitada, tais os “requisitos” exigidos na construção das obras (SILVEIRA, *apud* FERREIRA, 1993, p.11).

Dentro ainda da campanha de açudagem estava programada a construção de outro grande açude em mais um dos municípios onde José Américo havia ganhado as eleições: na cidade de Patos¹⁸⁶. No dia 4 de março, o jornal A União publicou a matéria intitulada “Em defesa das populações sertanejas”, trazendo o telegrama escrito pelo Diretor Geral do DNOCS, Vinicius Barredo, autorizando o início das obras de construção do açude de nome “Espinho Branco”, solicitado pelo atual governador. Onze dias depois, o jornal A União publicou em uma de suas manchetes outra notícia sobre o andamento das obras do referido açude. Segundo o telegrama – escrito pelo deputado estadual José Gayoso – endereçado ao governador paraibano, já existiam três turmas de topógrafos iniciando o levantamento e a desapropriação das faixas úmidas e secas no terreno onde se desdobrava o princípio da construção do açude e que aquele município encontrava-se em plena ordem (GAYOSO, *apud* A UNIÃO, 13/03/1951, p.5).

Para dar continuidade às obras era necessário realizar a desapropriação e o pagamento das indenizações pelos terrenos onde seria construído o referido açude, entretanto, nem sempre as ações de desapropriação terminavam com um final feliz para os pequenos e médios agricultores. Exemplo disso aconteceu durante a construção do açude “Espinho Branco”, pois antes mesmo de se realizar um levantamento jurídico sobre a posse dos terrenos e as possibilidades de se efetivarem a construção do açude, o diretor do DNOCS já havia divulgado o início das obras e a desapropriação dos moradores da zona rural batizada de “Campo Comprido”, numa clara

gião (SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classe). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. **A Paraíba e seus problemas.** 3ª Ed.. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1980. **O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação.** 2 Ed.. João Pessoa: Fundação Casa José Américo de Almeida/Fundação Guimarães Duque, Coleção Mossoroense, 1982; ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; NÓBREGA, Elisa Maria de Medeiros; et. al. (Orgs.). SECA: recursos e assistência como política de Estado na Paraíba (1930-1940). In: **Historiografia e [em] diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico.** João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010, pp.66-85.

¹⁸⁶ Em Patos, José Américo venceu as eleições com um total de 6.114 votos, seguido por Argemiro que recebeu 5.233 votos. Essa diferença apertada entre as duas candidaturas se deve ao poder e influência exercida pelo deputado federal udenista, Ernani Sátiro, em toda a região.

tentativa de pressionar os pequenos agricultores a ceder de imediato os seus terrenos mediante provável indenização. O que o governador e o diretor do DNOCS não sabiam é que um dos lotes que fazia parte da bacia hidráulica do futuro açude pertencia a senhora Inácia e ao senhor Olidio Francisco Wanderley que, desde dezembro de 1950, haviam dado entrada em um processo de reconhecimento de posse do terreno junto ao Juiz de Direito da 1ª vara da comarca de João Pessoa.

No dia 15 de março foi veiculada uma nota impressa no Diário Oficial, publicada no jornal A União, informando a população paraibana sobre a paralisação das obras do açude mediante um “interdicto proibitório” perpetrado por agricultor contra a União. Segundo a notícia, a proibição estava fundamentada:

(...) no art. 143 do Código de Processo Civil, combinado com o art. 201, da Constituição da República e 505, do Código Civil brasileiro. Para tanto, arguíram no Juízo competente, que eram senhores e possuidores, por justo título de aquisição legal, do imóvel rural denominado “Campo Comprido”, do município de Patos (BASTOS, *apud* A UNIÃO, 15/03/1951, p.7).

Com um sentido óbvio de jogar a opinião pública contra o casal de agricultores, o jornal A União divulga nessa mesma matéria, em letras garrafais, o valor da multa para o caso de transgressão da medida judicial por parte da União: “UM MILHÃO DE CRUZEIROS”. O fato é que, embora o DNOCS já houvesse desenvolvido a maior parte dos estudos, culminado na elaboração do projeto para o açude, as obras estavam paralisadas. Em um telegrama dirigido ao Ministro da Viação e Obras Públicas, engenheiro Álvaro de Sousa Lima, o advogado do autor da causa, Renato Teixeira Bastos, afirmava que a ação do DNOCS constituía:

(...) iminente violência á posse do suplicante, (por isso) foi proposto interdcto proibitório, contra a União. (...) Para evitar que ocorra a consumação de um atentado a uma determinação judicial, que deve ser observada e cumprida pelo Poder Executivo, até a decisão final na ação, é que o suplicante se dirige a V. Excia. no sentido de mandar sustar qualquer obra, relativa a construção do mesmo açude, enquanto não haja uma decisão final no interdicto proibitório (BASTOS, *apud* A UNIÃO, 15/03/1951, p.7).

O fato é que a construção do açude Espinho Branco não se concretizou, pois a obra terminou sendo embargada. Além do açude Tamanduá, outros dois passaram a integrar as obras de açudagem construídas durante a gestão americista: os açudes de Boqueirão e São Gonçalo. O

açude Boqueirão foi construído na antiga “Vila de Boqueirão”, também chamada de “Vila de Carnoió”¹⁸⁷, que pertencia na época ao município de Cabaceiras. Segundo o relato do senhor Severino Amaro Guimarães¹⁸⁸ – mais conhecido como “Biró” ou “Guimarães” –, um dos trabalhadores que participaram da construção do Açude Boqueirão, no final da década de 1940:

(...) Boqueirão tentava, em vão, implantar o nome de Vila de Carnoió, contava apenas com a rua principal à margem do Rio Paraíba (...) Contava-se ainda, uma dezena de casebres seqüenciados na saída para Cabaceiras, denominados “Moqueca”. Eis a periferia.
O comércio local contava com um antigo mercado público com feira livre aos domingos e boas mercearias
O rio Paraíba corria livremente apesar de impensado pelos dois montes que formavam o boqueirão propriamente dito; suas enchentes marcavam época (GUIMARÃES, 2003, p.50).

Alguns autores afirmam que os primeiros estudos realizados pelo DNOCS para a sua construção surgiram durante o ano de 1951, quando se iniciam também as primeiras escavações. Contudo, ao analisarmos o relato deixado pelo Sr. Guimarães no texto intitulado “HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE PÚBLICO DE BOQUEIRÃO- PB”, percebemos que essa não foi uma obra idealizada – como muitos imaginavam – pelo governador José Américo, pois “(...) no segundo semestre de 1948, chegava a Boqueirão a primeira turma de topografia, vinda do Recife, a mando do engenheiro Paulo Barrocas, chefe do Serviço de Estudos do DNOCS e comandada pelo engenheiro ITIEL, um moço de procedência européia” (GUIMARÃES, 2003, p.51).

Ainda segundo o Sr. Guimarães, a barragem de Boqueirão fazia parte de um projeto ainda mais grandioso:

A regularização do Rio Paraíba consiste de quatro grandes barragens: Acauã, Curimatã, Boqueirão, Porteira e Pelo Sinal seqüenciadas; rio acima abrangendo três municípios: Aroeira, Boqueirão e Cabaceiras; cujas represas se aproximariam entre si com separação de poucos quilômetros; dessa série de projetos apenas o de Boqueirão foi concretizado, enquanto que Acauã e Curimatã tiveram as suas obras paralisadas logo no início.

¹⁸⁷ A “Vila de Carnoió”, mais conhecida como “Vila de Boqueirão” pertencia ao município de Cabaceiras. No dia 30 de abril de 1959, foi assinada a Lei nº 2.078 que emancipou administrativamente a Vila, elevando-a a categoria de município de Boqueirão, passando este a conglomerar-se com mais 5 distritos: Sede, Alcantil, Bodocongó, Caturité e Riacho Santo Antônio (GUIMARÃES, 2003. P.50). Outra curiosidade é que José Américo (1.795 votos) havia perdido as eleições de 1950 para Argemiro de Figueirêdo (2.988 votos) no município de Cabaceiras. Mais informações a esse respeito ver as tabelas com os resultados das eleições de 1950, para o cargo de Governador, em todos os municípios paraibanos, que se encontram no ANEXO V – QUADRO 14, p.295-305.

¹⁸⁸ Sobre a vida e a longa atuação no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, vide GUIMARÃES, Severino Amaro. **Autobiografia**: Severino Guimarães - Biró. Campina Grande: 2011.

Sendo que Acauã foi construída em 2002 a cargo do Governo do Estado (GUIMARÃES, 2003, p.52).

Durante três anos, de 1948 a 1951, foram realizados os levantamentos topográficos e sondagens fundamentais para o início daquela gigantesca construção. A partir da história do Sr. Severino Guimarães – que não poderia deixar de ser registrada por nós – e dos seus depoimentos, passamos a conhecer um pouco mais da realidade vivenciada pelos trabalhadores durante o período da construção do açude, procurando saber como esses eram contratados, qual a jornada de trabalho e quais as condições de moradia e trabalho.

A partir de 1951 a obra ganhou fôlego e várias máquinas de terraplanagem começavam a chegar de outras partes do Estado, mais precisamente, do Açude Público de Curema (chamado hoje de Coremas) e do Açude São Gonçalo. Para os trabalhadores que iriam depositar na obra vários meses e, até mesmo, anos de trabalho, foram erguidos “(...) 100 imóveis, inclusive duas dezenas de residências de porte médio, oficinas mecânicas, casa de força, garagem, escritório, almoxarifado, posto médico, restaurante, cooperativa de consumo” (GUIMARÃES, 2003, p.52) próximos ao local onde se desdobrava a construção. Além de estarem incumbidos de construir a nova barragem, os trabalhadores – que eram em sua grande maioria vítimas das consequências da seca – foram reaproveitados para construir a estrada ligando a Vila de Boqueirão ao município de Queimadas.

A verba inicial de Cr\$ 10.000.000,00 (cruzeiros) disponibilizada pelo Ministério da Viação e Obras Públicas para agilizar o andamento das obras foi autorizada no dia 1 de janeiro de 1952 (A UNIÃO, 01/01/1952, p.3). Mas, ainda assim, a construção da barragem foi se desdobrando com algumas dificuldades durante a primeira metade do ano de 1952, pois a maior parte do maquinário utilizado já havia sido castigada nas outras obras de açudagem. Por isso, o engenheiro Anastácio Maia – após duas desistências/demissões, esse foi o terceiro engenheiro a assumir as obras – passou a contar “(...) com o apoio da sociedade local, inclusive do Chefe Político da região, Sr. Ernesto Eráclio do Rego”, além disso, o “(...) trabalho diuturno de homens e máquinas, já citado, era extra-programa” (GUIMARÃES, 2003, pp.54, 55). Nesse trecho, algumas questões nos convidam para uma reflexão mais atenta: em primeiro lugar, outra vez percebemos a presença de interesses privados/particulares em relação aos destinos das obras de açudagem; a outra questão está ligada a ideia da jornada de trabalho que era “extra-programa”, ou seja, existia hora certa para iniciar as obras mas não para o término destas. Além disso, a maioria

dos trabalhadores que foram deslocados para Boqueirão – e para outras áreas de construção de açudes e estradas – não podia levar as suas famílias, pois o alojamento era exclusivo para os trabalhadores das obras. Segundo o Sr. Guimarães, apenas os engenheiros podiam levar as mulheres e filhos porque havia uma casa bancada pelo DNOCS para cada um destes.

No dia 1 de julho de 1952 o Sr. Guimarães ingressa no DNOCS. Sua contratação para as obras da barragem de Boqueirão tornou-se um caso emblemático entre os trabalhadores que para ali se deslocaram, pois como milhares de nordestinos, o Sr. Guimarães afastou-se de Campina Grande para tentar a vida na Capital Federal por consequência do alto índice de desemprego na região campinense. Chegando ao Rio de Janeiro, passou a trabalhar na construção civil, mais precisamente em uma obra que se desdobrava no bairro de Vila Izabel, próximo ao Largo do Maracanã. Porém, as dificuldades vivenciadas como simples operário na cidade grande (de 1950 a 1951) não lhe trouxeram a felicidade almejada e, no final da segunda metade de 1951, seu Guimarães escreve um telegrama ao Presidente Getúlio Vargas solicitando uma vaga no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. No dia 23 de outubro de 1951, ele recebe um telegrama¹⁸⁹ de resposta encaminhada por um dos secretários do Presidente da República, Lourival Fontes, afirmando que a correspondência enviada por ele para o Palácio do Catete, fora devidamente encaminhada para análise do DNOCS. Cinco meses depois, no dia 11 de março de 1952, o Sr. Guimarães recebia uma carta¹⁹⁰ do Gabinete Civil da Presidência da República, que afirmava:

Em referência à carta que dirigistes ao Senhor Presidente da República, solicitando colocação na I.F.O.C.S., cumpre-me comunicar-vos, em nome do Sr. Presidente da República, que vossa pretensão foi atendida, devendo pois, apresentar-vos ao Chefe do Distrito (2º), do Departamento de Obras Contra as Sêcas, para tratar das medidas necessárias para a vossa admissão (FONTES, Lourival. 11/03/1952).

O que difere do exemplo da contratação do Sr. Guimarães para a grande maioria dos trabalhadores é que essa não era a regra nesses tempos de seca e sim, uma exceção! Quase que diariamente, centenas de homens e famílias inteiras perambulavam pelas áreas devastadas pela seca atrás de comida, água e emprego. Os que tiveram um pouco mais de “sorte”, foram removidos de um lugar para outro, de uma cidade para outra, para serem empregados nas obras

¹⁸⁹ O telegrama, na íntegra, encontra-se no ANEXO Z, deste trabalho, p.310.

¹⁹⁰ A carta, assinada a próprio punho, pelo então secretário da Presidência da República, Lourival Fontes, encontra-se no ANEXO AA, p.311.

de açudagem e pavimentação das estradas estaduais e federais. Exemplo disso foi a remoção de 500 pessoas do município de Catolé do Rocha para o município de Sousa, sendo imediatamente empregada essa mão de obra na ampliação do açude São Gonçalo (A UNIÃO, 31/03/1951, p.5).

Dessa forma, à medida que a construção da barragem de Boqueirão ganhava sua força máxima, aumentava cada vez mais o contingente populacional da Vila de Boqueirão. “Era grande a afluência de famílias atraídas pelos trabalhos oferecidos pelo DNOCS bem como pelo considerável comércio que se desenvolvia em seus diversos ramos” (GUIMARÃES, 2003, p.56). Com a conclusão¹⁹¹ da maior parte dos serviços da barragem, incluindo a construção do chamado “maciço”, vários distritos, cidades e municípios passaram a usufruir de seus benefícios: os distritos de Sede, Alcantil, Bodocongó, Caturité, Riacho Santo Antonio, Pocinhos e a própria Boqueirão de Cabaceiras, além das cidades de Queimadas, Campina Grande e Barra de São Miguel, dentre outros.

Abaixo segue a foto de Severino Amaro Guimarães¹⁹² ao lado dos companheiros de trabalho, os verdadeiros construtores da barragem de Boqueirão:



Sr. Guimarães usando chapéu (4º da esquerda para direita) ao lado dos companheiros construtores de Boqueirão. Por trás, um dos caminhões batizado de “track-trucks” (Acervo pessoal do Sr. Guimarães).

¹⁹¹ A inauguração definitiva da barragem se deu no dia 17 de janeiro de 1957 e contou com a presença do presidente eleito em 1956, Juscelino Kubtschek.

¹⁹² Em janeiro de 2007, durante as comemorações do cinquentenário de inauguração da barragem de Boqueirão, o Sr. Guimarães – que além de excelente escritor, é um poeta de mão cheia – escreveu um cordel contando um pouco da história dessa construção. Mais informações a esse respeito, vide **História da construção do açude de Boqueirão no seu cinquentenário**. Literatura de cordel. Campina Grande: Instituto Histórico e Geográfico do Cariri (IHGC), 2007.

Além da construção dos grandes açudes (Tamanduá e Boqueirão) e ampliação do açude São Gonçalo, no município de Sousa, foram construídos mais “(...) 16 pequenos açudes, 13 tanques desobstruídos e 12 cacimbas, no valor total de Cr\$ 2.241.791,00 (Cruzeiros)”, segundo o relatório elaborado pelo governador sobre o balanço das ações realizadas durante o primeiro ano de sua gestão, entregue a Assembléia Legislativa (ALMEIDA, 1952, p.4). Para a construção desses açudes e barragens, o chefe do Executivo paraibano contou com a efetiva participação do DNOCS. Essa afirmação é facilmente comprovada quando analisamos a quantidade de açudes e barragens construídas diretamente pelo DNOCS¹⁹³, ou em parceria com o Governo da Paraíba entre os anos de 1951-1956.

Considerando as informações do quadro 22¹⁹⁴ – relacionadas às barragens construídas exclusivamente pelo DNOCS – verificamos que dos 10 açudes públicos construídos, 6 estão localizados em áreas (distritos, cidades e municípios) onde José Américo havia ganho as eleições no ano de 1950¹⁹⁵. Entretanto, não podemos esquecer de analisar o contexto político que marca, principalmente, o início de cada obra. A partir da observação atenta dos resultados das eleições para Prefeito dos municípios paraibanos em 1951, percebemos que há na verdade uma ampliação das localidades ligadas a José Américo: em Cuité foi eleito Pedro Simões Fernandes Pimenta do PSD e em Taperoá¹⁹⁶, Adeodato Vilar do PSD, expandindo para 8 o número de localidades ligadas politicamente ao governador.

¹⁹³ Entre os anos de 1906 e 1981, o DNOCS construiu cerca de 269 barragens nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, região que compreende o chamado “Polígono das Secas”. Só no estado da Paraíba, foram construídos 75 açudes nesse período (ARAÚJO; DNOCS, 1982).

¹⁹⁴ As informações relativas a quantidade de barragens construídas exclusivamente pelo DNOCS dentro do Programa de Açudagem Pública na Paraíba, durante os anos de 1951-1956, encontram-se no ANEXO AB, QUADRO 22, p.312.

¹⁹⁵ Mais informações a respeito da construção das barragens públicas nos respectivos municípios ligados politicamente a José Américo e a Argemiro de Figueirêdo, ver o QUADRO 23, que se encontra nos ANEXO AC, p.313.

¹⁹⁶ Antes de ser considerado município, Taperoá chamava-se Batalhão e era um dos distritos que compunha o território de São João do Cariri. Através da lei provincial nº 829 de 06 de outubro de 1886, Batalhão é elevado a categoria de vila, desmembrando-se de São João do Cariri. No dia 23 de novembro de 1905, o município de Batalhão passou a se chamar Taperoá. Pouco tempo depois, em 1911, o município volta a ser chamado de Batalhão, perdurando até 7 de janeiro de 1949, quando por força da lei estadual nº 318, o município voltou a se chamar Taperoá. Mais informações sobre as sucessivas trocas de nome do município e sobre a sua história, vide <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/taperoa.pdf> (Data da consulta: 22/11/2010. Hora: 17:50 min.).

Quando o assunto é açudes particulares construídos em parceria com o DNOCS, verificados no quadro 23¹⁹⁷, percebemos que o número de localidades beneficiadas que eram politicamente ligadas ao governo americista permaneceu superior ao número de municípios ou distritos ligados aos grupos políticos opositores. Das nove barragens construídas para o benefício de grupos particulares (fazendeiros, latifundiários, dentre outros) subsidiada pelo DNOCS, apenas duas foram construídas em regiões onde a UDN continuava dominando o cenário político desde as eleições de 1950: Catolé do Rocha e Cabaceiras (Barra de São Miguel). Provavelmente essas cidades foram incluídas no programa de açudagem do governo porque as duas estavam situadas nas regiões mais castigadas pelos efeitos da seca – sertão e cariri – além de ocuparem posições de destaque (política e economicamente) nessas regiões, aglutinando diversos distritos e fazendo fronteira com outras tantas cidades. As outras sete barragens¹⁹⁸ foram construídas em localidades que estavam politicamente atreladas ao governo americista.

Ao construir os açudes nas proximidades dos grandes municípios, José Américo unia o útil, ao agradável, ou seja, abastecia uma maior parcela da população urbana dessas regiões e, ao mesmo tempo, estabelecia uma relação de favores junto aos líderes políticos locais, que na sua grande maioria, eram os donos das grandes fazendas às quais se destinavam, prioritariamente, as obras, mantendo e ampliando os seus redutos eleitorais. Agindo assim, José Américo provavelmente garantia uma grande quantidade de votos nos maiores municípios do estado, em eleições futuras. O fato de o DNOCS enviar uma comissão julgadora e avaliadora, para as futuras construções, não impediu que o primeiro açude construído na gestão americista fosse estabelecido justamente em um de seus currais eleitorais: a cidade de Monteiro. Era a indústria da seca agindo novamente no estado paraibano.

Na tentativa de solucionar os problemas relacionados ao abastecimento de água e de energia elétrica, o governo passou a atender essas duas questões de forma concomitante. Já haviam sido concluídos os projetos relacionados a essas demandas nos municípios de Guarabira, Patos, Cabedelo, Cajazeiras, Souza e Pombal. Quando analisamos as localidades onde se dá o “ponta-pé” inicial para o desenvolvimento dos projetos referentes ao abastecimento de água, verificamos que novamente houve um beneficiamento da parte do governador em relação aos

¹⁹⁷ Os municípios e localidades onde foram construídas as barragens e açudes particulares em parceria com o DNOCS, entre 1951-1956, encontram-se no ANEXO AD – QUADRO 24, p.314.

¹⁹⁸ Mais informações a esse respeito ver o QUADRO 25 que se encontra no ANEXO AE, p.315.

municípios aliados, ou seja, em todos os municípios, acima descritos, José Américo vencera as eleições!

Outro acontecimento que carrega as marcas da indústria das secas ocorreu durante a chamada “Reunião dos Governadores do Nordeste”, realizada no dia 31 de março de 1951. Tratou-se de um encontro organizado por José Américo na tentativa de “solucionar” os problemas comuns a todos os estados nordestinos castigados pela seca, que se realizou na capital pernambucana. Para essa mesa redonda, eram esperados os governadores da Paraíba (José Américo); de Pernambuco (Agamenon Magalhães); do Ceará (Raul Barbosa); do Rio Grande do Norte (Dixsept Rosado); e de Alagoas (Arnon Melo), porém compareceram os governadores da Paraíba, Ceará, Pernambuco e o Vice-governador do Rio Grande do Norte (Sílvio Pedrosa).

Em pauta, foram estipuladas diversas soluções para os problemas advindos da seca, sendo aprovado, de forma unânime, o esquema geral de assistência às áreas mais castigadas pela seca, apresentado pelo governador paraibano e que levou em consideração certas peculiaridades de cada Estado, segundo o discurso veiculado pelo jornal A União. Entre as principais medidas, destacamos os seguintes quesitos:

1. Emprego dos trabalhadores nas obras públicas.
2. Completo serviço de abastecimento das populações atingidas, com distribuição de viveres entre os mais necessitados e venda de acordo com o poder aquisitivo dos operários nos centros de trabalho.
3. Orientação adequada e racional dos serviços de saúde, de acordo com critério adotado na Paraíba, que servirá de modelo a todos os Estados do nordeste.
4. *Cooperação dos Estados*: Os Estados desenvolverão também o seu programa de obras públicas, atacando, pelo DEER, as estradas já projetadas ou aquelas que as necessidades locais reclamarem. **Para esse fim, será preciso que o DNER faça adiantamentos correspondentes às cotas de um semestre** (Grifo nosso). Deverá ser igualmente iniciada com a maior urgência **a construção de açudes em cooperação, sendo para esse fim necessário que o D.N.O.C.S. distribua desde logo as verbas próprias. Além da assistência técnica regulamentar, o D.N.O.C.S. fornecerá, onde for necessário, o material indispensável a construção** (Grifo nosso) (A UNIÃO, 03/04/1951, p.6).

A Reunião dos Governadores

Aprovado unanimemente o esquema
geral apresentado pelo governador
José Américo



Flagrante da “Reunião dos Governadores do Nordeste”: José Américo (à esquerda), Raul Barbosa (centro) e Agamenon Magalhães (à direita) (A UNIÃO, 01/04/1951, p.3)

Ao analisarmos superficialmente as medidas acordadas durante a mesa redonda dos governadores, poderíamos nos deter apenas na profunda influência exercida por José Américo sobre as medidas a serem adotadas. Embora a Paraíba não tenha sediado a reunião, foi o governador do Estado paraibano quem encabeçou e sistematizou a organização do referido evento, articulando também as bases do plano de assistência assinado por todos os governadores participantes. Entretanto, algo mais importante nos chamou a atenção em relação ao tópico “*Cooperação dos Estados*”: primeiro, os Departamentos Estaduais de Estradas e Rodagens (DEER) elaborariam os seus programas de construção e pavimentação das estradas estaduais, cabendo ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) o papel de financiar, de forma antecipada, 6 meses antes dessas prováveis ações.

O problema residia na ideia de uma previsão orçamentária, ou seja, em relação ao adiantamento das verbas do DNER para as regiões atingidas, pois segundo o próprio documento elaborado e assinado pelos governadores – e divulgado pelo jornal A União – já vinha ocorrendo o desperdício das verbas destinadas a essas ações por causa das grandes concentrações de trabalhadores nas obras em andamento (A UNIÃO, 04/04/1951, p.6). A partir dessas informações

podemos afirmar que se antes existia um repasse feito mensalmente aos Estados pelo DNER e a verba destinada às construções e pavimentações das estradas estava se esaurindo pelos córregos da inoperância pública. Então o que diríamos do repasse de um semestre inteiro de verbas, entregue ao DEER de cada estado sob a supervisão dos seus secretários e tesoureiros?

A segunda questão está relacionada a três pontos: 1º o rápido envio das verbas do DNOCS para a construção de açudes; 2º a ideia de uma cooperação não explicitada, que não deixava claro como seria estabelecida e quem faria parte desse acordo; 3º e o papel secundário destinado ao DNOCS. Em relação ao primeiro ponto, devemos dizer que em outros momentos de secas registrados na história da região Nordeste, verificamos que a indústria das secas estabeleceu os seus tentáculos a partir dessa urgência na construção de açudes, o que levou a graves desvios de verba federal em diversos estados nordestinos e, em especial, no estado paraibano. Os fazendeiros das regiões atingidas pela seca construía seus açudes particulares utilizando recursos financeiros de programas governamentais destinados a minimizar os efeitos das estiagens e o sofrimento dos flagelados.

Exemplo disso ocorreu durante a primeira fase de atuação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), entre os anos de 1909 a 1918, quando verificamos a disparidade no número de açudes particulares existentes em relação ao número de açudes públicos: “(...) cerca de 2.311 açudes particulares que apresentavam melhor estado de conservação” (FERREIRA, 1993, p.83); açudes públicos existentes: entre 18 e 24 açudes “(...) pessimamente conservados, servindo precariamente a população” (FERREIRA, 1993, p.83). Os dados em relação aos açudes públicos apresentam uma contradição, pois não existia na época um levantamento exato desse quantitativo. A disparidade entre o número de açudes públicos e privados estabelecia uma efetiva relação de dependência das vítimas da seca junto aos grandes proprietários de terra “(...) que tinham o controle sobre a água represada” (FERREIRA, 1993, p.83). A comprovação do desvio da verba federal se dá quando analisamos o número de projetos solicitados pelos fazendeiros a IOCS – pois a Inspetoria ficava encarregada de realizar os levantamentos iniciais e elaborar os projetos – e o número de açudes construídos efetivamente, pois cabia a IOCS arcar com 50% do valor da construção dos açudes, que só seria pago após o término da obra. “As tentativas mais comuns para burlar o Regulamento consistiam em conseguir o prêmio para açude construído há muito tempo, ou elaborar um orçamento superdimensionado de forma que os 50% cobrissem integralmente os custos do açude” (FERREIRA, 1993, pp.86, 87).

Em relação à ideia de cooperação estabelecida pelos governadores, percebemos que as determinações não são, inicialmente, reguladas por um acordo mútuo, ou seja, não fica explícito no documento qual a participação financeira de cada Estado para a construção desses açudes. Além de distribuir as verbas federais, o DNOCS ainda ficaria encarregado ainda de fornecer a assistência técnica – mão de obra qualificada de engenheiros, assistentes, dentre outros – e de arcar com todo o material necessário para as construções onde quer que aconteçam, ou seja, em propriedades públicas ou privadas!

O terceiro ponto está ligado ao papel destinado aos órgãos públicos federais que eram os principais responsáveis pelo combate as secas: o DNOCS e o DNER. Analisando ainda o documento assinado pelos governadores, encontramos o trecho intitulado “*Obras Públicas*”, onde ficava claro que grande parte das decisões tomadas em relação às obras destinadas a combater as secas nos estados afetados, seria realizada com uma maior autonomia em relação a esses órgãos federais. Dessa forma “(...) não poderão esses Departamentos ficar adstritos á rigidez dos programas normais, recomendando-se que, na ausência de projetos ou estudos próprios, executem obras de caráter estadual ou municipal já projetadas” (A UNIÃO, 04/04/1951, p.6). Aqui verificamos uma espécie de demarcação das ações estatais federais e a sujeição desses órgãos aos governadores desses estados, pois a maior deles possui um caráter de urgência/emergência, daí o favorecimento dos projetos elaborados pelos estados e municípios, pois esses já estavam prontos para serem postos em prática antes mesmo da realização da referida “Reunião dos Governadores do Nordeste”.

Além de toda essa verba solicitada pelos governadores através do DNOCS e do DNER, segundo o documento assinado durante a reunião, o governo federal ficaria encarregado de:

(...) distribuir a terça parte da quota constitucional¹⁹⁹ de defesa dos efeitos da seca (art. 198. Parágrafo 1º) pelos Estados nordestinos atingidos pela calamidade, para aplicação nos seus trabalhos de emergência e assistência social. Assinados. JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA, AGAMENON MAGALHÃES, RAUL BARBOSA E SILVIO PEDROSA. (A UNIÃO, 04/04/1951, p.6).

¹⁹⁹ Desde a Constituição de 1824 “(...) foi garantido a todo cidadão ajuda pública incondicional, em caso de calamidade, o Ministério do Império estipulava em seu orçamento anual fundos a que os presidentes provinciais podiam aspirar e apropriar-se visando atender às necessidades previstas em lei” (FERREIRA, 1993, p.73). Dessa forma, complementando essa assertiva, Roger Cuniff afirma que nesse período, “(...) o presidente de uma pobre, remota província estava em face continuamente com a tentação para declarar prematuramente ou para exagerar um estado de emergência na disposição de extrair o Fundo Imperial de Ajuda” (apud FERREIRA, 1993, p.73).

Não foram apenas os governadores nordestinos que passaram a reivindicar mais verbas para os seus estados, os deputados federais e os senadores também passaram a apelar junto ao Executivo Federal. No dia 29 de março um grupo de senadores nordestinos foram a tribuna discursar em favor da ampliação dos serviços de açudagem e irrigação em seus estados – Olavo Oliveira (Ceará), Landulfo Alves (Bahia), Ruy Carneiro (Paraíba), dentre outros –, lembrando ainda o senador Plínio Pompeu que:

(...) a Constituição Federal já reservara dois por cento da arrecadação para serem aplicados no nordeste. De 1947 para cá, foram recolhidos mais de cem milhões de cruzeiros, pouco menos de 1 por cento, pois nem esses cem milhões foram aplicados em benefício do nordeste (POMPEU, *apud* A UNIÃO, 30/03/1951, pp.1, 6).

O fato é que o discurso do senador Plínio Pompeu reforça ainda mais a afirmação de que, nesse segundo governo de Getúlio Vargas, a região nordeste recebeu efetivamente a ajuda necessária para superar a crise desencadeada pelos problemas oriundos da seca. A questão que não poderia deixar de ser colocada é que os efeitos da grave estiagem levaram mais uma vez ao discurso político de utilização da seca como uma espécie de sistema econômico, o método mais eficaz de “superar” a crise, angariando recursos federais sob a perspectiva de uma retomada da indústria das secas!

Ora, esse já era o discurso oficial propagado pelos redatores do jornal A União aqui na Paraíba desde o início do governo de José Américo, ainda nos primeiros dias do mês de março. Mal completava um mês de administração e esse veículo de comunicação afirmava, no artigo intitulado “AÇÚCAR E SÊCAS”, escrito por Lopes de Andrade, que “(...) a Paraíba está dentro do ‘sistema das sêcas’, enquanto Pernambuco, por exemplo, está dentro do ‘sistema do açúcar’” (A UNIÃO, 11/03/1951, p.3). Segundo o cronista político, a Paraíba estava mergulhada em um profundo atraso sócio-econômico porque os governos anteriores buscaram em vão vincular-se ao “sistema do açúcar” que já era comandado por Pernambuco, “o leão do norte”.

Sucede ao contrário com o “sistema das sêcas”, em que a Paraíba é que reboca outros Estados. As rijas energias sertanejas do paraibano, que Assis Chateaubriand já impôs aos sulistas como algo tremendamente explosivo e perigoso, são uma resultante das secas. (...) Durante a histórica campanha de 1950, José Américo disse uma vez em Patos: “o território das sêcas será a área da vitória”. Havia algo de profético nessa declaração (A UNIÃO, 11/03/1951, p.3).

Na verdade não havia nada de profético nas palavras do futuro governador, pois dos 42 municípios existentes naquele período, a população de pelo menos 29 destes já haviam enfrentado os efeitos da seca em outros momentos, anteriores aos anos de 1951-1952. O que José Américo fez foi incluir nos seus discursos a lembrança das tragédias climáticas cíclicas que abalaram diversas regiões do Estado, trazendo a tona à idéia de que mais uma vez voltava a sua terra natal o grande ministro que, “como outrora em 32, salvou o povo do sertão”! Para Lopes de Andrade, era preciso retroceder ao “sistema de secas” implantado na Paraíba:

(...) durante os governos dos estadistas da “Escola de Areia” e os de João Suassuna e João Pessoa. Por que não retomarmos a tradição agora, quando dispomos de possibilidades muito maiores? Não há de ter sido sem alguma razão acreditarmos, que Eptácio Pessoa e José Américo foram os dois mais ilustres paraibanos a combater com sobrehumano denodo, pela completa integração da Paraíba no “sistema de secas” – Lopes de Andrade (A UNIÃO, 11/03/1951, p.3).

No final do ano de 1951, Lopes de Andrade foi empossado como secretário do governo de José Américo, assumindo a condição de porta-voz do governador em diversas solenidades oficiais.

Além das obras de açudagem, o Governador José Américo passou a investir pesado nas obras de construção e pavimentação das rodovias estaduais e municipais sob a alegação de dar emprego aos milhares de flagelados e evitar assim as constantes migrações que ocorriam em várias regiões do Estado. Ao analisarmos os dados oficiais relacionados aos gastos dos principais órgãos que integravam o governo de José Américo, percebemos que no ano de 1951, as despesas da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas – responsável direta pela maior parte das ações de combate à seca, a exemplo da construção de açudes, pavimentação e construção de rodovias – superou os gastos de quase todas as outras secretarias do Estado, perdendo apenas para a Secretaria das Finanças:

QUADRO 26 – DESPESAS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NO ANO DE 1951	
ÓRGÃOS QUE INTEGRAVAM A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL	GASTOS EM CRUZEIROS (Cr\$)
Poder Legislativo	4.911.708,50
Govêrno do Estado	3.939.438,10
Secretaria do Interior e Segurança Pública	30.420.603,70
Secretaria de Educação e Saúde	45.445.989,20

Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas	48.877.009,60
Secretaria das Finanças	49.322.347,70
Poder Judiciário	5.908.592,40
TOTAL	188.825.689,20

(FONTE: ALMEIDA, 1952, p.36)

As despesas com a Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas eram consolidadas pelo discurso propagado através do jornal A União que, diariamente, trazia notícias sobre os efeitos da seca para as diversas regiões do Estado. Durante o mês de março, mais de 50 telegramas encaminhados ao governador José Américo foram retransmitidos à população paraibana. De vários municípios partiam os apelos de figuras ilustres da sociedade – prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, padres, pastores evangélicos, fazendeiros, dentre outros – solicitando a construção de mais açudes e estradas. De Campina Grande, o prefeito de Princesa Isabel, Nominando Diniz, escreveu um telegrama solicitando ao governador urgência na construção das estradas que iriam ligar esse município aos de Teixeira e Piancó, solicitando também a construção de pequenos açudes, pois além de água, era preciso dar emprego aos pais de família daquela região, evitando assim outros casos de migrações para a região sul do país, como já haviam sido registrados: “Hoje saíram dois carros lotados de retirantes para São Paulo, Caso não haja trabalho com urgência, outros caminhões seguirão na próxima semana” (A UNIÃO, 18/03/1951, pp.3, 6).

Apelo idêntico ao descrito acima foi feito também por prefeitos de outras cidades paraibanas, a exemplo de Piancó: “A estrada de rodagem daqui, afim de atender aos necessitados, deve ser ampliada” (A UNIÃO, 14/03/1951, p.5); de Teixeira: “Procurando sustar a migração de famílias pobres deste Município, acossadas pelo flagelo das secas, (...) Lembro a Vossa Excelencia que poderia ser atacada imediatamente pelo D.E.R. a construção da rodovia Desterro-Taperoá-Princesa Isabel, (...) dando colocação aos necessitados locais” (A UNIÃO, 18/03/1951, pp.3, 6); de Araruna: “Peço a Vossa Excelência empenhar-se junto às autoridades afim de obter meios de empreender os serviços de reservatórios dagua e estradas” (A UNIÃO, 18/03/1951, pp.3, 6); de Cajazeiras:

Cajazeiras – 19 (Urgente) – Hoje amanheceu em frente desta Prefeitura cerca de mil flagelados, todos dêste município e em sua maioria chefes de numerosa família. Iniciei o alistamento dos mesmos e estou aguardando a

palavra de ordem do eminente chefe, afim de encaminhá-los ao serviço de rodagem Cajazeiras–Jatobá. Respeitosos cumprimentos. *Arsenio Araruna* Prefeito (A UNIÃO, 21/03/1951, pp.3 e 6).

Dessa forma, os pedidos se repetiam e as solicitações giravam em torno das duas prováveis soluções que pareciam ser as únicas: açudagem e estradas. Dos mais de 50 telegramas analisados por nós, os únicos que passaram a solicitar comida – cereais, farinha de mandioca, dentre outros alimentos – partiram dos municípios de Antenor Navarro: “Comunicamos a Vossa Excelencia que este município não dispõe de cereais em volume bastante para atender aos necessitados locais. Padre Manoel Jacome, José Isidro de Almeida, José de Brito” (A UNIÃO, 25/03/1951, p.3); e de Piancó: “As chuvas suspenderam. Piancó abriga cêrca de 2.300 flagelados, parecendo que atingirá nestes poucos dias a 4 mil. Os gêneros alimentícios são insuficientes na cidade, para alimentar tão grande numero de pessoas” (A UNIÃO, 29/01/1951, p.5).

A partir da análise dessas notícias, fica evidente que a maior parte deles passara a cobrar do governador obras de açudagem e pavimentação que há muito tempo haviam sido prometidas por gestões anteriores e que nunca chegaram a se concretizar. Nem o próprio José Américo escapou das cobranças relativas às promessas de outrora, pois um grupo de moradores do distrito de Brejo do Cruz telegrafou para o governador cobrando as ações prometidas por este, quando ocupou um dos ministérios do governo provisório de Getúlio Vargas, em 1932:

BREJO DO CRUZ 24 – Cumpre-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência a tremenda situação da população pobre deste Distrito de Belém. Na certeza de ser ela amparada por V. Excelencia, apelo ao seu espírito humanitário no sentido de ser construído o açude denominado “Escondido”, estudado nesse distrito, quando da gestão de Vossa Excelencia na pasta da Viação e Obras, em 1932 (A UNIÃO, 25/03/1951, p.3).

Os primeiros anos da década de 1950 mostravam-se oportunos para essas cobranças, pois em meio às obras que integravam o plano de combate à seca instituído por José Américo, podemos afirmar que a construção e pavimentação de estradas tornaram-se a política pública mais estimulada pelo governo. Além de abrigar uma maior quantidade de mão de obra da população vítima da seca e de abranger um maior número de municípios, os custos dos serviços relativos às estradas e a pavimentação foram três vezes maior do que os investimentos em soluções hidráulicas, construção de barragens e perfuração de poços.

No dia 24 de abril de 1951, o Ministro da Fazenda do governo Vargas, Horácio Lafer, envia um telegrama ao Governador José Américo autorizando a expansão das obras de construção e pavimentação das estradas estaduais e federais:

Em aditamento e em caráter confidencial tenho a honra de comunicar a V. Excia. que Presidente da República autorizou fosse atribuída Departamento Nacional de Estradas e Rodagens e por êste delegada ao Estado da Paraíba para serviços e obras por V. Excia julgados necessários quantia oito milhões cruzeiros. Estou autorizando Banco Brasil entregar Govêrno V. Excia. quatro prestações mensais de dois milhões de cruzeiros, cada. Atenciosas saudações – Horácio Lafer, Ministro da Fazenda (ALMEIDA, 1952, p.53).

A partir dessa autorização, que ampliava ainda mais as possibilidades financeiras do Estado, o governo paraibano criou a Comissão de Obras de Emergência e Socorros Públicos (C.O.E.S.P.), diretamente subordinada ao poder executivo. Entre as deliberações administradas por esse órgão estava a responsabilidade de responder as inúmeras solicitações de abertura de serviços e socorros urgentes que partiam de diversas regiões do estado paraibano, especialmente do sertão, buscando soluções eficientes para amenizar, ou até mesmo solucionar, os efeitos advindos da seca. Embora a promessa financeira estipulada pelo Ministro Horácio Lafer fosse de Cr\$ 8.000.000,00 (cruzeiros), o Governo do Estado recebeu da União um valor ainda superior: cerca de Cr\$ 11.500.000,00 (cruzeiros).

Os dois quadros abaixo apresentam as despesas realizadas pela COESP durante o ano de 1951, corroborando com a nossa afirmação de que os gastos com a construção e pavimentação de estradas superaram todos os outros investimentos estatais contra a seca nesse período:

QUADRO 27 – DESPESAS DA COESP COM CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO EM 1951	
SERVIÇOS PRESTADOS	VALOR DOS SERVIÇOS (Em Cruzeiro)
Serviços de construção e conservação de estradas	Cr\$ 3.124.277,90
Reconstrução, construção e conservação dos açudes e reservatórios	Cr\$ 946.905,80
Campos de pouso	Cr\$ 41.140,80
Veículos, inclusive carros de mão	Cr\$ 397.739,00

Material de consumo, equipamento de serviço, utensílios e despesas diversas	Cr\$ 310.420,30
TOTAL	4.820.484,30

(FONTE: ALMEIDA, 1952, p.55)

QUADRO 28 – DESPESAS DA COESP COM CONSTRUÇÃO DE AÇUDES, TANQUES E CACIMBAS EM 1951	
SERVIÇOS PRESTADOS	VALOR DOS SERVIÇOS (Em Cruzeiro)
Serviços de construção	Cr\$ 613.563,70
Equipamento mecânico	Cr\$ 332.168,50
Abastecimento d'água	Cr\$ 14.731,80
Administração	Cr\$ 39.636,00
TOTAL	1.000.000,00

(FONTE: ALMEIDA, 1952, p.55)

A falta de dados em relação à construção desses açudes, tanques e cacimbas – locais da construção (público ou privado), município ou distrito, dentre outros – não possibilitou um aprofundamento de nossas análises em relação aos grupos que foram beneficiados por essas obras. Contudo, durante o ano de 1951, 6 projetos de construção e pavimentação de estradas foram realizados pela COESP em todo o Estado, sendo aprovados pelo governo e as obras imediatamente iniciadas nesse mesmo ano. Desses projetos, que iriam beneficiar municípios e distritos, empreendidos por este órgão, ao menos 4 deles foram direcionados a localidades que mantinham fortes ligações políticas com o atual governo²⁰⁰. Segundo o balanço anual das atividades desenvolvidas no Estado da Paraíba durante o ano de 1951 – organizado e escrito pelo próprio José Américo – entregue a Assembléia Legislativa:

Procurou-se, tanto quanto possível, dar um caráter de aplicação sistemática aos recursos recebidos. A principal finalidade desses serviços, porém, foi o amparo às populações flageladas. O operário era admitido

²⁰⁰ O quadro com os estudos e projetos desenvolvidos pela COESP na Paraíba, em 1951, encontra-se no ANEXO AF – QUADRO 29, p.316.

nas obras à medida que as procurava, não havendo limites de idade ou de número para a sua aceitação (ALMEIDA, 1952, p.58).

Outra importante ajuda para a construção, conservação e melhoramento das estradas inseridas no Plano Rodoviário da Paraíba partiu do Departamento de Estradas e Rodagem (D.E.R.). No estado paraibano, esse órgão federal mantinha quatro postos de funcionamento nos municípios de Campina Grande, Patos, Cajazeiras e Sapé, todos atrelados – por coincidência ou não – politicamente ao governador em exercício. Para o ano de 1951 e primeiro trimestre de 1952, o governo estadual recebeu da União a quantia de Cr\$ 23.715.870,40 (cruzeiros), proveniente do Fundo Rodoviário Nacional²⁰¹. Desse montante, Cr\$ 16.009.829,90 estava destinado para o Estado e Cr\$ 3.473.344,80 seriam distribuídos para os municípios paraibanos a partir de projetos avaliados pelo governador paraibano.

Partindo da análise dos dados²⁰² disponibilizados por José Américo no relatório sobre as ações governamentais desenvolvidas durante o ano de 1951 e primeiro trimestre de 1952, podemos afirmar mais uma vez que a maior parte dos municípios estava atrelada ao projeto governamental americanista. Das 7 estradas construídas pelo governo estadual utilizando as verbas do Fundo Rodoviário Nacional nesse período, 6 beneficiavam vários municípios e distritos onde o governador havia tido a maioria em 1950: Alagoa Grande, Campina Grande, Antenor Navarro, Marizópolis, Cajazeiras, Conceição, Mamanguape, Camaratuba, Taperoá, Teixeira e Destêro (ALMEIDA, 1952, p.62). Dando continuidade a sondagem sobre a demonstração das despesas realizadas, percebemos que os benefícios para os prefeitos aliados não param por aqui, pois dos 16 serviços de conservação de estradas, 13 foram direcionadas para outras municipalidades e distritos – que por vezes, se repetiam os nomes – onde José Américo mantinha estreitas relações políticas: João Pessoa, Santa Rita, Sapé, Itabaiana, Campina Grande, Alagoa Grande, Umbuzeiro, Soledade, Picuí, Patos, Santa Luzia, Teixeira, Remígio, Princesa Isabel, dentre outros (ALMEIDA, 1952, pp.62, 63).

A homilia do “grande ministro de 1932” nos parece contraditória e dúbia ao mesmo tempo, pois se a construção dos açudes, a pavimentação e construção das estradas estavam inseridas em um projeto político “de amparo às populações flageladas”, porque não beneficiar

²⁰¹ O Fundo Rodoviário Nacional foi instituído pela Lei Federal nº 302, de 13 de julho de 1948. Tratava-se de algumas quotas federais e estaduais destinadas aos Estados (ALMEIDA, 1952, p.61).

²⁰² O quadro contendo o nome dos municípios beneficiados, além da demonstração da despesa realizada pelos serviços prestados e o valor de cada construção ou melhoramento das estradas encontra-se no ANEXO AG – QUADRO 30, p.317, 318.

todas as localidades atingidas pelos efeitos da seca, ao invés de favorecer alguns municípios e distritos em detrimento de outros? Quais os critérios adotados para que diversas municipalidades passassem a figurar nos planos e estudos desenvolvidos pela COESP, DER e DNOCS mesmo estando a dezenas de quilômetros de distância do epicentro da crise gerada pela seca, a exemplo de Mamanguape? Será que os prefeitos dos municípios não assistidos – em sua maioria opositores ao governo americista – permaneceram calados diante da predileção dos aliados políticos? Havia realmente uma fiscalização eficaz em torno dos milhões de cruzeiros enviados pelo governo federal aos cofres do governo paraibano?

Embora o governo divulgasse que havia centenas de vagas para os flagelados nas diversas construções que se desdobravam ao longo do ano de 1951 e início de 1952, nem sempre as condições de trabalho eram favoráveis e muitos agricultores preferiam aguardar a chegada das chuvas – mesmo passando por todo sofrimento e privações – do que migrar para as áreas onde o governo desenvolvia a campanha de açudagem e pavimentação. Exemplo disso foi o caso registrado na cidade de Catolé do Rocha, quando o chefe do serviço de viaturas para abastecimento, tenente Ruy Flores, recebeu a ordem do Chefe do Executivo paraibano de transferir imediatamente cerca de 500 dos 1.000 homens que se amontoavam pelas ruas, ameaçando o comércio daquela cidade. Em resposta ao telegrama do governador, Ruy Flôres afirmou:

SOUZA, 29 – Cumpri a determinação de Vossa Excelencia, deslocando-me na última noite para Catolé do Rocha. Não foi possível trazer os deslocados em virtude de já terem debandado e haver suposição da parte de autoridades locais, de não quererem os mesmos se transportar para o açude São Gonçalo. (...) Caso os homens sem trabalho daquela cidade desejem se deslocarem para São Gonçalo, tomarei as providências necessárias (A UNIÃO, 30/03/1951, p.3).

Vários prefeitos telegrafaram para o Palácio da Redenção solicitando maquinário adequado para o andamento das obras. No final do mês de março, o prefeito de Piancó informava ao governador que: “Os generos alimentícios são insuficientes na cidade, para alimentar um grande número de pessoas. Continua a falta de ferramentas. (...) O caso não comporta demora” (A UNIÃO, 29/03/1951, p.5). O padre do distrito de Sabugy, Milton Arruda, afirmava que os estudos que possibilitariam a construção da estrada que ligaria aquela região ao distrito de São Mamede e a cidade de Patos já estavam concluídos, o que não existiam eram as ferramentas necessárias para a execução da obra (A UNIÃO, 30/03/1951, pp. 3, 6).

O fato é que, enquanto Mamanguape recebia apoio irrestrito do governo americista, ampliando o abastecimento de água e construindo e pavimentando diversas estradas naquela região, o município de Brejo do Cruz²⁰³ ainda não havia recebido nenhum auxílio no final do mês de março. Por estar entre os poucos municípios do qual José Américo havia perdido as eleições para Argemiro de Figueirêdo em 1950, e por ainda concentrar o poder político local nas mãos da UDN, a população desse município continuava sofrendo com a falta de recursos e de chuva. No dia 25 de março, um grupo de 53 pessoas encaminhou um telegrama ao governador paraibano afirmando que:

(...) a maior parte do povo dêste município está atravessando séria crise e passando fome devido **está faltando serviço bem como se registrando a ausência até agora do socorro do Governo** (Grifo nosso). Nesta situação vimos apelar a Vossa Excelência no sentido de mandar atacar as obras de caráter de emergência, afim de amparar a população flagelada que deseja rumar para outras regiões, a procura de recursos (A UNIÃO, 30/03/1951, pp.3 e 6).

Em resposta ao “esquecimento” do governador paraibano – em relação a falta de medidas urgentes de combate aos efeitos da seca naquela região – o prefeito de Brejo do Cruz, José Olimpio Maia Filho, mandou cortar a energia elétrica da difusora de rádio local que retransmitia notícias relacionadas às ações desenvolvidas e chefiadas por José Américo contra a seca em outros municípios do Estado. Em protesto a essa forma de retaliação, o jornal A União divulgou o artigo intitulado “Política com miséria”, onde se afirmava que:

(...) adversários políticos do governador José Américo estão se aproveitando da situação de calamidade pública criada pela sêca, para as mais torpes explorações com a miséria alheia. Assim é que o prefeito daquele município, sistematicamente se recusa a fornecer energia elétrica para a divulgação de notícias de interesse das pessoas vítimas da estiagem (A UNIÃO, 31/03/1951, p.4).

Em relação à fiscalização do dinheiro público investido nas obras de construção e pavimentação de estradas, podemos afirmar que existiram brechas que possibilitaram a fraude e o desvio de verba dos cofres do DER. Um acontecimento que comprova essa afirmação foi o processo administrativo aberto contra o funcionário José de Menezes Lyra, publicado na primeira

²⁰³ Brejo do Cruz figura entre os 11 municípios onde José Américo perdeu as eleições para Argemiro de Figueirêdo, num total de 41 municípios paraibanos onde ocorreram as eleições de 1950. Mais informações, ver o resultado da eleição para governador nesse município no ANEXO V – QUADRO 13, p.297.

página do Diário Oficial no dia 1 de janeiro de 1952. No dia 18 de junho de 1951, foi criada uma Comissão de Inquérito Administrativo, por solicitação da Delegação de Controle do DER, para apurar denúncias de irregularidades provenientes da tesouraria desse Departamento. Após meses de investigação, ficou constatado que José Menezes vinha recebendo, há algum tempo, diversos pagamentos que não eram depositados no caixa do DER, sob a sua responsabilidade. Assim, segundo o relatório elaborado pela referida Comissão, o desfalque cometido pelo tesoureiro alcançou um total de Cr\$ 424.843,20 (cruzeiros). Concluído o inquérito, confirmaram-se as denúncias:

(...) chegando ao resultado de que o mesmo responsável pela Tesouraria, José de Menezes Lyra, é o autor do alcance de valor referido acima. A proposta oferecida pelo referido funcionário no sentido de dar o terreno (com 2.180 metros quadrados) e a casa (à rua Mons. Walfredo., nº 635, desta cidade) para liquidar o débito antigo e o atual, não deixa dúvida de que foi ele o autor do desfalque encontrado. (...) Levo o caso à apreciação do Conselho Executivo, na forma do art. 88, do Decreto nº 246, de 7.10.1950 para onde deverão remetidos os autos desse Inquérito Administrativo, com a possível brevidade. João Pessoa, 20 de dezembro de 1951. Ass.) **Péricles Fabrício Riquet** – Diretor Geral do DER. (A UNIÃO, 1/01/1952, DIÁRIO OFICIAL, p.1).

Quando avaliamos os gastos com o programa de pavimentação e construção de rodovias realizadas pelo governador paraibano, percebemos que a dotação orçamentária tornou-se bastante onerosa para os cofres da União em tempos difíceis como aqueles vivenciados entre os anos de 1951-1952. Entretanto, quando comparamos o programa do governador José Américo ao do nosso vizinho, o estado de Pernambuco, percebemos que havia uma grande diferença entre as verbas enviadas para os dois Estados. Enquanto a Paraíba recebia Cr\$ 23.715.870,40 (cruzeiros), o governo pernambucano recebia do Fundo Rodoviário Nacional um total de Cr\$ 60.000.000,00 (cruzeiros) para a construção e pavimentação de suas estradas, segundo o engenheiro Humberto Gondim, diretor do DER de Pernambuco (A UNIÃO, 27/02/1951, p.3).

A diferença no repasse da verba para os dois estados era enorme, porém não podemos deixar de enfatizar que a política desenvolvida por José Américo durante os anos de 1951-1952 não fugiu ao caráter assistencialista das demais políticas instituídas em outros momentos de seca – durante o Império, se estendendo pela República Velha, chegando a sobreviver mesmo após o Estado Novo – e que consolidaram a indústria das secas na região Nordeste. Prova disso é o

caráter contemporâneo que assume os estudos desenvolvidos pela professora e historiadora Lúcia Guerra, citado por nós anteriormente. Durante todo o período estudado por ela:

(...) a política de combate às secas sempre procurou atingir os males considerados provenientes diretamente das estiagens prolongadas – a falta d'água, o alto índice de mortalidade, a emigração a crise econômica – através de obras de engenharia, sem levar em conta que esses males são apenas agravados coma falta de chuvas, e que a situação de pobreza e de crise existiam antes e depois dos períodos de seca (FERREIRA, 1993, p.127)

Passados seis anos após a queda do regime ditatorial estadonovista e da fase de redemocratização do país, percebemos que o governador José Américo continuou beneficiando as elites políticas locais que o ajudaram a vencer as eleições em 31 municípios e diversos distritos em 1950. Assim, a indústria das secas permitia, mais uma vez, que determinados grupos políticos e segmentos sociais continuassem usufruindo e manipulando os recursos públicos destinados a amenizar o sofrimento das vítimas da seca de 1951-1952. Dessa forma, a indústria das secas parece assumir o caráter cíclico que é característico dos períodos de estiagem, como a anedota atribuída aos gatos, com suas sete vidas!

4.3 O papel da imprensa na imagem de José Américo.

*“Como outrora em 32, como outrora em 32, salva o povo do sertão.
Traz agora a nossa terra, traz agora a nossa terra esperança e a redenção.
Paraíba escuta o canto, Paraíba escuta o canto que no sertão ecoou.
Nas almas amarguradas que gritam pelas estradas Zé Américo nos salvou.
Novamente a bandeira, novamente a bandeira na luta da redenção.
Anuncia para o povo, Zé Américo vem de novo para a nossa salvação”.*

(Trechos do hino escrito por Félix Araújo durante a campanha de José Américo para Governador em 1950)

Esse trecho do hino da campanha de José Américo para governador em 1950 mostra que o título de “salvador dos sertões”²⁰⁴ – difundido constantemente durante as promoções políticas da

²⁰⁴ O título de “o salvador dos sertões” não era algo novo e surgiu muito antes da campanha de 1950. Desde a década de 1930 – mais precisamente quando ocupou o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas (1930-1934) do governo provisório no pós “Revolução” de 1930 – José Américo passou a ser cognominado como o “Ministro das Secas” em jornais, revistas e até mesmo em poesias escritas na época. Exemplo disso foi o mote criado por Ariano Suassuna quando ainda era acadêmico do curso de Direito em Recife: “José Américo o salvador do sertão/ De trinta, a seca inconstante/Não há quem mágoas não sinta/Trinta e dois mais torturante/Enquanto o sol causticante/Tostava a face do chão/Surgiu por Deus um Cristão/Apagando a labareda/José Américo de Almeida/O salvador do sertão” (SUASSUNA, *apud* LUNA, 1994, p.150).

Coligação Democrática Paraibana (CDP) – além de surtir o efeito desejado, pois José Américo foi eleito com uma diferença significativa de votos, não era algo novo. Além disso, tornou-se uma espécie de *slogan* não só durante a campanha, mas por todo o período da seca de 1951-52. A idéia de “salvador” das populações vítimas das secas – não só da Paraíba, mas como de todo Nordeste brasileiro – será amplamente difundido por vários meios de comunicação impresso e radiofônico do Estado paraibano e da capital federal (Jornal do Brasil, A Manhã, O Jornal, dentre outros). Prova dessa propagação da imagem de José Américo em âmbito nacional está na matéria veiculada pelo Jornal do Brasil no dia 2 de abril de 1951, intitulada “A SECA NA REGIÃO NORDESTINA”. Segundo a *lead* estampada, o Presidente Getúlio Vargas havia enviado o seu secretário particular, Roberto Alves, com “(...) o propósito de visitar a zona flagelada e tomar novas providências com relação ao abastecimento das populações sacrificadas” (JORNAL DO BRASIL, 02/04/1951, p.6). Logo abaixo, na mesma manchete, o jornal fazia referência ao importante papel assumido pelo governador José Américo de Almeida no combate a seca na região Nordeste, relatando que os prefeitos das cidades cearenses congratulavam o governador por ter sido indicado pelo Presidente Vargas para assumir “(...) a tarefa honrosa e difícil de supervisionar o serviço de assistência a população flagelada do polígono da seca” (JORNAL DO BRASIL, 02/04/1951, p.6).

Como uma espécie de “cartilha” que deveria ser seguida pelos demais governadores dos estados nordestinos afetados pela seca, o jornal trazia as providências que o governador paraibano já havia tomado em benefício das populações flageladas:

Como parte das providências ordenadas pelo governador José Américo para minorar o sofrimento das populações flageladas pela seca, já estão trabalhando no ramal Piancó mais de 8.000 homens; São Gonçalo já abriga mais de 3.000 trabalhadores; Pilões mais de 11.300; Curemas mais de 4.000, sendo que o sistema Curemas-Mãe D’água está impedindo do maior alistamento de pessoal, pela natureza da obra. (...) **Já não se registram assaltos no comércio e outras devastações porque o povo está confiante na palavra do sr. José Américo, que transmite os desejos do Presidente Vargas de oferecer toda a assistência ao Nordeste** (Grifo nosso) (JORNAL DO BRASIL, 02/04/1951, p.6).

Finalizando a manchete, o jornal trazia parte da entrevista concedida por José Américo a esse órgão de comunicação no dia 31 de março, em João Pessoa, onde o governador passou a citar os três principais problemas que surgiam em decorrência da seca e que deveriam ser atacados de forma urgente:

É um problema de desemprego, pela paralisação das atividades agrícolas, urgindo, pois, dar colocação a todos os sem trabalho, de preferência em cada região para evitar os deslocamentos que criam outros problemas como o transporte e a assistência as famílias ausentes. É, também, um problema de abastecimento, pela escassez e o elevado custo dos gêneros alimentícios, parecendo que a melhor forma de dominá-la será articular as fontes de produção, transporte e comércio para a formação de grandes ‘stocks’ para uma margem razoável de lucro mediante severa fiscalização, como foi feita em 1932. É finalmente um problema da saúde que poderá ser atendido com a necessária eficiência, se tornasse extensivo a todos os Estados atingidos, o modelo deixado pelo professor Arlindo de Assis, de iniciativa do Presidente da República (ALMEIDA, *apud* JORNAL DO BRASIL, 02/04/1951, p.6).

Vale ressaltar que o jornal A União assumiu a proa na propagação dessa representação – quase mítica – durante os primeiros meses da administração americista. De uma forma totalmente parcial, pois se tratava de um jornal oficial do governo, exaltava em suas manchetes, a bondade, os êxitos e os agradecimentos da população paraibana ao ilustre governador. Diversos escritores, jornalistas e padres – alguns paraibanos, outros de estados vizinhos – passaram a compor várias matérias sobre as consequências da seca para o estado, promovendo também a imagem de José Américo como o grande benfeitor do povo nordestino e único homem capaz de amenizar e, até mesmo, solucionar os efeitos advindos dessa problemática recorrente na região Nordeste. Entre essas figuras propagadoras dessa imagem, destacamos o padre Francisco de Lima, os jornalistas Octacílio N. de Queiróz, Victor Espírito Santo, Gláucio Veiga, E. Soares Ribeiro e Lopes de Andrade, além do grande escritor paraibano José Lins do Rêgo. Várias foram as alcunhas destinadas por eles à figura de José Américo: “Ministro da Viação um bravo nordestino”, “autor de Bagaceira” (SANTO *apud* A UNIÃO, 07/03/1951, p.4); “Ministro das Sêcas”, “homem agreste, esse pedaço de sertão feito homem” (LIMA, *apud* A UNIÃO, 20/03/1951, p.4); “O grande José Américo”, “o grande homem”, “o homem de 1932”, “o intemorato vencedor da luta desigual” (CAVALCANTI, *apud* A UNIÃO, 04/04/1951, p.4).

Dentre esses escritores, destacaremos dois pela quantidade de matérias escritas por cada um e pelo papel que possuíam em relação ao governo e ao governador: Lopes de Andrade e José Lins do Rêgo. O escritor e cronista político de A União, Lopes de Andrade, teve um papel preponderante na difusão desse pensamento entre os paraibanos. Em seus artigos – que eram publicados quase que diariamente –, Andrade afirmava que o “grande Ministro das Secas” era o único líder capaz de enfrentar e superar os problemas gerados por esse fenômeno que se

desenhava outra vez, de forma ameaçadora, na paisagem nordestina. Como exemplo desse discurso – de “salvador dos nordestinos” – citamos o artigo publicado pela A União, intitulado “O HOMEM E A NATUREZA”, onde o escritor – e secretário do governador – descreve o comportamento bravio e perspicaz do governador José Américo que deixou o conforto do litoral e do Palácio da Redenção para conhecer *in loco* os problemas vivenciados pelos sertanejos paraibanos:

Subiu, ontem, ao sertão o Governador José Américo. Vai o grande Ministro das Sêcas enfrentar, êle mesmo, mais uma seca (...) Não é José Américo o homem que ama o conforto palaciano, ou a conversa mole de Bisâncio. Aqueles que esperavam vê-lo prisioneiro do Palácio da Redenção enquanto a seca alastrava-se pelo interior do Estado, como uma fogueira devoradora, estão a estas horas desiludidos. (...) **Não será ao vencedor da seca de 32** (Grifo nosso) que os arreganhos de uma nova seca intimidarão. Se outra seca estiver realmente declarada, como já vaticinavam os sábios e supersticiosos, então é preciso acreditarmos que o destino marcou, mesmo José Américo. **Ele retoma a luta inolvidável e vai, outra vez, oferecer ao Brasil o espetáculo de um homem que luta contra a Natureza para salvar os outros homens** (Grifo nosso). (A UNIÃO, 13/03/1951, p.03).

Outra figura de extrema importância para a propagação da imagem de “beneficiador do Nordeste”, foi o escritor José Lins do Rêgo. Como descrevemos anteriormente, desde o início do mês de março, José Lins já havia se pronunciado a favor do governador da Paraíba, atacando com veemência as improbidades administrativas cometidas pelos governadores udenistas que antecederam José Américo. Vários artigos foram escritos por José Lins sobre os efeitos da seca no nordeste e o papel do “grande José Américo” para a solução dos problemas causados pela seca. No artigo intitulado “SÊCA NO NORDESTE”, o filho natural de Pilar faz um breve apanhado de secas anteriores, construindo uma espécie de retrospectiva das calamidades estabelecidas nos anos de 1915, 1932 e 1946. Segundo ele:

Em 1946 deixei a Paraíba ‘no mês de março, com o pavor da seca. Mas logo depois as chuvas caíram’. E soube da ressurreição dos campos, das abundâncias, do inverno generoso. Desta vez, porém, as notícias não enganam. A desgraça vem por ai com o seu rosário de lágrimas. Sei que o meu povo vai ser batido pelos flagelos tenebrosos (CAVALCANTI, *apud* A UNIÃO, 16/03/1951, p.3).

Porém, dessa vez, o povo elegera dois grandes homens – Getúlio Vargas (“um salvador”) e José Américo (“o homem de 1932”) – que não falhariam com os compromissos assumidos

durante as eleições de 1950 e nem abandonariam as populações nordestinas. Afirmava também que a indicação, por parte do presidente Vargas, do nome do governador José Américo para assumir a liderança da “campanha de salvação pública” se constituía numa atitude sensata e profícua. Além dessa posição, o escritor defendia o discurso de união entre o chefe do Executivo Federal e o chefe do Executivo Paraibano a favor do bem estar do povo do Nordeste. José Lins acabou, de certo modo, antecipando a decisão que estaria por vir:

O grande José Américo, o homem de 1932, está na Paraíba, como a energia que não se desgastou, pronto para o serviço público, capaz de ser o mesmo para as batalhas contra a calamidade. Vargas terá no campo da luta o homem à altura de ser o superintendente da campanha de salvação pública (CAVALCANTI, *apud* A UNIÃO, 16/03/51, p.3).

A exemplo de uma novela, que possui vários capítulos, seguiu José Lins do Rego escrevendo sobre as secas e a importância dos dois governantes para a região Nordeste e, em especial, para a Paraíba. Noutro artigo, intitulado “É A SECA”, o escritor compara as mazelas causadas por esta com os castigos encontrados no Velho Testamento:

(...) na iminência de morrer de fome, torrado pelo sol inclemente, na debandada, açoitado pelo flagelo que é como se fosse um castigo do Velho Testamento. São sete vacas magras do sonho, na tragédia de uma realidade cruel. E o meu povo perdendo tudo, até a honra que é a sua maior riqueza. (CAVALCANTI, *apud* A UNIÃO, 01/04/1951, p.4).

Porém o papel do messias/salvador, retratado na Bíblia, seria, dentro desse contexto de seca, repartido entre José Américo e Getúlio Vargas, homens que jamais permitiriam que o povo do nordeste perecesse mais uma vez. Segundo José Lins:

Não. Isto não pode acontecer. Há governo, neste Brasil. Vargas, em 1932, deu mão forte a José Américo. Em 1952, estou certo que repetirá o gesto do governo, á altura dos acontecimentos. É a sêca. Mas o povo do nordeste não perecerá (CAVALCANTI, *apud* A UNIÃO, 01/04/1951, p.4).

Após a posse, como vimos anteriormente, o governador José Américo passa a se inteirar dos problemas advindos da seca não só no estado paraibano, como também nos outros estados da região nordeste. Por sua larga experiência em relação ao assunto – pois já havia ocupado o Ministério da Viação a pedido de Getúlio Vargas, encabeçando as medidas de combate a seca de 1932 – o governador era respeitado e em sua figura era depositada a confiança da maioria das

lideranças políticas dos estados nordestinos e de grande parte da população atingida pelos efeitos da seca.

Prova disso está na mensagem escrita pelo Presidente Getúlio Vargas, enviada por Roberto Alves, secretário particular do Presidente, no dia 22 de março (quinta-feira), convidando o governador José Américo para supervisionar os serviços de assistência a todos os municípios da região Nordeste, castigados pela seca (A UNIÃO, 25/03/1951, pp.1, 6). A partir de então, diversas matérias colocaram o governador paraibano no epicentro das soluções para a problemática das secas e a Paraíba passa a ser o fio condutor, a porta de entrada de todos os recursos enviados pelo governo federal à região Nordeste. Sob o título “SÊCA, MORTALIDADE INFANTIL E PROBLEMA SOCIAL”, o jornal “A Manhã” – sediado no Rio de Janeiro, Capital Federal – traz um balanço dos problemas “causados” pela seca na região Nordeste e coloca a Paraíba na condição de estado mais castigado pelos efeitos da estiagem:

As piores notícias nos chegam da Paraíba, onde só no município de Patos, morrem diariamente de fome vinte crianças. O governador José Américo percorre as zonas flageladas, distribuindo ajuda, enfrentando o drama com aquela tenacidade e espírito público que todos nele exaltam. (...) Em Souza, no sertão paraibano, a concentração de famintos ameaça criar, se já não criou um sério problema de ordem pública. Problema social por excelência, cuja solução desafia, nesta hora, a argúcia, a inteligência e a visão administrativa do sr. José Américo. (A MANHÃ, *apud* A UNIÃO, 31/03/1951, p.04).

A construção da imagem de “salvador do Nordeste” também partiu dos jornais de outros estados nordestinos, a exemplo do Correio do CEARÁ, sediado em Fortaleza. Através da matéria intitulada “NINGUÉM SE MÔVA!”, o jornal remonta os tempos do governo provisório de Getúlio Vargas, em 1932, e da época em que:

(...) O sr. José Américo de Almeida, com a sua visão de administrador experimentado (...) teve a oportunidade de, quando Ministro da Viação, prover de recursos e de trabalhos os nordestinos acossados pela seca, tomou a si o encargo de visitar todo seu valoroso Estado, afim de dizer pessoalmente aos seus infelizes conterrâneos: – Ninguém se mova. Ninguém arrede pé de onde está. Aguentem tudo um pouco porque o meu governo não abandonará nem um só paraibano! (...) E na Paraíba ninguém mais se sentiu desamparado. (CORREIO DO CEARÁ, *apud* A UNIÃO, 28/03/1951, p.04).

Dessa forma, José Américo passou a assumir a responsabilidade, segundo a mídia, de “salvar” o Nordeste e os nordestinos, comandando efetivamente a luta contra o flagelo. Entre o

uma freira chamada irmã Clotildes Maria, que solicitava “(...) um auxílio para o dispensário que se encontra superlotado de necessitados” (A UNIÃO, 21/03/1951, pp.1, 6); o outro do deputado estadual do Ceará, Conserva Feitosa, que sabendo da visita do diretor do DNOCS ao estado da Paraíba – antes de qualquer outro estado nordestino –, solicita do “(...) incansável defensor do Nordeste, advogar junto àquela autoridade a construção do açúde ‘Carás’, grande desejo do reverendíssimo padre Cícero Romão Batista” (A UNIÃO, 18/03/1951, p.05).

Do estado do Rio Grande do Norte, inúmeros outros apelos partiram com a mesma conotação: solicitando ajuda para superar os efeitos causados pela seca. Exemplo disso é o telegrama enviado pelo prefeito do município de Parêlhas, Ovídio Dantas, solicitando do “grande Ministro José Américo”, “(...) tornar extensivas as medidas de assistência a zona do Seridó, evitando o êxodo da população, que começa a inquietar-se em virtude da escassês das chuvas, e da abusiva alta de preços dos gêneros de primeira necessidade” (A UNIÃO, 29/03/1951, p.03). Do município de Caicó vinha outro apelo: o prefeito Aldo Medeiros registrou, em seu telegrama, que recebera centenas de retirantes desempregados e famintos em sua cidade e que a situação de miséria já havia chegado a um grau extremo. Para a resolução deste problema naquela região, sugeria a construção “(...) da rodovia Assú-Caicó e Caicó-Pombal, obra de extensão, permitindo a fixação dos flagelados em suas residências” (A UNIÃO, 31/03/1951, p.03). Com o intuito de alertar o governador José Américo sobre qual a melhor solução para os problemas gerados pela seca na região do seridó norte-rio-grandense, o bispo Dom José Delgado, mais conhecido como “Bispo do Seridó”, escreveu um telegrama afirmando que a opção mais eficiente seria a criação de cooperativas, pois estas alcançariam o êxito almejado na luta contra os efeitos da seca. O bispo também se prontificou a ajudar na criação dessas cooperativas, servindo de interlocutor entre estas e o governador José Américo (A UNIÃO, 31/03/1951, p.03).

Importante destacar que a ideia da criação de cooperativas mostrava ser uma alternativa eficaz para a superação da crise causada pela seca, uma ação que provavelmente conseguiria superar as medidas meramente assistencialistas promovidas pela indústria das secas, desde a sua criação em 1877. Entretanto os meios de comunicação da época mostravam que a superação desses problemas não estava nas mãos do agricultor pobre, mas no poder do fazendeiro/latifundiários e dos grandes empresários que recebiam o apoio dos governantes.

A partir dessa análise, percebemos que esses “salvadores” dos sertanejos retirantes se utilizaram da fragilidade, da fome, do desemprego em massa e da excessiva quantidade de mão-

de-obra para empregá-la na construção de açudes públicos e privados, em estradas e rodovias, em prédios públicos e privados. A prova mais cabal da utilização dessa mão de obra dos retirantes por grupos econômicos privados foi a construção de um grande edifício erguido pela firma (*Noujaim & Habib*) empresa turca – sediada na cidade de Campina Grande que, sob a justificativa de “(...) colaborar com as autoridades públicas na campanha de empregos para os flagelados, iniciada neste Estado pelo Governador José Américo” (*A UNIÃO*, 28/03/1951, p.05), antecipou a construção de um mega empreendimento nesta cidade, sendo colocada a “pedra fundamental” sob as bênçãos do Bispo daquela cidade, Dom Anselmo Pietrulla, contando também com a presença do Secretário do Governo, o escritor Lopes de Andrade, que assim descreveu o momento do “ponta-pé” inicial das obras: “(...) havia uma boníssima creatura de Deus, o *sheik* José Noujaim, que lançava a pedra fundamental de um grande edifício da cidade serrana” (*ANDRADE, apud A UNIÃO*, 27/03/1951, p.4).

As medidas adotadas por José Américo na Paraíba durante a seca de 1951-52 e as inúmeras manchetes veiculadas pelos jornais de diversos estados do país dando ênfase e destaque às ações do “Ministro de 1932”, rederam-lhe o título de “Beneficiador do Nordeste”, concedido pelos políticos cearenses da cidade de Itapirana e divulgado pelo jornal *A União*.

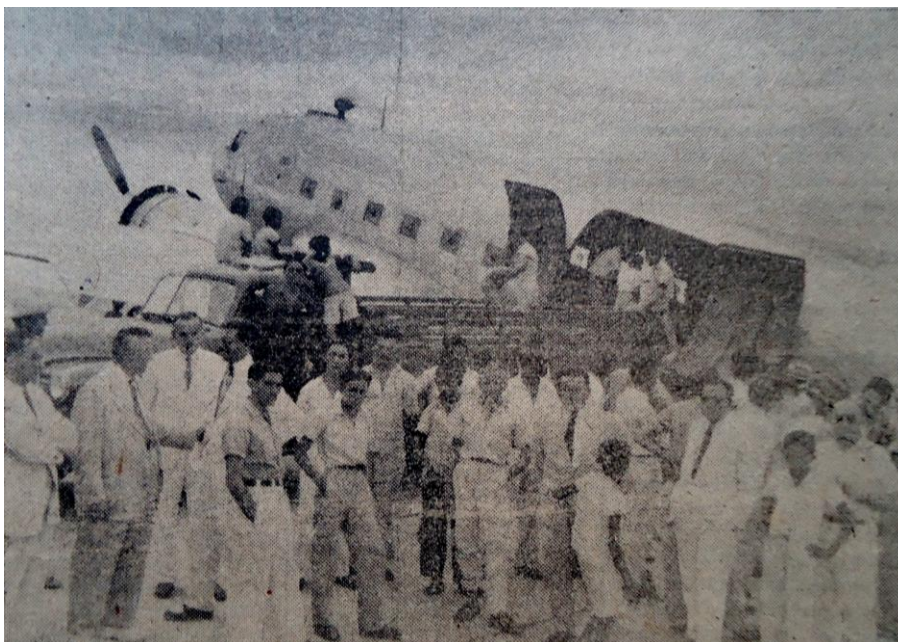
Este, o motivo por que não apenas os paraibanos mas os nordestinos em geral teem demonstrado confiança na ação dinâmica do Ministro de 1932, (...) foi S. Excia aclamado pelo povo como ‘Beneficiador do Nordeste’, conforme despacho adiante publicado (*A UNIÃO*, 04/04/1951, p.05).

No final do mês de março e início de abril de 1951, o que se verificou foi o estabelecimento de uma verdadeira “ponte aérea” entre diversos estados da região sul e a região Nordeste do país. Registrou-se o aumento significativo no número de embarques de mantimentos nos aeroportos dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro para a região Nordeste. Além dos aviões da Aeronáutica, o governo federal utilizava, para esse traslado, vários aviões de empresas particulares a exemplo da Varig, Aerovias, Real, Cruzeiro do Sul, dentre outras.

Ao chegar à Paraíba, os socorros – “(...) em forma de víveres e medicamentos” (*A UNIÃO*, 30/03/1951, p.3) – eram distribuídos pelos aviões da Força Aérea Brasileira (F.A.B.) e por aviões particulares fretados que levavam um pouco de esperança as regiões mais longínquas do Estado. A fiscalização da chegada desses mantimentos e a estratégia de distribuição para os

municípios eram coordenadas pelo Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas, Pedro Gondim:

Esses carregamentos, vindos originariamente dos Estados do Sul, por determinação do presidente Getúlio Vargas, são baldeados no aeroporto de Santa Rita, de onde são translados para outras unidades de carga da frota aérea de guerra, para Sousa, Campina Grande e Patos, de onde são distribuídos para os diversos outros pontos do interior, por meio de viaturas cedidas para esse serviço pelo 7º Batalhão de Engenharia e pela Aeronautica, e por caminhões do Departamento de Estradas de Rodagem e da Divisão de Obras Públicas do Estado, com a cooperação das Prefeituras municipais (A UNIÃO, 01/04/1951, p.3).



Desembarque dos socorros federais de um dos aviões da F.A.B. no município de Sousa
(A UNIÃO, 01/04/1951, p.3)

Paulatinamente, o estado governado por José Américo passou a ocupar a condição de distribuidor da maior parte dos mantimentos que vinham para as regiões nordestinas castigadas pela seca. Em uma das várias mensagens enviadas por Getúlio Vargas a José Américo, o presidente deixa claro que o controle quase total dessa distribuição ficaria sob a responsabilidade do governador paraibano que passaria a fiscalizar essa ação ao lado dos demais governadores da região nordeste. Toda a logística de distribuição ficaria nas mãos de José Américo que acumulava duas importantes funções: além de governar a Paraíba, deveria fiscalizar a distribuição de toneladas de mantimentos e medicamentos que chegavam à região Nordeste.

RIO, 24 – Governador José Américo – Segue hoje, para aí, aviões da FAB e de algumas emprêsas particulares, transportando vacinas e medicamentos de urgencia destinados aos primeiros socorros às vítimas da sêca.

Nessa qualidade, **cabe-lhe fiscalisar a execução das medidas postas em prática, o emprego dos recursos disponíveis, requisitar os veículos necessários aos serviços de transportes, bem como outras providências e recomendações que V. Excia julgue aconselháveis pela sua experiência do problema e conhecimento as situação** (Grifo nosso).
Cordiais Saudações – Getúlio Vargas. (A UNIÃO, 25/03/1951, p.01).

Além da utilização de aviões para o referido transporte, durante os meses de seca no ano de 1951, o governo federal fez uso de navios de guerra, a exemplo do “contra-torpedeiro Babitonga” que transportou instrumentos agrários e sementes (ALMEIDA, 1951, p.23), além de vários outros navios oficiais, como o cargueiro nacional “Inconfidente” que descarregou no porto de Cabedelo, “(...) 708 fardos de charque e 1.600 sacos de farinha de trigo, consignados a diversos” (A UNIÃO, 07/03/1951, p.5) e da marinha mercante, através dos navios do Lloyd América que partiram da cidade de Santos para a Paraíba “(...) transportando 40 mil sacos de arroz e feijão e 50 toneladas de xarque” (A UNIÃO, 27/03/1951, pp.3, 6).

Embora a ajuda estivesse sendo enviada em grande quantidade pelo governo federal, nem sempre esses alimentos e medicamentos chegavam as regiões mais necessitadas e, por muitas vezes, os alimentos se estragavam antes de serem embarcados para essas regiões. Um acontecimento que provocou certa revolta nos pessoenses foi revelado através da matéria divulgada pelo jornal A União, intitulada “FARINHA PÔDRE INUTILISADA”. Provavelmente pela falta de um armazenamento adequado dos alimentos e por certa desorganização e demora na entrega dos socorros enviados, “(...) os ‘comandos sanitários’, desta cidade, inutilizaram (...) um lote de 40 sacos de farinha de trigo, considerada pôdre e imprópria, portanto para o consumo público” (A UNIÃO, 07/03/1951, p.4).

A falta de logística e inoperância dos poderes públicos foi comprovada a partir da solicitação de um grupo de prefeitos dos municípios do estado do Ceará, em telegrama endereçado ao governador José Américo, solicitando uma maior fiscalização em relação aos recursos financeiros destinados as regiões castigadas pela seca. O fim do mês de março se aproximava e, até este momento, nenhum recurso destinado aquele Estado havia chegado até o seu destino final: as populações flageladas.

Fortaleza, 28 – (...) No momento, ainda não foi iniciado um único serviço no nosso Estado nem foi recebido qualquer importância mesmo as destinadas às obras previstas no orçamento. O Ceará confia em que Vossa Excelência possa atender as suas inadiáveis exigências até agora proteladas. Atenciosamente – RAIMUNDO ALUIZIO CHAGAS – Presidente. (A UNIÃO, 30/03/1951, p.3).

Outro problema vivenciado pelos cearenses estava relacionado à falta de fiscalização em relação à evasão de gêneros alimentícios produzidos no estado através do porto de Fortaleza e por portos de outros estados nordestinos, em plena seca. Toneladas de alimentos, a exemplo do milho, eram exportadas com o consentimento do governador do Ceará, Raul Barbosa, sem ao menos levar em consideração os milhares de famintos que passavam todo tipo de privação nas regiões mais afetadas, como comprova outro telegrama endereçado ao governador paraibano que desde o início da segunda quinzena do mês de março era o responsável direto por essa ação.

Fortaleza, 28 – Venho apelar para o esclarecido patriotismo de Vossa Excelência no sentido de conseguir do governo Federal a ordem de sustar os vultuosos embarques de milho que estão sendo feitos pelo porto de Fortaleza, com visível prejuízo para as populações famintas do interior. (...) A medida a observar é geral para todos os portos e abrange a zona flagelada e não é só para o milho, base da alimentação do sertanejo, mas para outros gêneros de primeira necessidade. Os referidos embarques destinados ao exterior, apesar da carência deste cereal em todo país, devido andar perto de oito mil toneladas, desfalcando completamente os estoques em todo o Estado que estão concentrados aqui. (RAIMUNDO CHAGAS, *apud* A UNIÃO, 30/03/1951, p.3)

Talvez por sua preocupação mais efetiva com as conseqüências da seca para o estado que governava, José Américo terminou deixando, num plano secundário, os problemas relacionados aos outros estados nordestinos. Embora o governador paraibano tenha sido incumbido de representar os estados nordestinos em relação às medidas contra a seca – fiscalizando e angariando recursos – na maior parte das viagens que realizou durante o ano de 1951, quase nunca extrapolava os limites do território paraibano. Prova dessa ausência está no telegrama expedido pelo governador do Ceará, Raul Barbosa, cobrando a presença do “querido amigo”: “Lamento não tenha eminente amigo visitado nosso Estado para combinar medidas de ação conjunta em favor da nossa região” (A UNIÃO, 05/04/1951, p.3).

A única exceção ocorreu durante a chamada “Reunião dos Governadores do Nordeste”, da qual nos referimos anteriormente. Após essa reunião, realizada na capital pernambucana, o possível “esquecimento” de José Américo em relação à ajuda para outros estados nordestinos

além de ser apontada pelos cearenses, como vimos anteriormente, passou a ser cobrada também pelos pernambucanos que passaram a denunciar uma espécie de predileção do governo federal pela Paraíba e um suposto descaso em relação aos demais estados da região Nordeste. No dia 03 de abril de 1951, os telegramas expedidos pelos prefeitos cearenses endereçados ao governador paraibano foram divulgados:

(...) pelos jornais do Recife informando que, enquanto o Ceará ficou esquecido, se formou uma verdadeira ponte aérea para a Paraíba, transportando gêneros alimentícios, além de ter o governador José Américo de Almeida recebido créditos do Governo Federal para enfrentar a calamidade da seca (A UNIÃO, 04/04/1951, p.4).

Denúncias vazias, talvez propagadas a partir do importante papel desempenhado por José Américo na Reunião dos Governadores ou acusações procedentes, que levaram em consideração as dezenas de toneladas de alimentos, medicamentos, enfermeiros e médicos enviados ao estado da Paraíba, através de navios e aviões, divulgados pelos meios de comunicação de vários estados da região Nordeste? Na tentativa de explicar a situação, o jornal A União publicou a matéria intitulada “Assistência do Governo Federal a Paraíba”, afirmando que os diversos voos com os mantimentos foram realmente endereçados a esse Estado. Entretanto, o transporte das 24 toneladas de mantimentos pelos aviões da FAB, enviados para o município de Sousa, se deu porque esta cidade era “um centro equidistante” entre os estados da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, ficando assim determinado para cada um desses estados a quantia de 8 toneladas desses mantimentos. A matéria ressaltava ainda que a: “(...) Paraíba ficou profundamente reconhecida ao Presidente Vargas pela rapidez de suas primeiras providencias, em caráter de campanha, o que concorreu, entre outros efeitos, para criar uma atmosfera de confiança” (A UNIÃO, 04/04/2010, p.4). Por sinal, essas 8 toneladas de mantimentos foram a primeira ajuda efetiva que o estado do Ceará recebeu do Governo Federal, desde janeiro de 1951.

Vale à pena ressaltar que nem todos os órgãos de imprensa da Paraíba estavam satisfeitos com os direcionamentos sócio-econômicos e, especialmente, políticos implementados no estado. Havia sim uma contraposição em relação à imagem propagada de “Beneficiador do Nordeste” – atrelada a imagem de José Américo – pela grande maioria dos meios de comunicação da época. Provavelmente a oposição mais acintosa, nesse período, foi encabeçada pelo jornal “A

Imprensa”, veículo de comunicação pertencente à Arquidiocese paraibana²⁰⁶, tinha como diretor o Cônego Odilon Pedrosa²⁰⁷. Ainda que muitas vezes marcasse uma oposição um tanto dúbia – ora a favor das propostas e decisões adotadas pelo governador em relação à seca, ora atacando o governo em setores vitais, a exemplo da assistência social, educação e saúde – o jornal “A Imprensa” teve um papel importante no sentido de divulgar algumas ações estatais que não lograram êxito durante os anos de 1951-1952 e, além disso, não podemos esquecer o raio de atuação/alcance de suas manchetes/mensagens, pois era o segundo jornal impresso mais lido em João Pessoa e em boa parte do estado.

Desde muito cedo o governo americista experimentou o peso dessa oposição, aliás, podemos afirmar que mal o governador José Américo havia “esquentado” a cadeira principal do Palácio do Governo e já existiam manchetes denunciando os mandos e desmandos dos secretários do Estado. Quatorze dias após a sua posse, o jornal “A Imprensa” divulgou uma série de críticas a chamada “Exposição de motivos” que o secretário do Interior e Segurança Pública, Osias Nacre, enviou ao Governo referente aos problemas de assistência social verificados no Estado. Segundo a manchete, Osias Nacre havia descrito quatro serviços de assistência social comandados pelo Cônego José Coutinho, que havia ocupado essa mesma secretaria nas duas gestões udenistas:

(...) distribuição de auxílio em dinheiro a mais de quinhentos necessitados, ambulatório de clínica geral, limitado a trinta consultas diárias e visitação médica a domicílios, duas vezes por semana; ensino rudimentar a crianças filhas de mendigos, com “uma tentativa de iniciação profissional” e o fornecimento de refeições á infância desajustada; e um serviço de recolhimento, para atender a indigentes em parte chegados do interior em busca de socorro médico (NACRE, *apud* A IMPPRENSA, 14/02/1951, p.3).

²⁰⁶ A coleção do jornal católico “A Imprensa” encontra-se guardado, ao lado de outros importantes documentos, no Arquivo Eclesiástico da Paraíba, situado na Praça Dom Adauto.

²⁰⁷ O Cônego Odilon Pedrosa foi por muito tempo padre no município de Sapé. Após a sua atuação a frente do jornal A Imprensa, “(...) esse homem foi castigado pelo Arcebispo, banido, levado para o interior, morreu como sacerdote dos mais puros, e deveria ter a maior projeção pelo seu valor intelectual”, segundo o jurista Joacil de Brito Pereira. (Sítio consultado: <http://www.ihgp.net/pb500t.htm> Data da consulta: 17/11/2010 - 12:15 min.).



Notícia estampada em letras garrafais no jornal A Imprensa (14/02/1951, p.4)

Para essa secretaria, segundo o jornal, existia uma verba de Cr\$ 70.000,00 cruzeiros destinada ao provimento de várias ações no campo da assistência social e que estaria inserida no orçamento mensal do Estado. No final do referido documento reside o trecho que causou o imbróglio entre esse órgão do pensamento católico no Estado e a secretaria do Interior e Segurança Pública, pois na visão do jornal:

Antes de concluir a luminosa Exposição de Motivos, sugere o Secretário ao Chefe do Executivo, que pretende **“racionalizar o serviço”**, a organização de uma **Comissão**, com **“a incumbência de, após as pesquisas necessárias, emitir parecer sobre o momentoso aspecto da obra assistencial do Estado em nossa terra”** (NACRE, *apud* A IMPRENSA, 14/02/1951, p.3).

A partir de então, os redatores de “A Imprensa” passaram a criticar o certo ar de desconfiança que permeava o discurso do secretário em relação às obras assistenciais coordenadas pelo Cônego José Coutinho, tendo em vista o alcance efetivo dessas para os indigentes que eram, quase sempre, flagelados que fugiam das conseqüências iniciais da seca em busca de emprego, alimento e tratamento médico na capital paraibana. Dessa forma, mais algumas críticas foram desferidas, de forma veemente, contra o executivo paraibano:

Ninguém pode duvidar das vantagens decorrentes de uma estruturação em bases técnicas, dos serviços. Mas que essa estruturação não venha restringir os benefícios prestados á multidão de indigentes, de desajustados pelo serviço de assistência, atualmente em vigor. Ante a extensão da miséria que pesa sobre tantas famílias, necessitas de amparo do poder público, o que é para desejar-se é a ampliação dos serviços e não uma limitação deles (A IMPRENSA, 14/02/1951, p.3).

No outro dia, em resposta as graves acusações perpetradas contra a referida secretaria, o jornal “A União” publicou uma matéria reafirmando o posicionamento do secretário Osias Nacre de que havia sim a necessidade de uma maior racionalização e uma melhor organização dos serviços de assistência.

Quatro diferentes serviços dessa natureza foram encontrados em funcionamento e mantidos pelo Governo do Estado. Conquanto prestam, todos quatro, inestimáveis benefícios ao povo, limitam sua ação a esta Capital e oferecem u’a assistência ainda de tipo arcaica , espécie de caridade pública, sem finalidade regeneradôra ou de reeducação e recuperação social assistidos (A UNIÃO, 15/02/1951, p.8).

Ainda no mês de fevereiro, duas críticas foram desfechadas contra a administração americista: a primeira, elaborada por Manuel Formiga (um dos articulistas do jornal A Imprensa) intitulava-se “Lamentável deslize social”, uma grave denúncia em relação ao descaso das autoridades públicas que nada faziam em relação ao aumento exorbitante do custo de vida da população, afetando, dentre outros aspectos sociais, a educação da juventude paraibana.

Analisando-se os fatos, não se pode deixar de reconhecer que o custo de vida se agravava, dia a dia, **devido a crise de autoridade moral nos negócios e á ausência de fiscalização do poder público, nos mercados** (Grifo nosso). (...) Os parcos vencimentos de um funcionário medíocre desaparecem com as despesas das utilidades, não lhe permitindo a retirada de mais qualquer soma para aquisição de livros exigidos pelos estudos dos filhos (FORMIGA, *apud* A IMPRENSA, 21/02/1951, p.2).

Ainda segundo Manuel Formiga, a educação desenvolvida nas escolas da rede publica de ensino era de péssima qualidade, havendo assim uma espécie de determinismo em relação ao futuro dos jovens carentes que, pela condição social dos pais – que não podiam pagar as mensalidades de uma escola da rede particular de ensino –, acabavam crescendo sem um menor grau de instrução. Dessa forma, o autor da referida matéria indagava o chefe do Executivo paraibano e estendia a sua reflexão para a população paraibana:

Pergunta-se, nestes casos, não cabe ao Estado tomar providências satisfatórias? Será clamorosa injustiça social negar-se a pais de família auxílio para a educação de seus filhos, quando há notável desequilíbrio entre salário e as despesas que lhes são impostas pela subsistência (FORMIGA, *apud* A IMPRENSA, 21/02/1951, p.2).

A segunda denúncia também estava relacionada ao sistema educacional paraibano, mais precisamente, contra o diretor do Departamento de Educação do Estado, José Rafael de Menezes. Segundo outra matéria veiculada pelo jornal “A Imprensa”, uma série de demissões e transferências foram realizadas no final de fevereiro – sem justificativas plausíveis – com o aval do governador do Estado e publicadas no Diário Oficial desde a primeira quinzena, intensificando-se nos dias 25, 27 e 28 do mês corrente. Dentre as inúmeras demissões, destacou-se uma lista com os nomes de professores e professoras de diversos municípios – João Pessoa, Santa Rita, Sapé, Itabaiana, Umbuzeiro, Ingá, Campina Grande (além dos distritos de Queimadas e Fagundes), Piancó, Conceição, Pombal, dentre outros – “(...) sem atinência às razões de ordem pedagógica que as justificassem” (A UNIÃO, 27/02/1951, p.01). Para se ter uma noção da quantidade de professores atingidos, em um único dia, foram registradas no Diário Oficial mais de 5 demissões, 3 somente na cidade de Umbuzeiro (Gerusa Costa Felizardo, Aurenita Almeida Queiroz e Lindalva Duarte da Silva) e mais de 25 transferências de uma cidade/região para outra (A UNIÃO, 28/02/1951, pp.1-5).

Em resposta às denúncias, José Menezes publicou uma nota no jornal A União procurando desmentir a notícia de que na Paraíba estava ocorrendo, durante a administração americista, à prática de perseguições políticas em relação aos funcionários que votaram contra o governador eleito em 1950, havendo ainda razões suficientes, de ordem pedagógica, jurídica e social que legitimavam essas medidas...

De ordem pedagógica porque os Grupos Escolares das grandes cidades estavam superlotados (e em muitos casos ainda estão) enquanto as escolas isoladas permaneciam desertas de ocupantes. Reajustar o pessoal excedente e preencher as vagas é medida de legítimo interesse pedagógico. **Como do interesse geral e social a título de conveniencia do serviço público são as remoções de certo professores que se excederam em manifestações de colorido partidário e assim se incompatibilizaram com o meio onde lecionavam. (...) As demissões serão, assim, consequência incontornável da reposição dos perseguidos, que constitue cooórte** (Grifos nosso) (MENEZES, *apud* A UNIÃO, 27/02/1951, p.1).

Será que um erro justificaria outros? Essa é a indagação que surge quando analisamos a resposta do diretor do Departamento de Educação ao afirmar que um dos requisitos para as remoções estava ligado ao posicionamento político-partidário assumido por professores e professoras durante a campanha de 1950 para Governador do Estado, reforçando ainda que as

professoras perseguidas durante os governos anteriores, dos udenistas Oswaldo Trigueiro e José Targino, seriam beneficiadas com a remoção dessas funcionárias ora demitidas ou remanejadas. Ainda segundo o diretor, essa seria uma “(...) resposta convincente às insinuações maliciosas de um órgão que se encaramujou em hermetico silêncio enquanto, no governo passado, rugia lá fora a tremenda tempestade das perseguições e do arroxo de autoridades voluntariamente colocadas acima da lei (A UNIÃO, 27/02/1951, p.1).

Colocando “mais lenha na fogueira” da discórdia e do embate radical entre essas duas facções – uma travestida de órgão oficioso e a outra supostamente de cunho religioso – o jornal “A União” publicou uma lista contendo sérias acusações atribuídas ao governo anterior e que teriam sido camufladas e ignoradas pelo jornal “A Imprensa”, órgão de comunicação que estaria atrelado ao grupo udenista, vencido em 1950. Segue abaixo a relação – enumerada por nós – com as acusações perpetradas contra os governos udenistas e contra o jornal da igreja Católica:

1º Em seu corpo de funcionários o jornal possuía vários diretores, ligados por parentela, a elementos militantes da situação política decaída.

2º Após ocorrer a “chacina da Praça da Bandeira”, no dia 9 de julho de 1950 em Campina Grande, o referido jornal não se pronunciou de forma clara sobre o ocorrido, silenciando e evitando noticiar as mortes e o número de feridos.

3º Ocorreu, ainda, derrubada mais cruel. Professôres e pequenos funcionários do fisco foram jogados para todos os recantos do Estado, desagregando-se impiedosamente a família.

Nada disso arrepiou, siquer, a sensibilidade de A Imprensa.

4º A jogatina desenfreada pervertia os costumes, não só com a complacência do Governo, mas com a especulação do próprio poder, chegando ao cúmulo de haver Delegacias de Polícia que se mantinham com o jogo do bicho.

5º Gatunos da pior espécie, recolhidos a prisão de Mangabeira, eram sôltos, à noite, para operar na cidade.

6º No ambiente dantêsco da Cadeia Pública, requintava-se a imoralidade. E chefes de serviço pagavam suas copeiras e cosinheiras com os dinheiros da arrecadação pública.

7º O leite e os ovos produzidos nas fazendas do Estado iam servir a funcionários privilegiados, e não aos pobres ou aos enfêrmos dos hospitais.

8º “As reservas florestais de Camaratuba foram impunemente saqueadas, e as verbas federais eram entregues a afilhados políticos para construir escolas que já estão em ruínas” (A UNIÃO, 03/03/1951, p.1).

Essas informações comprovam a idéia de que há muito tempo na Paraíba não existia – e ainda não existe – a tão almejada imparcialidade por parte dos meios de comunicação da época,

pois de um lado estavam o jornal A União e O Norte propagando matérias apologéticas em relação à figura de José Américo e do outro lado estava à parcialidade do jornal católico A Imprensa, sendo acusado de ocultar e abafar os mandos e desmandos cometidos durante os governos udenistas. Não podemos nos esquecer de ressaltar novamente que UDN contava também com a ajuda dos redatores do jornal “A Crítica”, uma espécie de panfleto político que servia de divulgação das ações dos sindicatos atrelados a esse partido.

No que concernem às sérias denúncias deflagradas pelo jornal “A União”, podemos afirmar que foi preciso o acalorado embate chegar a um grau extremo, para que essas denúncias – varridas para debaixo do “tapete” do esquecimento – viessem à tona e fossem difundidas através das centenas de exemplares impressos vendidos. Provavelmente boa parte da população paraibana desconhecesse os acontecimentos ora denunciados, pois, pelo aumento do custo de vida, nem todos podiam comprar os jornais “A União” ou “A Imprensa”. Concluindo esse assunto podemos afirmar que o jornal “A União” teve um papel de grande importância durante o governo de José Américo. Foi ela quem criou, em boa medida, a imagem do líder carismático, do homem prestativo, sempre comparando a figura do Presidente Getúlio Vargas com a imagem do governador paraibano.

A partir das análises realizadas durante o nosso trabalho, podemos afirmar que as ações encabeçadas por José Américo não teriam se desdobrado no estado paraibano se não existisse o apoio do Presidente Vargas e dos órgãos federais – DNOCS e DNER – destinados a ajudar os governadores dos estados afetados. Quando analisamos a quantidades de mantimentos, medicamentos e de enfermeiros e médicos enviados à Paraíba e ao Nordeste pelo governo federal, percebemos que a seca de 1951-1952 poderia ter ganhado proporções mais drásticas se não tivesse recebido esse apoio. Só no ano de 1951 “(...) recebeu o Tesouro Estadual, do Ministério da Fazenda, por autorização do sr. Presidente da República, a importância de Cr\$ 12.500.000,00, como auxílio para combate às secas e recuperação econômica do Estado” (ALMEIDA, 1952, p.38), embora o governo americista tenha gasto nesse mesmo ano, cerca de Cr\$ 6.003.524,00 (cruzeiros), transferindo para o exercício de 1952 a quantia de Cr\$ 6.496.476,00.

Contudo não podemos deixar de enfatizar que a possível predileção por parte do Presidente Getúlio Vargas em relação ao governador José Américo se deu principalmente porque o governador paraibano foi o primeiro a enviar diversos telegramas e relatórios ao Presidente,

desde os primeiros meses de seu governo, relatando a situação de penúria e miséria vivenciada pelos paraibanos por causa dos efeitos da seca. A partir das diversas leituras realizadas sobre a referida questão, podemos afirmar que a experiência de José Américo em relação à problemática das secas, sem sombra de dúvidas, figurou no principal fator que levou Vargas a depositar a sua máxima confiança no seu ex-ministro da Viação e Obras Públicas (1932).

V. CONCLUSÃO

Para se obter uma melhor análise sobre as ações desenvolvidas durante o governo de José Américo de Almeida na Paraíba (1951-1956), foi imprescindível compreender melhor como se forjou a personalidade, a carreira pública e política de um dos mais importantes políticos e escritores da história do Estado paraibano. Vimos que desde muito cedo, o menino nascido na pequenina cidade Areia teve os seus caminhos trilhados a sua revelia, pois como o pai faleceu, quando ainda era garoto, não pode crescer e decidir os seus próprios rumos. Para escapar do destino da maior parte dos conterrâneos – que não conheciam um palmo de chão além das fronteiras da cidade de Areia – a mãe e os tios enviaram o menino para o convento de São Francisco, pois ser padre não era apenas uma questão de *status*, mas de influência política nas cidades paraibanas. De padre a “doutor”, José Américo acabou traçando os mesmos caminhos que tantos outros políticos importantes percorreram se formando bacharel em Direito pela Faculdade do Recife. As duas primeiras grandes influencias recebidas por ele, nesse período, foram dos tios padres: Odilon Benvindo Albuquerque de Almeida e monsenhor Walfredo Leal, figuras que além de assumirem o comando espiritual das localidades onde atuavam, participavam ativamente da política local. A presença destes, na vida de José Américo, foi de fundamental importância, pois os primeiros cargos públicos ocupados por ele – promotor de justiça da comarca de Sousa (1908) e procurador-geral do Estado (1911) – surgiram da influência política e da indicação direta desses tios. Outra grande marca deixada na personalidade de José Américo foi a convivência com o presidente da Paraíba, João Pessoa. Em vida, o presidente ensinou a ele que as chefias locais – as chamadas oligarquias – deveriam ser comandadas por um Estado forte e centralizador; em sua morte, mostrou que esse mecanismo de controle é efetivamente tênue e arriscado, pois governar sem o poder dos aliados – fazendeiros, empresários e políticos importantes aliados – na democracia capitalista é algo praticamente impossível de ser realizado.

A partir da “Revolução” de 1930, recebeu a confiança do chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, que concedeu-lhe os poderes que jamais havia enfeixado em suas mãos e foi a partir de sua indicação para assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas, que José Américo pode implantar as bases do seu clã político, denominado de *americismo*. A partir da utilização das verbas da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, re-estabeleceu a chamada indústria da seca, dando continuidade as obras que o paraibano Eptácio Pessoa, presidente da República, havia deixado inconclusas. Sem sombra de dúvidas, toda essa articulação política encabeçada por

José Américo só alcançou êxito – não apenas na Paraíba, mas em toda a região Norte do país – graças ao apoio incontestado de Getúlio Vargas, que lhe deu carta branca para estruturar a política de combate à seca a partir das soluções hidráulicas e de pavimentação, captando recursos para os políticos, fazendeiros e empresários aliados ao americanismo. A força do seu prestígio foi verificada durante a campanha para presidente da República em 1937, pois embora contando com poucos recursos, sua ampla aceitação mostrou ao varguismo que seria difícil enfrentar o “grande ministro das secas” nas urnas. A partir das nossas leituras, ficou claro que o verdadeiro temor entre os próceres ligados à política varguista, não era o movimento comunista encabeçado por Luís Carlos Prestes, ou os integralistas de Plínio Salgado. A campanha de José Américo ganhou proporções inimagináveis, levando multidões às ruas e praças durante os comícios. Com a caneta nas mãos e o verbo na ponta da língua, José Américo impôs medo e respeito aos seus opositores, desferindo duras críticas ao Governo Provisório e o apego ao poder de seu chefe.

Percebemos que as palavras de José Américo continuaram demolidoras, mesmo diante de um longo período ditatorial, caracterizado pelas ligações com os princípios nazifascistas, de censura aos meios de comunicação e desrespeito aos direitos civis constitucionais. Além de se tornar o principal motivador da derrocada do regime estadonovista – a partir de sua entrevista ao jornalista Carlos Lacerda –, o “espalha-brasas” da “Revolução” de 1930 tornou-se uma das principais lideranças política durante o período de redemocratização do país, a partir de 1945. Retomou as rédeas da política paraibana, definindo os rumos desta durante as sucessivas eleições de 1945, 1947 e 1950. Derrotou Argemiro de Figueiredo dentro do seu próprio “curral eleitoral”, em dois momentos chave: 1º nas eleições para prefeito de Campina Grande em 1947, quando elegeu o seu sobrinho, o médico Elpídio de Almeida; 2º e nas eleições de 1950, numa dupla vitória, pois além de eleito Governador da Paraíba, ganhou de Argemiro de Figueiredo dentro de Campina Grande. Vale a pena ressaltar que a vitória da Coligação Democrática só foi possível, em grande parte, graças à aliança entre o Partido Libertador e o Partido Social Democrático, liderado por Ruy Carneiro, pois o que ocorre, envia de regra, é o inverso, ou seja, a vitória geralmente é do grupo político que está com a máquina administrativa em suas mãos. Mas em nossa opinião, o que fez verdadeiramente a diferença nesse momento, foram os 4 anos à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas, pois a imagem de José Américo, durante toda a campanha, foi atrelada à ideia de “salvador do povo sertanejo”, de o “grande ministro de 1932” que traria a Paraíba a “esperança e a redenção”.

Durante o seu governo, José Américo retoma a política assistencialista que outrora havia consolidado a sua imagem em 1932, pois, coincidentemente, outra seca atingiria a região Nordeste do país entre os anos de 1951-1952, levando o então presidente recém-eleito, Getúlio Vargas, a solicitar ajuda do seu ex-ministro no combate a grave estiagem. Novamente, com o poder praticamente ilimitado em suas mãos, José Américo passou a beneficiar os seus aliados políticos, levando ajuda para regiões onde a seca havia pouco alterado a rotina dos seus moradores, a exemplo de Mamanguape, terra do João Fernandes de Lima, vice-governador. Depois do levantamento realizado por nós em relação ao emprego desses recursos – a partir dos relatórios oficiais de govern – pôde-se comprovar que a maior parte dos municípios beneficiados pela política de combate as secas possuía um vínculo político efetivo com o governador paraibano. A quantidade de açudes privados construídos nesse período mostra que os maiores beneficiados pelas soluções hidráulicas e de pavimentação foram os políticos-fazendeiros, representantes das oligarquias locais. Mais uma vez era re-estabelecida a chamada indústria da seca na Paraíba com os recursos públicos destinados aqueles que verdadeiramente precisavam de ajuda, mas que acabaram confinados nos acampamentos das obras faraônicas, perdendo o resto de suas forças e de sua juventude. Ao visitar o açude de Boqueirão, por indicação do Sr. Guimarães após a sua importante entrevista, percebi que na placa que demarca a inauguração dessa importante obra, não consta nenhuma referência em relação aos seus verdadeiros construtores, aqueles que perderam os dedos e tantas outras partes de seus corpos magros, famintos e doentios. Esse exemplo serve para demonstrar o quanto são injustas as relações de poder e de classe dentro do sistema capitalista. Não consta o nome daqueles que perderam as suas vidas, acreditando no benefício que viria após a conclusão das obras. O que consta, verdadeiramente, são os nomes dos governantes, daqueles que ali compareceram apenas para cortar a faixa, ou desfazer os laços, homens que nunca sentaram uma pedra, ou rebocaram uma parede, mas que continuam eternizados como os “verdadeiros beneficiadores” do povo nordestino!

REFERÊNCIAS

FONTES

Orais

DEPOIMENTO de Lourdes de Luna Lemos (secretária de José Américo de Almeida): João Pessoa, entrevista realizada no dia 14 de maio de 2010.

DEPOIMENTO de Mário de Sousa Araújo (irmão de Félix de Sousa Araújo): Campina Grande, entrevista realizada no dia 20 de maio de 2010.

DEPOIMENTO de Severino Amaro Guimarães – “Biró” (funcionário aposentado do DNOCS): Campina Grande, entrevista realizada no dia 10 de setembro de 2010.

Sonoras

CAMPANHA para Governador do Estado da Paraíba. José Américo de Almeida, 1950. Composição: Félix Araújo em 1950. (*Compact Disc* disponível na Fundação Casa de José Américo de Almeida).

CAMPANHA para Governador do Estado da Paraíba. Argemiro de Figueiredo, 1950. Título: “Paraíba” – Composição: Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira em 1950 (*Compact Disc*).

A TRISTE PARTIDA. Composição: Antônio Gonçalves da Silva, o “Patativa do Assaré” – Música: Luiz Gonzaga – 1964 (*Compact Disc*).

Impressas

Periódicos:

História da construção do açude de Boqueirão no seu cinquentenário. Literatura de cordel. Campina Grande: Instituto Histórico e Geográfico do Cariri (IHGC), 2007.

REBOUÇAS, Aldo. Revista Dossiê Nordeste. **Água na região Nordeste: desperdício e escassez.** Vol.11 no.29. ISSN 0103-4014 São Paulo: Jan./Apr.1997.

Jornal **A Imprensa**. Jornal da Arquidiocese do Estado da Paraíba. Período consultado: setembro de 1950 (vários exemplares); 01 de fevereiro a 30 de abril de 1951.

Jornal **A União**. Imprensa oficial do Governo do Estado da Paraíba. Período consultado: 01 de julho de 1950 a 30 de abril de 1952 (vários exemplares); e dias: 20/01/1931, p.1 - 27/01/1931, p.1.

Jornal do **Brasil**, Rio de Janeiro, 02 de abril de 1951.

Jornal **Diário da Borborema**. Jornal dos Diários Associados – Campina Grande. Período consultado: janeiro de 1949 e abril de 1974(vários exemplares).

Jornal **Diário de Pernambuco**. Jornal dos Diários Associados – Recife. Período consultado: janeiro de 1949(vários exemplares).

Jornal **O Norte**. Jornal dos Diários Associados – João Pessoa. Período consultado: janeiro a outubro de 1950 (vários exemplares).

Documentos Oficiais:

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. **Diagnóstico do município de Mamanguape, estado da Paraíba**. Org. João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

DADOS do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba referentes às eleições para senador e deputado federal em 1945; para os cargos de governador, senador e deputado estadual em 1947; para o cargo de prefeito, por município, no Estado da Paraíba em 1947; para os cargos de presidente da República, governador, vice-governador e senador da Paraíba em 1950; para o cargo de governador do Estado nos 41 municípios paraibanos; e os municípios que registraram a maior diferença eleitoral entre José Américo e Argemiro de Figueiredo, na disputa para o cargo de governador do Estado da Paraíba em 1950.

DNOCS. **Barragens no Nordeste do Brasil**. José Amaury de Aragão Araújo (Coord.) Fortaleza: 1982.

PARAÍBA. **Um trimestre de administração**. Mensagem do Exmo. Sr. Governador José Américo de Almeida, enviada, em 1 de junho de 1951, à Assembléia Legislativa. João Pessoa, Divisão de Imprensa Oficial do Estado da Paraíba, 1951.

PARAÍBA. **Mensagem a Assembléia Legislativa**. Mensagem do Exmo. Sr. Governador José Américo de Almeida, enviada no dia 1 de julho de 1952. Divisão de Imprensa Oficial do Estado da Paraíba: João Pessoa, 1952.

DNOCS. **Barragens no Nordeste do Brasil**. José Amaury de Aragão Araújo (Coord.) Fortaleza: 1982.

SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Carta**. Lourival Fontes: 11/03/1952.

Outras:

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3ª Ed.. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1980.

_____. **As secas do Nordeste.** 2ª Ed.. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, Coleção Mossoroense, 1981.

_____. **O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação.** 2 Ed.. João Pessoa: Fundação Casa José Américo de Almeida/Fundação Guimarães Duque, Coleção Mossoroense, 1982.

_____. **A palavra e o tempo (1937 – 1945 – 1950).** 2. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ed.: Fundação Casa José Américo, 1985.

Iconográfica

FIG. 01 - Mapa do Polígono das Secas, delimitado pela Lei Nº1348 no dia 10 de fevereiro de 1951, p.192.

Eletrônicas

Sobre o envolvimento de José Américo com a intelectualidade paraibana na década de 1920:
<http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> (Data da consulta: 15/05/2010 - Hora: 10:55 min.).

Sobre o coronel José Pereira de Lima e a disputas contra a oligarquia epitacista e seus aliados:
<http://www.ancomarcio.com/site/publicacao.php?id=3435> (Data da consulta: 15/02/2011 – Hora: 23:05 min.).

Informações sobre a *Light*, concessionária de energia elétrica que atua no Estado do Rio de Janeiro:
<http://www.light.com.br/web/institucional/cultura/seculolight/teseculo.asp?mid=8687942772267226> (Data do acesso: 15/03/2011 – Hora: 10:39 min.).

Sobre o filme “Serca cerca”, do cineasta amador Flávio Alves, que retrata a história dos “centros de concentração”, “ou currais humanos”, estabelecidos no Ceará a partir da seca de 1915:
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=515480> (Data da consulta: 05/04/2011 - Hora: 12:30 min.) e http://www.terra.com.br/istoegente/26/reportagens/rep_flavio.htm (Data da consulta: 05/04/2011 - Hora: 16:08 min.).

Sobre os 6 “centros de concentração” construídos no Ceará durante a gestão do ministro José Américo dentro do plano de “combate as secas” implantado pela IFOCS durante a seca de 1932:
<http://omundocomoelee.blogspot.com/2008/06/campos-de-concentrao-no-cear.html> (Data da consulta: 05/04/2011 - Hora: 17:14 min.).

Sobre o filme “Lágrimas de Velas” (2008), do cineasta amador Flávio Alves, que relata a vida dos retirantes que sobreviveram a todos os percalços existentes nos “centros de concentração”:
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=515480> – (Data da consulta: 05/04/2011 - Hora: 12:30 min.).

Sobre José d'Ávila Lins: <http://www.ihgp.net/mauricio.htm> - (Data da consulta: 31/03/2011 – Hora: 17:10 min; http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_D%27%C3%81vila_Lins - Data da consulta: 31/03/2011 – Hora: 17:12 min.).

Informações sobre o grande poeta cearense Antônio Gonçalves da Silva, cognominado de “Patativa do Assaré”: <http://www.tanto.com.br/Patativa.htm> (Data da consulta: 07/04/2011 – 10:13 min.).

Discursos de José Américo no Senado Federal proferidos nos dias 18/05; 12/06; 20/06/1935: http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/Consulta_Parl.asp?p_cod_senador=1878&p_ano=1935 – (Data da consulta: 12/04/2011 – Hora: 14:40 min.).

Sobre a história de Padre Cícero Romão: <http://www.padrecicero.com.br> – (Data da consulta: 17/05/2010. Hora: 17:00).

<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/Paraiba.jpg> - (Data da consulta: 16/05/2010. Hora: 00:58 min.).

Sobre o jornal O Norte: <http://www.diariosassociados.com.br> – (Data da consulta: 16/06/2010 as 11:33 min.).

<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=139> – (Data da consulta: 07/10/2010 as 11:33 min.).

Informações sobre o jornal A União: <http://pt.io.gov.mo/Links/record/495.aspx> – (Data da consulta: 25/11/2010 - Hora: 16:45 min.).

Sobre as eleições de 1945, 1947 e 1950: <http://www.tre-pb.gov.br> – (Data da consulta: 26/05/2010 – Hora: 12:08 min.).

Informações sobre o município de Cabedelo-PB: <http://www.cabedelo.pb.gov.br> – Data da consulta: 12/11/2010. Hora: 12:30 min..

Sobre as ferrovias na Paraíba: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/paraiba/cabedelo.htm> – Data da consulta: 12/11/2010. Hora: 12:00 hs..

Artigo escrito pelo Prof. Dr. José Jonas Duarte da Costa (UFPB), intitulado “**Paraíba meu amor. Para inglês ver**” (2007): <http://www.forroemvinil.com/?p=5885> – Data: 03 de maio de 2010 – Hora: 00:45 min.

Artigo escrito pela Prof.^a Dr.^a Alômia Abrantes (UFPE) “**Mulher-Macho, Sim Senhor!**”: **história e literatura na construção de um corpo ambíguo**”(2006), encontra-se no sítio http://www.comuniles.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=56&Itemid=39 (Data: 02 de maio de 2010 – Hora: 00:10 min.).

Município de Taperoá: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/taperoa.pdf> (Data da consulta: 22/11/2010. Hora: 17:50 min.).

Artigo escrito sobre o padre Odilon Pedrosa: <http://www.ihgp.net/pb500t.htm> - (Data da consulta: 17/11/2010 - 12:15 min.).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1997.

_____. **Eu e Eles**. 3 Ed. João Pessoa: A União, 1994.

_____. **Memória: antes que me esqueça**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976.

_____. **O ano do Nego**. 3ª ed.. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo de Almeida, 2005.

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; NÓBREGA, Elisa Maria de Medeiros; et. al. (Orgs.). SECA: recursos e assistência como política de Estado na Paraíba (1930-1940). In: **Historiografia e [em] diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico**. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010, pp.66-85.

BATISTA, Juarez da Gama. **José Américo: retratos e perfis**. João Pessoa: A União, 1965.

BATISTA NETO, José. **Como Uma Luneta Invertida**. (intervenção do Estado no Semi-Árido Nordeste através do discurso ideológico da IOCS/IFOCS-1909-1934). Mestrado em História – UFPE-CFCH. Recife, 1986.

BARBOSA, Jivago Correia. **O populismo na Paraíba: a Interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945)**. Monografia (Licenciatura em História). DH/UFPB, 2003.

_____; CITTADINO, Monique G.. **Os efeitos da Segunda Guerra Mundial sobre a Paraíba**. Relatório Final. PIBIC/CNPq/NIDHIR/UFPB, 2004.

BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a Revolução de 1930, o estado Novo e a redemocratização. In: **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III: o Brasil Republicano**. Boris Fausto (Org.) 4º volume – Economia e Cultura. São Paulo: Difel, 1986, pp.269-341.

BLOCH, Marc. **Reis Taumaturgos** - o caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra. Tradução: Júlia Mainard. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BLONDEL, Jean. **As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba**. Trad. Alcântara Nogueira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957.

BOBBIO, Noberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 10ª Ed., 1997, pp.954-987.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. Trad. Nilo Odalia – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CAMARGO, Aspásia. **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Aspásia Camargo e Eduardo Raposo. CPDOC/FGV - Fundação Casa José Américo de Almeida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **O PCB Paraibano no Imaginário Social: O Caso Félix Araújo na Fase da “Redemocratização” (1945-1953)**. Campina Grande: UEPB, 2006.

CAPELATO, Maria Helena. **Propaganda política e controle dos meios de comunicação**. In: **Repensando o Estado Novo**. Dulce Pandolfi (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp. 167-178;

_____. Maria Helena. Estado Novo: novas histórias. In: **Historiografia brasileira em perspectiva**. Marcos Cezar Freitas (Org.). São Paulo: Contexto, 1998, pp.183-213.

CARNEIRO, Joaquim Osterne. **José Américo no contexto da problemática da região semi-árida do Nordeste brasileiro**. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo de Almeida, 2004.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o D.O.P.S. e a Ideologia de Segurança Nacional. In: **Repensando o Estado Novo**. Dulce Pandolfi (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp.327-340;

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Apresentação de Milton Santos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Meneses. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, pp.65-119.

CITTADINO, Monique Guimarães. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/Idéia, 1998.

_____.; BARBOSA, Jivago Correia. **Estado Novo na Paraíba: a Interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945)**. Relatório anual. PIBIC/CNPq/NDIHR/DH/UFPB, 2003-2004.

_____. Cap. I - Biografia e política. In: **Poder Local e Ditadura Militar: o Governo João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru, SP: Edusc, 2006, pp.63-67.

COUTINHO, Lourival. **Góis depõe...** Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1955.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”**. Tradução Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1970.

FERREIRA, Jorge. **O nome e a coisa: o populismo na política brasileira**. In Jorge Ferreira (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp.61-124.

_____. **Estado e repressão política no primeiro governo Vargas**. In Jorge Ferreira. Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, pp. 91-122.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

FLORES, Élio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. In: **Saeculum**. Revista de História, ano 13, n.16. João Pessoa: Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História/UFPB, jan./jun. 2007.

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

GARCIA, Nelson Jahr. O Controle Ideológico. In: **Estado Novo, ideologia e propaganda política**. Nelson J. Garcia (Org.). São Paulo: Loyola, 1982, pp. 97-121.

GERTZ, René E. Estado Novo: Um Inventário Historiográfico. In: **O Feixe e o Prisma: Uma revisão do Estado Novo**. In: SILVA, José Luiz Werneck da. (Org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 111-131.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRARDET, Raoul. **Para uma introdução ao imaginário político**. Mito e mitologias políticas. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Vértice/Iuperj, 1988.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: **O populismo e sua história debate e crítica**. Jorge Ferreira (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp.17-57.

_____. **História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões**. In: SOHIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). Culturas políticas. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.

_____. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Org. Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.489-558.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica. In: **Revista: Trabalhos para discussão**. n.111/2001. Editora: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco: Recife, 2001, pp.1-7.

GUIMARÃES, Severino Amaro. Um pouco de tudo. “**HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE PÚBLICO DE BOQUEIRÃO- PB**”. **Hoje Açude Epitácio Pessoa**. 2ª Ed. Campina Grande: Edições Boa Impressão, 2003.

_____. **História da construção do açude de Boqueirão no seu cinquentenário**. Literatura de cordel. Campina Grande: Instituto Histórico e Geográfico do Cariri (IHGC), 2007.

_____. **Autobiografia**: Severino Guimarães - Biró. Campina Grande: 2011.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889/1930)**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1994.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octávio. O Estado Populista. In: **A Formação do Estado Populista na América Latina**. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1989, pp.85-188.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). **História: novas abordagens**. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976, p.180-196.

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**. Rio de Janeiro: Thesaurus Editora, 1977.

KOVAL, Boris. **A Aliança Libertadora e as lutas revolucionárias de 1935**. In Boris Koval. **História do Proletariado brasileiro. (1957-1967)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, pp. 282-326.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. **As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 13, nº 24, 1999, p. 227-250.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 2ª ed. São Paulo: Alfaomega, 1975.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Papirus/Ed. Unicamp, 1986.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2008.

LEVINE, Robert M. Os diferentes Getúlios. In: **Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 141-160.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1933.

LUNA, Maria de Lemos. **José Américo de Almeida**. Paraíba: Nomes do Século. Série Histórica, nº 17. João Pessoa: A União, 2000.

_____. Maria de Lourdes Lemos. **Rastros na areia: solidão e glória de José Américo**. 2ª edição A UNIÃO Companhia Editora, João Pessoa, 1994.

MAIA, Benedito. **José Américo de Almeida**. Governadores da Paraíba. João Pessoa: A União, 1992, p.53-64.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Políticas Assistencialistas no Recife (1935-1945): A Experiência da Diretoria Municipal de Reeducação e Assistência Social e dos Centros Educativos Operários. In: **CLIO**, Revista de Pesquisa Historica. Nº 19, 2001. Clio. Série Nordeste, pp.169-181.

MELLO, Humberto. Tempo de interventorias de Antenor Navarro a Ruy Carneiro. In: **Capítulos de história da Paraíba**. MELLO, José Octávio de Arruda (Coord.) Campina Grande: Grafset: Secretaria de Educação e Cultura, 1987, p.300-307.

MELLO, José Otávio de Arruda. Cultura e História: a Paraíba nos 500 anos do Brasil. In: **Os Partidos na Paraíba – 45 a 65**. Volume 2. João Pessoa: A União, 2000. Pp.43-49.

_____. **Nos tempos de Félix Araújo**. Estado Novo, Guerra Mundial e redemocratização (1937-1947). João Pessoa: SEC-PB/IPHAEP, 2003.

_____. **Geografia Antropologia e História em José Américo**. In. Milton Paiva. João Pessoa: A União, 1982.

_____. **Sociedade e Poder Político no Nordeste (1945-1964)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

MELO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque de A. “José Américo de Almeida”. In: **Galeria paraibana**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB/Conselho Estadual de Cultura, 1998.

_____. **A política do meu tempo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988. Pp.138-149.

MENDES, Oswaldo. **Getúlio Vargas**. 5º ed. São Paulo: Moderna, 1986. (Coleção - Polêmica), pp. 17-57.

MENEZES, José Rafael de. **José Américo: o homem do bem comum**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro - GB, 1967.

MORAIS, Fernando. **Olga**. 2a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re (li) gião (SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classe)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PATRIOTA, Fernando. **Industrialização no Sertão: um processo interrompido (1932-1955)**. João Pessoa: Manufatura, 2005.

PRADO, Maria Lígia. **O populismo na América Latina**. Ed. Brasiliense, coleção: Tudo é História. São Paulo: 1981.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. São Paulo: Record, 2008.

RAMOS, Severino. **Agripino: o Mago de Catolé**. João Pessoa: A União, 1991.

REMOND, René. **Uma história presente**. In: REMOND, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 13-36.

REIS, José Carlos. **A Escola dos Annales** – a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RICOEUR, Paul. Objetividade e Subjetividade em História. In: **História e Verdade**. Trad. F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro, Forense, 1968, pp.23-44.

RODRIGUES, Gonzaga. José Américo: A legenda e o Homem. In: **Poder e política na Paraíba: Uma análise das lideranças (1960-1990)**. Coord. Francisco P. da Silva, José Octávio de A. Melo, Walter Santos. João pessoa: API-A União, 1993, p.09-18.

_____; ALVES, Nathanael (Orgs.). **José Américo: o escritor e o homem público**. João Pessoa: A União, 1977.

SANTANA, Martha M. F. de Moraes. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2000.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado**: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). Dissertação [Mestrado em História]. PPGH/UFPB, 2007.

SILVEIRA, Joel. **Na fogueira: memória**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, pp.161-165.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A 3ª Geração dos Annales: cultura histórica e memória. In: **Cultura Histórica e Historiografia**: legados e contribuições do século 20. Cláudia Engler Cury; Elio Chaves Flores; Raimundo Barroso Jr. (Organizadores). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010, pp.37-68.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Trad. Ismênia Tunes Dantas. 7ª Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOLA, Lourdes. **O golpe de 37 e o Estado Novo**. In Carlos Guilherme Mota (Org.). Brasil em perspectiva. 17 ed. São Paulo: DIFEL, 1988, pp. 256-282.

SYLVESTRE, Josué. **Lutas de vida e de morte; fatos e personagens da História de Campina Grande (1945/1953)**. Brasília, Senado Federal, 1982.

_____. **Nacionalismo & Coronelismo: fatos e personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954-1964)**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

TEJO, William. Argemiro de Figueiredo nas memórias e confidências de um líder. In: **Poder e política na Paraíba: uma análise das lideranças (1960-1990)**. SILVA, Pontes da (Coord.). João Pessoa: A União: API, 1993, p.22-23.

VIANA, Hélder do Nascimento. **Tragédia e desilusão: a representação do Nordeste na Obra de José Américo de Almeida**. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais]. PPCS/UFPB, 1995.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: **História da vida privada no Brasil. Vol. 3 República: da belle époque à era do rádio**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp.49-128.

WHITE, Haiden. As ficções da representação factual. In: **Trópicos do discurso**. Ensaio sobre a crítica da cultura. José Laurêncio (trad.). 2º edição, São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001, p.137-151.

ANEXOS

ANEXO A - CARTA-CONVITE ESCRITA POR JOÃO PESSOA À JOSÉ AMÉRICO NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 1928²⁰⁸.

Prezado Dr. José A. de Almeida,

Saudações.

Estou organizando o meu governo. Muito estimara ter a sua preciosa colaboração. Digame se posso contar com ela no cargo de secretário.

Dê-me sua resposta pelo telégrafo. Basta dizer no despacho “sim” ou “não”.

Peço-lhe guardar reserva deste convite, até que se dê o meu reconhecimento, porque só então deverei dar a conhecer os nomes dos meus auxiliares.

Com amizade

João Pessoa.

²⁰⁸ O documento original encontra-se sob os cuidados da Fundação Casa José Américo de Almeida e também está disponível, na íntegra, em CAMARGO, Aspásia. Apêndices. In: **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p.485.

**ANEXO B - CARTA ESCRITA²⁰⁹ POR JUAREZ TÁVORA DELEGANDO PLENOS
PODERES A JOSÉ AMÉRICO UM DIA ANTES DA CONSOLIDAÇÃO DA
“REVOLUÇÃO” DE 1930**

Prezado amigo,

dr. José Américo:

- Como chefe Militar da Revolução, no Norte do Brasil, como Pátria de cidadãos livres, a tarefa, simultaneamente, pesada e honrosa, de assumir, logo que se tenha realizado o levante das tropas de João Pessoa, o governo do Estado da Parahyba.

Penso que essa missão será transitória – pois é minha intenção confiar-lhe, mais tarde, as funções de governo Central, a que se subordinem todas as facções revolucionárias do Norte do País.

É uma merecida homenagem que a Revolução presta à Parahyba, na pessoa do mais devotado e destemido dos auxiliares do presidente João Pessoa.

E estou certo de que o Sr. saberá honrar essa minha resolução pioneira – não se frustrando a aceitar as responsabilidades do cargo – depois, tratando de desempenhá-las com a honradez, inteligência e energia de que tem dado sobejas provas, nesta quadra sombria que vimos atravessando.

Cogite pois de ir escolhendo seus auxiliares entre homens de valor no Norte do Brasil.

Sem outro motivo confesso-me seu patrício sincero e admirador.

Juarez Távora

JP., 3/10/30.

²⁰⁹ ATAIDE, Tristão de; ARANHA, Osvaldo; TÁVORA, Juarez *et al.* **José Américo: o escritor e o homem público.** João Pessoa: A UNIÃO, 1977, pp.230-243; LUNA, Maria de Lourdes Lemos. **José Américo de Almeida.** Série Histórica. João Pessoa: A União, 2000, pp.46, 47.

**ANEXO C - CARTA²¹⁰ ESCRITA POR JOSÉ AMÉRICO À ANTHENOR NAVARRO
ADVERTINDO-LHE SOBRE AS CONSEQÜÊNCIAS NEGATIVAS DE SEUS ATOS EM
RELAÇÃO AOS RUMOS DA POLÍTICA PARAIBANA – 1931.**

Anthenor,

Prossegue a campanha insidiosa contra você, com o caráter mais infame.

Imagine que tenho sido interpelado sobre se você é proprietário de uma pensão de mulheres; sobre a procedência da venda da cifra de João Pessoa, atribuída a seu pai, etc.

Essa miséria repontando na imprensa, embora de maneira mais disfarçada.

O *Diário Carioca* é o maior arauto da intriga. Não contando com esse elemento, porque não tenho, como outros, o gabinete cheio de jornalistas, nem procuro pavoneá-los, não disponho de meios direitos para desfazer certas infâmias em curso.

Só conto com *O Jornal*, que deu uma entrevista minha a seu respeito e tem publicado diversas notas, a meu pedido, inclusive a que desmentiu a suposta escolha feita por você de seu pai para secretário do Interior.

O Chateaubriand, apesar de seus defeitos, não pode deixar de merecer minha atenção pela carinhosa e heróica assistência jornalística que nos dispensou, durante toda nossa luta. Ele tem queixas contra você pelo telegrama que você lhe passou e pelas referências que ele tem feito, a propósito da revelação da maneira que Minas ia nos remeter armas e munição. Mas ele tem me assegurado que publicou aquela nota já no governo de Álvaro de Carvalho, quando a Paraíba já parecia quase rendida e porque, realmente, Minas não tinha preparado remessa. Nenhum prejuízo, portanto, podia decorrer da indiscrição, feita com propósitos políticos. Ele me assegurou que, em atenção a mim e à Paraíba, não tocara no seu nome.

E, como tivesse iniciado uma campanha contra Juarez, pedi-lhe que a sustentasse, no que acedeu, fazendo-lhe hoje a penas ligeiras referências sem gravidade.

O que, porém, está ultimamente me intranquilizando ou, melhor, me colocando mal perante o governo é que o Getúlio já vai sentindo a sua hostilidade.

Em carta confidencial, dirigida ontem de S. Lourenço a Osvaldo Aranha, ele deixa escapar. “Esse rapaz, a quem nomeei contrariando a vontade expressa de todos os irmãos do João

²¹⁰ O documento original encontra-se sob os cuidados da Fundação Casa José Américo de Almeida e também está disponível, na íntegra, em CAMARGO, Aspásia. Apêndices. In: **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, pp.486-489.

Pessoa, para atender às indicações do José Américo e do Távora, parece não estar me compreendendo”.

E depois: “Nada digas ao José Américo, que se tem conduzido com tão alta correção, porque seria amargurá-lo sem necessidade”. Ele alude a seus discursos, declarações à imprensa, etc. São versões que chegam envenenadas, além de outras insinuações cuja procedência o próprio Getúlio reconhece, julgando-a suspeita, quando diz: “Pode haver algum intuito de intriga”.

Você bem compreende quanto é melindrosa a minha situação como membro do governo e parte integrante da situação que você representa na Paraíba. Porque, ainda mesmo que você omita essa responsabilidade, como faz agora, na entrevista telegráfica ao jornal *A Batalha*, aludindo à vida política do estado e até aos problemas da administração ligados ao Ministério da Viação, como se eu não existisse, ninguém poderá esquecer que eu joguei a minha vida cem vezes pelos nossos destinos e que só valho aqui no Rio pelo que João Pessoa disse de minha ação a todos os homens de representação, quando de sua vinda para assistir à leitura da plataforma.

Eu a nada aspiro senão cumprir os deveres do posto que me foi outorgado, principalmente nos benefícios que possa angariar para nossa terra, a que tenho procurado servir com a possível solicitude. Mas não poderei continuar como ministro se a Paraíba fica em divergência com o governo que sou auxiliar.

Você de longe colabora num grande erro de interpretação quanto aos rumos da ditadura. Nós do Norte não podemos contar com Juarez. E Juarez só tem dois amigos verdadeiros entre os políticos civis do sul: Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha. Só eu sinto como o primeiro procura prestigiá-lo, dar-lhe forças para poder contar com o seu apoio; como o segundo, com a maior ternura de amigo e a maior solidariedade de patriota, vive aqui a seu serviço. No Exército ele tem um grande amigo, talvez o maior: o Leite de Castro.

São essas as figuras do governo a que não podemos negar a maior firmeza de relações porque representam a própria estabilidade de nossa canoa.

Você talvez seja um dos que têm a ilusão da ditadura militar. Creia, porém, que Juarez e o Norte seriam as maiores vítimas dessa ditadura. Eu bem sinto pelo contato que tenho com figuras de maior atuação, como Góis Monteiro e outros e com os próprios tenentes amigos de Juarez, como o Exército está trabalhando por ambições e dissensões. Agora mesmo o Mendonça Lima ia acendendo o facho no Sul. Queriam levar no arrastão o próprio Isidoro. Foi tudo, afinal, anulando num significativo movimento de prestígio a Leite de Castro. Em suma: a maioria dos políticos do

Sul, principalmente os “bernardistas” de Minas, com o *Diário Carioca* como porta-voz aqui; os democráticos de S. Paulo e os da Bahia querem devorar Juarez. Nas classes armadas, como ainda esta semana me anunciaram o Mamede e o Jurandir, não é menor o trabalho de sapa. Todo o nosso apoio portanto está sem contar os elementos fiéis do Exército, na solidariedade que vínhamos mantendo com os verdadeiros revolucionários civis, entre os quais nenhum é mais sincero do que Getúlio e Osvaldo Aranha. Como, pois, gerar essa incompatibilidade?

Quero mesmo dizer-lhe que achei exagerado aí o movimento de hostilidade contra João Neves, refletindo-se no próprio governo, cuja decisão não poderia ser considerada favorável à firma devedora, porque apenas a mandaria para as vias judiciais.

Não se saberia que a Justiça do Rio Grande do Norte fosse tão periclitante, a ponto de não poder assumir a responsabilidade desse julgamento.

Demais, João Neves agiu como simples advogado que é, sem nenhuma simpatia de Osvaldo Aranha, com quem não conta.

Demais, por questões estranhas à Paraíba, não poderia esquecer a defesa formidável que João Neves lhe consagrou nos dias em que ele ia soçobrando, a termos de permitir o seu achincalhe no próprio órgão oficial. Isto que eu não diria a ele nem a ninguém, estou dizendo a você com a mesma franqueza rude que, como sabe, nunca deixei de ter para o próprio João Pessoa.

Com as responsabilidades que criei na política da Paraíba na luta de Princesa, vivo a receber, a cada instante, queixas e reclamações que nunca lhe encaminhei para não embaraçar a sua administração a sua administração que, conforme não me canso de proclamar perante os amigos, é a mais pura e mais profícua.

Pedi a nomeação do dr. Diniz para promotor de Campina Grande, por interesse de Chateaubriand e de outros amigos daí, não sendo atendido nem apoquentado por isso. Reclamei contra a nomeação de José Tavares para adjunto de promotor daquela comarca, por saber que ele foi um grandessíssimo canalha e dever sabê-lo mais do que os seus informantes que contrariaram esse meu conceito. E ele não só continua no lugar, como está em pleno exercício da promotoria, sem que eu houvesse protestado contra isso, ao menos com o direito que tenho de promover a defesa da memória de João Pessoa. Só lhe peço – e disto faço questão – que a Paraíba não seja ingrata para com Getúlio e Osvaldo Aranha, como não deve ser para Juarez.

Com que força moral me sinto eu para estar com a sua pessoa e o seu governo, incorrendo aqui em tremendas prevenções, se a impressão que se vem formando é que se diversificam as nossas atitudes em relação à política central?

Os jornais oposicionistas já chegaram a intimidar-me a tomar posição.

Não penso que assim me expresso por amor a um cargo que representa os maiores sacrifícios de minha vida. É porque eu quero ser leal e coerente como sempre fui.

Para você compreender a natureza dessa campanha que é assacada, junto-lhe uma carta mandada pelo Getúlio ao Osvaldo, entre outros papéis.

Esta é toda confidencial; apenas tem conhecimento dela o dr. Jaime Távora, a quem ditei.

Do

José Américo de Almeida

ANEXO D – QUADRO 8: COMPARATIVO DAS VERBAS ORÇAMENTÁRIAS DE 1930 A 1934

VERBAS		ORÇAMENTO				
		1930	1931	1932	1933	1934
1º	Secretaria de Estado	1.693:220\$000	1.498:270\$000	1.534:420\$000	1.534:420\$000	1.534:420\$000
2º	Correios e telégrafos	142.220:189\$070	121.787:733\$070	119.678:980\$000	120.735:896\$000	124.100:576\$000
3º	Estradas de Ferro Central do Brasil (inclusive Rio do Ouro e Teresópolis)	208.252:366\$248	166.784:510\$000	171.117:700\$000	170.715:100\$000	171.476:240\$000
4º	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil	29.179:820\$000	21.150:655\$000	21.150:280\$000	22.500:000\$000	22.466:000\$000
5º	Rede de Viação Cearense	12.193:788\$890	8.420:999\$500	8.242:080\$000	8.242:080\$000	8.242:080\$000
6º	Inspetoria Federal das Estradas (inclusive estradas subordinadas e garantia de juros)	16.350:604\$000	12.482:651\$367	12.533:510\$000	12.741:583\$000	14.538:676\$000
7º	Departamento Nacional de Portos e Navegação	21.719:420\$500	11.925:208\$000	10.405:520\$000	10.703:120\$000	10.723:120\$000
8º	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas	11.373:320\$000	8.885:310\$000	2.284:560\$000	12.734:560\$000	50.304:560\$000
9º	Departamento de Aeronáutica Civil			277:600\$000	977:600\$000	5.311:600\$000
10º	Estradas de Rodagem Federais	28.476:311\$567	30.000:000\$000	5.946:389\$897	6.000:000\$000	12.000:000\$000
11º	Inspetoria Geral de Iluminação	3.803:675\$000	3.551:655\$000	3.523:995\$000	3.827:795\$000	26.956:745\$000
12º	Subvenções	29.457:654\$000	30.627:654\$000	31.177:654\$000	31.177:654\$000	34.219:876\$000
13º	Eventuais	50:000\$000	5:000\$000	5:000\$000	5:000\$000	5:000\$000
14º	Pessoal em disponibilidade e adido	1.053:096\$000	863:042\$960	2.765:000\$000	2.100:000\$000	1.500:000\$000
15º	Construções, melhoramentos e aparelhamentos					46.920:000\$000
	Impressões e Publicações Oficiais				180:000\$000	
	Fundo para a construção e melhoramentos nas estradas de ferro da União	16.000:000\$000	16.000:000\$000			
	Estrada de Ferro Oeste de Minas	27.040:440\$000				
	Inspetoria Aguas e Esgotos	20.265:928\$000				
	TOTAL	569.119:843\$275	433.982:688\$897	400.642:688\$897	404.210:808\$000	530.334:893\$000

* FONTE: ALMEIDA, 1982, p. 53.

ANEXO E - A Triste Partida²¹¹

Meu Deus, meu Deus Setembro passou Outubro e Novembro Já tamo em Dezembro Meu Deus, que é de nós, Meu Deus, meu Deus Assim fala o pobre Do seco Nordeste Com medo da peste Da fome feroz Ai, ai, ai, ai A treze do mês Ele fez experiência Perdeu sua crença Nas pedras de sal, Meu Deus, meu Deus Mas noutra esperança Com gosto se agarra Pensando na barra Do alegre Natal Ai, ai, ai, ai Rompeu-se o Natal Porém barra não veio O sol bem vermeio Nasceu muito além Meu Deus, meu Deus Na copa da mata Buzina a cigarra Ninguém vê a barra Pois barra não tem Ai, ai, ai, ai Sem chuva na terra Descamba Janeiro, Depois fevereiro E o mesmo verão Meu Deus, meu Deus Entonce o nortista Pensando consigo Diz: "isso é castigo não chove mais não" Ai, ai, ai, ai Apela pra Março Que é o mês preferido Do santo querido Sinhô São José Meu Deus, meu Deus Mas nada de chuva Tá tudo sem jeito Lhe foge do peito O resto da fé	Ai, ai, ai, ai Agora pensando Ele segue outra tria Chamando a fãmia Começa a dizer Meu Deus, meu Deus Eu vendo meu burro Meu jegue e o cavalo Nóis vamo a São Paulo Viver ou morrer Ai, ai, ai, ai Nóis vamo a São Paulo Que a coisa tá feita Por terras alheia Nós vamos vagar Meu Deus, meu Deus Se o nosso destino Não for tão mesquinho Ai pro mesmo cantinho Nós torna a voltar Ai, ai, ai, ai E vende seu burro Jumento e o cavalo Inté mesmo o galo Venderam também Meu Deus, meu Deus Pois logo aparece Feliz fazendeiro Por pouco dinheiro Lhe compra o que tem Ai, ai, ai, ai Em um caminhão Ele joga a fãmia Chegou o triste dia Já vai viajar Meu Deus, meu Deus A seca terrívi Que tudo devora Ai, lhe bota pra fora Da terra natal Ai, ai, ai, ai O carro já corre No topo da serra Oiando pra terra Seu berço, seu lar Meu Deus, meu Deus Aquele nortista Partido de pena De longe acena Adeus meu lugar	Ai, ai, ai, ai No dia seguinte Já tudo enfadado E o carro embalado Veloz a correr Meu Deus, meu Deus Tão triste, coitado Falando saudoso Com seu filho choroso Iscrama a dizer Ai, ai, ai, ai De pena e saudade Papai sei que morro Meu pobre cachorro Quem dá de comer? Meu Deus, meu Deus Já outro pergunta Mãezinha, e meu gato? Com fome, sem trato Mimi vai morrer Ai, ai, ai, ai E a linda pequena Tremendo de medo "Mamãe, meus brinquedo, Meu pé de fulô?" Meu Deus, meu Deus Meu pé de roseira Coitado, ele seca E minha boneca Também lá ficou Ai, ai, ai, ai E assim vão deixando Com choro e gemido Do berço querido Céu lindo e azul Meu Deus, meu Deus O pai, pesaroso Nos fio pensando E o carro rodando Na estrada do Sul O pai, pesaroso Nos fio pensando E o carro rodando Na estrada do Sul Ai, ai, ai, ai Chegaram em São Paulo Sem cobre quebrado E o pobre acanhado Percura um patrão	Meu Deus, meu Deus Só vê cara estranha De estranha gente Tudo é diferente Do caro torrão Ai, ai, ai, ai Trabaia dois ano, Três ano e mais ano E sempre nos prano De um dia vortar Meu Deus, meu Deus Mas nunca ele pode Só vive devendo E assim vai sofrendo É sofrer sem parar Ai, ai, ai, ai Se alguma notíça Das banda do norte Tem ele por sorte O gosto de ouvir Meu Deus, meu Deus Lhe bate no peito Saudade de móio E as água nos óio Começa a cair Ai, ai, ai, ai Do mundo afastado Ali vive preso Sofrendo desprezo Devendo ao patrão Meu Deus, meu Deus O tempo rolando Vai dia e vem dia E aquela fãmia Não vorta mais não Ai, ai, ai, ai Distante da terra Tão seca mas boa Exposto à garoa A lama e o paú Meu Deus, meu Deus Faz pena o nortista Tão forte, tão bravo Viver como escravo No Norte e no Sul Ai, ai, a
---	--	--	--

²¹¹ Compositor: Patativa do Assaré – Gravada em forma de música por Luiz Gonzaga em 1964 (*Long Player: A TRISTE PARTIDA* - 1964; RCA VICTOR).

ANEXO F - Carta escrita por Argemiro de Figueiredo a Getúlio Vargas, solicitando intervenção do presidente no sentido de que se evite o afastamento de José Américo da vida política paraibana – João Pessoa, 3 de fevereiro de 1935²¹².

As ligações históricas Vossência com o estado que tenho honra de governar animaram-me tomar liberdade solicitar interferência grande benfeitor leal amigo Paraíba sentido evitar afastamento José Américo de Almeida atividades públicas. Incalculáveis prejuízos nação particularmente estado decorrentes alheamento vida pública eminente brasileiro inspiram apelo lhe está sendo dirigido mesmo fim por todos elementos governo povo paraibano. Queira Vossência aceitar protesto firme solidariedade e sincero reconhecimento.

Respeitosas saudações.

Argemiro de Figueiredo, Governador estado.

²¹² O documento original encontra-se sob os cuidados da Fundação Casa José Américo de Almeida e também está disponível, na íntegra, em CAMARGO, Aspasia. **Apêndices**. In: O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p.493.

ANEXO G - Carta escrita por Getúlio Vargas à José Américo, destituindo o segundo das funções de Ministro da Viação e Obras Públicas e, ao mesmo tempo, convidando-o para assumir a função de embaixador junto ao Vaticano – Rio, julho de 1934²¹³.

Prezado e eminente amigo embaixador José Américo de Almeida,

Ao conceder a Vossa Excelência a exoneração, que me solicitou, do cargo de ministro de Estado dos Negócios da Viação, quero significar-lhe, mais uma vez, os sentimentos de particular apreço pelos relevantes serviços que prestou à nação, durante a sua fecunda e esclarecida gestão naquela pasta.

Pela retidão do caráter, pela perfeita lealdade de sua conduta, pela grande inteligência e rara compreensão dos nossos mais sérios problemas administrativos e sociais, Vossa Excelência conseguiu realizar, no alto posto que lhe confiou o Governo Provisório, uma obra que honra e dignifica os postulados da Revolução brasileira. As populações da zona flagelada do Nordeste guardarão, para sempre, o nome de Vossa Excelência. Filho daquelas regiões, antes desamparadas, Vossa Excelências teve a fortuna de contribuir, decisivamente, para minorar os sofrimentos dos sertanejos nordestinos, pondo em prática, sábia e seguramente, o programa de utilização econômica das terras devastadas pelas secas. Administrador escrupuloso, com larga visão política, espírito dedicado ao estudo e análise minuciosa das questões nacionais, Vossa Excelência tornou-se merecedor da simpatia dos seus concidadãos.

Seguro de que Vossa Excelência, na chefia da embaixada brasileira junto à Santa Sé, continuará a elevar o renome do Brasil, formulo os mais sinceros votos para que tanto nesse como em outros cargos, sejam os seus talentos aproveitados em benefício do progresso da nossa pátria.

Aproveito o ensejo para reiterar-lhe as minhas saudações mui cordiais.

Getúlio Vargas

²¹³ O documento original encontra-se sob os cuidados da Fundação Casa José Américo de Almeida e também está disponível, na íntegra, em CAMARGO, Aspásia. O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida. **Apêndices**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p.492.

ANEXO H - Carta²¹⁴ escrita por Carlos de Lima Cavalcanti a Agamenon Magalhães afirmando o desapoio de Pernambuco a candidatura de José Américo a presidência do Senado Federal – Recife, 19 de março de 1935.

Meu caro Agamenon,

Ciente, pela sua carta, das considerações do Sr. Getúlio em torno da futura presidência do Senado, peço-lhe, antes de tudo, agradecer ao nosso muito prezado amigo, em meu nome, a atenção que teve para comigo e principalmente para com Pernambuco, procurando ouvir-me em primeiro lugar sobre o delicado assunto.

Grato por mais essa prova de distinção e amizade, desejo, também, desde logo salientar que sempre estou pronto a prestar-lhe a minha colaboração, dedicada e leal, para que se torne menos espinhosa a missão de governar que ele, tão patrioticamente, desempenha. Nenhuma dificuldade lhe criei até hoje, nem lhe criarei adiante. Haja visto o incidente com o Sr. José Américo, que não levei adiante, como pretendia, apenas para que não surgissem embaraços à ação do nosso amigo. Concorro plenamente em que caiba ao Norte a presidência do Senado, máxime tendo-se em vista a grande importância que a esta região assegurou o advento do governo revolucionário.

Adotado que seja o critério de conferir aos estados que oficialmente se insurgiram contra o governo passado as posições mais destacadas no atual regime, realmente a Paraíba estaria indicada para figurar na presidência do Senado. Entretanto, poder-se-ia cogitar de outro nome, que não o do Sr. José Américo.

Pernambuco, e não eu pessoalmente, tem relevantes razões para assim opinar. Durante a permanência desse político paraibano no Ministério da Viação, o nosso estado teve um tratamento que muito concorreu para que o seu desenvolvimento fosse entravado. Na distribuição de verbas, como facilmente poderá o dr. Getúlio verificar mandando organizar quadros sobre o emprego dos créditos para as obras contra as secas, não teve Pernambuco, com três quartos de sua superfície sujeitos à calamidade, serviço de nenhum valor. As poucas estradas aqui construídas ficaram sem as respectivas obras de arte, de modo que, em sua quase totalidade, estão reduzidas a maus caminhos.

²¹⁴ O documento original encontra-se sob os cuidados do CPDOC/Arquivo Osvaldo Aranha e também está disponível, na íntegra, em CAMARGO, Aspasia. Apêndices. In: **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, pp.494, 495.

De uma pessoa com tais qualidades, que não hesita em fazer mal e prejudicar interesses de um estado com o propósito de ferir a alguém, que se pode mais esperar? Concordar com a escolha desse nome seria, para mim, concorrer conscientemente para futuros males à minha terra.

Há ainda a ponderar que a maior expressão política do Norte é, incontestavelmente, Pernambuco, que ainda tem, a seu favor, larga soma de serviços à revolução, concorrendo, como um dos elementos mais decisivos para a vitória do movimento de 1930.

A deposição do governo Estácio Coimbra acarretou a queda de todo o Norte. E foi justamente essa queda que desarmou o governo central. Se, na fase pré-revolucionária, não sofreu como a Paraíba, a sua atuação tem sido sempre das mais destacadas no período revolucionário.

Concluindo, peço comunicar ao nosso eminente e prezado amigo dr. Getúlio que continuará a dispor inteiramente dos meus préstimos, mas que lhe encareço o afastamento do nome do Sr. José Américo, no qual os representantes de Pernambuco não poderão votar, pelo mal que fez ao nosso estado.

Receba um abraço do seu amigo

Carlos de Lima Cavalcanti

ANEXO I - Carta²¹⁵ escrita por José Américo ao Presidente da República, Getúlio Vargas, solicitando a nomeação para uma das vagas de ministro do Tribunal de Contas da União – Rio de Janeiro, 24 de junho de 1935.

Ilustre amigo Presidente Getúlio Vargas:

Atenciosas saudações. Venho, pela primeira vez, pedir alguma coisa para mim.

Informou-me o dr. Orlando Vilela, secretário do ministro da Fazenda, que há duas vagas no Tribunal de Contas.

Ocorre, assim, uma oportunidade providencial para que eu possa atingir a minha constante aspiração de renúncia a qualquer atividade partidária.

Conquistaria ainda, desse modo, um ambiente que me pouparia, fora das assembleias políticas, ao choque de sensibilidade de amigo com a severa consciência de juiz que nunca deixará de regular, em qualquer esfera, o meu critério público.

Se me recomendo a esta investidura por meus diminutos serviços ao país, muito agradeceria a nomeação solicitada.

Sou de V. Excia., com elevada estima e consideração.

am.º at.º e obrg.

José Américo de Almeida.

²¹⁵ O documento original encontra-se sob os cuidados do CPDOC/Arquivo Osvaldo Aranha e também está disponível, na íntegra, em CAMARGO, Aspasia. Apêndices. In: **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p.496.

ANEXO J - Carta-resposta²¹⁶ de Getúlio Vargas a José Américo, concedendo-lhe o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União – Rio de Janeiro, 25 de junho de 1935.

Prezado amigo senador José Américo.

Cordiais saudações.

Acuso recebimento da sua carta de ontem, manifestando o desejo de ocupar o cargo de ministro do Tribunal de Contas, em vaga que deverá verificar-se brevemente.

Posso afirmar-lhe que essa nomeação me proporcionará uma dupla satisfação: a de atendê-lo em sua aspiração e a de prover o cargo com um nome verdadeiramente digno da função. Caberia objetar, apenas, que o país perderá, na sua vida política e parlamentar, uma cooperação valiosa e brilhante, e mesmo a possibilidade de vê-lo atuar em mais altos postos da administração nacional, onde a sua passagem deixou notáveis traços de um espírito público à prova de todas as resistências, em matéria de honestidade, capacidade de trabalho e dedicação inflexível e inteligente aos altos deveres funcionais. Reconhecendo, entretanto, que o seu desejo de afastar-se da atividade partidária ou política é a reiteração firme de propósitos já manifestados anteriormente, só me resta conformar-me com semelhante resolução, sentindo-me ao mesmo tempo satisfeito por ter ocasião de poder concorrer para um ato que o prezado amigo julga corresponder a uma aspiração maduramente assentada.

Reitero-lhe a segurança da minha melhor estima e elevada consideração.

Getúlio Vargas

²¹⁶ O documento original encontra-se sob os cuidados da Fundação Casa José Américo de Almeida e também está disponível, na íntegra, em CAMARGO, Aspásia. Apêndices. In: **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p.497.

ANEXO K - Carta²¹⁷ escrita por José Américo a Juracy Magalhães, no sentido de articular a sua possível candidatura a presidência da República – Rio de Janeiro, 21 de abril de 1937.

Meu caro Juracy

Você já deve estar notando o meu silêncio. É de propósito. Deixei de escrever-lhe, há muito tempo, para que você ficasse à vontade, sem se preocupar com o meu nome nesta delicada conjuntura em que deveria guiar-se pelo seu próprio tato político.

Aconteceu, porém, que em dias desta semana estive com o Carlos de Lima, numa reunião promovida, para esse fim, por alguns oficiais do exército, nossos amigos comuns.

Manifestou-me ele nessa ocasião, com um admirável senso de solidariedade revolucionária, de quem se sobrepõe aos próprios ressentimentos pessoais, que estaria pronto a colaborar com os grandes estados numa fórmula de reintegração dos princípios democráticos para o bom encaminhamento da sucessão presencial, ainda que fosse pela minha candidatura. Estaria mesmo inclinado a apoiar, desde logo, qualquer iniciativa tomada nesse sentido pelos estados da Bahia, São Paulo e Rio Grande.

Demonstrei, mais uma vez, meu desinteresse por essa solução, coerente com o sentimento que me vem orientando acima de tudo por um objetivo de conciliação geral que resguarde o Brasil da desgraça de uma violenta comoção política, neste momento em que, mesmo na paz, se sustentam as instituições a poder do estado de guerra.

Ficou assentado entre nós que ele se entenderia com você, na sua próxima passagem pela Bahia, para um exame de conveniência da composição de um grupo de estados, e que Minas não poderia faltar, lavada com jeito, visando a prefixação de um nome digno que oferecesse o mínimo de resistência, a ser apresentado ao Getúlio. Exerceria ele, assim, a função coordenadora que parece reserva-se no bom sentido, isto é, da colheita da média da opinião das forças partidárias, para o rumo definitivo da questão.

Caso, porém, o presidente se opusesse a essa sugestão, ficariam todos livres de tomarem o caminho que lhes parecesse mais indicado. Na impossibilidade do êxito dessa articulação, que é o que dizem que está faltando, pela disparidade dos interesses regionais, estaria justificada a candidatura de combate, com uma campanha cujos destinos seriam incertos pela própria precariedade da situação geral.

²¹⁷ O documento original encontra-se sob os cuidados da Fundação Casa José Américo de Almeida e também está disponível, na íntegra, em CAMARGO, Aspásia. Apêndices. In: **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, pp.503 a 506.

Procurado pelo João Carlos Machado, transmiti-lhe, com certas reservas, o nosso pensamento. E tendo ele se comunicado com o Flores, assentiu este em que se fizesse mais essa tentativa de confraternização, mas limitando o prazo das conversações ao mínimo absurdo de oito dias.

Alias, mesmo depois do novo rompimento com o Getúlio há poucos dias, autorizou-me ele a propor, por minha conta, qualquer outra combinação destinada a conjurar a crise, o que não fiz porque Osvaldo Aranha, desanimado dos seus esforços, me assegurou que todo apelo nesse sentido seria em pura perda.

Ocorreu, entretanto, que, ontem, seu irmão Jaci, vindo agora de São Paulo, me informou, na presença de Landri e outros, ter ouvido do Armando que estaria resolvido abrir mão de sua candidatura em meu favor, se assim entendessem seus aliados.

Maciel Júnior, que acaba de sair daqui de casa, me esclareceu que o PRP continua irredutível, em sua unanimidade, contra aquele nosso amigo.

Você bem sabe com que desambição me tenho portado, desde que se começou a cogitar do meu nome para a presidência da República. Mas, se considerarem útil essa solução, para o lançamento imediato, pondo cobro à inquietação dominante e, sobretudo, a versões perturbadoras da impossibilidade de qualquer coordenação, não terei outro remédio senão pôr-me às ordens dos amigos.

Meu nome poderei, nessa hipótese, ser levado ao Getúlio pelos grandes estados (Minas não teria razões para faltar) e mais por outros que me têm hipotecado espontaneamente o seu apoio. Poderiam ser ouvidos os que, em número maior, declaram que, dada a liberdade de escolha, se inclinariam para a minha pessoa, a fim de que se manifestassem, em princípio, essa preferência.

O Getúlio não teria motivos para recusar tal indicação, pelo que já me disse e a amigos meus. E, principalmente, pelos deveres que tem para comigo, por uma conduta de coerência e lealdade a que ainda não falhei.

Nada valho por mim: mas sou, ocasionalmente, alvo de certo movimento de confiança pública que me cria condições especiais para uma solução de boa fé.

E, além dessa convergência de forças partidárias e de classes organizadas, que tem como único impedimento, em alguns casos, seus compromissos anteriores com o Catete, congrega os desejos de todos ou quase todos os nossos companheiros de 30.

Falo sem interesse pessoal, mas sem hipocrisia. Eu seria assim a bandeira da paz. E só lhe falo assim por ter sido o seu candidato.

As próprias forças armadas, que são, por sua natureza, as mais expostas às consequências da desordem, sabem que minha candidatura, encaminhada nessas condições, constituiria, desde logo, a preservação da paz, tornando sem objeto todas as paixões que se desencadeiam em função do caso da sucessão.

E se, porventura, fosse impugnada, caprichosamente, essa proposta de conciliação, contrariando uma tendência tão expressiva, estarei disposto a tomar a posição que me designarem com os que quiserem restaurar uma conquista essencial de nossa revolução. Eu, que nada represento pelos meus títulos próprios, seria, então, um símbolo. A Paraíba resumiria, pelos autênticos valores que eu passaria a reconduzir, sua missão histórica.

E convocaria os povos do Norte que estão com o presidente Getúlio, em certos pontos, pelo bem que lhe fiz como ministro. Mostrar-lhes-ia, se fosse preciso, com que custo obtive, as mais das vezes, os recursos de sua salvação.

Retomaria os compromissos que todos nós temos, como uma invocação eterna, com a memória de João Pessoa, que foi o mártir da campanha de libertação do intervencionismo oficial nas resoluções fundamentais de nossa democracia.

Essa origem teria uma decisiva significação moral, capaz de abalar as massas mais indiferentes.

Pese todas as consequências dessa orientação com o seu poder de previsão, que estarei por tudo, contanto que não seja uma aventura estéril.

Creia que só me predisponho a esse sacrifício pela presença de uma fórmula de concórdia nacional ou, em última razão, de uma pugna pacífica de princípios.

Assim me explico porque parece que reúno, no momento, a maior soma de preferências, que poderão ser organizadas num movimento quase irresistível.

No entanto, se encontram outra figura em melhor situação, darei graças a Deus.

Respondo-me com a sua leal franqueza, depois da troca de idéias que tiver com o Carlos de Lima, num outro sentido, para que eu saia a campo ou fique de vez em minha casa.

Abraços do
José Américo

ANEXO L - Carta²¹⁸ escrita por Osvaldo Aranha ao Presidente da República, Getúlio Vargas, declarando o seu apoio à candidatura de José Américo a sucessão presidencial em 1937 – Washington, 2 de junho de 1937.

Getúlio,

I Aqui estive o Getulinho. Está de exames. Salvo alemão, foi-se bem nos demais. O caso não tem importância para o curso, porque o alemão é facultativo. Tem, porém, para a química. Vai, assim, continuar seus estudos de alemão. Fiz-lhe ver as tuas cartas. Deseja continuar o curso, passando as férias em uma fábrica, o que vou providenciar.

II O Sumner Welles, agora em funções de secretário de Estado, insistiu ontem comigo na tua visita a este país.

Fiz-lhe as ponderações que me havias feito sobre as inconveniências de uma visita quase ao sair da presidência. Não as achou aceitáveis. Transmito-me, assim, a insistência deste governo e ficarei satisfeito se acederes em visitar este país, favorecendo, assim, ainda mais a tua obra de união dos nossos povos, cada vez mais necessária ao resguardo de nossos destinos.

III Li a designação do Macedo para o Interior. Vejo, assim, que terás que pôr no Exterior outro político. Não posso servir com um inimigo nem com um adversário. Não preciso dar razões, que são óbvias.

Não quero, porém, pedir demissão, ao ser nomeado o novo ministro, criando um caso para o governo que, ainda quando sem significação política, será desagradável para nós ambos. Peço-te, assim, que me poupes deste gesto, a que serei forçado, dando minha demissão com data anterior à da nomeação do novo ministro.

IV Não tenho dúvidas, destas distâncias, que os abissínios estão em festa, a apedrejar no poente o sol que festejaram ao nascer. Disse aos rapazes do Rio Grande que te iriam arrastar a dias difíceis. Fiz sentir ao Agamenon que ele estava comprometendo o prestígio da tua autoridade política com suas intrigas e manobras. Disse-te, mais, que o Valadares dera-me a impressão, quando veio de Caldas, de estar *apavorado* ante a tua *demora* para resolver o assunto presidencial e ante a articulação dos demais elementos.

²¹⁸ O documento original encontra-se nos Arquivos Osvaldo Aranha, sob os cuidados do CPDOC/FGV. O documento também está disponível, na íntegra, em CAMARGO, Aspásia. Apêndices. In: **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, pp.511, 512.

Não tenho hoje, dúvidas de que aqueles e mais este *pavor* precipitaram os acontecimentos, arrancando-os às tuas mãos, mas aos quais deste patrioticamente tua aprovação, mesmo porque negá-la seria pior para a solução do problema e para o país.

O nome de José Américo não podia ser melhor. Esta é minha opinião sincera e leal. O aglomerado que o apóia, porém, é por demais heterogêneo, e a primeira irradiação do Valadares e o discurso de aceitação do José Américo não me deixaram, infelizmente, boa impressão. Oxalá eu esteja errado, com o juízo confundido pela distância.

Esta gente, porém, precisará de ti, da tua autoridade e do teu governo. Poderás, assim, dar unidade à ação e finalidade patriótica aos seus objetivos.

Estou certo de que tudo farás pelo bem e pela paz do nosso país.

Osvaldo.

ANEXO M - QUADRO 9: RESULTADOS DAS ELEIÇÕES (1945) PARA OS CARGOS DE SENADOR E DEPUTADO FEDERAL

Cargo: Senador			
Candidatos	Partido / Coligação	Votação	% válidos
Adalberto Jorge Rodrigues Ribeiro Filho	UDN	74.477	26,7%
Wergniaud Wanderley	UDN	73.942	26,5%
<i>Votos brancos</i>		1.267	
<i>Votos nulos</i>		1.314	
Total apurado		281.040	

Cargo: Deputado Federal			
Candidatos	Partido / Coligação	Votação	% válidos
Argemiro de Figueiredo	UDN	13.989	10,1%
José Janduhy Carneiro	PSD	10.547	7,62%
João Agripino Filho	UDN	10.356	7,48%
João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho	UDN	9.797	7,08%
Samuel Vital Duarte	PSD	9.683	7%
Plínio Lemos	UDN	7.533	5,44%
José Joffily Bezerra de Melo	PSD	7.076	5,11%
Ernani Ayres Sátiro e Sousa	UDN	6.759	4,88%
<i>Votos brancos</i>		1.366	
<i>Votos nulos</i>		1.631	
Total apurado		141.317	

☐ Candidatos a Deputado Federal eleitos pela UDN = 5.

☐ Candidatos a Deputado Estadual eleitos pelo PSD = 3.²¹⁹

²¹⁹ Os dados das duas tabelas, descritas acima, foram compostos a partir do sítio www.tre-pb.gov.br. Acesso: 26/05/2010. Hora: 11:42 min.. Nos dois quadros constam apenas os candidatos eleitos.

**ANEXO N - QUADRO 10: RESULTADOS DAS ELEIÇÕES DE 1947 PARA OS
CARGOS DE GOVERNADOR, SENADOR E DEPUTADO ESTADUAL**

Cargo: Governador				
Candidatos	Partidos / Coligação	Votação	% válidos	Situação
Osvaldo Trigueiro de A. Melo	UDN	80.368	53,5%	Eleito
Alcides Vieira Carneiro	PSD	69.683	46,4%	
Total apurado		150.098		

Cargo: Senador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	UDN	104.477	100%	Eleito

Cargo: Deputado Estadual			
Candidatos	Partidos / Coligação	Votação	% válidos
Ruy Carneiro	PSD	6.401	4,3%
Renato Ribeiro Coutinho	UDN	5.898	3,96%
Luiz Gonzaga de Oliveira Lima	UDN	3.173	2,13%
Praxedes da Silva Pitanga	UDN	2.994	2,01%
Djalma Leite Ferreira	PSD	2.976	1,99%
Isaias Silva	UDN	2.936	1,97%
João Feitosa Ventura	UDN	2.764	1,85%
Jacob Guilherme Frantz	UDN	2.739	1,84%
Balduino Minervino de Carvalho	PSD	2.718	1,82%
Antonio Nominando Diniz	UDN	2.656	1,78%
João Guimarães Jurema	UDN	2.551	1,71%
Clovis Bezerra Cavalcanti	UDN	2.529	1,69%
Hildebrando de Assis	UDN	2.495	1,67%
Antonio de Paiva Gadelha	UDN	2.467	1,65%
Francisco Seráfico da N. Filho	UDN	2.384	1,60%
Otacílio Nóbrega de Queiroz	PSD	2.368	1,59%
José Fernandes Filho	UDN	2.343	1,57%
Flávio Ribeiro Coutinho	UDN	2.339	1,57%
Odon Bezerra Cavalcanti	PSD	2.322	1,56%

☐ Candidatos a Deputado Estadual eleitos pela UDN = 14.

☐ Candidatos a Deputado Estadual eleitos pelo PSD = 5.²²⁰

²²⁰ Os dados das três tabelas, descritas acima, foram compostos a partir do sítio www.tre-pb.gov.br Acesso: 26/05/2010. Hora: 16:30 min.. Os votos Brancos e Nulos para Deputado Estadual e a situação de cada candidato “sumiram”, curiosamente, dos arquivos do TRE-PB nesse período. Na tabela para Deputado Estadual constam apenas os candidatos eleitos.

ANEXO Q - QUADRO 11: RESULTADOS DAS ELEIÇÕES DE 1947 PARA O CARGO DE PREFEITO POR MUNICÍPIO

Prefeitos eleitos nos municípios no ano de 1947		
Municípios	Prefeito Eleitos	Partidos
Alagoa Grande	Francisco Luiz de Albuquerque Melo	UDN
Alagoa Nova	Antônio Leal da Fonseca	PDC
Antenor Navarro	José Izidro de Almeida	UDN
Araruna	José Gomes Maranhão Filho	UDN
Areia	José Antônio Maria da Cunha Lima Filho	UDN
Bananeiras	Augusto Bezerra Cavalcanti	UDN
Batalhão	Manuel de Farias Souza	PSD
Bonito de Santa Fé	Joaquim Amorim Zineth	UDN
Brejo do Cruz	Antônio Marques Mariz Maia	UDN
Cabaceiras	Ernesto Heráclio do Rêgo	UDN
Caiçara	Francisco Carneiro da Costa	PSD
Cajazeiras	Arsenio Rolim Araruna	UDN
Campina Grande	Elpidio Josué de Almeida	PSD/PDC
Catolé do Rocha	Francisco Rosado Maia	UDN
Conceição	Unias Ramalho Leite	PSD
Cuité	Basílio Magno da Fonseca	UDN
Esperança	Júlio Ribeiro da Silva	UDN
Guarabira	Sabiniano Alves do Rêgo Maia	UDN
Ibiapinópolis	Inácio Claudino da Costa Ramos	UDN
Ingá	Rômulo Romero Rangel	PSD
Jatobá	Nelson Lacerda de Oliveira	PTB
João Pessoa	Osvaldo Pessoa Cavalcanti de Albuquerque	PSD
Maguari	João Batista de Lima Brandão	UDN
Mamanguape	José Fernandes de Lima	PSD
Misericórdia	José Barros Sobrinho	UDN
Monteiro	Sebastião Cesar de Melo	SRHP
Patos	Clovis Sátyro e Souza	UDN
Piancó	Antonio Leite Montenegro	PSD
Picuí	João Cordeiro Sobrinho	UDN
Pilar	Agnaldo Veloso Borges	UDN
Pombal	Manuel Arruda de Assis	PSD
Princesa Isabel	Nominando Muniz Diniz	UDN
Santa Luzia	Jovino Machado da Nóbrega	UDN
Santa Rita	Flávio Maroja Filho	UDN
São João do Cariri	Joaquim Gaudêncio de Queiroz	UDN
Sapé	Luiz Inacio Ribeiro Coutinho	UDN

Serraria	Hermes do Nascimento Lira	UDN
Souza	Emidio Sarmento de Sá	PSD
Tabaiana	Odon de Sá Cavalcanti	UDN
Teixeira	Sancho Leite de Albuquerque Montenegro	UDN
Umbuzeiro	Patricio Leal de Melo	UDN

☐ **Prefeito eleitos pela UDN = 28 candidatos.**

☐ **Prefeito eleitos pelo PSD = 5.**

☐ **Prefeito eleitos pelo PTB e PDC = 1 candidato para cada partido²²¹.**

²²¹ Os dados da tabela, descrita acima, foram compostos a partir do sítio www.tre-pb.gov.br. Acesso: 26/05/2010. Hora: 16:30 min.. A sigla “SRHP” (Sem Registro Histórico do Partido) está ligada ao fato de que o candidato do município de Monteiro não registrou o partido, ao qual estava atrelado, junto ao TRE-PB.

ANEXO P - BIOGRAFIA DE FÉLIX DE SOUSA ARAÚJO

(Escrita por Mário de Sousa Araújo – Julho de 1976)

FELIX DE SOUSA ARAÚJO

Nascido na cidade de Cabaceiras, pequena cidade encravada no cariri paraibano, no dia 22 de Dezembro de 1922, filho de Francisco Virgolino de Sousa e Nautília Pereira de Araújo, pobre de compleição franzina, poucos poderiam pensar que aquela figura / tão simples se tornasse numa das grandes figuras de nesse Estado.

Logo nos primeiros anos de estudos, na sua cidade natal, o talento de Felix Araújo começou a se revelar. Era a criança irrequieta que incomodava os pais e as professoras com perguntas / inteligentes e denotadoras de fácil raciocínio e seu espírito de / independência. Cedo despontava o intelectual, o líder e a grande / figura ~~humanística~~ (humanista).

Concluído o curso primário, numa época em que só os filhos de famílias ricas prosseguiram os estudos veio fazer o exame / de admissão no Colégio Pio XI. O rapazola franzino de Cabaceiras / logo se revelou e conseguiu o primeiro lugar. No ginásio revelou-se como orador, como líder, como intelectual. Participou ativamente da vida do Colégio Pio XI e da vida estudantil da cidade. Participou da fundação de jornais e revistas. Nessa época fundou em Cabaceiras o jornal "Cruzeiros", órgão mensalista impresso em tipo - grafias.

Seu pai e grande amigo adoeceu gravemente e as dificuldades do estudante pobre se agravaram. Para concluir o ginásio teve de sair de cidades em cidades pelo Rio Grande do Norte pronunciando conferências com ingresso pago, destinando o dinheiro arrecadado ao pagamento de seus estudos. Em 1942 seu pai faleceu e Felix Araújo arranhou um emprego em João Pessoa, onde prosseguiu os estudos.

Na Capital do Estado novamente revelou a sua capacidade de liderança, participando com seu verbo inflamado de todos os movimentos estudantis.

Com o advento da 2ª Guerra Mundial foi incorporado ao Exército Nacional e, como voluntário, seguiu para a Itália. Lá, não apenas como soldado, mas como jornalista, como orador e como patriota fez uma vez que conclamava a todos para a união contra os nazifascistas. Suas cartas aos parentes e amigos, suas entrevistas e / seus artigos eram divulgados em todos os jornais do nordeste com / grande repercussão.

Voltando da Itália fixou-se em Campina Grande onde passaria a exercer uma estafante atividade como jornalista, político, orador popular poeta e como cidadão participante de todas as atividades da comunidade. Fez um líder incontestado.

A sua obra literária e credenciava como um dos grandes valores das letras paraibanas. Como poeta poucos o superaram. Escreveu "TAMAR", ainda adolescente, escreveu "FRIERNIDADE", "DOR" e muitas criações literárias esparsas como crônicas e poesias. Tudo isso está enfeitado num livro denominado "Obra Poética" editado pela Comissão Cultural do Centenário de C. Grande, em 1964.

Líder político e orador que arrebatava as massas, condutor de multidões e detentor de prestígio político espetacular, / foi, como vereador à Câmara Municipal de Campina Grande, um defensor do Povo. Mas isso o levaria ao sacrifício. As lutas políticas de Campina Grande levariam Felix a ser trucidado em pleno centro / da cidade, ferido mortalmente em 13 de Julho de 1953, faleceu em / 27 de Julho de 1953.

Decorridos vinte anos de sua morte, a figura de Felix é lembrada por todos. Os jornais e as radios, onde ele militou e / brilhou muito, abrem seus espaços e seus programas para a evocação de sua figura.

E nós, pelo que lemos e pelo que ouvimos concordamos / com o jornalista Gonzaga Rodrigues que disse ser Felix Araújo "um belo gigante morto".

(Escrita por Mário S. Araújo, em
Julho de 1976)

**ANEXO Q - QUADRO 12: RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PARA O CARGO DE
PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM 1950²²²**

Cargo: Presidente da República		
Candidatos	Partido / Coligação	Votação
Getúlio Dornelles Vargas	PTB	125467
Brigadeiro Eduardo Gomes	UDN	108832
Cristiano Monteiro Machado	PSD	20660
João Mangabeira	PCB	67
Votos Brancos		7.868
Votos Nulos		2.215
Total apurado		265.109

²²² Os dados das três tabelas, descritas acima, foram compostos a partir do sítio www.tre-pb.gov.br Acesso: 26/05/2010. Hora: 16:30 min.. No site do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba não constavam as siglas partidárias dos quatro candidatos a Presidência da República.

ANEXO R - FOTOS



José Américo ao lado de Osvaldo Pessoa (Prefeito de João Pessoa) e Josmar Toscano (Oficial de Gabinete) inspecionando os açougues do Mercado Central – “Política de combate a carestia”
(A UNIÃO, 04/02/1951. Pp.3 e 5)



Flagrante do momento em que José Américo discursava na Praça Bela Vista, ao lado de seu Oficial de Gabinete, Josmar Toscano Dantas (A UNIÃO, 31/01/1951, p.1)

**ANEXO S - HINO DA CAMPANHA DE JOSÉ AMÉRICO PARA GOVERNADOR
EM 1950**

*** Composta por Félix Araújo em 1950.**

O Doutor José Américo, o Doutor José Américo vai vencer nas eleições.
Pelo voto independente, pelo voto independente dos sinceros corações.
Acenemos nossos lenços, acenemos nossos lenços com a chama do ideal.
Brindemos em dezonatas, os claristas, passeatas, essa volta triunfal!

De pé ó pobres, vítimas da sorte!
Com Deus e o povo, contra opressão. **(Refrão)**
Zé Américo é o candidato da pobreza e da religião.
Pelo povo, contra fome, se levanta um grande nome!

Como outrora em 32, como outrora em 32, salva o povo do sertão.
Traz agora a nossa terra, traz agora a nossa terra esperança e a redenção.
Com o Dr. José Américo, com o Dr. José Américo a pobreza vencerá.
E o dinheiro que é do povo e o dinheiro que é do povo só ao povo servirá.

De pé ó pobres, vítimas da sorte!
Com Deus e o povo, contra opressão. **(Refrão)**
Zé Américo é o candidato da pobreza e da religião.
Pelo povo, contra fome, se levanta um grande nome!

Paraíba escuta o canto, Paraíba escuta o canto que no sertão ecoou.
Nas almas amarguradas que gritam pelas estradas Zé Américo nos salvou.
Novamente a bandeira, novamente a bandeira na luta da redenção.
Anuncia para o povo, Zé Américo vem de novo para a nossa salvação.

De pé ó pobres, vítimas da sorte!
Com Deus e o povo, contra opressão. **(Refrão)**
Zé Américo é o candidato da pobreza e da religião.
Pelo povo, contra fome, se levanta um grande nome!

**ANEXO T - HINO DA CAMPANHA DE ARGEMIRO DE FIGUEIRÊDO PARA
GOVERNADOR EM 1950**

Paraíba

*** Composta por Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira em 1950.**

Quando a lama virou pedra
E Mandacaru secou
Quando a Ribação de sede
Bateu asas e voou
Foi aí que eu vim me embora
Carregando a minha dor
Hoje eu mando um abraço
Pra ti pequenina

Paraíba masculina,
Muié macho, sim sinhô

Eita pau pereira
Que em princesa já roncou
Eita Paraíba
Muié macho sim sinhô
Eita pau pereira
Meu bodoque²²³ não quebrou
Hoje eu mando
Um abraço pra ti pequenina

Paraíba masculina,
Muié macho, sim sinhô

Quando a lama virou pedra
E Mandacaru secou
Quando arribação de sede
Bateu asa e voou
Foi aí que eu vim me embora
Carregando a minha dor
Hoje eu mando um abraço
Pra ti pequenina

Paraíba masculina,
Muié macho, sim sinhô
Eita, eita, muié macho sim sinhô

²²³ **Bodoque:** arco para atirar bolas de barro endurecidas ao fogo, pedrinhas, etc. Atiradeira.

**ANEXO U - QUADRO 13: RESULTADOS DAS ELEIÇÕES DE 1950 PARA OS
CARGOS GOVERNADOR, VICE-GOVERNADOR E SENADOR**

Cargo: Governador				
Candidatos	Coligação/Partido	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	CDP/PSD	147.093	56,9%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	AR/UDN	111.152	43,0%	
<i>Votos brancos</i>		4.787		
<i>Votos nulos</i>		2.077		
Total apurado		265.109		

Cargo: Vice Governador				
Candidatos	Coligação/Partido	Votação	% válidos	Situação
João Fernandes de Lima	CDP/PSD	145.633	56,6%	Eleito
Renato Ribeiro Coutinho	CDP/UDN	111.259	43,3%	
<i>Votos brancos</i>		6.159		
<i>Votos nulos</i>		2.058		
Total apurado		265.109		

Cargo: Senador				
Candidatos	Coligação/Partido	Votação	% válidos	Situação
Ruy Carneiro	CDP/PSD	144.451	56,9%	Eleito
José Pereira Lira	AR/UDN	109.272	43,0%	
<i>Votos brancos</i>		9.398		
<i>Votos nulos</i>		1.988		
Total apurado		265.109		

Cargo: Deputado Federal				
Candidatos	Coligação/Partido	Votação	% válidos	
Alcides Vieira Carneiro	CDP	17.654	6,95%	
Elpidio Josué de Almeida	CDP	17.283	6,81%	
José Joffily Bezerra de Melo	CDP	17.198	6,77%	
Samuel Vital Duarte	CDP	16.378	6,45%	
João Agripino Filho	AR/UDN	15.224	5,99%	
José Janduhy Carneiro	CDP	13.883	5,47%	
Ernani Ayres Sátyro e Sousa	AR/UDN	12.365	4,87%	
José Gaudêncio Correia de Queiroz	AR	11.750	4,63%	
Antonio Pereira Diniz	CDP	11.627	4,58%	
Osvaldo Trigueiro de A. Melo	AR/UDN	11.409	4,49%	
<i>Votos brancos</i>		7.946		
<i>Votos nulos</i>		2.406		
Total apurado		264.136		

Cargo: Deputado Estadual			
Candidatos	Coligação/Partido	Votação	% válidos
Severino Bezerra Cabral	CDP	4.514	1,78%
José Fernandes de Lima	CDP	4.282	1,69%
Pedro Moreno Gondim	CDP	3.937	1,55%
Fernando Paulo C Milanez	CDP	3.536	1,39%
Isaias Silva	AR/UDN	3.534	1,39%
Hercilio Alves Ferreira Lundgren	AR/PR	3.444	1,36%
José Afonso Gayoso de Souza	CDP	3.414	1,34%
Ernesto Heráclio do Rêgo	AR/UDN	3.318	1,31%
Ivan Bichara Sobreira	CDP	3.248	1,28%
José Cavalcanti	AR/UDN	3.213	1,26%
José Marques de A Sobrinho	AR/UDN	3.195	1,26%
Otacilio Nóbrega de Queiroz	CDP	3.174	1,25%
Americo Maia de Vasconcelos	AR/UDN	3.119	1,23%
João Feitosa Ventura	AR/UDN	3.024	1,19%
Ramiro Fernandes de Carvalho	CDP	2.980	1,17%
Agnaldo Veloso Borges	CDP	2.959	1,16%
Clovis Bezerra Cavalcanti	AR/UDN	2.945	1,16%
Antonio de Paiva Gadelha	AR/UDN	2.925	1,15%
José Marques da Silva Mariz	AR/UDN	2.913	1,15%
Alvaro Gaudencio de Queiroz	AR/UDN	2.889	1,14%
Luiz da Costa A Bronzeado	AR/UDN	2.871	1,13%
Balduino Minervino de Carvalho	CDP	2.839	1,12%
Francisco Seráfico da Nobrega Filho	AR/UDN	2.795	1,10%
Jacinto Dantas C. de Goes	CDP	2.715	1,07%
Jacob Guilherme Frantz	AR/UDN	2.691	1,06%
Ascendino Virginio de Moura	AR/UDN	2.666	1,05%
Tertuliano Correia da Costa Brito	CDP	2.660	1,05%
Napoleão Abdon da Nobrega	CDP	2.649	1,04%
Roberto Pessoa	CDP	2.639	1,04%
Lourival de Lacerda Lima	AR/UDN	2.622	1,03%
Aluisio Afonso Campos	CDP/PTB	2.613	1,03%
Pedro Augusto de Almeida	CDP	2.610	1,03%
José Ribeiro de Farias	CDP	2.582	1,02%
Francisco de Paula B. Sobrinho	CDP	2.557	1,01%
João Carneiro de Freitas	CDP	2.513	0,99%
Severino Ismael de Oliveira	AR/PR	2.471	0,97%
Antonio Leite Montenegro	AR/PR	2.412	0,95%
Antonio D' Avila Lins	AR/PR	1.878	0,74%
Francisco Chaves Brasileiro	AR/PR	1.746	0,69%
Amaldo Bonifacio de Paiva	CDP/PTB	1.591	0,62%

<i>Votos brancos</i>	7.298
<i>Votos nulos</i>	3.193
<i>Total apurado</i>	263.716

 Candidatos eleitos pela Coligação Democrática Paraibana (CDP=PSD/PTB).

 Candidatos eleitos pela Aliança Republicana (AR=UDN/PR)²²⁴.

²²⁴ Os dados das tabelas, descritas acima, foram compostos a partir do sítio www.tre-pb.gov.br. Acesso: 27/05/2010. Hora: 15:27 min.. As tabelas de Deputados Federais e Estaduais contêm apenas os nomes dos candidatos eleitos.

ANEXO V - QUADRO 14: RESULTADOS²²⁵ DA ELEIÇÃO DE 1950 PARA GOVERNADOR DO ESTADO NOS 41 MUNICÍPIOS²²⁶ PARAIBANOS

Município: Alagoa Grande

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	2.204	65,3%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	1.170	34,6%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		3.374		
Eleitorado		4.545		
Abstenção		1.171		25,7%

Município: Alagoa Nova

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	1.849	54,7%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	1.526	45,2%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		3.375		
Eleitorado		4.011		
Abstenção		636		15,8%

Município: Antenor Navarro

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	2.797	51,8%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	2.602	48,1%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		5.399		
Eleitorado		7.438		
Abstenção		2.039		27,4%

²²⁵ Os dados das tabelas foram compostos a partir do sítio www.tre-pb.gov.br. Acesso: 28/05/2010. Hora: 10:30 min..

²²⁶ Nos registros do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba não contam os dados do município de Sumé.

Município: Areia

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	2.812	54,0%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	2.390	45,9%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		5.202		
Eleitorado		6.286		
Abstenção		1.084		17,2%

Município: Araruna

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
Argemiro de Figueiredo	UDN	1.954	53,8%	
José Américo de Almeida	PSD	1.676	46,1%	Eleito
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		3.630		
Eleitorado		4.536		
Abstenção		906		19,9%

Município: Bananeiras

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	3.802	57,5%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	2.804	42,4%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		6.606		
Eleitorado		8.973		
Abstenção		2.367		26,3%

Município: Batalhão

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	2.266	62,2%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	1.376	37,7%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		3.642		
Eleitorado		4.297		
Abstenção		655		15,2%

Município: Bonito de Santa Fé

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	719	58,7%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	505	41,2%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		1.224		
Eleitorado		1.780		
Abstenção		556		31,2%

Município: Brejo do Cruz

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
Argemiro de Figueiredo	UDN	2.447	68,6%	
José Américo de Almeida	PSD	1.119	31,3%	Eleito
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		3.566		
Eleitorado		4.738		
Abstenção		1.172		24,7%

Município: Cabaceiras

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
Argemiro de Figueiredo	UDN	2.988	62,4%	
José Américo de Almeida	PSD	1.795	37,5%	Eleito
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		4.783		
Eleitorado		5.971		
Abstenção		1.188		19,8%

Município: Caiçara

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
Argemiro de Figueiredo	UDN	2.198	58,5%	
José Américo de Almeida	PSD	1.557	41,4%	Eleito
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		3.755		
Eleitorado		5.257		
Abstenção		1.502		28,5%

Município: Cajazeiras

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	4.039	60,8%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	2.599	39,1%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		6.638		
Eleitorado		8.910		
Abstenção		2.272		25,4%

Município: Campina Grande

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	17.248	57,4%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	12.770	42,5%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		30.018		
Eleitorado		40.393		
Abstenção		10.375		25,6%

Município: Catolé do Rocha

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
Argemiro de Figueiredo	UDN	3.809	61,4%	
José Américo de Almeida	PSD	2.386	38,5%	Eleito
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		6.195		
Eleitorado		8.127		
Abstenção		1.932		23,7%

Município: Conceição

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	1.823	53,2%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	1.601	46,7%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		3.424		
Eleitorado		4.788		
Abstenção		1.364		28,4%

Município: Cuité

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
Argemiro de Figueiredo	UDN	1.742	51,9%	
José Américo de Almeida	PSD	1.614	48,0%	Eleito
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		3.356		
Eleitorado		4.094		
Abstenção		738		18,0%

Município: Esperança

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
Argemiro de Figueiredo	UDN	2.162	53,7%	
José Américo de Almeida	PSD	1.857	46,2%	Eleito
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		4.019		
Eleitorado		5.005		
Abstenção		986		19,7%

Município: Guarabira

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	4.151	63,0%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	2.437	36,9%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		6.588		
Eleitorado		9.557		
Abstenção		2.969		31,0%

Município: Ibiapinópolis

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	2.406	54,8%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	1.982	45,1%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		4.388		
Eleitorado		5.544		
Abstenção		1.156		20,8%

Município: Ingá

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	1.867	61,7%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	1.155	38,2%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		3.022		
Eleitorado		4.050		
Abstenção		1.028		25,3%

Município: Itabaiana

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	3.123	65,5%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	1.641	34,4%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		4.764		
Eleitorado		6.659		
Abstenção		1.895		28,4%

Município: João Pessoa

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	16.887	70,5%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	7.055	29,4%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		23.942		
Eleitorado		32.165		
Abstenção		8.223		25,5%

Município: Jatobá

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	1.285	69,69%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	559	30,31%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		1.844		
Eleitorado		2.279		
Abstenção		435		19,09%

Município: Maguari

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
Argemiro de Figueiredo	UDN	2.257	53,3%	
José Américo de Almeida	PSD	1.976	46,6%	Eleito
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		4.233		
Eleitorado		5.940		
Abstenção		1.707		28,7%

Município: Mamanguape

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	4.873	59,9%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	3.251	40,0%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		8.124		
Eleitorado		11.210		
Abstenção		3.086		27,5%

Município: Misericórdia

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
Argemiro de Figueiredo	UDN	3.963	54,4%	
José Américo de Almeida	PSD	3.320	45,5%	Eleito
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		7.283		
Eleitorado		11.750		
Abstenção		4.467		38,0%

Município: Monteiro

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	6.018	62,3%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	3.631	37,6%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		9.649		
Eleitorado		12.706		
Abstenção		3.057		24,0%

Município: Patos

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	6.114	53,8%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	5.233	46,1%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		11.347		
Eleitorado		15.199		
Abstenção		3.852		25,3%

Município: Piancó

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	5.894	56,7%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	4.500	43,2%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		10.394		
Eleitorado		14.004		
Abstenção		3.610		25,7%

Município: Picuí

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	2.286	57,1%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	1.713	42,8%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		3.999		
Eleitorado		4.622		
Abstenção		623		13,4%

Município: Pilar

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	2.504	85,1%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	437	14,8%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		2.941		
Eleitorado		4.128		
Abstenção		1.187		28,7%

Município: Pombal

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	5.644	56,5%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	4.343	43,4%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		9.987		
Eleitorado		12.486		
Abstenção		2.499		20,0%

Município: Princesa Isabel

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	3.516	83,1%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	715	16,8%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		4.231		
Eleitorado		7.871		
Abstenção		3.640		46,2%

Município: Santa Luzia

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	2.576	53,2%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	2.263	46,7%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		4.839		
Eleitorado		5.766		
Abstenção		927		16,0%

Município: Santa Rita

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	3.588	62,2%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	2.172	37,7%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		5.760		
Eleitorado		8.351		
Abstenção		2.591		31,0%

Município: São João do Cariri

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
Argemiro de Figueiredo	UDN	3.195	53,7%	
José Américo de Almeida	PSD	2.752	46,2%	Eleito
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		5.947		
Eleitorado		7.876		
Abstenção		1.929		24,4%

Município: Sapé

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	2.721	57,9%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	1.974	42,0%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		4.695		
Eleitorado		6.772		
Abstenção		2.077		30,6%

Município: Serraria

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	2.088	54,7%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	1.724	45,2%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		3.812		
Eleitorado		5.316		
Abstenção		1.504		28,2%

Município: Souza

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	4.827	52,0%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	4.451	47,9%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		9.278		
Eleitorado		11.750		
Abstenção		2.472		21,0%

Município: Teixeira

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	2.309	54,1%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	1.953	45,8%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		4.262		
Eleitorado		5.751		
Abstenção		1.489		25,8%

Município: Umbuzeiro

Cargo: Governador				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	2.805	59,5%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	1.905	40,4%	
Votos brancos		0		
Votos nulos		0		
Total apurado		4.710		
Eleitorado		5.785		
Abstenção		1.075		18,5%

ANEXO X - QUADRO 15: MUNICÍPIOS QUE REGISTRARAM A MAIOR DIFERENÇA ELEITORAL ENTRE JOSÉ AMÉRICO (CDP) E ARGEMIRO DE FIGUEIRÊDO²²⁷

Município: João Pessoa				
Candidatos	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	16.887	70,5%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	7.055	29,4%	
Total apurado		23.942		
Eleitorado		32.165		25,5%
Abstenção		8.223		

Município: Pilar				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	2.504	85,1%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	437	14,8%	
Total apurado		2.941		
Eleitorado		4.128		28,7%
Abstenção		1.187		

Município: Princesa Isabel				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	3.516	83,1%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	715	16,8%	
Total apurado		4.231		
Eleitorado		7.871		46,2%
Abstenção		3.640		

Município: Itabaiana				
Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
José Américo de Almeida	PSD	3.123	65,5%	Eleito
Argemiro de Figueiredo	UDN	1.641	34,4%	
Total apurado		4.764		
Eleitorado		6.659		28,4%
Abstenção		1.895		

²²⁷ Os dados das tabelas, descritas acima, foram compostos a partir do sítio www.tre-pb.gov.br. Acesso: 28/05/2010. Hora: 10:30 min.. Não constam votos brancos e nulos nesses municípios de acordo com o TRE.

ANEXO Y – Carta de José Américo ao Presidente da República, Getúlio Vargas, trazendo uma descrição *in loco* sobre a real situação de emergência, gerada pelos problemas advindos da seca, vivenciada pelas populações dos diversos municípios paraibanos.

“Atendendo o honroso apêlo de V. Excia. dou o meu depoimento sôbre a situação com absoluta lealdade. Mantive com o Diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, em mesa redonda, com a presença dos chefes de distritos do mesmo Departamento, em todo o nordeste, longo debate sôbre as medidas mais indicadas para minorar a crise que se alastra. Trazia êle um programa rígido de maneira a não poder ampliá-lo com o fim de favorecer a tôdas as regiões atingidas. Só na hipótese de decretação de calamidade pública poderia admitir maior amplitude. Ficava assim adstrito à sua orientação técnica, embora autorizando o refôrço do pessoal das obras existentes, surgindo, em consequência, vários problemas correlatos sem as necessárias providencias. Declarou-me não se responsabilizar pelo deslocamento de flagelados, já concentrados em algumas cidades, para os setores de trabalho, com ameaças de perturbação da ordem pública; nem pelo abastecimento, que assume nêstes momentos anormais excepcionais proporções, ainda mais agora devido ao exagerado custo de vida e esgotamento geral; e tão pouco pela assistência à população marginal de inválidos e famílias sem arrimo, a maior vítima de contingências da seca. Entendí-me, ao mesmo tempo, com o engenheiro Antônio Baltar, chefe do Quarto Distrito do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, em Pernambuco, que ajustou, nas proporções ao seu alcance, a cooperação com o Departamento Estadual para atender a certas zonas. Estava presente o Chefe do Serviço Agro-Industrial do Departamento de Sêcas, agrônomo Guimarães Duque, que se prontificou a acolher , desde logo, nos postos agrícolas, cerca de mil e quinhentos homens. Além disso pretendia eu solicitar de V. Excia. que autorizasse ampla admissão de pessoal com o aumento de verbas destinadas às construções ferroviárias de Salgadinho-Puxinanã e Mossoró-Souza nêste Estado, abrangendo a primeira vários municípios.

Iniciaria eu, igualmente, além de estradas, a construção de açudes em cooperação, suscitando outras atividades como a cultura irrigada por meio de bombas a motor, a mineração, o desenvolvimento da indústria do caroá, tudo afinal que comportasse uma extensa mão de obra. Conforme ficou combinado mandei encaminhar as primeiras levaras acumuladas em Patos para o ramal de Piancó, o que ocorreu com grande regosijo, em vinte e seis caminhões lotados, com a cooperação do Estado e de particulares. Mas acabo de receber reclamações de pessoas representativas daquele município contra a fixação do salário de doze cruzeiros, sujeito a

desconto e ao regime de fornecimento, mantido por falta de distribuição, até agora, de numerário, reduzindo-se assim o mesmo salário a oito cruzeiros e sessenta centavos, o que acrescentavam, estava determinando protestos de alguns elementos. Realmente essa remuneração não atende as necessidades de subsistência, num meio onde a carestia de vida se elevou a níveis incomuns. Ao mesmo tempo, o Prefeito de Cajazeiras, no extremo oeste, comunica que convergiram para êsse município mais de mil pessoas que procuram trabalho, num momento em que o Governo do Ceará proíbe a saída de gêneros alimentícios que escasseiam no interior da Paraíba. A situação terá de ser considerada desde logo, como de emergência para comportar uma organização que compreenda todos os setores, com tôdas as suas modalidades, dentro da brevidade necessária, para que não se crie, concomitantemente com o problema do desemprego, o de assistência à população em massa. O que mais interessa é transportar estoques para todo o nordeste, destinados à revenda com margem limitada de lucro, resolvendo-se, desde logo, o mais angustioso problema nacional que é o do custo de vida, sempre agravado no nordeste nas irrupções de seca, mormente nesta hora de exaustão. Seriam então organizados os serviços públicos de preferência os de evidente utilidade, abrangendo o maior número de municípios, para evitar a mobilidade interna e as emigrações entre os Estados, fatores de agravação do problema. O ministério da Educação mandaria missões médicas e enfermeiras, como em 1932, para a vacinação sistemática e completa assistência médico-sanitária, conjurando-se os surtos epidêmicos, como já se vem manifestando no açude ‘Condado’. Nessa emergência, a população desamparada, como os inválidos e famílias sem arrimo, exige uma assistência racional de grandes proporções, por se achar esgotada a própria capacidade de dar esmolas.

Além das instituições beneficentes e das corporações militares, os Institutos poderiam ser mobilizados para uma tarefa de tamanha envergadura, cuja solução terá de empenhar tôdas as forças da solidariedade nacional. Tudo, porém, deverá ser feito em caráter de campanha. Acabo de apelar para o representante do Fundo Internacional de Socorro à Infância, dr. Ismael Martinez Sottomayor, para dar aos seus serviços de fornecimento de leite um critério de emergência. Já em Patos estão morrendo vinte crianças por dia. Creio que contando com ampla cooperação dos órgãos mais adequados, será suficiente a cota constitucional para manter essa organização geral. Os Estados por sua vez, como estou fazendo com o maior sacrifício, terão de colaborar para a sua própria salvação. Nem tudo, porém, já está perdido. Preví esta estruturação para o auge da crise,

na hipótese de se acentuar a calamidade por falta de chuvas que ainda poderão sobrevir. Atenciosas saudações – JOSÉ AMÉRICO.” (ALMEIDA, 1950. Pp.30, 31, 32 e 33).

**ANEXO Z - TELEGRAMA DO SECRETÁRIO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS,
LOURIVAL FONTES, ENDEREÇADO AO SR. GUIMARÃES**

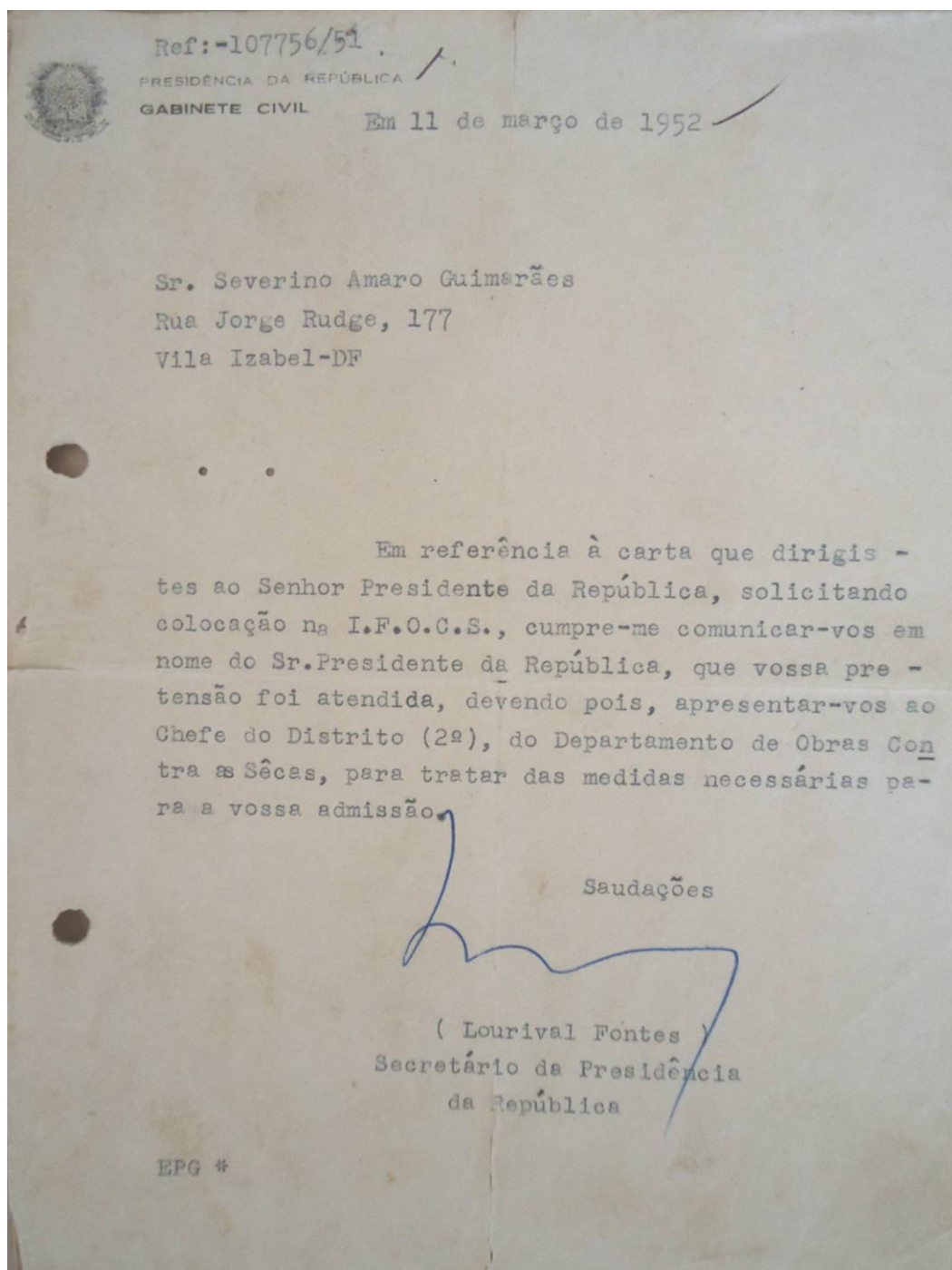
(Data da postagem: 23 de outubro de 1951)

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS		TELEGRAMA	
NÚMERO DE EXPEDIÇÃO	CARIMBO DA ESTAÇÃO	= OF= SEVERINO AMARO GUIMARAES=	
De _____	às _____ horas	RUA= JORGE= RUDGE= 177= RIO DF=	
INDICAÇÕES DE SERVIÇO		INDICADAS EM RECIPIENTE	
= 133 DE PCATETE RIO DF= 12970== 38==24= NIL			
O preâmbulo contém as seguintes indicações de serviço: espécie do telegrama, estação de origem, número do telegrama, número de palavras, data e hora de apresentação.			
HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE O RECEBER. COM ESSA PROVIDÊNCIA, AUXILIARÁ O DEPARTAMENTO NA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.			
= SENHOR PRESIDENTE= DA REPUBLICA= INCUMBIU= ME= COMUNICAR			
ASSUNTO SUA CORRESPONDENCIA FOI ENCAMINHADO DEPARTAMENTO NACIONAL			
O CONTRA SECAS= EM 23= OUTUBRO 1951= VG AFIM DE SER DEVIDAMENTE			
APRECIADO PT= PROTOCOLADO PR= 107756= PT SAUDACOES LOURIVAL			
FONTES SEC PRESIDENCIA			
CT= 177= = 107756= = = =			

11.047-
TEXTO E
26/10/51

**ANEXO AA - CARTA DO SECRETÁRIO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
LOURIVAL FONTES, ENDEREÇADA AO SR. GUIMARÃES**

(Data do envio: 11 de março de 1952 – Distrito Federal – RJ)



ANEXO AB - QUADRO 22: BARRAGENS CONSTRUÍDAS EXCLUSIVAMENTE PELO DNOCS

Barragens Construídas para o Programa de Açudagem Pública na Paraíba (1951-1956) (Barragens construídas pelo DNOCS)					
Açude	Localização	Rio Barrado	Capacidade (1.000 m3)	Altura (m)	Início e fim da obra
Tribofe	Belém	Tribofe	197	12,00	1953-1953
Congo	Congo	Riacho Velha Antônia	6.674	18,00	1953-1954
Jatobá I	Patos	Riacho dos Mares	17.520	19,40	1953-1954
Algodões	Remigio	Algodão da Jandaíra	1.025	12,00	1953-1955
Gado Bravo	Aroeiras	Riacho Mulungu	693	18,00	1953-1955
Lagoa do Meio	Taperoá	Riacho do Silva	6.648	17,80	1951-1955
Boqueirão de Cabaceiras (Epitácio Pessoa)	Boqueirão	Paraíba	535.680	55,70	1951-1956
Escondido I	Belém do Brejo do Cruz	Riacho dos Porcos	16.579	13,00	1953-1956
Mãe D'Água	Piancó	Aguiar	638.000	50,00	1953-1956
Curimataú²²⁸	Barra de Santa Rosa	Poleiros	5.989	17,50	1952-1958

²²⁸ Embora as construções do açude Curimataú não tenham sido concluídas durante o governo de José Américo, mais de 60% da obra (4 anos) foi realizada durante o referido período. (Fonte: ARAÚJO; DNOCS, 1982, p.141).

**ANEXO AC - QUADRO 23: BARRAGENS PÚBLICAS CONSTRUÍDAS EM
MUNICÍPIOS E LOCALIDADES QUE ERAM POLITICAMENTE LIGADAS A JOSÉ
AMÉRICO E A ARGEMIRO DE FIGUEIREDO.**

BARRAGENS PÚBLICAS CONSTRUÍDAS PELO DNOCS NOS MUNICÍPIOS		
Cidade/Distrito da construção do açude	Município Sede	Resultado das eleições de 1950 no município sede
Belém (Distrito de)	Caiçara	A.F. - 2.198 votos J.A. - 1557 votos
Congo (Distrito de)	Campina Grande	J.A. – 17.248 votos A.F. – 12.770 votos
Patos	Patos	J.A. - 6.114 votos A.R. – 5.233 votos
Remigio (Distrito de)	Areia	J.A. - 2.812 votos A.R. - 2.390 votos
Aroeiras (Distrito de)	Umbuzeiro	J.A. - 2.805 votos A.R. - 1.905 votos
Taperoá (Distrito de)	Batalhão	J.A. – 2.266 votos A.F. – 1.376 votos
Boqueirão (Distrito de)	Cabaceiras	A.F. - 2.988 votos J.A. - 1.795 votos
Belém do Brejo do Cruz	Belém de Brejo do Cruz	A.F. - 2.447 votos J.A. - 1.119 votos
Piancó	Piancó	J.A. - 5.894 votos A.F. - 4.500 votos
Barra de Santa Rosa (Distrito de)	Cuité	A.F. - 1.742 votos J.A. - 1.614 votos

J.A. = José Américo

A.F. = Argemiro de Figueirêdo

(Fonte: ARAÚJO; DNOCS, 1982, p.141).

**ANEXO AD - QUADRO 24: MUNICÍPIOS E LOCALIDADES ONDE FORAM
CONSTRUÍDAS AS BARRAGENS E AÇUDES PARTICULARES EM PARCERIA COM
O DNOCS**

Barragens Construídas para o Programa de Açudagem em Cooperação na Paraíba (1951-1956) (Barragens construídas em cooperação pelo DNOCS)			
Nome do Açude	Localização	Capacidade (m3)	Data da conclusão da Obra
Duas Américas	Catolé do Rocha	731.900	08-05-1951
Riacho do Bichinho	Barra de São Miguel	2.583.000	27-07-1951
Eugenio	Barra de Santa Rosa	587.300	24-10-1951
Saco do Cavalo	Souza	570.120	30-06-1952
Barra do Tamanduá	Monteiro	5.709.000	29-08-1952
São Domingos	Santa Luzia	522.250	27-09-1952
Malhada Redonda	Santa Terezinha	688.950	30-10-1952
Galante II	Fagundes	170.000	18-12-1953
Pimenta	Cuité	1.332.900	30-06-1955

(Fonte: ARAÚJO; DNOCS, 1982, p.136).

ANEXO AE - QUADRO 25: BARRAGENS CONSTRUÍDAS NUMA PARCEIRA ENTRE O GOVERNO JOSÉ AMÉRICO E O DNOCS.

BARRAGENS CONSTRUÍDAS EM PARCERIA COM O DNOCS NOS MUNICÍPIOS		
Cidade/Distrito da construção do açude	Município Sede	Resultado das eleições de 1950 no município sede
Barra de São Miguel (Distrito de)	Cabaceiras	A.F. - 2.988 votos J.A. - 1.795 votos
Catolé do Rocha	Catolé do Rocha	A.F. - 3.809 votos J.A. - 2.386 votos
Souza	Souza	J.A. - 4827 votos A.R. - 4451 votos
Barra de Santa Rosa (Distrito de)	Cuité²²⁹	A.R. - 1.742 votos J.A. - 1.614 votos
Monteiro	Monteiro	J.A. - 6.018 votos A.R. - 3.631 votos
Santa Luzia	Santa Luzia	J.A. - 2.576 votos A.F. - 2.263 votos
Santa Terezinha (Distrito de)	Patos	J.A. - 6.114 votos A.F. - 5.233 votos
Cuité	Cuité	J.A. - 1.742 votos A.F. - 1.614 votos
Fagundes (Distrito de)	Campina Grande	J.A. - 17.248 votos A.F. - 12.770 votos

²²⁹ Embora José Américo tenha perdido as eleições nesse município em 1951, José Américo conseguiu eleger Pedro Simões Fernandes Pimenta do PSD, para prefeito de Cuité.

ANEXO AF - QUADRO 29: PROJETOS E CONSTRUÇÕES DESENVOLVIDAS PELA COESP EM 1951

PROJETOS E CONSTRUÇÕES DESENVOLVIDAS PELA COESP EM 1951		
Municípios e Distritos beneficiados	Grupo político hegemônico	Distância (em Km)
Estrada Brejo do Cruz – Limites com o Rio Grande do Norte	UDN	23,000
Estradas São João do Cariri – São José dos Cordeiros	UDN	Não informado
Placas – Riacho dos Cavalos²³⁰	José Américo	9,300
Estrada Sumé – Congo	José Américo	3,680
Estrada Patos – Santa Luzia	José Américo	42,000
São José – Cipó	José Américo	27,400

(Fonte: ALMEIDA, 1952, p.55).

²³⁰ A vila de Riacho dos Cavalos só começou a ganhar *status* de distrito, a partir da construção do açude público nessa região, em 1932, na gestão do então Ministro da Viação e Obras Públicas do governo provisório de Getúlio Vargas, José Américo de Almeida. No dia 31 de dezembro de 1943 foi assinado o decreto-lei nº 520, elevando a vila ao posto de distrito, passando a integrar-se ao município de Catolé do Rocha no dia 1 de julho de 1950. Só onze anos depois, no dia 22 de dezembro de 1961, foi assinado a lei estadual nº 2675 que elevou Riacho dos Cavalos ao *status* de município. (Sítio consultado: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/riachodoscavalos.pdf> Data da consulta: 24/11/2010 - Hora: 11:44 min.).

**ANEXO AG - QUADRO 30: MUNICÍPIOS BENEFICIADOS PELA VERBA DO FUNDO
RODOVIÁRIO NACIONAL EM 1951**

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR SERVIÇOS NO ANO DE 1951 E PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1952		
CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS		VALOR DA OBRA (em cruzeiros)
1ª	Alagoa Grande – Campina Grande	Cr\$ 292.705,90
2ª	Antenor Navarro – Marizópolis	Cr\$ 2.076.198,90
3ª	Cajazeiras – Conceição	Cr\$ 1.583.435,80
4ª	Mamanguape – Camaratuba	Cr\$ 104.157,50
5ª	Catolé do Rocha – Patu (RN)	Cr\$ 163.658,90
6ª	Taperoá – Teixeira	Cr\$ 844.520,70
7ª	Teixeira – Destêrro	Cr\$ 61.247,10
TOTAL		Cr\$ 5.325.924,10
CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS		VALOR DA OBRA (em cruzeiros)
1ª	João Pessoa – Limites com Pernambuco	Cr\$ 264.223,30
2ª	Santa Rita – Sapé	Cr\$ 226.273,90
3ª	Cuitegí – Araruna	Cr\$ 537.025,00
4ª	Esperança – Corta Dedo	Cr\$ 11.256,00
5ª	Santa Rita – Itabaiana – Campina Grande	Cr\$ 405.106,70
6ª	Itabaiana – Umbuzeiro	Cr\$ 206.965,00
7ª	Sapé – Alagoa Grande – Campina Grande	Cr\$ 1.188.409,30
8ª	Sapé – Limites com o Rio Grande do Norte	Cr\$ 384.906,60
9ª	Soledade – Picuí	Cr\$ 153.545,50
10ª	Patos – Santa Luzia – Barra	Cr\$ 20.728,00
11ª	Patos – Conceição – Limites com Pernambuco	Cr\$ 145.916,00
12ª	Patos – Teixeira – Limites com Pernambuco	Cr\$ 709.777,70

13 ^a	Santa Rita – Oratório	Cr\$ 22.193,60
14 ^a	Triângulo – Catolé do Rocha – Brejo do Cruz	Cr\$ 1.050,00
15 ^a	Teixeira – Princesa Isabel	Cr\$ 52.487,00
16 ^a	Remígio – Picuí – Carnaúba dos Dantas	Cr\$ 32.725,50
TOTAL		Cr\$ 4.362.589,10
MELHORAMENTO POR CONTA DE AUXÍLIOS FEDERAIS²³¹		VALOR DA OBRA (em cruzeiros)
1 ^a	Melhoramento no traçado rodoviário Alagoa Grande – Alagoinha	Cr\$ 38.979,90
2 ^a	Construção da Rodovia Cabaceiras – Central de Caruarú	Cr\$ 191.021,50
3 ^a	Construção da Rodovia Guarabira – Araçagi – Mamanguape	Cr\$ 642.4546,30
4 ^a	Pavimentação da Rodovia João Pessoa – Cabedelo	Cr\$ 356.029,90
TOTAL		Cr\$ 1.228.487,60

(Fonte: ALMEIDA, 1952, pp.61-63).

²³¹ Embora a arrecadação das quotas destinadas ao Fundo Rodoviário Nacional fosse mista – parte federal, parte estadual – todas as construções descritas acima receberam verbas da União. Mais informações a esse respeito ver ALMEIDA, 1952, p.61.